

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Lei n. 8.112/1990 – Servidores Públicos



Livro Eletrônico



SUMÁRIO

Lei n. 8.112/1990 – Servidores Públícos.....	3
1. Disposições da Lei n. 8.112/1990	3
1.1. Âmbito de Aplicação.....	3
1.2. Provimento (Art. 8º)	3
1.3. Da Vacância (Art. 33)	11
1.4. Remoção e Redistribuição (Arts. 36 e 37)	12
1.5. Substituição (Art. 38)	15
1.6. Das Vantagens (Art. 49)	16
1.7. Das Licenças (Art. 81)	24
1.8. Dos Afastamentos	27
1.9. Das Concessões (Art. 97).....	29
1.10. Tempo de Serviço (Art. 100)	31
1.11. Direito de Petição	34
1.12. Regime Disciplinar	36
1.13. Do Processo Administrativo Disciplinar	44
1.14. Processo Sumário para Verificação de Acumulação Ilegal de Cargos, Empregos e Funções (Art. 133) e para Demissão por Abandono de Cargo e Inassiduidade Habitual.....	51
1.15. Seguridade Social do Servidor (Arts. 183 e seguintes).....	53
Resumo	64
Questões de Concurso.....	68
Gabarito	146
Gabarito Comentado.....	149

LEI N. 8.112/1990 – SERVIDORES PÚBLICOS

1. DISPOSIÇÕES DA LEI N. 8.112/1990

1.1. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

A Lei n. 8.112/1990 institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da **União**, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas **federais**. O referido diploma não é lei nacional, mas, sim, lei federal. Portanto, cada ente federativo possui autonomia para elaborar estatuto jurídico próprio referente a seus servidores.

Ressalte-se que, em relação às empresas públicas e às sociedades de economia mista, o regime, tanto daquelas criadas em nível federal, como, também, pelos demais entes federativos, será o trabalhista, também chamado de **celetista**, por ser oriundo da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), tendo em vista o art. 173 da CF.

1.2. PROVIMENTO (ART. 8º)

Provimento é a ocupação de um cargo vago, podendo ser originário ou derivado. Provimento **originário** é aquele que não decorre de anterior vínculo da pessoa com a Administração. A **nomeação** é a única forma de provimento originário e pode ocorrer para cargo de provimento efetivo ou em comissão (art. 9º da Lei n. 8.112/1990), devendo ser precedida de concurso público na primeira hipótese (art. 10 da Lei n. 8.112/1990).

Provimento **derivado** é aquele que decorre de vínculo anterior da pessoa com a Administração, isto é, o cargo é provido em virtude de a pessoa já ser titular de um cargo.

Investidura é a efetiva atribuição de um cargo (conjunto de atribuições e responsabilidades) a uma pessoa, que agora passa a ser servidor público (se já não o era). A investidura é um ato complexo porque depende de duas manifestações que se unem para formar um ato só (a própria investidura): o provimento (ato da Administração Pública) e a concordância do **provido**, que só então passa a ser titular do cargo.

Segundo Celso Antônio B. de Mello, provimento **derivado vertical** é aquele em que o servidor é investido em cargo mais elevado, realizando-se por meio da *promoção*. Provimento

derivado horizontal é aquele em que o servidor não ascende, nem é rebaixado em sua posição funcional. A única forma é a **readaptação** que consiste na investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

Conforme o citado autor, o aproveitamento, retorno à atividade de servidor em disponibilidade, é forma de **provimento por reingresso**, juntamente com a reversão, reintegração e recondução.

Anteriormente, havia duas formas de provimento derivado, a **ascensão e a transferência**, mas essas foram declaradas inconstitucionais pelo STF e, depois, foram revogadas pela Lei n. 9.527/1997. Essas formas previam a movimentação do servidor de uma carreira para outra, dentro do mesmo quadro (ascensão), ou até mesmo de um quadro para outro (transferência).

De acordo com a Súmula n. 685 do STF:

JURISPRUDÊNCIA

É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

São formas de provimento as seguintes:

Formas de provimento:



DIRETO DO CONCURSO

QUESTÃO 1 (CESPE/STM/ANALISTA JUDICIÁRIO/2018) Acerca das regras aplicáveis aos servidores públicos do Poder Judiciário, e considerando o que dispõe a Lei n. 8.112/1990 e a Lei n. 11.416/2006, julgue o item a seguir.

Provimento é o ato emanado da pessoa física designada para ocupar um cargo público, por meio do qual ela inicia o exercício da função a que fora nomeada.

COMENTÁRIO

Errado.

O provimento é um ato emanado pelo Poder Público ou por uma autoridade competente e não por uma pessoa física. Como eu disse durante a aula, trata-se do preenchimento de um cargo público, consubstanciado por meio de um ato administrativo de caráter funcional, pois o ato é que materializa ou formaliza o provimento. Assim, se um cargo estava desocupado e vem a ser ocupado, significa que ele foi provido.

Nomeação

É a designação para o exercício da função.

CONCURSO PÚBLICO → HOMOLOGAÇÃO → NOMEAÇÃO → POSSE → EXERCÍCIO → ESTÁGIO PROBATÓRIO
= ESTABILIDADE

Esse é o caminho que você percorrerá até adquirir sua estabilidade.

A homologação é o ato de aprovação do certame. Com ela, começa o início do prazo de validade do concurso, que poderá ser de ATÉ dois anos, prorrogável uma vez por igual período.

Uma vez homologado o concurso, a Administração fará a nomeação do candidato para que, em 30 dias, tome posse (§ 1º do art. 13).

Obs.: se o nomeado não toma posse no prazo legal, ficará sem efeito o ato de nomeação.

A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial (art. 14). Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. No ato da **posse**, o servidor apresentará declaração de bens e de valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

Olha o pinguinha de prova!



PEGADINHA DA BANCA

Uma questão disse: “A posse poderá dar-se mediante procuração específica, desde que o servidor justifique o motivo da ausência”.

Estava **errada**, porque na lei é dito apenas que “A posse poderá dar-se mediante procuração específica”. E ponto-final, não existe essa justificativa que a questão inventou.

Uma vez “possuído” o servidor, no bom sentido, vem o exercício.

Porém, não é possível o **exercício** mediante procuração. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança (art. 15).

Eu sempre brinco com isso nas aulas. Posse por procuração é a mesma regra do casamento. Alguém pode se casar por procuração? Sim. Eu não imagino isso na prática, mas...

A pessoa que se casou com a procuração pode entrar em efetivo exercício no casamento?

Eu entendo que também não pode.

É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse. O servidor será **exonerado** do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício no prazo legal. O que acontece na prática, normalmente, é a posse e o exercício ocorrerem no mesmo dia.

Obs.: | Servidor foi nomeado e não tomou posse – torna sem efeito o ato de nomeação.

Servidor tomou posse e não entrou em exercício – exoneração.

Posse: → 30 dias, contados da publicação do provimento

→ Ausência: ato de provimento tornado sem efeito

Exercício: → 15 dias, contados da posse

→ Ausência: exoneração

Licenças e afastamentos que prorrogam a contagem do prazo para a posse:

- licença por motivo de doença em pessoa da família (art. 81, I);
- licença para o serviço militar (art. 81, III, e 102, VIII, f);
- licença para capacitação (art. 81, V, e 102, VIII, e);
- férias (art. 102, I);
- participação em programa de treinamento regular (art. 102, IV);
- participação em júri e outros serviços obrigatórios (art. 102, VI);
- licença à gestante, à adotante e licença-paternidade (art. 102, VIII, a);
- licença para tratamento da própria saúde (art. 102, VIII, b);
- licença por motivo de acidente em serviço ou moléstia profissional (art. 102, VIII, d);
- período de trânsito (deslocamento para nova sede): art. 102, IX;
- participação em competição desportiva nacional ou internacional (art. 102, X).

Memorize essa lista!

O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no **mínimo, dez e, no máximo, trinta dias** de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede. Na hipótese de o servidor encontrar-se em licença ou afastado legalmente, o referido prazo será contado a partir do término do impedimento, sendo-lhe facultado declinar dos prazos estabelecidos.



DIRETO DO CONCURSO

QUESTÃO 2 (CESPE/STM/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2018) A respeito do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos e seu regime, julgue o item a seguir.

Após ser empossado, o servidor que não entrar em exercício no prazo legal será exonerado.

 **COMENTÁRIO****Certo.**

É de 15 dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse. O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício no prazo legal. Veja:

Lei n. 8.112/1990

Art. 15. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

§ 1º É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo, observado o disposto no art. 18.

Promoção

Promoção é o ato pelo qual o servidor passa de um cargo para outro, mais elevado, dentro da mesma carreira. Ex.: quando se entra no cargo de Procurador da Fazenda Nacional ou nas carreiras da AGU de modo geral (Procurador Federal, Defensoria Pública da União e Procuradores do Banco Central), o servidor entra como Procurador de 2^a categoria, podendo ser elevado a Procurador de 1^a categoria e categoria especial. Com a promoção, o subsídio/remuneração recebe acréscimo pecuniário e devem ser elevadas as atribuições.

Readaptação (Art. 24)

O que é?	Servidor é investido em outro cargo.
Motivo	Decorre de limitação em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
Requisitos	Cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos.
Excedente	Sim. Se não houver cargo vago.
Julgado incapaz para o serviço público	Será aposentado.

Ser excedente é exercer a função sem ter o cargo. Ele trabalha, mas não tem um cargo específico.

Reversão (Art. 25)

O que é?	Servidor que estava aposentado retorna à atividade.	
Motivo 1	Servidor foi aposentado por invalidez, mas junta médica oficial declara insubsistente os motivos da aposentadoria.	Fica como excedente se não houver cargo vago.
Motivo 2	Servidor foi aposentado voluntariamente e retorna. O servidor volta a receber remuneração no lugar dos proventos de aposentadoria. Ele pede para voltar.	Requisitos: a) solicitação do aposentado; b) a aposentadoria tenha sido voluntária; c) o servidor já era estável antes de se aposentar; d) prazo máximo de cinco anos entre a aposentadoria e a reversão; e) existência de cargo vago.
Observação 1	O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.	
Observação 2	Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.	

Apesar de a aposentadoria ser aos 75 anos de idade, foi mantida a previsão na lei de que não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

Reintegração (Art. 28)

O que é?	Servidor é reinvestido no cargo anteriormente ocupado.
Motivo	Demissão ilegal é invalidada por via administrativa ou judicial.
Cargo provido (ocupado)	Eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.
Cargo extinto	O servidor ficará em disponibilidade.

Recondução (Art. 29)

O que é?	Servidor retorna ao cargo anteriormente ocupado.
Motivo 1	Inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
Motivo 2	Reintegração do anterior ocupante.
Observação	Para que possa ser reconduzido ao cargo anterior, o servidor tem de ser estável.

Na prática administrativa, também se admite a recondução quando o servidor desiste do estágio probatório. Assim, não precisa ser reprovado no estágio para voltar.

O STJ admitiu a recondução para o cargo anterior mesmo sendo entre Entes Federativos diversos.¹

Aproveitamento (Art. 30)

O que é?	Servidor que estava em inatividade remunerada (disponibilidade) é aproveitado em outro cargo. Estava sem trabalhar e retorna.
Requisitos	Cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
Observação 1	Disponibilidade: servidor estável que fica em inatividade remunerada com proventos proporcionais ao <i>tempo de serviço</i> .
Observação 2	Será tornado sem efeito o aproveitamento e será cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial. Cuidado! <i>Tornar sem efeito</i> , não é exoneração, nem demissão.

DIRETO DO CONCURSO

QUESTÃO 3 (CESPE/MPC-PA/ANALISTA MINISTERIAL/CONTROLE EXTERNO/2019) Se um servidor em disponibilidade reingressa no serviço público, em cargo de natureza e padrão de vencimento correspondentes ao que ocupava, então, nesse caso, ocorre o que se denomina

- a) redistribuição.**
- b) aproveitamento.**
- c) readaptação.**
- d) recondução.**
- e) remoção.**

COMENTÁRIO

Letra b.

Trata-se do aproveitamento:

Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

¹ Recurso em Mandado de Segurança – RMS n. 12.576.

QUESTÃO 4 (CESPE/STJ/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2018) Julgue o seguinte item de acordo com as disposições constitucionais e legais acerca dos agentes públicos.

A reversão constitui a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, e ocorre quando é invalidada a demissão do servidor por decisão judicial ou administrativa. Nesse caso, o servidor deve ser ressarcido de todas as vantagens que deixou de perceber durante o período demissório.

COMENTÁRIO

Errado.

A questão narra o instituto da reintegração. Na verdade, reversão é o retorno à atividade de um servidor aposentado. Veja:

Lei n. 8.112/1990

Art. 25. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

I – por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou

II – no interesse da administração, desde que:

- a) tenha solicitado a reversão;
- b) a aposentadoria tenha sido voluntária;
- c) estável quando na atividade;
- d) a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação;
- e) haja cargo vago.

1.3. DA VACÂNCIA (ART. 33)

Vacância é o ato contraposto ao de provimento, tornando vago o cargo anteriormente ocupado.

Formas de vacância:

- **Exoneração:** forma de perda do cargo (a pedido ou não) do servidor em atividade, mas sem caráter punitivo (art. 34);
- **Demissão:** perda do cargo com caráter **punitivo** (ver arts. 127 e 132);
- **Promoção:** é simultaneamente forma de provimento e de vacância;
- **Readaptação:** também é forma de provimento e de vacância;

- **Aposentadoria:** é a passagem do servidor definitivamente para a inatividade remunerada (passa a receber proventos). Ver arts. 186/195;
- Posse em outro cargo inacumulável;
- Falecimento.



Formas de provimento e vacância:

Provimento	Vacância
NOmeação	Exoneração
PROmoção	Demissão
APROveitamento	Promoção
REadaptação	Readaptação
REversão	Aposentadoria
REintegração	Posse em outro cargo inacumulável
REcondução	Falecimento

ATENÇÃO

Remoção e redistribuição não são formas de provimento, mas, sim, de deslocamento do servidor e do cargo.

1.4. REMOÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO (ARTS. 36 E 37)

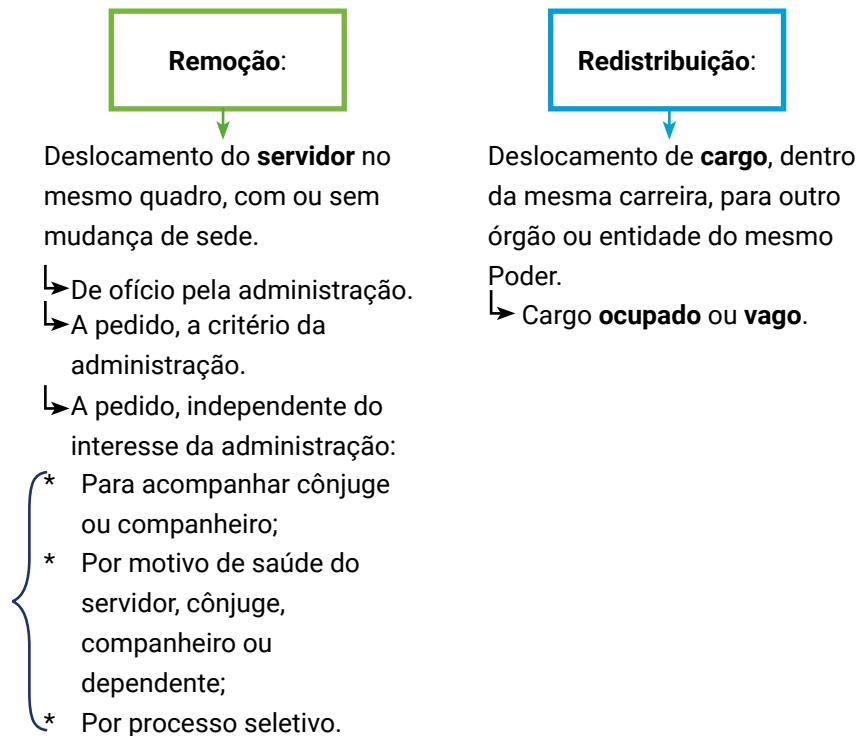
Os dois institutos acima não são formas de provimento. São formas de deslocamento do **servidor ou do cargo**.

A **remoção** é o deslocamento do **SERVIDOR**, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, podendo ser:

- De ofício pela Administração;
- A pedido, a critério da Administração;
- A pedido, **independentemente** do interesse da Administração:
 - **Para acompanhar cônjuge ou companheiro**, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do DF e Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;
 - Por **motivo de saúde** do servidor, do cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;
 - Em virtude de **processo seletivo** promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com as normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles sejam lotados.

Redistribuição é o deslocamento de **CARGO**, dentro da carreira, para outro órgão ou entidade **do mesmo poder**, com atribuições, responsabilidades e vencimentos equivalentes. Pode incidir sobre cargo ocupado ou vago.

Formas de deslocamento



 DIRETO DO CONCURSO

QUESTÃO 5 (CESPE/SEFAZ-RS/AUDITOR-FISCAL DA RECEITA ESTADUAL/2019) O deslocamento de servidor público, por interesse da administração, para o exercício em uma nova sede, com mudança de domicílio permanente, configura

- a)** recondução, com direito a ajuda de custo para sua instalação.
- b)** readaptação, com direito a ajuda de custo para sua instalação.
- c)** remoção, com direito a ajuda de custo para sua instalação.
- d)** readaptação, sem direito a ajuda de custo para sua instalação.
- e)** remoção, sem direito a ajuda de custo para sua instalação.

 COMENTÁRIO

Letra c.

A **remoção** é o deslocamento do **SERVIDOR**, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, podendo ser:

- De ofício pela Administração;
- A pedido, a critério da Administração;
- A pedido, **independentemente** do interesse da Administração:
 - **Para acompanhar cônjuge ou companheiro**, também servidor público civil ou militar; de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do DF e Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;
 - Por **motivo de saúde** do servidor, do cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;
 - Em virtude de **processo seletivo** promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com as normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles sejam lotados.

QUESTÃO 6 (VUNESP/UNIFESP/TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO/2016) O deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança e sede, de acordo com a Lei n. 8.112/1990, denomina-se

- a)** promoção.
- b)** reintegração.
- c)** remoção.
- d)** recondução.
- e)** aproveitamento.

 **COMENTÁRIO****Letra c.**

A remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede. Lembre-se de que a remoção é o deslocamento do servidor, já a redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo (art. 36, Lei n. 8.112/1990).

1.5. SUBSTITUIÇÃO (ART. 38)

De acordo com a Lei n. 8.112/1990, os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados no **regimento interno** ou, no caso de omissão, previamente designados pelo **dirigente máximo** do órgão ou entidade.

O substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou função de direção ou chefia e os de natureza especial, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, hipóteses em que deverá **optar** pela remuneração de um deles durante o respectivo período.

O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo, ou função de direção, ou chefia, ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, **superiores** a trinta dias consecutivos, paga na **proporção** dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período.

JURISPRUDÊNCIA

STJ, Sexta Turma, RMS n. 11.343/DF, Relator Ministro Fernando Gonçalves: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CARGO EM COMISSÃO. AFASTAMENTO. SUBSTITUIÇÃO. PAGAMENTO AO SUBSTITUÍDO. MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.522/1997 E LEI N. 9.527/1997. INCIDÊNCIA. 1 – Nos termos do entendimento sufragado pelo STF, no caso de sucessivas reedições de Medida Provisória, sem solução de continuidade, a sua eficácia resta incólume, com força de lei. 2 – Sendo assim, no concernente à substituição, prevista no art. 38, § 2º, da Lei n. 8.112/1990, prevalece a alteração engendrada pela MP n. 1.522/1997, consolidada, mais tarde, na Lei n. 9.527/1997, no sentido de que o substituto somente terá direito à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos de afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a trinta dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período, condição temporal, aliás, não ocorrente *in casu*. 3 – Recurso improvido.

1.6. DAS VANTAGENS (ART. 49)

São vantagens que o servidor pode receber:

Indenizações	Gratificações	Adicionais
Auxílio de custo. Diárias. Transporte. Auxílio-moradia.	Retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento. Gratificação natalina. Gratificação por encargo de curso ou concurso.	Atividades insalubres, perigosas ou penosas. Serviço extraordinário. Noturno. Férias.

A **indenização** é uma compensação por um gasto que o servidor teve para exercer a função. A **gratificação** é uma vantagem em razão de desempenhar uma função além do seu cargo. Serve de estímulo para o bom desempenho do cargo. E o **adicional** é devido quando o servidor desempenha a função em situações excepcionais. Em especial, que prejudiquem sua saúde e bem-estar.

Obs.: as **indenizações** não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito. As **gratificações** e os **adicionais** incorporam-se ao vencimento ou provento nos casos e condições indicados em lei. Memorize isso, pois cai muito em prova!

1.6.1. Espécies de Indenizações

Lembre-se de que tudo que for indenização poderá superar o teto remuneratório, segundo previsão na CF.

Ajuda de custo (art. 53)	
Finalidade	Compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente .
O cônjuge recebe?	Não. Se o cônjuge também for servidor e os dois se deslocarem, apenas um receberá.
Despesas de transporte do servidor	Correm por conta da Administração.
Servidor que falecer na nova sede	São assegurados à família ajuda de custo e transporte para localidade de origem dentro do prazo de um ano, contado do óbito.
Forma de cálculo	Calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 3 (três) meses.
Somente para efetivos?	Não. Pessoa que é nomeada para cargo em comissão também recebe.
Restituição	Deve restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de 30 (trinta) dias.

Diárias (art. 58)	
Finalidade	Compensação financeira ao servidor que a serviço afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório , destinada a indenizar as parcelas de despesa extraordinária com pousada, alimentação e locomoção.
Localidade	Outro ponto do território nacional ou para o exterior.
Forma de pagamento	Será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando a União custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Observação 1	Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias. Ex.: concurso para fiscal de obras da União. Já que a União faz obras no Brasil inteiro e o servidor teria de viajar com frequência, não teria direito a diárias.
Observação 2	Também não fará jus a diárias o servidor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas, ou em áreas de controle integrado mantidas com países limítrofes, cuja jurisdição e competência dos órgãos, entidades e servidores brasileiros consideram-se estendidas, salvo se houver pernoite fora da sede, hipóteses em que as diárias pagas serão sempre as fixadas para os afastamentos dentro do território nacional. Ex.: São Paulo – Guarulhos.
Observação 3	O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias.

Se na prova for dito que se deslocou para mudar de domicílio em caráter PERMANENTE, receberá AJUDA DE CUSTO.

Se disser que se deslocou em caráter EVENTUAL e TRANSITÓRIO, receberá DIÁRIAS.



JURISPRUDÊNCIA

Policiais Federais fazem jus a pagamento de diárias apenas no caso de deslocamentos que ultrapassem a circunscrição oficial da sua unidade de lotação, a título de indenização por despesas extraordinárias.

A Constituição estabelece (art. 144, §1º) as atribuições da polícia federal, estando a quase totalidade delas associadas à possibilidade de deslocamentos para além do espaço físico em que localizada a sede de cada departamento de polícia.

As apurações de crimes de repercussão interestadual ou internacional, o combate ao tráfico internacional de drogas, a polícia marítima, aérea e de fronteiras são atividades que, de regra, reclamam a permanente disponibilidade do agente para atuação além da unidade física a qual o policial federal está vinculado, ainda que o deslocamento não se opere diariamente.

A bem da verdade, a prática de missões, operações, cumprimento de mandados, que exige constante deslocamento, compõe a rotina policial, sendo os serviços de natureza exclusivamente burocrática ou de escritório a exceção àquela regra.

Assim, não há violação ao art. 58, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.112/1990 o ato normativo da União que tenha limitado o pagamento das diárias apenas aos deslocamentos que ultrapassem a área de atuação dos servidores, no caso, a circunscrição oficial da sua unidade de lotação. Afinal, apenas o exercício das funções fora do seu âmbito de atuação pode ser considerado eventual e transitório e, como tal, ensejar o pagamento das diárias, a título de indenização por despesas extraordinárias. STJ. 1ª Turma. REsp 1.542.852-PE, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 28/09/2021 (Informativo 711)

DIRETO DO CONCURSO

QUESTÃO 7

(VUNESP/IPRESB-SP/AGENTE PREVIDENCIÁRIO/2017) O servidor que, a serviço, afastar-se da sede, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e valor destinado a indenizar as parcelas de despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana. Esse valor é denominado:

- a)** compensação.
- b)** adiantamento.
- c)** indenização.
- d)** diária.
- e)** reembolso.

COMENTÁRIO

Letra d.

A Lei n. 8.112/1990, no art. 58, dispõe que a servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento.

Transporte (art. 58)

Finalidade	<p>Indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo.</p> <p>Ex.: o oficial de justiça recebe essa indenização.</p>
------------	---

Auxílio-moradia (art. 60-A)

Finalidade	<p>Ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira.</p>
Requisitos	<p>I – não exista imóvel funcional disponível para uso pelo servidor;</p> <p>II – o cônjuge ou companheiro do servidor não ocupe imóvel funcional;</p> <p>III – o servidor ou seu cônjuge ou companheiro não seja ou tenha sido proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel no Município onde for exercer o cargo, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação de construção, nos doze meses que antecederem a sua nomeação;</p> <p>IV – nenhuma outra pessoa que resida com o servidor receba auxílio-moradia;</p> <p>V – o servidor tenha se mudado do local de residência para ocupar cargo em comissão ou função de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 4, 5 e 6, de Natureza Especial, de Ministro de Estado ou equivalentes;</p> <p>VI – o Município no qual assuma o cargo em comissão ou função de confiança não se enquadre nas hipóteses do art. 58, § 3º, em relação ao local de residência ou domicílio do servidor;</p> <p>VII – o servidor não tenha sido domiciliado ou tenha residido no Município, nos últimos doze meses, onde for exercer o cargo em comissão ou função de confiança, desconsiderando-se prazo inferior a sessenta dias dentro desse período;</p> <p>VIII – o deslocamento não tenha sido por força de alteração de lotação ou nomeação para cargo efetivo;</p> <p>IX – o deslocamento tenha ocorrido após 30 de junho de 2006.</p>
Prazo	<p>A Lei n. 12.998/2014 revogou os dispositivos da Lei n. 8.112/1990 que fixavam prazo. Assim, atualmente não há mais limite temporal para a concessão do benefício.</p>
Valor	<p>Limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do cargo em comissão, função comissionada ou cargo de Ministro de Estado ocupado.</p> <p>Art. 60-D, § 1º, o valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado. Independente do valor do CC ou FC fica assegurado o valor de R\$ 1.800,00.</p>
Observação	<p>Art. 60-E. No caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel, o auxílio-moradia continuará sendo pago por um mês.</p>

O auxílio-moradia da Lei n. 8.112/1990 é diferente do auxílio-moradia dos juízes e promotores. Neste último caso, todos os juízes e promotores recebem. No caso da Lei n. 8.112/1990, somente recebe quem tem cargo em comissão de nível alto e se observadas as demais condições que a lei prevê.

1.6.2. Das Gratificações

Retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento – art. 62	Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial é devida retribuição pelo seu exercício.
---	--

Gratificação natalina (art. 63)	
Valor	1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro. Remuneração proporcional aos últimos 12 meses trabalhados.
Data do pagamento	Até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.
Servidor exonerado	Recebe proporcionalmente calculada sobre o mês da exoneração.
Observação	Fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Gratificação por encargo de curso ou concurso (art. 76-A)	
Motivo	Devida ao servidor que, em caráter eventual: I – atuar como instrutor em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento regularmente instituído no âmbito da Administração Pública Federal; (2,2%) II – participar de banca examinadora ou de comissão para exames orais, para análise curricular, para correção de provas discursivas, para elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos; (2,2%) III – participar da logística de preparação e de realização de concurso público envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as suas atribuições permanentes; (1,2%) IV – participar da aplicação, fiscalizar ou avaliar provas de exame vestibular ou de concurso público ou supervisionar essas atividades. (1,2%)
Observação 1	A retribuição não poderá ser superior ao equivalente a 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais, ressalvada situação de excepcionalidade, devidamente justificada e previamente aprovada pela autoridade máxima do órgão ou entidade, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais.

Gratificação por encargo de curso ou concurso (art. 76-A)

Observação 2	<p>Nesse adicional, o servidor deve receber por hora. O valor máximo da hora trabalhada corresponderá aos seguintes percentuais, incidentes sobre o maior vencimento básico da Administração Pública Federal:</p> <ul style="list-style-type: none"> – 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento), em se tratando de atividades previstas nos incisos I e II; – 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento), em se tratando de atividade prevista nos incisos III e IV.
Observação 3	<ul style="list-style-type: none"> – A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso somente será paga se as atividades forem exercidas sem prejuízo das atribuições do cargo de que o servidor for titular, devendo ser objeto de compensação de carga horária quando desempenhadas durante a jornada de trabalho, na forma do § 4º do art. 98 da Lei n. 8.112/1990. – A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso não se incorpora ao vencimento ou salário do servidor para qualquer efeito e não poderá ser utilizada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões.

1.6.3. Dos Adicionais
Adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas (art. 68)

Insalubridade	Exerce com habitualidade atividades em locais que possam causar danos irreversíveis à saúde ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou radioativas.
Periculosidade	Risco de vida.
Cumulação	Não pode acumular insalubridade e periculosidade. O servidor deve fazer opção.
É condicional	Cessa com a situação.
Servidora gestante ou lactante	Será afastada enquanto durar a gestação ou lactação.
Atividade penosa	Devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento.
Servidor que opera raio-x	Serão submetidos a exames médicos a cada 6 (seis) meses.

Adicional por serviço extraordinário (art. 73)

Percentual do acréscimo	50% de acréscimo com relação ao valor da hora normal de trabalho. Cálculo de hora com base no art. 40.
Casos	Atender a situações excepcionais e temporárias.
Limite diário	Limite máximo de 2 horas por jornada (art. 19 – jornada normal será de 6 a 8 horas diárias).

Adicional noturno (art. 75)	
Percentual do acréscimo	25% de acréscimo com relação ao valor da hora normal de trabalho.
Horário noturno	22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte.
Cálculo da hora	Cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
Observação	Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata esse artigo incidirá sobre a remuneração prevista no art. 73.

Segundo o STJ, o servidor público federal, mesmo aquele que labora em regime de **plantão**, faz jus ao adicional noturno quando prestar serviço entre 22h e 5h da manhã do dia seguinte, nos termos do art. 75 da Lei n. 8.112/1990, que não estabelece qualquer restrição. “É devido o adicional noturno, ainda que sujeito o empregado ao regime de revezamento” (Súmula n. 213, STF).

Férias (art. 77)	
Prazo	30 dias
Cumulação	Até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço.
Período de aquisição	Para o primeiro período aquisitivo de férias, serão exigidos 12 (doze) meses de exercício. Para os períodos seguintes, basta a entrada do exercício.
Parcelamento	Poderão ser parceladas em até três etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da Administração Pública. Em caso de parcelamento, o servidor receberá o valor adicional previsto no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal quando da utilização do primeiro período.
Pagamento	O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. Adicional de 1/3 sobre a remuneração (art. 76).
Interrupção	Por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade. O restante do período interrompido será gozado de uma só vez.
Observação 1	É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.
Observação 2	O servidor que opera direta e permanentemente com Raios-X ou substâncias radioativas gozará 20 dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.
Observação 3	O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias.

1.7. DAS LICENÇAS (ART. 81)

Licença por motivo de doença em pessoa da família (art. 83)	
É considerado família do servidor	Cônjugue ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial. (Cuidado! Nesse caso, irmão não é família).
Requisitos	Somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.
Prazo e remuneração	Até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não com remuneração; até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.
Observação	Poderá ser concedida a cada período de doze meses. O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida. O período total da licença será a soma dos dias com remuneração, mais os dias de licença sem remuneração (150 dias).
Pode no EP?	Sim. Mas suspende a contagem.
Tempo de serviço	Os primeiros 30 dias com remuneração contam para tempo de serviço para todos os efeitos (modificação trazida pela Lei n. 12.269/2010 ao art. 103, II). Já a prorrogação por mais 30 dias, com remuneração, conta apenas para fins de aposentadoria ou disponibilidade (art. 103, II). Nos possíveis 90 dias após esse prazo (prorrogação sem remuneração), a licença não conta sequer para aposentadoria ou disponibilidade (interpretação a <i>contrario sensu</i> do art. 103, II), pois o servidor não contribui para o regime de previdência.

Licença por motivo de afastamento do cônjuge (art. 84)	
Motivo	Acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.
Prazo e remuneração	Prazo indeterminado e sem remuneração.
Observação	Poderá haver exercício provisório em órgão ou entidade da Administração Federal direta, autárquica ou fundacional, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo.
Pode no EP?	Sim. Mas suspende a contagem.
Tempo de serviço	Não conta para nenhum efeito.

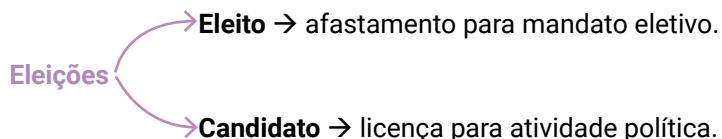
Licença para o serviço militar (art. 85)	
Motivo	Convocação para o serviço militar. Na forma e condições previstas na legislação específica.

Licença para o serviço militar (art. 85)	
Observação	Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.
Pode no EP?	Sim. Não suspende a contagem.
Tempo de serviço	Conta para todos os efeitos como efetivo exercício.

Licença para atividade política (art. 86)		
Momento	Escolha em convenção partidária até a véspera do registro na Justiça Eleitoral.	Sem remuneração
	Registro na Justiça Eleitoral até 10 dias após as eleições. (não pode ultrapassar 3 meses).	Com remuneração (três meses)
Observação	O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerce cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização , dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.	
Pode no EP?	Sim. Mas suspende a contagem.	
Tempo de serviço	Com remuneração – conta apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade. Sem remuneração – não conta para nenhum efeito.	

Uma vez eleito ao cargo que disputou as eleições, o servidor terá direito ao **AFASTAMENTO** para **MANDATO ELETIVO**.

Mas, sendo candidato, tem direito à **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA**.



Licença capacitação (art. 87)		Licença para tratar de interesses particulares (art. 91)
Prazo	3 meses.	3 anos.
Remuneração	Sim.	Não.
Requisitos	A cada quinquênio de efetivo exercício e curso de capacitação. Não pode no EP.	Não estar no EP.

		Licença capacitação (art. 87)	Licença para tratar de interesses particulares (art. 91)
Ato	Discricionário.	Discricionário.	
Pode no EP?	Não.	Não.	
Tempo de serviço	Conta para todos os efeitos como efetivo exercício.	Não conta para nenhum efeito.	
Observação	Os períodos de licença não são acumuláveis. Não conseguiu tirar, perde.	Poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço. Pode ser renovada.	

Obs.: o servidor durante o exercício do cargo não pode participar de **gerência** de empresa privada, mas, excepcionalmente, durante a licença para tratar de interesses particulares, o servidor **pode** participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada e exercer o comércio (art. 117, parágrafo único).

Licença para o desempenho de mandato classista (art. 92)	
Motivo	Desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão ou, ainda, para participar de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros.
Limites	Até 5.000 associados: 2 servidores. 5.001 a 30.000 associados: 4 servidores. mais de 30.000: 8 servidores.
Prazo e remuneração	Duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, e por uma única vez/ SEM remuneração.
Observação	Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, desde que cadastradas no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.
Pode no EP?	Não.
Tempo de serviço	Conta, salvo para promoção por merecimento.

1.8. Dos AFASTAMENTOS

Afastamento para servir a outro órgão ou entidade (art. 93)		
Afastamento	O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios.	
Motivo 1	Exercício de cargo em comissão ou função de confiança.	Sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária (quem recebeu o servidor), mantido o ônus para o cedente nos demais casos.
Motivo 2	Nos casos previstos em leis específicas.	
Motivo 3	Para o exercício de cargo de direção ou de gerência no caso de serviço social autônomo (ex.: Sesc, Senai); (<i>Redação dada pela Medida Provisória n. 765, de 2016</i>) O ônus da remuneração será do órgão ou da entidade cessionária. A entidade que recebeu o servidor cedido paga a remuneração.	
Observação	Na hipótese de o servidor cedido à empresa pública ou sociedade de economia mista optar pela remuneração do cargo efetivo ou pela remuneração do cargo efetivo acrescida de percentual da retribuição do cargo em comissão, a entidade cessionária efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo órgão ou entidade de origem.	
Observação	Servidor em estágio probatório só poderá ser cedido para exercer cargo em comissão de nível DAS 4, 5, 6 ou equivalente.	

Afastamento para exercício de mandato eletivo (art. 94)		
Mandato federal, estadual ou distrital	Servidor será afastado do cargo. Ex.: servidor do STJ foi eleito Deputado federal.	Não poderá optar pela remuneração. Receberá o subsídio do cargo eleito.
Mandato de prefeito	Servidor será afastado Ex.: agente da PF foi eleito prefeito de Unaí (MG).	Poderá optar pela remuneração. O agente fica com a remuneração/subsídio do seu cargo OU receberá o subsídio do cargo eleito.
Mandato de vereador	Se houver compatibilidade de horários, poderá acumular as funções.	Não havendo compatibilidade de horários, será afastado, podendo optar pela remuneração.
Observação 1	No caso de afastamento do cargo, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.	
Observação 2	O servidor investido em mandato eletivo ou classista não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.	

Afastamento para estudo ou missão no exterior (art. 95)	
Autorização	Presidente da República, Presidente dos órgãos do Poder Legislativo (Câmara ou Senado) e STF.
Concessão	É ato discricionário da Administração.
Prazo e remuneração	Não excederá a quatro anos, e finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência. Requisitos e remuneração são dispostos em regulamento.
Tempo de serviço	Conta para todos os efeitos.
Observação 1	Ao servidor beneficiado com esse afastamento não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese de resarcimento da despesa havida com seu afastamento.
Observação 2	As regras desse afastamento não se aplicam aos servidores da carreira diplomática.
Observação 3	O art. 20, §4º, da Lei n. 8.112/1990 permite o afastamento durante o estágio probatório. Contudo, com a redação do § 7º, do art. 96-A, fica inviável a concessão durante o estágio probatório. A nosso ver, a intenção do legislador foi de vedar a concessão durante o período do EP.
Observação 4	Art. 96. O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com perda total da remuneração.

Afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no País (art. 96-A)		
Fato	Afastar-se do exercício do cargo efetivo, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no País (mestrado, doutorado ou pós-doutorado).	
Remuneração	Com remuneração.	
Requisitos gerais	no interesse da Administração; desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo; ou mediante compensação de horário.	
Requisitos específicos	Para Mestrado: servidores titulares de cargos efetivos no órgão há, pelo menos, três anos.	Para Doutorado: servidores titulares de cargos efetivos no órgão há, pelo menos, quatro anos.
	Para Pós-doutorado: servidores titulares de cargos efetivos no órgão há, pelo menos, 4 anos.	

Afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no País (art. 96-A)

Observação 1	Na contagem dos prazos acima, inclui-se o período de estágio probatório. E desde que o servidor não tenha se afastado por licença para tratar de assuntos particulares, para gozo de licença capacitação ou para afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no País nos dois anos anteriores à data da solicitação de afastamento (para mestrado e doutorado). No caso de pós-doutorado, 4 anos.
Observação 2	Os servidores beneficiados pelos afastamentos terão de permanecer no exercício de suas funções após o seu retorno por um período igual ao do afastamento. Ou, caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria, deverá ressarcir o órgão ou a entidade.
Observação 3	Caso o servidor não obtenha o título ou grau que justificou seu afastamento também deverá ressarcir o órgão ou entidade.

1.9. Das Concessões (Art. 97)

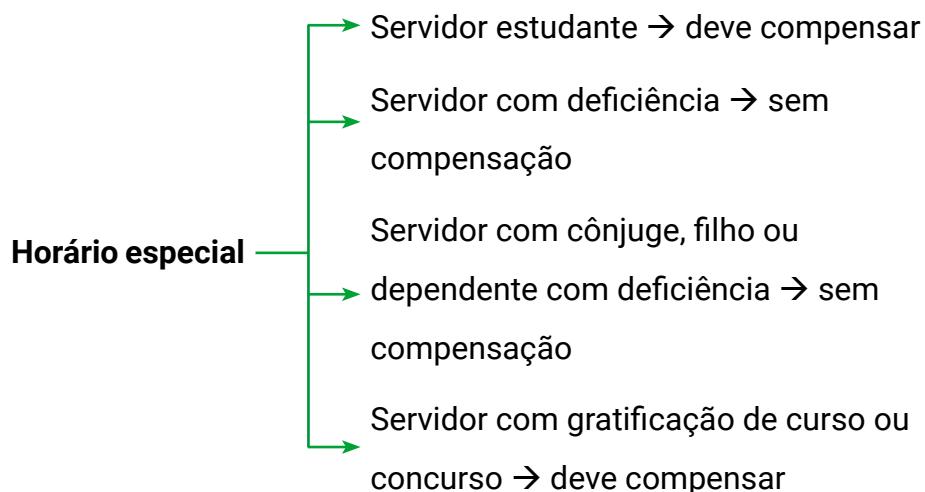
As concessões são contadas como efetivo exercício para todos os efeitos, nos termos do art. 102, *caput*.

Doação de sangue	1 dia.
Alistamento como eleitor	Pelo período comprovadamente necessário para alistamento ou recadastramento eleitoral, limitado, em qualquer caso, a 2 (dois) dias .
Casamento	8 dias corridos.
Falecimento de cônjuge ou companheiro, pai, mãe, madrasta, padrasto, filho, enteado, irmão ou qualquer menor sob sua guarda ou tutela.	8 dias corridos, a partir do óbito.

	Horário especial ao servidor estudante (art. 98)	Horário especial ao servidor com deficiência (art. 98,§ 1º)
Condição	Incompatibilidade de horário.	Incompatibilidade de horário. Junta médica oficial deve comprovar a necessidade.
Compensação	Deve haver.	Não se exige.
Observação	-----	É extensivo ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física. Também NÃO se exige a compensação de horário (Lei n. 13.370/2016).

Obs.: ao servidor estudante que mudar de sede no interesse da Administração, é assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independentemente de vaga. Estende-se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos, ou enteados do servidor que vivam na sua companhia, bem como aos menores sob sua guarda, com autorização judicial (art. 99).

No caso de **servidor com gratificação de curso ou concurso** quando desempenhado durante a jornada normal de trabalho, as horas relativas a esse encargo somente serão remuneradas se devidamente compensadas (art. 76-A, § 2º) durante o longo prazo de um ano.



DIRETO DO CONCURSO

QUESTÃO 8 (FCC/TRE-SP/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2017) Joaquim é servidor público federal e está cursando o terceiro ano da faculdade de Direito da sua cidade. Ocorre que Joaquim terá que mudar de sede, no interesse da Administração pública. Nos termos da Lei n. 8.112/1990, desde que preenchidos os demais requisitos legais, será assegurada matrícula em instituição de ensino congênere,

- apenas no início do próximo ano letivo e desde que exista vaga, arcando a Administração com eventual prejuízo pelo período em que eventualmente fique sem estudar.
- na localidade da nova residência ou na mais próxima e em qualquer época do ano, independentemente de vaga.

- c) exclusivamente na localidade da nova residência, independentemente de vaga.
- d) em qualquer época do ano, mas desde que exista vaga, arcando a Administração com eventual prejuízo pelo período em que eventualmente fique sem estudar.
- e) apenas no início do próximo ano letivo, independentemente de vaga.

COMENTÁRIO

Letra b.

Isso é o que estabelece o art. 99 da Lei 8.112/1990:

Art. 99. Ao servidor estudante que mudar de sede no interesse da administração é assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congêneres, em qualquer época, independentemente de vaga.

Parágrafo único. O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos, ou enteados do servidor que vivam na sua companhia, bem como aos menores sob sua guarda, com autorização judicial.

1.10. TEMPO DE SERVIÇO (ART. 100)

O tempo de serviço não se confunde com o tempo de contribuição. A diferença se dá porque o tempo de contribuição pode, no máximo, ser igual ao tempo de serviço. O primeiro é contado para efeitos previdenciários e com base na efetiva contribuição do servidor para o regime próprio de previdência social, vedada qualquer forma de contagem fictícia (CF, art. 40, § 10); já o segundo (tempo de serviço) tem importância para efeitos de disponibilidade e de promoção.

- **Tempo de SERVIÇO** – conta para disponibilidade e promoção.
- **Tempo de CONTRIBUIÇÃO** – conta para efeitos previdenciários (aposentadoria).

Hoje, aposentadoria é por **TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**.

Tempo de serviço

disponibilidade e promoção

Tempo de contribuição

efeitos previdenciários
(aposentadoria)

A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias (art. 101).

Períodos que contam como EFETIVO EXERCÍCIO PARA TODOS OS EFEITOS	Períodos que contam APENAS para fins de APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE
<p>a) concessões do art. 97 (doação de sangue, alistamento eleitoral, licença de gala e licença de nojo), além de outras concessões previstas em lei específica (serviços do júri, eleições etc. – inciso VI) – <i>caput</i>;</p> <p>b) férias (arts. 77 a 80, inciso I);</p> <p>c) cessão para exercer cargo de provimento em comissão ou equivalente (art. 93, I, inciso II);</p> <p>d) cessão para exercer cargo de governo (Ministro, Presidente de Estatal) ou de Administração (Diretor de Estatal, p. ex.), desde que a nomeação tenha sido feita pelo Presidente da República (inciso III);</p> <p>e) participação em programa de treinamento regularmente instituído (inciso IV), o que não se confunde com a licença para capacitação (art. 87); aqui, o servidor vai participar de treinamento oferecido pelo próprio órgão/entidade ou repartição conveniada, na mesma sede ou não (inclusive curso de formação, se não for etapa do concurso).</p> <p>f) júri e outros serviços obrigatórios instituídos por lei, como o trabalho em eleições (inciso VI), e que têm a natureza de concessão;</p> <p>g) afastamento para missão ou estudo no exterior (inciso VII);</p> <p>h) licença à gestante (art. 207), à adotante (art. 210) e à paternidade (art. 208, inciso VIII, a);</p> <p>i) licença para tratamento da própria saúde (arts. 202 a 206), até o limite (cumulativo ao longo do serviço público prestado à União) de 24 meses (inciso VIII, b); ultrapassado o limite de 24 meses, conta somente para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do art. 103, VII;</p> <p>j) licença por motivo de acidente em serviço (arts. 211 a 214, inciso VIII, d) – ver comentários do art. 211;</p> <p>k) licença para capacitação (art. 87, inciso VIII);</p> <p>l) licença para o serviço militar (art. 85, inciso VIII, f);</p>	<p>a) tempo de serviço público (em cargo público efetivo e também em emprego público e cargo de provimento em comissão, os quais, embora se submetam a regime geral de previdência social e contem como compensação recíproca entre os regimes, não estão incluídos na previsão do inciso V deste art. 103) prestado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, desde que devidamente averbado (inciso I);</p> <p>b) licença para tratamento de saúde de pessoa da família do servidor, com remuneração, que exceder a 30 (trinta) dias em período de 12 (doze) meses;</p> <p>c) licença para atividade política, quanto ao segundo período, remunerado, que vai do registro da candidatura na Justiça Eleitoral até o décimo dia seguinte ao pleito, desde que não ultrapassado o limite de três meses (art. 86, § 2º); o primeiro período (entre a aprovação em convenção partidária e a véspera do registro da candidatura), bem como a parcela do segundo período que eventualmente ultrapasse os três meses, como são concedidos sem remuneração, não contam como exercício para efeito algum (inciso III);</p> <p>d) mandato eletivo exercido antes do ingresso no serviço público federal (inciso IV);</p> <p>e) tempo de serviço na iniciativa privada, desde que registrado na previdência social (regime geral) (inciso V);</p> <p>f) tempo de serviço relativo ao tiro de guerra (inciso VI);</p> <p>g) licença para tratamento da própria saúde (arts. 202 a 206), quanto ao período que ultrapassar o limite (cumulativo) de 24 meses durante o tempo de serviço público federal, nos termos do art. 102, VIII, b. Obs.: até 24 meses, conta-se para todos os efeitos.</p>

- m) período de trânsito para a nova sede, em caso de deslocamento (art. 18, inciso IX); (10 a 30 dias)
- n) participação em competição desportiva nacional (campeonatos, torneios, copas etc.) ou convocação para integrar representação desportiva nacional (seleção brasileira, qualquer que seja a modalidade), no país ou no exterior, conforme disposto em lei específica (*inciso X*);
- o) afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere (art. 96, inciso XI).

Se o gozo de alguma licença ou afastamento não contar como efetivo exercício para todos os efeitos ou não contar apenas para aposentadoria ou disponibilidade, não contará para nada.

EXEMPLOS

Faltou para doar sangue, conta para todos os efeitos de acordo com a lei.

Mandato eletivo exercido antes do ingresso no serviço público federal, conta APENAS para aposentadoria e disponibilidade. Por exemplo, não conta para promoção.

Faltou 1 dia sem motivo. Não conta para nada.

Períodos que contam como efetivo exercício para todos os efeitos, exceto para promoção **por merecimento:**

- afastamento para o exercício de mandato eletivo (art. 94, inc. V);
- o tempo de mandato eletivo anterior ao ingresso no serviço público federal somente conta para fins de aposentadoria ou disponibilidade, nos termos do art. 103, IV;
- licença para o desempenho de mandato classista (art. 92, inciso VIII, c).

Períodos que contam como efetivo exercício para todos os efeitos, exceto para promoção **por merecimento:**

- afastamento para o exercício de mandato eletivo (art. 94, inc. V);
- o tempo de mandato eletivo anterior ao ingresso no serviço público federal somente conta para fins de aposentadoria ou disponibilidade, nos termos do art. 103, IV;
- licença para o desempenho de mandato classista (art. 92, inciso VIII, c).

1.11. DIREITO DE PETIÇÃO

É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públícos, em defesa de direito ou interesse legítimo (art. 104).

Temos as seguintes formas na Lei n. 8.112/1990 de formular pedidos à Administração Pública.

Requerimento: trata-se de uma petição em que se formula alguma solicitação à Administração Pública.

Pedido de reconsideração: trata-se de um pedido feito à **própria autoridade** que proferiu a decisão para que reconsiderere (“volte atrás”) o indeferimento do pedido anterior feito.

Recurso é um pedido feito à **autoridade superior** para reformar a decisão anterior.

O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 dias.

Caberá recurso:

- do indeferimento do pedido de reconsideração;
- das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

O recurso será dirigido à **autoridade imediatamente superior** à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades. Será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida (art. 108).

O recurso **poderá** ser recebido com efeito **suspensivo**, a juízo da autoridade competente.

Com o efeito suspensivo, o recurso não produz os seus efeitos.

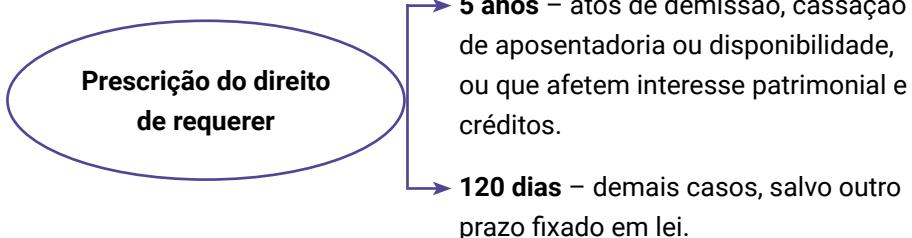
EXEMPLO

Decisão administrativa determinou descontar dias não trabalhados pelo servidor. Ao interpor recurso, solicita o efeito suspensivo; se ele for dado, até a decisão final da análise do recurso, nenhum desconto será efetuado.

Em termos bem simples, prescrição tem a ver com prazo para exercer uma pretensão. E a pretensão é exercida por meio da ação. Ex.: vou cobrar uma dívida que tenho com um amigo. Essa pretensão está sujeita à prescrição (tem um prazo para “entrar com a ação”).

Sabendo disso, o direito de requerer prescreve:

- em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;
- em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.



Assim, por exemplo, servidor que foi demitido tem prazo prescricional de 5 anos para formular pedido requerendo a anulação da demissão.

O prazo de prescrição será contado da data da **publicação** do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, **interrompem** a prescrição. A interrupção inicia novamente a contagem do prazo prescricional, qualquer que seja o tempo. Quando da interrupção, deve ser desconsiderado o prazo já transcorrido, e procede-se a nova contagem, a partir do zero, tendo por termo inicial a data da interrupção. Essa é, aliás, a grande diferença entre a suspensão e a interrupção: nesta, o prazo é zerado; enquanto, naquela, o prazo volta a correr de onde tinha parado.

1.12. REGIME DISCIPLINAR

Vamos ver agora o regime disciplinar, que é o conjunto de obrigações que o servidor possui na sua atividade funcional.

Descumprida uma obrigação, será aberto um processo administrativo para apurar se constitui infração administrativa e, em seguida, aplicada a sanção disciplinar.

Vem comigo!

1.12.1. Das Responsabilidades (Art. 121)

O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Assim, por um ato que ele cometa, pode responder nas três esferas.

Responsabilidade	Civil	Relativa a danos de natureza patrimonial ou moral.	Ressarcimento dos danos causados, na forma dos arts. 45 a 47 da Lei n. 8.112/1990.
	Penal	Abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor.	A sanção consiste na pena privativa de liberdade, em regra, e multa como pena acessória. Aplicação pelo Poder Judiciário.
	Administrativa	Decorre do descumprimento dos deveres funcionais exigidos do servidor (arts. 116 e 117).	Sanção administrativa disciplinar (art. 127).

Estabelece a lei que as sanções civis, penais e administrativas poderão **cumular-se**, sendo **independentes** entre si.

Porém, a regra não é absoluta: a absolvição penal, por **negativa do fato** ou **negativa de autoria**, gera absolvição na via administrativa (art. 126).

Obs.: | absolvição na esfera penal por **falta ou ausência de provas** não vincula a esfera administrativa.

A absolvição criminal somente se reflete obrigatoriamente nas demais esferas (civil e administrativa) se decorrer de negativa de existência do fato (o judiciário reconhece que o fato de que o servidor é acusado não existiu), ou negativa de autoria (o fato existiu, mas não foi o servidor que o cometeu). Pode ocorrer de o servidor ser absolvido na esfera penal por falta de provas e, mesmo assim, ser condenado na esfera administrativa. Pode ocorrer que o juiz entendeu que não há provas suficientes para uma condenação criminal (a mais pesada para a pessoa). Mas, na via administrativa, pode haver aplicação de sanção.

Obs.: a Lei de Acesso à Informação, Lei n. 12.527/2011, acrescentou o art. 126-A na Lei n. 8.112/1990: Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.

Regra: as sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se, sendo independentes entre si.

Exceção: a absolvição penal por **negativa do fato** ou **negativa de autoria** gera absolvição na via administrativa.

DIRETO DO CONCURSO

QUESTÃO 9 (CESPE/CGE-CE/AUDITOR DE CONTROLE INTERNO/2019) Apesar da independência entre as instâncias administrativa e penal, há situações em que a sentença penal absolutória decorrente de suposta falta cometida por servidor público afasta a sua responsabilidade administrativa-disciplinar. Caracteriza uma dessas situações

- a)** o cometimento de falta que não constitua infração penal.
- b)** o reconhecimento de excludente de ilicitude.

- c)** a negativa de autoria do fato delituoso pelo réu.
- d)** a conclusão, na seara penal, pela ocorrência de falta residual.
- e)** a prova de que o réu concorreu para a infração penal.

 **COMENTÁRIO****Letra c.**

A letra "c" é o gabarito, segundo o que se depreende do art. 126 da Lei n. 8.112/1990:

Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

QUESTÃO 10 (VUNESP/UFABC/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2016) Considerando o que dispõe a Lei n. 8.112/1990 sobre a responsabilidade do servidor público, é correto afirmar que

- a)** o servidor responde civilmente pelos seus atos, mesmo que não cause prejuízos ao erário ou a terceiros.
- b)** quando causar danos a terceiros, o servidor responderá diretamente pelos prejuízos no lugar da Fazenda Pública.
- c)** as sanções civis, penais e administrativas, aplicáveis ao servidor, poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- d)** se o servidor for condenado civilmente por algum ato, ele também deverá responder criminalmente pelo mesmo ato.
- e)** a obrigação de reparar o dano causado pelo servidor, no caso de seu falecimento, não poderá ser transmitida aos seus herdeiros.

 **COMENTÁRIO****Letra c.**

a) Errada. De acordo com a Lei n. 8.112/1990, art. 121, o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições e desde que cause prejuízos ao erário ou a terceiros.

- b) Errada.** Quando causar danos a terceiros, o Estado responderá diretamente pelos prejuízos no lugar do agente, contudo, o servidor responderá perante a Fazenda Pública, em ação regressiva (art. 121, § 2º, Lei n. 8.112/1990).
- c) Certa.** De acordo com a Lei n. 8.112/1990, art. 125, as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- d) Errada.** Na verdade, a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- e) Errada.** De acordo com a **Lei n. 8.429/1992, art. 8º**, o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021).

1.12.2. Das Penalidades (Art. 127)

Quais penalidades um servidor pode receber pela prática de uma infração administrativa?

Na esfera administrativa, ele responde com o seu cargo, a sanção máxima será a demissão. Se o servidor já está aposentado, receberá a sanção de cassação de aposentadoria. Nesse caso, ele continua sem trabalhar, mas sem receber qualquer prestação pecuniária.

Advertência (art. 129)	Demissão (art. 130)
Aplicada nos casos do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave: I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – recusar fé a documentos públicos; IV – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; V – manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;	I – crime contra a Administração Pública; (arts. 312 a 326 do CP); II – abandono de cargo; (<i>falta por MAIS de 30 dias consecutivos</i>) III – inassiduidade habitual; (<i>faltar por 60 dias durante 12 meses</i>) IV – improbidade administrativa; V – incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição; (<i>atos que violam o decoro; desvios de conduta; pessoa imoderada em sensualidade</i>) VI – insubordinação grave em serviço; (<i>não cumpre ordens</i>) VII – ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VI – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VI – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VII – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o **segundo** grau civil;

XIX – recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

VIII – aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX – revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI – corrupção;

XII – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII – transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117; são eles:

IX – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X – participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

XI – atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até

o **segundo** grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII – aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV – praticar usura sob qualquer de suas formas; (emprestar dinheiro a juros)

XV – proceder de forma desidiosa; (descaso, desleixo)

XVI – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

Suspensão (art. 130)

Aplicada em caso de **reincidência** das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão (XVII e XVIII do art. 117).

Suspensão é um meio termo. A infração não é tão leve para aplicar advertência e não é tão grave que justifique a demissão.

– Prazo: não pode exceder a 90 dias.

Observação 1: será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação (art. 130, § 1º).

Observação 2: quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser **convertida** em **multa**, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço. (art. 130, § 2º).

Cassação de aposentadoria ou disponibilidade (art. 134)

Aplicada ao inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Destituição de cargo em comissão ou da função comissionada

Será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Observação: constatada essa hipótese, a exoneração efetuada nos termos do art. 35 será convertida em destituição de cargo em comissão.

JURISPRUDÊNCIA

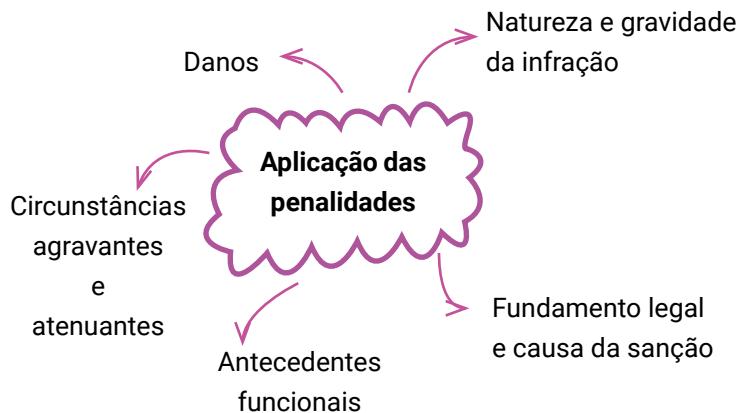
Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou **inconstitucional** o parágrafo único do art. 1387. Entendeu o STF que a proibição de retorno ao serviço público federal do servidor demitido ou destituído de cargo em comissão por prática de crime contra a administração pública, improbidade administrativa, aplicação irregular de dinheiro público, lesão aos cofres públicos, dilapidação do patrimônio nacional e corrupção impõe pena de caráter perpétuo, o que é vedado pela Constituição Federal. . ADI 2975

Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Na aplicação das penalidades, serão consideradas a **natureza** e a **gravidade** da infração cometida, os **danos** que dela provierem para o serviço público, as **circunstâncias** agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais (art. 128). Antes de ser aplicada a sanção, devem ser analisadas essas condições, para, talvez, aplicar sanção mais grave ou mais branda em relação àquela indicada.

O ato de imposição da penalidade mencionará **sempre** o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.



Competência para Aplicação das Penalidades (Art. 141)

A Lei n. 8.112/1990 definiu quais as autoridades têm competência para aplicar cada sanção.

Sanção	Autoridade competente
Advertência	Chefe da repartição (ou outra autoridade apontada em regulamento ou regimento interno).
Suspensão até 30 dias	Idem à advertência.
Suspensão de 31 a 90 dias	Autoridade imediatamente inferior à mais alta de cada órgão ou Poder (Vice-Presidentes dos Tribunais, Vice-Procurador-Geral da República, Vice-Presidente da República e de cada Casa do Congresso Nacional).
Demissão	Autoridade mais alta de cada órgão (Presidentes dos Tribunais Federais e Procurador-Geral da República) ou Poder (Presidente da República ou de cada Casa do Congresso Nacional).
Cassação de aposentadoria ou disponibilidade	Idem à demissão.
Destituição de cargo em comissão	Autoridade que nomeou o servidor para o cargo em comissão.

ATENÇÃO

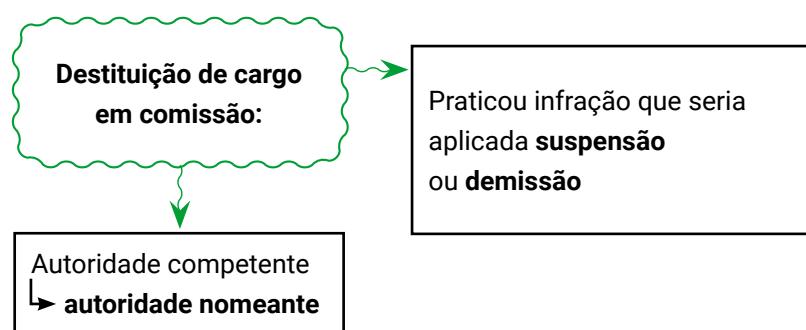
A DESTITUIÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO é uma SANÇÃO para aquele que tem cargo em comissão e praticou infração que seria aplicada **suspensão ou demissão**. Mas ele receberá a sanção de DESTITUIÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

Assim, cargo em comissão pode receber como punição advertência ou destituição de cargo em comissão.

Cargo em comissão NÃO É DEMITIDO. Se ele sai do cargo por punição, é a destituição do cargo. Se sair a pedido, é EXONERAÇÃO.

Ao contrário do que a mídia divulga, a autoridade (ex.: Ministro) não entrega carta de demissão.

A autoridade competente para destituição de cargo em comissão não é a autoridade máxima, mas a autoridade nomeante.



Prescrição da Ação Disciplinar (Art. 142)

Sanção (art. 127)	Prazo prescricional (art. 142)	Prazo para cancelamento do registro (art. 131)
Advertência	180 dias.	3 anos.
Suspensão	2 anos.	5 anos.
Demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de CC/FC	5 anos.	Nunca, pois a punição tem efeitos permanentes.

O prazo prescricional começa a correr quando o fato se torna CONHECIDO por alguma autoridade competente para instaurar o processo administrativo.

Tais prazos de prescrição só têm aplicação se a infração não for também capitulada como **crime** no caso de haver coincidência entre a falta funcional e o crime; vale o prazo prescricional deste, seja menor ou maior.

O termo inicial da contagem do prazo de prescrição dos ilícitos disciplinares não é, ao contrário do Direito Penal, a data da prática do fato, mas, sim, a data em que o fato ficou **conhecido**, foi descoberto.

Estará interrompida a prescrição, de acordo com o § 3º, com a **abertura** de qualquer processo disciplinar (abertura de sindicância ou instauração de processo administrativo disciplinar propriamente dito, nos termos dos arts. 144 e 148), mantendo-a interrompida até a decisão final da autoridade competente. A interrupção **zera** a contagem a partir da data do fato interruptivo. A Lei n. 8.112/1990 não fez previsão de quando a contagem do prazo prescricional reinicia. Esse prazo foi fixado pelo STJ. Veja a nota a seguir:

Obs.: segundo entendimento jurisprudencial, não sendo o PAD concluído em 140 dias, o prazo prescricional volta a ser contado em sua integralidade. Isso porque esse é o prazo máximo para encerramento do PAD (60 + 60 dias do PAD + 20 dias para decisão). Não sendo encerrado nesse prazo, volta a contar (do início) o prazo prescricional.

Prevê o art. 170 da lei que extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor. O Plenário do STF entendeu que o dispositivo é inconstitucional.² Já que o servidor não foi condenado, não teria justificativa para ficar algum registro em seus assentamentos funcionais.

1.13. Do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

1.13.1. Instrumentos Processuais de Apuração

São meios para apurar infrações disciplinares: sindicância e processo administrativo disciplinar.

1.13.2. Sindicância

A sindicância é o procedimento administrativo mais simples, tanto é que é utilizada para apurar infrações mais leves.

² MS n. 23.262/DF, rel. Min. Dias Toffoli, 23/04/2014. Informativo n. 743, STF.

Pode, também, ser aberta uma sindicância investigativa a fim de apurar a ocorrência de uma suposta infração.

Consequências da sindicância:

Conclui-se pela atipicidade da conduta ou pela inocorrência do fato	Arquivamento da sindicância.
Conclui-se pela existência de falta funcional punível com advertência ou com suspensão por até 30 dias, e já se conhece o autor do fato (autoria)	A penalidade deve ser aplicada por meio da própria sindicância (dispensa PAD).
Conclui-se pela existência de infração (materialidade) punível com demissão ou suspensão superior a 30 dias	Deve ser encerrada a sindicância e instaurado processo administrativo disciplinar (art. 146).
Observação	O prazo para o término da sindicância é de 30 dias (a contar da abertura), podendo ser prorrogado uma vez por igual período (mais 30).

1.13.3. Afastamento Preventivo do Servidor (Art. 147)

Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, **sem prejuízo da remuneração** (leia-se com remuneração). Isso podendo ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

1.13.4. Comissão (Art. 149)

Órgão colegiado composto por **três servidores estáveis** que deve devem ser designados pela autoridade competente, na ocasião da instauração do PAD. O único requisito para integrar a comissão é ser servidor **estável**. Porém, para ser o **presidente** da comissão, é necessário, além de ser estável, possuir nível superior ou o mesmo nível de **escolaridade** do indiciado, **ou** ainda ser titular de **cargo** de nível mais elevado ou do mesmo nível.

Presidente da comissão (condições), além da estabilidade, deve ter:	nível de <i>escolaridade</i> superior ao do indiciado; OU
	mesmo nível de <i>escolaridade</i> do indiciado; OU
	<i>cargo efetivo</i> superior do indiciado; OU
	<i>cargo efetivo</i> do mesmo nível do indiciado.

Para os demais membros, basta que sejam efetivos.

Não pode atuar nos procedimentos disciplinares, integrando comissão de sindicância ou de inquérito, quem seja cônjuge ou companheiro do investigado ou parente, consanguíneo ou afim, até o **terceiro** grau.

A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

Obs.: | segundo a Súmula Vinculante n. 5 do STF, a falta de defesa técnica por advogado no processo disciplinar **não** viola a Constituição.

O servidor deve ser **citado por meio de mandado** expedido pelo presidente da comissão, para que apresente a defesa, por escrito e no prazo de dez dias. O prazo de dez dias, prorrogável uma vez pelo dobro, será dilatado para 20 dias quando houver mais de um acusado.

Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será **citado por edital**, publicado no *Diário Oficial da União* e em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa. Nesse caso, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

A citação por edital é uma citação ficta, pois se presume que o servidor foi notificado.

Mas, na prática, o servidor não tem o conhecimento de que foi cientificado. Mas serve para o processo administrativo poder transcorrer.

Durante o tempo que trabalho com PAD, só vi uma vez uma citação por edital. Foi o caso de um servidor que foi indiciado por abandono de cargo, por ter faltado por mais de 30 dias consecutivos. O servidor sumiu. E o processo tinha de continuar. Ele foi citado por edital, não apareceu e o processo teve o seu curso. Mas antes de finalizar o PAD e aplicar a demissão, ele compareceu e apresentou justificativa.

Sabe por que ele sumiu?

Ele teve uma relação extraconjugal com a esposa do vizinho e estava ameaçado de morte. E a ameaça era séria, pois o marido traído era temido na região. Tanto é que o marido traído foi assassinado por um outro desafeto, por isso o servidor apareceu. No final, não foi aplicada a demissão porque ele não tinha a vontade de abandonar o cargo (*animus abandonandi*).

Mas vamos deixar de história e voltar ao processo disciplinar.

Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

O PAD se desenvolve nas seguintes fases: instauração, inquérito e julgamento.

Inquérito é a fase de **investigação** propriamente dita e que é conduzida pela comissão (daí chamada “comissão de inquérito”). Tem início logo após a instauração e só termina com a conclusão do relatório pela comissão. É também aqui que o servidor investigado exerce a defesa. O inquérito divide-se em três subfases, quais sejam:

- **Instrução:** é a fase de produção de provas propriamente dita em que a comissão vai colher depoimentos de testemunhas de acusação e de defesa, do acusado, vai requerer a produção de perícias, requisitar documentos e todas as atuações que julgar cabíveis na busca da verdade real;
- **Defesa:** terminada a instrução, vem a oportunidade do servidor acusado de exercer sua defesa, contraditando as provas eventualmente contra ele produzidas pela comissão. A defesa é parte fundamental do processo, tanto que sua ausência é causa de nulidade (art. 169);
- **Relatório:** é a conclusão da comissão de inquérito, que deve elaborá-lo e encaminhá-lo à autoridade competente para o julgamento. O relatório deve ser conclusivo, isto é, deve conter claramente um juízo de valor sobre a conduta do indiciado, absolvendo-o ou recomendando a aplicação de uma punição específica. Deve ser plena, adequada e perfeitamente motivado.

O relatório será **sempre conclusivo** quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

O relatório não vincula a autoridade que julgará o processo: trata-se de um verdadeiro parecer obrigatório,

imprescindível à validade do processo, mas não vinculante (art. 168, *caput*). Porém, caso não acate a decisão da comissão, a autoridade julgadora deverá motivar o ato (art. 168, parágrafo único).

Conforme dito anteriormente, o julgamento é a última fase do processo administrativo disciplinar, na qual se resolverá sobre a culpa ou não do servidor processado. O prazo para julgamento é de 20 dias, a contar do recebimento dos autos, independentemente da complexidade do processo ou do número de indiciados. A lei não prevê prorrogação do prazo, embora seja oportuno lembrar que o julgamento fora do prazo não implica nulidade do processo (art. 169, § 1º).

O julgamento **acatará** o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos. Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

É difícil a autoridade julgadora aplicar sanção diversa daquela sugerida pela comissão, pois foi a comissão que realmente adentrou na análise da infração e aponta todas as justificativas para a devida sanção. Apenas se o relatório final da comissão não for bem feito é que, geralmente, gera aplicação de outra sanção pela autoridade competente.

1.13.5. Prazo para Conclusão do PAD (Art. 152)

O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, **admitida a sua prorrogação** por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

O termo inicial do prazo é a publicação do ato de instauração. O julgamento fora do prazo não implica nulidade do processo (art. 169, parágrafo único), mas pode causar a prescrição intercorrente, pois, a partir do término do prazo previsto em lei, volta a correr o prazo prescricional. De acordo com a jurisprudência, o termo final desse prazo é a conclusão do relatório pela comissão de inquérito, e não o julgamento em si, do que resulta que o prazo total do processo é de, no máximo, 140 dias (60 + 60 + 20).

1.13.6. Revisão do PAD (Art. 174)

O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a **pedido ou de ofício**, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada. Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

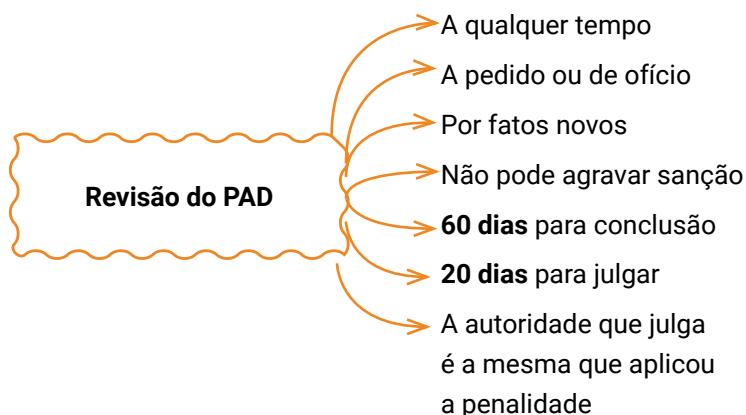
Obs.: | da revisão não pode resultar agravamento da sanção aplicada.

A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário (art. 176).

A comissão revisora terá 60 dias para a conclusão dos trabalhos.

O prazo para julgamento será de 20 dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

A autoridade julgadora do processo de revisão é a mesma que aplicou a penalidade, nos termos do art. 141, ao qual remetemos o leitor.



DIRETO DO CONCURSO

QUESTÃO 11 (VUNESP/CÂMARA DE TATUÍ-SP/PROCURADOR LEGISLATIVO/2019) A respeito do processo administrativo disciplinar, é correto afirmar que

- a) o princípio da instrumentalidade das formas estabelece a possibilidade de aproveitamento dos atos processuais que tenham cumprido sua finalidade, ainda que presentes vícios de formalidade.

- b) semelhantemente ao processo judicial, o processo administrativo rege-se pelo princípio da oficialidade, segundo o qual a instauração e a impulsão do processo ocorrem por ofício.
- c) o processo disciplinar deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, se necessário, e a inobservância do prazo implica na nulidade do processo.
- d) a instauração do processo não interrompe a prescrição da pena e não impedirá a exoneração a pedido ou a aposentadoria voluntária do servidor indiciado.
- e) ao servidor acusado, é reservado o direito de acompanhar o procedimento pessoalmente ou por meio de procurador, que, necessariamente, deverá ser advogado.

 **COMENTÁRIO****Letra a.**

a) **Certa.** O princípio da instrumentalidade das formas é aquele que diz que o ato administrativo deve cumprir uma finalidade. Se ainda houver vício no ato, mas atingiu a finalidade, o ato será válido.

b) **Errada.** O processo administrativo pode iniciar de ofício ou por requerimento. É o que dispõe a Lei n. 9.784/1999:

Art. 5º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

c) **Errada.** **O julgamento fora do prazo não implica nulidade do processo** (art. 169, § 1º), mas pode causar a prescrição intercorrente, pois, a partir do término do prazo previsto em lei, volta a correr o prazo prescricional.

Art. 169, § 1º O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

d) **Errada.** A instauração do PAD também interrompe a prescrição da pena.

Art. 142, § 3º. A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

Art. 170. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

e) **Errada.**

Art. 113. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

1.14. PROCESSO SUMÁRIO PARA VERIFICAÇÃO DE ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES (ART. 133) E PARA DEMISSÃO POR ABANDONO DE CARGO E INASSIDUIDADE HABITUAL

Cabimento: abandono de cargo, inassiduidade habitual e acumulação ilegal de cargos, empregos e funções.

1.14.1. Processo Sumário para Verificação de Acumulação Ilegal de Cargos

Verificado que o servidor descumpre as normas para a acumulação lícita de cargos, empregos ou funções (arts. 118/120), deve ser notificado (por intermédio da chefia imediata) pela autoridade que tiver conhecimento do fato para optar entre um deles, no prazo de 10 dias, a contar da ciência da notificação. A opção feita dentro do prazo equivale a pedido de **exoneração** do cargo preterido (§ 5º), não podendo o servidor ser, nesse caso, punido, pois se presume a boa-fé na acumulação (§ 5º). Como efeitos da decisão **condenatória**, o servidor **perde os dois** (ambos) cargos ou empregos ou funções (§ 6º), devendo haver comunicação aos dois órgãos ou entidades.

O prazo para a conclusão do procedimento sumário é de 30 dias (§ 7º), contados da instauração, podendo ser prorrogado por mais 15 dias. Porém, deve-se lembrar que o julgamento fora do prazo não acarreta nulidade do processo (art. 169, § 1º).

O abandono de cargo e inassiduidade habitual também serão apurados mediante processo sumário.



DIRETO DO CONCURSO

QUESTÃO 12 (CESPE/STM/CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR/CONHECIMENTOS BÁSICOS/2018) Julgue o item a seguir, relativo ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, às carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União e à responsabilidade civil do Estado.

No caso de acumulação ilegal de cargos públicos, o servidor será notificado para apresentar opção e, se ele permanecer omissivo, será instaurado procedimento administrativo disciplinar sumário conduzido por comissão composta por dois servidores estáveis.

 **COMENTÁRIO****Certo.**

Verificado que o servidor descumpre as normas para a acumulação lícita de cargos, empregos ou funções (arts. 118 a 120 da Lei n. 8.112/1990), deve ser notificado (por intermédio da chefia imediata) pela autoridade que tiver conhecimento do fato para optar entre um deles, no prazo de 10 dias, a contar da ciência da notificação. A opção feita dentro do prazo equivale a pedido de exoneração do cargo preterido (art. 133, § 5º, Lei n. 8.112/1990), não podendo o servidor ser, nesse caso, punido, pois se presume a boa-fé na acumulação.

No processo sumário, a comissão será de 2 servidores estáveis:

Art. 133. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: (Redação dada pela Lei n. 9.527, de 10.12.97)

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração (Incluído pela Lei n. 9.527, de 10.12.97)

II - instrução sumária, que compreende indicação, defesa e relatório; (Incluído pela Lei n. 9.527, de 10.12.97)

III - julgamento.

1.14.2. Abandono de Cargo (Art. 138)

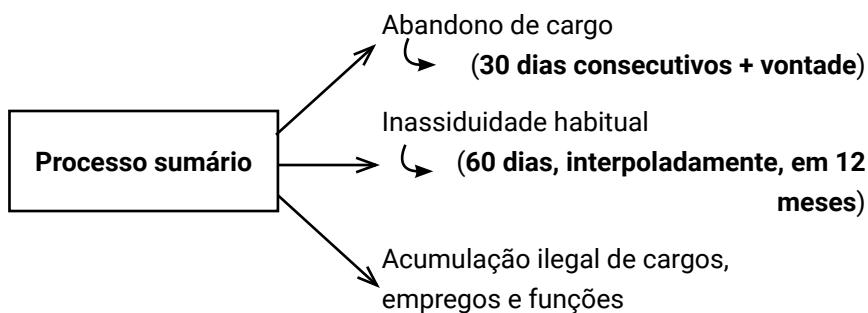
Configura abandono de cargo a **ausência intencional** do servidor ao serviço por **mais de trinta dias** consecutivos. É a conduta do servidor que, intencionalmente, deixa de comparecer ao trabalho por *mais de trinta dias consecutivos*.

Tem de haver: ausência por MAIS de 30 dias (**elemento objetivo**) + vontade de abandonar o cargo (*animus abandonandi*) (**elemento subjetivo**).

1.14.3. Inassiduidade Habitual (Art. 139)

Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por **sessenta dias, interpoladamente**, durante o período de doze meses.

De acordo com o STF, a inassiduidade decorrente de greve, não pode implicar exoneração de servidor em estágio probatório, nem sanção disciplinar. RE n. 226.966/RS e ADI n. 3.235/AL, respectivamente.



1.15. SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR (ARTS. 183 E SEGUINTEs)

Obs.: o servidor que ocupa exclusivamente cargo em comissão é regido pela Lei n. 8.112/1990. No entanto, quanto à seguridade social, será regido pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS), salvo no que se refere à assistência à saúde.

Os destinatários dos benefícios são o servidor e a família.

1.15.1. Benefícios Prestados ao Servidor

Aposentadoria (arts. 186/195, com as modificações trazidas pelas ECs n. 20/1998, n. 41/2003 e n. 47/2005 ao art. 40 da CF), que é a inatividade permanente e remunerada.

Auxílio-natalidade (art. 196), valor pago em virtude do nascimento de filho.

Salário-família (arts. 197/201).

Licença para tratamento da própria saúde (arts. 202/206).

Obs.:

- Até o limite de vinte e quatro meses.
- A pedido do servidor ou de ofício pela Administração.
- Concedida com base em perícia oficial.

Licença à gestante (art. 207), à adotante (art. 210) e licença-paternidade (art. 208).

Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional (arts. 211/214).

Garantia de condições individuais e ambientais de trabalho favoráveis, que deverão ser apuradas nos termos dos arts. 154/233 da CLT (no que for aplicável), por analogia, uma vez que a Lei n. 8.112 nada dispõe a esse respeito, a não ser com relação a condições de trabalho e de férias do servidor que trabalha diretamente com raios-x (arts. 72 e 79).

Benefícios ao servidor

- * Auxílio-natalidade
- * Salário-família
- * Licença para tratamento da própria saúde
- * Licença gestante, adotante e paternidade
- * Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional
- * Garantia de condições individuais e ambientais de trabalho favoráveis

Assim, o STJ que não é aplicável à regra da aposentadoria compulsória por idade na hipótese de servidor público que ocupe exclusivamente cargo em comissão, pois, nesse caso, são aplicadas as regras do regime geral da previdência social (RMS 36.950-RO, Rel. Min. Castro Meira, DJe 26/4/2013).

Outros benefícios do servidor:

AUXÍLIO-NATALIDADE – ART. 196	
QUEM RECEBE	A servidora.
MOTIVO	Nascimento de filho.
VALOR	Equivalente ao menor vencimento do serviço público, inclusive no caso de natimorto.
PARTO MÚLTIPLA	O valor será acrescido de 50% (cinquenta por cento), por nascituro.

Obs.: o auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora.

SALÁRIO-FAMÍLIA – ART. 197

QUEM RECEBE	Servidor ativo ou inativo, por dependente econômico.
DEPENDENTES	I – o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 (vinte e um) anos de idade ou, se estudante, até 24 (vinte e quatro) anos ou, se inválido, de qualquer idade; II – o menor de 21 (vinte e um) anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo; III – a mãe e o pai sem economia própria.

Obs.: Não se configura a dependência econômica quando o beneficiário do salário-família perceber rendimento do trabalho ou de qualquer outra fonte, inclusive pensão ou provento da aposentadoria, em valor igual ou superior ao salário mínimo.

Quando o pai e a mãe forem servidores públicos e viverem em comum, o salário-família será pago a **um deles**; quando separados, será pago a um e outro, de acordo com a distribuição dos dependentes.

O afastamento do cargo efetivo, sem remuneração, não acarreta a suspensão do pagamento do salário-família.

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE – ART. 202

FORMA	A pedido ou de ofício.
REMUNERAÇÃO	Com remuneração.
PRAZO	Até 24 meses. Superior a 120 dias = junta médica oficial. Após 24 meses, deve ser feita uma perícia, se o servidor estiver bom, retorna ao trabalho. Se não estiver bom, será caso de aposentadoria por invalidez.

Art. 204. A licença para tratamento de saúde inferior a 15 (quinze) dias, dentro de 1 (um) ano, poderá ser dispensada de perícia oficial, na forma definida em regulamento.

Art. 205. O atestado e o laudo da junta médica não se referirão ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço, doença profissional ou qualquer das doenças especificadas no art. 186, § 1º.

LICENÇA À GESTANTE – ART. 207

PRAZO E REMUNERAÇÃO	120 dias – COM remuneração. Obs.: o Decreto n. 6.690/2008 estabelece a possibilidade de prorrogação por 60 dias quando requerida até o final do primeiro mês após o parto.
NASCIMENTO PREMATURO	A licença terá início a partir do parto.
NATIMORTO	Decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício.
ABORTO	Quando atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Art. 209. Para amamentar o próprio filho, até a idade de seis meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a uma hora de descanso, que poderá ser parcelada em dois períodos de meia hora.

LICENÇA À ADOTANTE – ART. 210

MOTIVO	Adoção ou guarda judicial.
PRAZO	– Criança com até 1 ano de idade: 90 dias. – Criança com mais de 1 ano de idade: 30 dias.
REMUNERAÇÃO	Com remuneração

O art. 210 da Lei n. 8.112/1990, assim como outras leis estaduais e municipais, prevê que o prazo para a servidora que adotar uma criança é inferior à licença que ela teria caso tivesse tido um filho biológico. De igual forma, esse dispositivo estabelece que, se a criança adotada for maior que 1 ano de idade, o prazo será menor do que seria se ela tivesse até 1 ano. Segundo o STF, tal previsão é inconstitucional. Foi fixada, portanto, a seguinte tese:

JURISPRUDÊNCIA

Os prazos da licença-adotante não podem ser inferiores ao prazo da licença-gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença-adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada. STF. Plenário. RE n. 778.889/PE, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 10/3/2016 (repercussão geral) (Info 817).

LICENÇA POR ACIDENTE AO SERVIÇO – ART. 211

**PRAZO E
REMUNERAÇÃO**

Prazo indeterminado e com remuneração.

Art. 212. Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que se relate, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

Parágrafo único. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

- I – decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;
- II – sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

1.15.2. Benefícios Prestados aos Familiares do Servidor

Pensão (arts. 215/225), seja vitalícia (art. 217, I) ou temporária (art. 217, II), em decorrência de morte do servidor.

Auxílio-funeral (arts. 226/228), em caso de óbito do servidor.

Auxílio-reclusão (art. 229).

Benefícios aos familiares {
* Pensão
* Auxílio-funeral
* Auxílio-reclusão

Pensão

Com relação à pensão, a Lei n. 13.135/2015 alterou regras da Lei n. 8.112/1990, não havendo mais classes de beneficiários.

Art. 217. São BENEFICIÁRIOS DA PENSÃO (só uma categoria)

- I – o cônjuge
 - II – o cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente;
 - III – o companheiro ou companheira que comprove união estável como entidade familiar;
 - IV – o filho de qualquer condição que atenda a um dos seguintes requisitos:
 - a) seja menor de 21 (vinte e um) anos;
 - b) seja inválido;
 - c) tenha deficiência grave; ou
 - d) tenha deficiência intelectual ou mental, nos termos do regulamento;
 - V – a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor; e
 - VI – o irmão de qualquer condição que comprove dependência econômica do servidor e atenda a um dos requisitos previstos no inciso IV.
- § 1º A concessão de pensão aos beneficiários de que tratam os incisos I a IV do *caput* exclui os beneficiários referidos nos incisos V e VI. (SE I a IV recebem, V e VI não receberão)
- § 2º A concessão de pensão aos beneficiários de que trata o inciso V do *caput* exclui o beneficiário referido no inciso VI. (SE beneficiário do inc. V recebe, do inciso VI não receberá)

O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do servidor e des-de que comprovada dependência econômica, na forma estabelecida em regulamento.

Ocorrendo habilitação de vários titulares à pensão vitalícia, o seu valor será **distribuído** em **partes iguais** entre os beneficiários habilitados.

A pensão DEIXOU DE SER VITALÍCIA como regra!

Art. 220. Perde o direito à pensão por morte:

- VII – em relação aos beneficiários de que tratam os incisos I a III do *caput* do art. 217:
 - a) o decurso de 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o servidor tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do servidor;
 - b) o decurso dos seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do pensionista na data de óbito do servidor, depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:
 - 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;
 - 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;
 - 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;
 - 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;
 - 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;
 - vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

A pensão só será vitalícia se o beneficiário tem 44 anos ou mais de idade quando ocorreu o óbito do servidor. Nos demais casos, a pensão será de 3 anos a 20 anos.

Art. 219. A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão-somente as prestações exigíveis há mais de 5 (cinco) anos.

Art. 220. Não faz jus à pensão o beneficiário condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do servidor.

O art. 221 admite pensão provisória por morte presumida.

EXEMPLO

Servidor foi passear de barco, a embarcação virou e o servidor está sumido há 3 meses.

A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

Art. 223. Por morte ou perda da qualidade de beneficiário, a respectiva cota reverterá:

- I – da pensão vitalícia para os remanescentes desta pensão ou para os titulares da pensão temporária, se não houver pensionista remanescente da pensão vitalícia;
- II – da pensão temporária para os cobeneficiários ou, na falta destes, para o beneficiário da pensão vitalícia.

A nova lei, também, estabeleceu que ressalvado o direito de opção, é vedada a percepção cumulativa de **pensão** deixada por mais de um cônjuge, companheiro ou companheira, e de **mais de duas pensões. Limitou a no máximo duas pensões.**

O valor da pensão, também, recebeu modificação com a EC n. 41/2003.

A pensão devida aos dependentes sofreu muitas modificações com a EC n. 103/2019. Com a EC n. 41/2003 já havia acabado com a pensão pelo valor da última remuneração do servidor falecido. a EC 41/2003 deu nova redação ao § 7º do art. 40 da CF, para dispor que a pensão por morte corresponderia ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite.

Com a EC n. 103/2019, o valor da pensão por morte foi reduzido ainda mais.

Vejamos o disposto na nova Emenda:

Art. 23. A pensão por morte concedida a dependente de segurado do Regime Geral de Previdência Social ou de servidor público federal será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

§ 1º As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).

Agora, a pensão corresponde a uma cota de 50% com acréscimo de 10 pontos por dependente.

Para se chegar ao valor da cota de 50% deve ser feito o cálculo conforme uma das duas condições: servidor já estava aposentado ou servidor estava na ativa.

Se o servidor já estava aposentado, a cota de 50% corresponderá ao valor da aposentadoria recebida.

Caso o servidor estivesse ativo a cota de 50% será feito o cálculo como se o servidor fosse aposentado por incapacidade permanente.

A partir desse cálculo inicial, haverá acréscimo de cotas de 10 pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100%.

EXEMPLO

João, servidor público, morreu deixou esposa e 2 filhos. Receberá a cota de 50% + 30 pontos de acréscimo referente à esposa e os dois filhos. Assim, o valor da pensão será 80% da média.

Não há também a reversão de cotas. À medida que o dependente perde essa qualidade, a cota é extinta e não é transferida para os demais.

Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte será equivalente a: (§ 2º)

I – 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e

II – uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Assim, até o teto do RGPS o valor é 100% do teto. Se o servidor ganha mais do que o teto do INSS, haverá uma cota familiar de 50%, do valor excedente, acrescida de cotas de 10 pontos percentuais por dependente. Então se o servidor tem filho, por exemplo, inválido e ganha R\$10.000,00, receberá o teto do RGPS, mais 50% dessa diferença (R\$10.000,00 e teto do RGPS) acrescido de 10% em razão do filho dependente.

Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.

Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado conforme as regras gerais.

E o tempo de duração da pensão por morte e das cotas individuais por dependente até a perda dessa qualidade, o rol de dependentes e sua qualificação e as condições necessárias para enquadramento serão aqueles estabelecidos na Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Assim, a EC n. 103/2019, determinou que as demais regras sobre pensão por morte e dependente do servidor público sejam as mesmas do RGPS.

Acumulação de Pensão

Fixou a EC n. 103/2019, art. 24, que é vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal. Assim, sedimentou-se a regra de vedação de acumulação de pensão do mesmo regime (RGPS=RGPS e RPPS=RPPS), salvo quando ocorrer situação de cargos acumuláveis permitidos pela CF.

Cabe acrescentar que a vedação de acumulação foi referente à pensão deixada por cônjuge ou companheiro, não havendo impedimento para pensão deixada por filhos, por exemplo.

A EC n. 103/2019 admitiu a cumulação de pensão nas seguintes situações:

I – pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal;	PM de RGPS +PM de RPPS; ou PM de RGPS/RPPS + PM Militar
II – pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal; ou	PM de RGPS/RPPS + aposentadoria
III – pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social.	PM militar + aposentadoria do RGPS/RPPS

Mesmo nos casos de acumulação permitida, não será o valor total que o servidor receberá.

Em situações de acumulação lícita, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

- 60% do valor que exceder 1 (um) salário mínimo, até o limite de 2 (dois) salários mínimos;
- 40% do valor que exceder 2 (dois) salários mínimos, até o limite de 3 (três) salários mínimos;
- 20% do valor que exceder 3 (três) salários mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários mínimos; e
- 10% do valor que exceder 4 (quatro) salários mínimos.

EXEMPLO

Luiz é aposentado do RPPS e ganha R\$7.000 e seu cônjuge faleceu deixando pensão paga pelo RGPS no valor de R\$5.000. Nesse caso, Luiz o valor mais vantajoso será R\$7.000,00 (de aposentadoria) + 100% do primeiro salário mínimo, mais 60% do que passa 1 salário até 2, 40% de 2 salários até 3, e assim por diante. A aplicação dos percentuais de redução do benefício menos vantajoso se dá de forma progressiva. Dessa forma, na primeira faixa (até 1 salário-mínimo) ele recebem 100%, 60% da segunda faixa, 40% da terceira, e depois se somam os subtotais.

Dependentes

Cabe registrar que o art. 23, § 4º, da EC n. 103/2019, estabeleceu que o tempo de duração da pensão por morte e das cotas individuais por dependente até a perda dessa qualidade, o rol de dependentes e sua qualificação e as condições necessárias para enquadramento serão aqueles estabelecidos na Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

Assim, entendemos que as disposições sobre pensão constantes da Lei n. 8.112/1990, sobre os temas mencionados no art. 23, § 4º, da EC n. 103/2019, estão revogados, embora os artigos sobre pensão da Lei de Servidores Federais possuem redação semelhante aos artigos 16 e 77, da Lei n. 8.213/1991 (com a redação dada pela 13.846/2019), que tratam sobre pensão.

Outros benefícios para a FAMÍLIA do servidor:

AUXÍLIO-FUNERAL – ART. 226	
CABIMENTO	É devido à <i>família</i> do servidor falecido na atividade ou aposentado.
CARGOS ACUMULÁVEIS	Será pago somente em razão do cargo de <i>maior</i> remuneração.
PAGAMENTO	Pago no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral. Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado.
Obs.: em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão à conta de recursos da União, autarquia ou fundação pública.	

AUXÍLIO-RECLUSÃO – ART. 229

VALOR	2/3 da Remuneração: afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva. ½ da Remuneração: afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva , a pena que não determine a perda de cargo.
-------	--

O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.

Dois benefícios prestados ao **servidor** e aos **familiares**: assistência à saúde (art. 230), consistente em obrigação de fazer (inciso I, *g*; inciso II, *d*).

Terminamos nossa aula. Espero que tenha sido proveitosa!

RESUMO

A **estabilidade** somente se adquire após **três anos** de efetivo exercício (art. 41, CF).

A perda do cargo só poderá ocorrer, depois que adquirirem a estabilidade, nos seguintes casos (art. 41, § 1º, CF):

- I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

A **lei** fixará o **percentual** dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira. As funções de confiança serão preenchidas **exclusivamente** por servidores **efetivos**. Cargo em comissão e função de confiança destinam-se apenas às atribuições de **direção, chefia e assessoramento**.

A **nomeação** é a única forma de provimento originário.

A **demissão** provoca a extinção do vínculo em virtude de conduta ilegal anterior provocada pelo servidor, constituindo uma **penalidade**. A **exoneração** é a dispensa do servidor por interesse de este ou da Administração sem caráter punitivo.

O art. 37, X, da CF prevê que a remuneração dos servidores públicos e o subsídio somente poderão ser fixados ou alterados por **lei específica**.

São privativos de brasileiro nato os cargos:

- de Presidente e Vice-Presidente da República;
- de Presidente da Câmara dos Deputados;
- de Presidente do Senado Federal;
- de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- da carreira diplomática;
- de oficial das Forças Armadas;
- de Ministro de Estado da Defesa.

No que se refere aos portadores de deficiência a **Constituição** estabelece que a **lei reservará percentual** dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência

e definirá os critérios de sua admissão. A Lei n. 8.112/1990 fixa o limite **máximo** de 20% das vagas do concurso para os portadores de necessidades especiais.

O exame psicotécnico deve ter previsão em **lei**.

O prazo de validade do concurso público será de **até dois anos**, prorrogável **uma vez**, por igual período.

Conforme a **CF**, durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos serão convocados com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

Teto geral para todos os Poderes da União, estados, municípios e DF, o subsídio mensal dos Ministros do STF.

Acumulações de cargos permitidas: a) dois cargos de professor; b) um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) dois cargos ou empregos privativos de **profissionais de saúde**, como profissões regulamentadas.

Mandato federal, estadual ou distrital: o servidor será **afastado** do cargo.

Mandato de prefeito: o servidor também ficará **afastado** do cargo, mas poderá optar entre a remuneração do cargo efetivo e o subsídio do mandato eletivo; **mandato de vereador:** é a única hipótese em que o servidor poderá, dependendo do caso, **acumular** o cargo efetivo com o de vereador, se houver compatibilidade de horário.

A exoneração pode ser a **pedido**, quando o servidor deseja sair do serviço público e desocupar o cargo de que é titular; ou **ex officio**, constituindo-se pela iniciativa da Administração em dispensar o servidor. Esta última (*ex officio*) possui três espécies:

- não aprovação no estágio probatório, no caso de servidor efetivo;
- servidor que toma posse, mas não entra em exercício no prazo legal;
- cargo em comissão a critério da autoridade competente.

Exceções ao concurso público: cargos vitalícios, cargo em comissão e agentes temporários.

Empresas públicas e sociedades de economia mista estão submetidas ao teto constitucional. Mas se não receberem recursos do Ente que originou sua criação não estarão limitadas ao referido teto.

Conforme o art. 40, § 6º, da CF, os proventos de aposentadoria são **acumuláveis** desde que se refiram a cargos que também seriam acumuláveis.

A **nomeação** é a única forma de provimento originário, e pode ocorrer para cargo de provimento efetivo ou em comissão. Provimento **derivado** é aquele que decorre de um anterior vínculo da pessoa com a Administração, isto é, o cargo é provido em virtude de a pessoa já ser titular de um cargo.

Se o nomeado não toma posse no prazo legal, ficará **sem efeito** o ato de nomeação.

Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade **física** ou **mental** verificada em inspeção médica.

Reversão é o retorno à atividade de servidor **aposentado** por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubstinentes os motivos da aposentadoria; ou no interesse da administração. Reversão **involuntária** é aquela que independe da vontade do servidor. Ocorre quando não mais subsistem os motivos que justificaram a aposentadoria do servidor por invalidez. Reversão **voluntária** ou a pedido ou no interesse da Administração: ocorre quando o servidor aposentado voluntariamente (CF, art. 40, § 1º, III) pede para voltar ao cargo. São requisitos para a reversão voluntária:

- solicitação do aposentado (por isso denominada voluntária ou a pedido);
- a aposentadoria tenha sido voluntária;
- o servidor já era estável antes de se aposentar;
- prazo máximo de cinco anos entre a aposentadoria e a reversão;
- existência cargo vago.

A **reintegração** é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo; ou de reintegração do anterior ocupante. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será *aproveitado* em outro cargo compatível com a escolaridade, atribuições e remuneração.

Aproveitamento é a colocação do servidor em disponibilidade em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Formas de vacância:

- **Exoneração:** forma de perda do cargo (a pedido ou não) do servidor em atividade, mas sem caráter punitivo (art. 34);
- **Demissão:** perda do cargo com caráter **punitivo** (ver arts. 127 e 132);
- **Promoção:** é simultaneamente forma de provimento e de vacância;
- **Readaptação:** também é forma de provimento e de vacância;
- **Aposentadoria:** é a passagem do servidor definitivamente para a inatividade remunerada (passa a receber proventos);
- **Posse em outro cargo inacumulável;**
- **Falecimento.**

Configura abandono de cargo a **ausência intencional** do servidor ao serviço por **mais** de trinta dias consecutivos.

Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por **sessenta dias, interpoladamente**, durante o período de doze meses.

QUESTÕES DE CONCURSO

QUESTÃO 1 (2019/CESPE/TCE-RO/NÍVEL SUPERIOR/CONHECIMENTOS BÁSICOS) O estágio probatório é o período durante o qual se exige do servidor público investido em cargo efetivo

- a)** produtividade por até dois anos consecutivos.
- b)** assiduidade por até dois anos consecutivos.
- c)** quitação de suas obrigações eleitorais.
- d)** aprovação em curso de formação.
- e)** disciplina e capacidade de iniciativa.

QUESTÃO 2 (2019/CESPE/MPC-PA/ANALISTA MINISTERIAL/CONTROLE EXTERNO) Se um servidor em disponibilidade reingressa no serviço público, em cargo de natureza e padrão de vencimento correspondentes ao que ocupava, então, nesse caso, ocorre o que se denomina

- a)** redistribuição.
- b)** aproveitamento.
- c)** readaptação.
- d)** recondução.
- e)** remoção.

QUESTÃO 3 (2019/CESPE/CGE-CE/AUDITOR DE CONTROLE INTERNO) Com observância do contraditório e da ampla defesa e com a autorização judicial competente, é possível que a prova seja emprestada do processo penal para o processo administrativo disciplinar. Nesse sentido, o empréstimo de provas

- a)** restringe-se a processos em que figurem partes idênticas.
- b)** exige o trânsito em julgado do processo penal.
- c)** é cabível quando envolver prova produzida de interceptação telefônica.
- d)** restringe-se às provas testemunhais.
- e)** é vedado quando envolver o empréstimo de prova produzida em inquérito policial.

QUESTÃO 4 (ADAPTADA) Com referência à lei n. 8.112/90 julgue o item abaixo:

A recondução é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

QUESTÃO 5 (2019/CESPE/PREFEITURA DE BOA VISTA-RR/PROCURADOR MUNICIPAL)

A respeito das garantias constitucionais relativas a processo administrativo disciplinar, julgue o item a seguir.

Conforme jurisprudência do STJ, a instauração de processo administrativo disciplinar com base unicamente em denúncia anônima é viável, desde que tenha sido realizado previamente procedimento investigatório.

QUESTÃO 6 (2019/CESPE/SEFAZ-RS/AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL/BLOCO

II) O deslocamento de servidor público, por interesse da administração, para o exercício em uma nova sede, com mudança de domicílio permanente, configura

- a)** recondução, com direito a ajuda de custo para sua instalação.
- b)** readaptação, com direito a ajuda de custo para sua instalação.
- c)** remoção, com direito a ajuda de custo para sua instalação.
- d)** readaptação, sem direito a ajuda de custo para sua instalação.
- e)** remoção, sem direito a ajuda de custo para sua instalação.

QUESTÃO 7 (2019/CESPE/TJ-BA/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO). Se os servidores estatutários de uma autarquia ambiental deflagrarem greve e pararem de trabalhar,

- a)** a greve será, de pronto, ilegal, visto que ainda não foi editada lei que regulamente a greve no serviço público.
- b)** a greve poderá ser considerada legal se o Estado der causa à deflagração, assim como ocorreria no caso de servidores policiais civis.
- c)** a administração pública poderá agir discricionariamente para escolher se desconta da remuneração dos servidores os dias parados.
- d)** a greve poderá ser declarada legal, porém a administração pública deverá, em regra, descontar da remuneração dos servidores os dias parados.

e) a administração pública será obrigada, caso haja requerimento de sindicato ou associação, a promover uma compensação pelas horas não trabalhadas, evitando o desconto na remuneração dos servidores.

QUESTÃO 8 (2018/CESPE/STJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Com base no disposto na Lei n. 8.112/1990, julgue o item seguinte.

Apesar de as instâncias administrativa e penal serem independentes entre si, a eventual responsabilidade administrativa do servidor será afastada se, na esfera criminal, ele for beneficiado por absolvição que negue a existência do fato ou a sua autoria.

QUESTÃO 9 (2018/CESPE/STJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Com base no disposto na Lei n. 8.112/1990, julgue o item seguinte.

O servidor em estágio probatório não poderá afastar-se para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, ainda que com a perda total da remuneração.

QUESTÃO 10 (2018/CESPE/STJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Com base no disposto na Lei n. 8.112/1990, julgue o item seguinte.

Será cassada a aposentadoria voluntária do servidor inativo que for condenado pela prática de ato de improbidade administrativa à época em que ainda estava na atividade.

QUESTÃO 11 (2018/CESPE/STJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Com base no disposto na Lei n. 8.112/1990, julgue o item seguinte.

O auxílio-moradia poderá ser concedido a servidor público que resida com outra pessoa que receba o mesmo benefício.

QUESTÃO 12 (2018/CESPE/STJ/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Julgue o seguinte item de acordo com as disposições constitucionais e legais acerca dos agentes públicos. A acumulação remunerada de cargos públicos é vedada, exceto quando houver compatibilidade de horários, caso em que será possível, por exemplo, acumular até três cargos de profissionais de saúde.

QUESTÃO 13 (2018/CESPE/STJ/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Julgue o seguinte item de acordo com as disposições constitucionais e legais acerca dos agentes públicos. Em regra, o servidor público da administração autárquica que estiver no exercício de mandato eletivo ficará afastado do seu cargo, emprego ou função, disposição também aplicável ao servidor da administração pública fundacional.

QUESTÃO 14 (2018/CESPE/STJ/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Julgue o seguinte item de acordo com as disposições constitucionais e legais acerca dos agentes públicos. A reversão constitui a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, e ocorre quando é invalidada a demissão do servidor por decisão judicial ou administrativa. Nesse caso, o servidor deve ser resarcido de todas as vantagens que deixou de perceber durante o período demissório.

QUESTÃO 15 (2018/CESPE/STJ/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Julgue o seguinte item de acordo com as disposições constitucionais e legais acerca dos agentes públicos.

A investidura em cargo, emprego ou função pública exige a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma prevista em lei.

QUESTÃO 16 (2018/CESPE/ABIN/OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA/CONHECIMENTOS GERAIS) No que se refere à administração pública e aos seus agentes, julgue o item a seguir.

O estágio probatório inicia-se na data da posse do agente público, findando-se com o término do prazo de três anos.

QUESTÃO 17 (2018/CESPE/ABIN/AGENTE DE INTELIGÊNCIA) Julgue o item que se segue, a respeito do regime jurídico dos servidores públicos, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Improbidade Administrativa e da garantia empregatícia de servidores efetivos e vitalícios.

A despeito do caráter compulsório da aposentadoria aos setenta anos de idade, o detentor de cargo público vitalício poderá exercê-lo até os oitenta anos de idade.

QUESTÃO 18 (2018/CESPE/ABIN/AGENTE DE INTELIGÊNCIA) Julgue o item que se segue, a respeito do regime jurídico dos servidores públicos, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Improbidade Administrativa e da garantia empregatícia de servidores efetivos e vitalícios. Situação hipotética: José, servidor nomeado para cargo efetivo, passou pelo estágio probatório com nota dez na avaliação de desempenho do cargo, adquirindo a estabilidade no serviço público.

Assertiva: Nessa situação, a despeito da excelência do seu desempenho, José poderá ser exonerado do serviço público seis meses após a conclusão do seu estágio probatório, caso apresente queda na produtividade por dois meses seguidos.

QUESTÃO 19 (2018/CESPE/SEFAZ-RS/AUDITOR DO ESTADO/BLOCO II) Conforme o STF, no que se refere às carreiras de segurança pública, o exercício do direito de greve é:

- a)** vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.
- b)** permitido aos servidores públicos civis e aos militares.
- c)** permitido apenas aos policiais civis, salvo em caso de estado de sítio e estado de defesa.
- d)** permitido apenas aos policiais civis que atuem diretamente na área de segurança pública.
- e)** vedado aos policiais civis, salvo se essa atividade for suprida por órgão da iniciativa privada.

QUESTÃO 20 (2018/CESPE/STM/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos e seu regime, julgue o item a seguir.

As funções de confiança, correspondentes a encargos de direção, chefia ou assessoramento, só podem ser exercidas por titulares de cargos efetivos.

QUESTÃO 21 (2018/CESPE/STM/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos e seu regime, julgue o item a seguir.

Após ser empossado, o servidor que não entrar em exercício no prazo legal será exonerado.

QUESTÃO 22 (2018/CESPE/STM/CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR/CONHECIMENTOS BÁSICOS) Julgue o item a seguir, relativo ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, às carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União e à responsabilidade civil do Estado.

No caso de acumulação ilegal de cargos públicos, o servidor será notificado para apresentar opção e, se ele permanecer omissa, será instaurado procedimento administrativo disciplinar sumário conduzido por comissão composta por dois servidores estáveis.

QUESTÃO 23 (2018/CESPE/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Acerca do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos, julgue o item a seguir. Em que pese ocuparem cargos eletivos, as pessoas físicas que compõem o Poder Legislativo são consideradas agentes públicos.

QUESTÃO 24 (2018/CESPE/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Acerca do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos, julgue o item a seguir. Os empregados das empresas públicas submetem-se ao regime celetista e, por isso, estão fora do rol de agentes públicos.

QUESTÃO 25 (2018/CESPE/STM/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA) Acerca das regras aplicáveis aos servidores públicos do Poder Judiciário, e considerando o que dispõe a Lei n. 8.112/1990 e a Lei n. 11.416/2006, julgue o item a seguir.

A legislação que dispõe sobre o regime estatutário prevê a possibilidade de o servidor público, em determinadas hipóteses, pedir remoção para outra localidade, independentemente do interesse da administração pública.

QUESTÃO 26 (2018/CESPE/STM/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA) Acerca das regras aplicáveis aos servidores públicos do Poder Judiciário, e considerando o que dispõe a Lei n. 8.112/1990 e a Lei n. 11.416/2006, julgue o item a seguir.

Provimento é o ato emanado da pessoa física designada para ocupar um cargo público, por meio do qual ela inicia o exercício da função a que for nomeada.

QUESTÃO 27 (2018/CESPE/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS) Acerca do acesso à informação, dos servidores públicos e do processo administrativo no âmbito federal, julgue o item que se segue.

Se sofrer um acidente que o leve à incapacidade física, o servidor público federal poderá ser readaptado em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com as suas limitações, ficando em disponibilidade até a vacância do cargo adequado.

QUESTÃO 28 (2018/CESPE/PC-MA/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL) Pela suposta prática de falta funcional, foi instaurado procedimento administrativo disciplinar contra Luiz, servidor público estadual. Luiz respondeu, relativamente aos mesmos fatos, a ação penal ajuizada pelo MP local. À luz da disciplina da responsabilização dos servidores públicos, é correto afirmar que, nessa situação hipotética,

- a)** eventual sentença absolutória criminal fundamentada no fato de a conduta do servidor público não constituir infração penal não impede a aplicação de penalidade em âmbito administrativo, com base na chamada falta residual.
- b)** em razão da independência entre as instâncias administrativa e penal, eventual sentença absolutória criminal não repercutirá na esfera administrativa.
- c)** eventual sentença absolutória criminal fundamentada na falta de provas implicará absolvição na esfera administrativa.
- d)** em razão da possível influência da sentença criminal na instância administrativa, o procedimento administrativo disciplinar deverá permanecer suspenso até o término da ação penal.
- e)** eventual sentença extintiva da punibilidade do crime, independentemente de seu fundamento, implicará no arquivamento do procedimento administrativo disciplinar.

QUESTÃO 29 (2018/CESPE/PC-MA/ESCRIVÃO DE POLÍCIA) A revisão, de ofício, pela administração pública, de decisões sancionatórias aplicadas a servidor público por meio de regular processo administrativo é:

- a)** vedada, em razão da necessidade de provocação do servidor público.
- b)** permitida, ainda que tenha ocorrido a preclusão administrativa, em razão do princípio da autotutela.
- c)** permitida, em decorrência do princípio da oficialidade.
- d)** permitida apenas se as alegações da revisão coincidirem com as suscitadas pela parte no decorrer do processo.
- e)** vedada, em obediência ao princípio da economia processual.

QUESTÃO 30 (2018/CESPE/PC-MA/PERITO CRIMINAL) Acerca da administração pública, julgue os itens a seguir, com base na CF.

I – A vedação de acúmulo remunerado de cargos, empregos ou funções públicas não se estende às sociedades de economia mista.

II – O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, podendo-se prorrogá-lo por igual período, enquanto houver cadastro de reserva.

III – Havendo compatibilidade de horários, é permitida a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

IV – O servidor público da administração direta que for afastado para o exercício de mandato eletivo não terá esse tempo contado para o fim de promoção por merecimento.

Estão certos apenas os itens

- a)** I e III.
- b)** II e IV.
- c)** III e IV.
- d)** I, II e III.
- e)** I, II e IV.

QUESTÃO 31 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS 1, 2, 3) No que se refere às características do poder de polícia e ao regime jurídico dos agentes administrativos, julgue o item que se segue.

A garantia constitucional de permanecer no cargo público após três anos de efetivo exercício denomina-se efetividade.

QUESTÃO 32 (2021/CESPE/CEBRASPE/PC-DF/AGENTE DE POLÍCIA DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL) João, servidor público, aliciou um dos seus subordinados a se filiar ao sindicato da categoria a que ambos pertenciam. Em razão desse fato, instaurou-se processo administrativo contra João para apurar sua conduta funcional. Concluído o procedimento, o chefe da repartição, Antônio, aplicou a pena de advertência por escrito pelo ato praticado. Considerando a situação hipotética precedente, o disposto na Lei n. 8.112/1990, os requisitos do ato administrativo e os poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

A penalidade aplicada a João é incabível, uma vez que não há previsão legal expressa para a punição funcional pelo ato praticado.

QUESTÃO 33 (2021/CESPE/CEBRASPE/PC-DF/AGENTE DE POLÍCIA DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL) Com base na Lei n. 8.112/1990, julgue o item que se segue. Será aposentado o servidor que, avaliado em inspeção médica para fins de readaptação, for julgado incapaz para o serviço público.

QUESTÃO 34 (2021/CESPE/CEBRASPE/PC-DF/AGENTE DE POLÍCIA DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL) Com base na Lei n. 8.112/1990, julgue o item que se segue.

A nomeação poderá se dar tanto em caráter efetivo quanto em comissão, dependendo, ambos os casos, de prévia habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos.

QUESTÃO 35 (2021/CESPE/CEBRASPE/PC-DF/AGENTE DE POLÍCIA DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL) Com base na Lei n. 8.112/1990, julgue o item que se segue. As atribuições do cargo definidas em lei não garantem, por si só, a concessão e a continuidade do pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade

QUESTÃO 36 (2021/CESPE/CEBRASPE/DEPEN/AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL) Jorge, chefe de repartição vinculada a órgão público federal, determinou, de forma expressa, que todos os servidores deveriam tratar os administrados com respeito e urbanidade e que não toleraria ofensa verbal. No entanto, Bruno, um de seus subordinados que exerce cargo em comissão e não possui cargo efetivo, cometeu grave insubordinação em serviço ao insultar Fernanda, uma administrada que havia solicitado informações sobre o andamento de processo que tramitava no referido órgão. Jorge, na figura de autoridade pública competente, abriu processo administrativo disciplinar contra Bruno, que culminou na aplicação de pena de suspensão por 90 dias ao insubordinado.

Considerando essa situação hipotética e os dispositivos da Lei n. 8.112/1990 e da Lei n. 9.784/1999, bem como as disposições a respeito dos poderes administrativos e da responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro, julgue o item subsequente.

A Lei n. 8.112/1990 é inaplicável a Bruno, uma vez que ele exerce cargo em comissão e não possui cargo efetivo.

QUESTÃO 37 (2021/CESPE/CEBRASPE/DEPEN/AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL)

Na pretensão de celebrar contrato administrativo com empresa fornecedora de serviço de mão de obra, João, servidor público competente de determinado órgão público, elaborou edital de licitação prevendo em uma de suas cláusulas que a empresa contratada reserve percentual mínimo de sua mão de obra a pessoas oriundas do sistema prisional. Tomando conhecimento do fato, o chefe de João, autoridade máxima do órgão, sem apresentar justificativa, suspendeu o edital e determinou a contratação direta da empresa por dispensa de licitação. Contrariado com a atitude do seu superior hierárquico, João foi embora para casa no meio do expediente sem autorização do seu chefe, coisa que nunca antes fizera.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Por se ausentar do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, João está sujeito a pena de suspensão.

QUESTÃO 38 (2021/CESPE/CEBRASPE/DEPEN/ENFERMAGEM) A respeito da administração pública, dos servidores públicos da União e dos contratos e convênios celebrados pela União, julgue o item a seguir.

Considere que Guilherme, servidor estável em cargo por ele anteriormente ocupado, não tenha sido aprovado no estágio probatório do cargo público que ocupa atualmente. Nessa situação hipotética, Guilherme deverá ser reintegrado no cargo anteriormente ocupado.

QUESTÃO 39 (2021/CESPE/CEBRASPE/DEPEN/ENFERMAGEM) Considerando o processo de apuração de falta funcional, julgue o item a seguir.

A denúncia anônima é meio legítimo à viabilização da instauração de processo administrativo disciplinar.

QUESTÃO 40 (2021/CESPE/CEBRASPE/POLÍCIA FEDERAL/AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL) Determinado agente da Polícia Federal revelou um segredo sobre uma operação policial que seria realizada para deter uma quadrilha de traficantes. Ele havia se apropriado desse

segredo em razão do seu cargo. Tendo a operação fracassado, a administração da Polícia recebeu uma denúncia sobre o ocorrido e abriu processo administrativo disciplinar contra o referido servidor.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O servidor, em razão do seu ato, está sujeito à pena de demissão.

QUESTÃO 41 (2021/CESPE/CEBRASPE/POLÍCIA FEDERAL/DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL)

Foi realizado concurso para o preenchimento de vagas para determinado cargo público, de natureza civil, da administração direta federal. Após a divulgação dos resultados, os aprovados foram nomeados. Considerando essa situação hipotética e o que dispõe a Lei n. 8.112/1990, julgue o item subsecutivo.

Os aprovados no referido concurso público serão investidos em cargos em comissão mediante posse e somente adquirirão estabilidade se, após três anos de efetivo exercício, forem aprovados no estágio probatório.

QUESTÃO 42 (2021/CESPE/CEBRASPE/POLÍCIA FEDERAL/DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL)

Foi realizado concurso para o preenchimento de vagas para determinado cargo público, de natureza civil, da administração direta federal. Após a divulgação dos resultados, os aprovados foram nomeados. Considerando essa situação hipotética e o que dispõe a Lei n. 8.112/1990, julgue o item subsecutivo.

É correto afirmar que o cargo público em questão foi criado por lei.

QUESTÃO 43 (2021/CESPE/CEBRASPE/IBGE/AGENTE DE PESQUISAS POR TELEFONE)

Conforme a Lei n. 8.112/1990, em caso de exercício irregular de suas atribuições, o servidor público poderá responder na(s) esfera(s)

- a) administrativa, apenas.**
- b) penal, apenas.**
- c) administrativa e civil, apenas.**
- d) civil e penal, apenas.**
- e) administrativa, civil e penal.**

QUESTÃO 44 (2021/CESPE/CEBRASPE/TC-DF/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO) A respeito de atos administrativos, dos princípios administrativos, do processo administrativo e dos poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

Segundo entendimento do STJ, o ato de instauração válido do processo administrativo disciplinar constitui o marco inicial da contagem do prazo prescricional.

QUESTÃO 45 (CEBRASPE/IBAMA/TÉCNICO AMBIENTAL/2022) Determinado servidor público faltou ao serviço sem causa justificada, por período igual a sessenta dias, intercaladamente, durante doze meses.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item a seguir, com base na Lei n. 8.112/1990. A referida conduta pode acarretar ao servidor a penalidade de demissão.

QUESTÃO 46 (CEBRASPE/IBAMA/ANALISTA/LICENCIAMENTO AMBIENTAL/2022) Considerando a situação hipotética de que determinado servidor público, sem prévia autorização da chefia imediata, tenha-se ausentado do serviço durante o expediente, para comprar presentes para sua família, julgue o item a seguir, com base na Lei n. 8.112/1990.

Tal conduta poderá acarretar penalidade de demissão ao servidor.

QUESTÃO 47 (CEBRASPE/IBAMA/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2022) No que diz respeito à administração pública, julgue o item a seguir.

A reintegração de servidor público cujo cargo foi extinto não é possível, mesmo que determinada judicialmente.

QUESTÃO 48 (CEBRASPE/FUNPRESP-EXE/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR/ADMINISTRATIVA/2022) Julgue o item a seguir:

Um gerente da FUNPRESP instou um servidor a atualizar os próprios dados cadastrais para que incluísse o endereço de novo imóvel que ele havia comprado em outro estado. Esse servidor, considerando-se ofendido e coagido a fazer isso, argumentou que essa era uma atribuição estranha a seu cargo e citou a seguinte proibição da Lei n. 8.112/1990, para mostrar que o gerente estava errado: “cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa...”.

Nessa situação, o servidor estava correto no entendimento da citada lei e pode recusar-se a informar ao órgão a compra do referido imóvel.

QUESTÃO 49 (CEBRASPE/FUNPRESP-EXE/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR/ADMINISTRATIVA/2022) Um servidor público efetivo que cometeu falta grave no órgão em que trabalhava e se aposentou antes da decisão administrativa final sobre seu processo poderá ter cassada a aposentadoria em caso de condenação com pena de demissão.

QUESTÃO 50 (CEBRASPE/PGE-RJ/ANALISTA PROCESSUAL/2022) Em determinado mês, a administração pública depositou, em decorrência de erro operacional, o triplo do salário em favor de determinado servidor público.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O referido servidor público, mesmo estando de boa-fé, é obrigado a devolver os recursos excedentes.

QUESTÃO 51 (CEBRASPE/FUNPRESP-EXE/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR/ADMINISTRATIVA/2022) Julgue o item a seguir:

Uma analista de previdência complementar, a fim de manifestar seu apreço por uma amiga recém-admitida na Funpresp, realiza reunião com a equipe para discursar sobre as qualidades da nova servidora e comentar como esta poderá contribuir para melhorar o clima organizacional da área. A reunião promovida pela analista tem respaldo na Lei n. 8.112/1990 e outras com a mesma finalidade podem ser incentivadas para o alcance de resultados organizacionais mais expressivos.

QUESTÃO 52 (CEBRASPE/IBAMA/TÉCNICO AMBIENTAL/2022) Determinado servidor público faltou ao serviço sem causa justificada, por período igual a sessenta dias, intercaladamente, durante doze meses.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item a seguir, com base na Lei n. 8.112/1990. Tal situação configura abandono de cargo público.

QUESTÃO 53 (CEBRASPE/PCDF/AGENTE DE POLÍCIA CIVIL/2022) Com base na Lei n. 8.112/1990, julgue o item a seguir.

Será aposentado o servidor que, avaliado em inspeção médica para fins de readaptação, for julgado incapaz para o serviço público.

QUESTÃO 54 (CEBRASPE/DPF/DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL/2022) Considerando a situação hipotética de que determinado servidor público, sem prévia autorização da chefia imediata, tenha-se ausentado do serviço durante o expediente, para comprar presentes para sua família, julgue o item a seguir, com base na Lei n. 8.112/1990.

Trata-se de conduta expressamente proibida pela referida lei.

QUESTÃO 55 (2020/FCC/AL-AP/ASSISTENTE LEGISLATIVO) Ricardo Reis, servidor público, foi acusado, em processo disciplinar, de haver subtraído da repartição um aparelho de ar condicionado, falta que ensejaria sua demissão a bem do serviço público. Em processo criminal instaurado concomitantemente, o juiz absolveu Ricardo, concluindo que Bernardo Soares, pessoa totalmente estranha à repartição, era o verdadeiro responsável pelo furto. Constatou-se, todavia, que Ricardo Reis havia se ausentado da repartição sem acionar os alarmes antifurto, providência de sua exclusiva responsabilidade. Tal comportamento não gerou punição na esfera criminal, por se tratar de conduta criminalmente atípica.

Diante do relato hipotético, conclui-se que Ricardo Reis

- a)** será absolvido da conduta que lhe foi inicialmente imputada, mas ainda poderá ser punido pela conduta omissiva, pois, embora considerada criminalmente atípica, pode configurar falta disciplinar residual.
- b)** deve pedir a inclusão de Bernardo Soares no processo disciplinar, na qualidade de corréu, de maneira a diminuir sua responsabilidade no incidente.
- c)** não sofrerá punições em âmbito administrativo, visto que a decisão criminal é vinculante na esfera administrativa.
- d)** pode ser demitido pela subtração do equipamento, visto que as conclusões da decisão proferida na esfera criminal não vinculam a Administração.
- e)** será indenizado pela injusta submissão a processo disciplinar, o que é suficiente para configurar dano moral.

QUESTÃO 56 (2018/FCC/DPE-AM/ASSISTENTE TÉCNICO/ADMINISTRATIVA) Determinado indivíduo, ocupante de dois cargos de professor, um de ensino médio na rede pública estadual

e outro, de ensino superior, em universidade pública do mesmo Estado, exerce-os concomitantemente e suas remunerações, somadas, resultam em valor inferior ao do subsídio mensal do Governador. Em breve, reunirá os requisitos necessários à obtenção de aposentadoria em ambos cargos. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal, a acumulação de cargos é

- a)** lícita, desde que haja compatibilidade de horários, sendo permitida, nesse caso, a percepção cumulativa dos respectivos proventos de aposentadoria.
- b)** lícita, desde que haja compatibilidade de horários, mas não lhe será dado perceber provenientes de aposentadoria cumulativamente.
- c)** lícita, independentemente de haver compatibilidade de horários, mas não lhe será dado perceber proventos de aposentadoria cumulativamente.
- d)** lícita, independentemente de haver compatibilidade de horários, sendo permitida, nesse caso, a percepção cumulativa dos respectivos proventos de aposentadoria.
- e)** ilícita, razão pela qual não lhe será dado perceber proventos de aposentadoria cumulativamente.

QUESTÃO 57 (2018/FCC/TRT-6ª REGIÃO/PE/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA)

De acordo com a Lei n. 8.112/1990, a responsabilidade civil do servidor público

- a)** é objetiva e solidária com o ente público cujo quadro integra, admitidas, no entanto, as excludentes de responsabilidade.
- b)** dá-se de forma subjetiva, pessoal e integral, com a comprovação de dolo ou culpa do servidor, não cabendo responsabilização do poder público.
- c)** dá-se de forma regressiva e não atinge eventual herança do servidor falecido, cabendo necessariamente a prévia responsabilização do ente público em caráter primário.
- d)** demanda prova de culpa ou dolo, considerando que a responsabilidade civil dos servidores dá-se sob a modalidade subjetiva.
- e)** restringe-se aos atos comissivos, considerando que se dá sob a modalidade subjetiva e, portanto, exige prova de dolo ou culpa.

QUESTÃO 58 (2018/FCC/ALESE/TÉCNICO LEGISLATIVO/ADMINISTRAÇÃO) Em conformidade com a disciplina constitucional atinente aos órgãos, entidades e servidores da Administração pública,

- a)** é vedado a todo servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- b)** o prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.
- c)** os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preenchem os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedada, em qualquer hipótese, a contratação de estrangeiros
- d)** é admitida a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com os casos estabelecidos em lei.
- e)** é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

QUESTÃO 59 (2017/FCC/TRT-21ª REGIÃO/RN/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA)

Após a aprovação em concurso público, José, no dia 20 de outubro de 2010, foi admitido por empresa pública integrante da Administração indireta de determinado Estado, sob o regime celetista. No dia 21 de setembro de 2013, porém, José foi dispensado, mediante ato motivado da autoridade competente, recebendo as verbas rescisórias devidas. Tendo em vista o disposto na Constituição da República, assim como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o ato de dispensa de José é

- a)** válido, uma vez que, tendo sido admitido para ocupar emprego público em empresa pública, José não preenche, ao menos, um dos requisitos impostos pela Constituição da República para que o servidor possa fazer jus à estabilidade, já que não foi nomeado para cargo de provimento efetivo.
- b)** válido, uma vez que José ainda não havia adquirido estabilidade.
- c)** inválido, uma vez que José se encontrava em período de prestabilidade, de maneira que não poderia ter sido dispensado.
- d)** inválido, uma vez que, por ser detentor de estabilidade, José somente poderia ser dispensado em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- e)** inválido, uma vez que José não poderia ter sido dispensado sem a ocorrência de justa causa apurada através do devido processo administrativo disciplinar, na medida em que era detentor de estabilidade, por ter sido admitido após a aprovação em concurso público.

QUESTÃO 60 (2017/FCC/TRT-21ª REGIÃO/RN/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA)

João foi contratado por tempo determinado, mediante processo seletivo simplificado, para atuar junto a órgão da Administração direta, integrante do Poder Executivo de certo Estado, a fim de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

À luz do disposto na Constituição, a remuneração de João

- a)** não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, embora possa ser superior ao do Governador do Estado respectivo.
- b)** não poderá exceder o subsídio mensal do Governador do Estado respectivo.
- c)** não estará sujeita ao limite aplicável aos servidores ocupantes de cargos efetivos, uma vez que foi contratado por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- d)** terá como limite o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado respectivo, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- e)** não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, do Presidente da República, que funciona como limite para a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

QUESTÃO 61 (2017/FCC/TST/ANALISTA JUDICIÁRIO/TAQUIGRAFIA)

Ocupante de cargo público efetivo de médico estadual pretende prestar concurso para o cargo de médico promovido pela Prefeitura do Município em que reside. Na hipótese de ser aprovado no concurso em questão, à luz da Constituição Federal, o médico

- a)** poderá acumular os cargos, desde que haja compatibilidade de horários.
- b)** poderá acumular os cargos, desde que renuncie à remuneração de um deles.
- c)** estará impossibilitado de acumular os cargos, por pertencerem aos quadros de entes diferentes da Federação, de modo que deverá requerer exoneração do cargo atual, caso pretenda tomar posse no municipal.
- d)** poderá acumular os cargos, apenas enquanto não adquirida a estabilidade no cargo municipal, ocasião em que deverá optar por um deles.

e) estará impossibilitado de acumular os cargos, o que somente seria admitido se um fosse de professor, de modo que deverá requerer exoneração do cargo atual, caso pretenda tomar posse no municipal.

QUESTÃO 62 (2017/FCC/TST/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Determinado Município editou lei prescrevendo que o servidor público municipal titular de cargo público efetivo gozará de férias anuais remuneradas, acrescidas do valor de um quinto sobre sua remuneração normal. Considerando que até então o valor do adicional devido ao servidor público por ocasião das férias anuais era equivalente a um terço sobre sua remuneração normal, a referida lei é

- a) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que, dentre os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição ao servidor público nessa situação encontra-se o direito ao gozo de férias remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
- b) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que compete privativamente à União legislar sobre a matéria mediante edição de lei de âmbito nacional.
- c) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que se trata de matéria sujeita à edição de norma geral pela União, que poderá ser suplementada pelos Estados e Distrito Federal, mas não pelos Municípios.
- d) compatível com a Constituição Federal, uma vez que cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal estabelecer o regime jurídico do respectivo funcionalismo público, podendo cada qual dispor sobre o valor do adicional que será devido aos seus servidores públicos por ocasião das férias.
- e) compatível com a Constituição Federal, desde que a nova regra seja aplicada apenas aos servidores públicos que forem nomeados para o exercício de cargos públicos após a entrada em vigor da lei, sob pena de ser violado o princípio da irretroatividade das leis.

QUESTÃO 63 (2017/FCC/TST/JUIZ DO TRABALHO) Na esteira das Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal, é INCORRETO afirmar:

- a) A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.

- b)** Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.
- c)** A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
- d)** É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- e)** Ofende o princípio da livre concorrência lei estadual que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

QUESTÃO 64 (2017/FCC/DPE-RS/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A Constituição Federal assegura aos trabalhadores em geral, mas não aos servidores públicos ocupantes de cargo público, o direito

- a)** à garantia do salário mínimo.
- b)** ao décimo terceiro salário.
- c)** à participação nos lucros ou resultados.
- d)** ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- e)** ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

QUESTÃO 65 (2017/FCC/TRE-PR/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Governador de Estado pretende disciplinar os requisitos para o preenchimento de cargos públicos efetivos, cargos públicos em comissão e de funções públicas. Para concretizar sua intenção, o Governador

- a)** poderá editar decreto, independentemente de lei dispor sobre a matéria, uma vez que os requisitos para preenchimento de cargos e funções públicas é matéria de organização e funcionamento da Administração, passível de ser objeto de ato normativo editado pelo Chefe do Poder Executivo, podendo, alternativamente, encaminhar projeto de lei sobre o tema.
- b)** deverá editar decreto, independentemente de lei dispor sobre a matéria, uma vez que os requisitos para preenchimento de cargos e funções públicas é matéria de organização e

funcionamento da Administração, devendo ser objeto de ato normativo editado pelo Chefe do Poder Executivo.

- c)** deverá apresentar projeto de lei sobre a matéria, salvo para dispor sobre os requisitos para o preenchimento dos cargos em comissão, que podem ser disciplinados por Decreto na medida em que se referem a cargos de livre provimento e exoneração.
- d)** deverá apresentar projeto de lei sobre a matéria, inclusive para dispor sobre os requisitos para o preenchimento dos cargos em comissão e funções públicas.
- e)** deverá apresentar projeto de lei sobre a matéria, salvo para dispor sobre os requisitos para o preenchimento de funções públicas, que podem ser disciplinados por Decreto na medida em que a matéria insere-se no âmbito da organização e funcionamento da Administração.

QUESTÃO 66 (2017/FCC/TRE-PR/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A Constituição Federal estabelece como condição para aquisição de estabilidade pelos servidores públicos:

- I – A nomeação para cargo público de provimento efetivo, em virtude de concurso público, ou para cargo público em comissão, de livre provimento e exoneração.
- II – A posse no cargo há três anos.
- III – A avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Está correto o que se afirma em

- a)** I, II, e III.
- b)** I e III, apenas.
- c)** II e III, apenas.
- d)** III, apenas.
- e)** II, apenas.

QUESTÃO 67 (2017/FCC/FUNAPE/ANALISTA PREVIDENCIÁRIO) A Constituição Federal assegura aos ocupantes de cargos públicos alguns dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre os quais se encontra o direito

- a)** à jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- b)** ao reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

- c)** ao seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- d)** ao seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- e)** ao salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.

QUESTÃO 68 (2017/FCC/TRE-SP/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Ao disciplinar o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, a Constituição da República

- a)** estabelece a obrigatoriedade de os servidores se aposentarem, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 anos de idade, na forma de lei complementar.
- b)** admite a adoção de requisitos e critérios diferenciados para os casos de servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, devendo ser aplicadas, no que couber, as regras do regime geral sobre aposentadoria especial, até a edição de lei complementar específica.
- c)** veda a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência em questão, ainda que decorrentes do exercício de cargos passíveis de acumulação, como dois de professor ou dois privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- d)** prevê que a concessão do benefício de pensão por morte, regulamentado por lei complementar, será igual ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral, caso em atividade na data do óbito.
- e)** autoriza a instituição, por lei de iniciativa do Poder Legislativo da esfera correspondente, de regime de previdência complementar para os servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, podendo fixar, para valor das aposentadorias e pensões, nesse caso, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral.

QUESTÃO 69 (2017/FCC/TRE-SP/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Aos integrantes das carreiras da Advocacia Pública e da Defensoria Pública aplica-se igualmente a regra constitucional segundo a qual

- a)** ingressam nas classes iniciais das carreiras mediante concurso público de provas e títulos, sendo vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- b)** exercem, nos termos da lei complementar que dispuser sobre a organização e o funcionamento da instituição que integram, as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo.
- c)** gozam das garantias de inamovibilidade e vitaliciedade, adquiridas após três anos de efetivo exercício da função, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- d)** estão proibidos de receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.
- e)** farão jus a um abono de permanência, previsto para os servidores titulares de cargo efetivo, caso completem as exigências para aposentadoria voluntária com proventos integrais e optem por permanecer em atividade.

QUESTÃO 70 (2017/FCC/TRE-SP/TÉCNICO DE ENFERMAGEM) De acordo com as regras constitucionais, o servidor público civil

- a)** deve ter a sua remuneração fixada por lei específica, podendo, no entanto, a remuneração ser majorada por ato infralegal, desde que haja recursos orçamentários disponíveis.
- b)** vinculado ao Poder Executivo tem direito à equiparação remuneratória com funções equivalentes exercidas no âmbito do Poder Judiciário, desde que haja recursos orçamentários disponíveis.
- c)** pode perceber, simultaneamente, proventos de aposentadoria decorrentes do exercício de cargo público federal, com remuneração pelo exercício de outro cargo ou emprego público, desde que estadual ou municipal.
- d)** ficará no exercício de mandato de deputado federal, estadual ou distrital, afastado de seu cargo, emprego ou função.
- e)** não poderá perceber parcelas indenizatórias previstas em lei, decorrentes de sua relação funcional com a Administração, se, somadas com sua remuneração, o valor superar o limite remuneratório fixado na Constituição.

QUESTÃO 71 (2017/FCC/TRE-SP/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO) A legislação previdenciária, ao dispor sobre a aposentadoria de servidores públicos civis titulares de cargos públicos efetivos, deve observar, dentre outras normas constitucionais, aquela segundo a qual

- a)** aposentadoria por invalidez permanente dar-se-á com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.
- b)** o servidor não poderá aposentar-se com idade inferior a sessenta e cinco anos, se homem, e sessenta anos, se mulher, salvo no caso de aposentadoria por invalidez.
- c)** é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência oficial, ainda que sejam decorrentes de cargos públicos acumuláveis na forma da Constituição.
- d)** o servidor deve ser compulsoriamente aposentado, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos setenta anos de idade, ou aos setenta e cinco anos de idade, na forma de lei complementar.
- e)** os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, nos casos previstos em lei.

QUESTÃO 72 (2017/FCC/TRE-SP/ANALISTA JUDICIÁRIO/ASSISTÊNCIA SOCIAL) Considere as seguintes situações:

- I – Deputado Estadual em exercício de segundo mandato que pretende candidatar-se à reeleição, em Estado cuja Governadora, em exercício de primeiro mandato e igualmente candidata à reeleição, é sua irmã.
- II – Ocupante de cargo público efetivo na Administração direta federal que, investido no mandato de Vereador, pretende continuar no exercício do cargo, percebendo as vantagens deste, sem prejuízo da remuneração do mandato eletivo, diante da compatibilidade de horários.
- III – Ocupante de cargo de professor em Universidade pública estadual que, investido no mandato de Prefeito, pretende continuar no exercício do cargo, optando pela remuneração deste, diante da compatibilidade de horários.
- IV – Vereador que tem sua naturalização cancelada, por sentença judicial transitada em julgado, durante o segundo ano de exercício do mandato.

O exercício de mandato eletivo será compatível com a disciplina da matéria na Constituição Federal de 1988 APENAS nas situações referidas em

- a)** I e II.

- b)** III e IV.
- c)** I, II e III.
- d)** II, III e IV.
- e)** I e IV.

QUESTÃO 73 (2016/FCC/PGE-MT/TÉCNICO ADMINISTRATIVO) A estabilidade é um direito dos servidores públicos garantido na Constituição Federal. O objetivo é evitar que sejam demitidos sempre que um novo governante é eleito, protegê-los de represálias em casos que afetem interesses e garantir que a máquina do Estado funcione de maneira constante. Os servidores que já adquiriram estabilidade,

- a)** podem perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- b)** podem perder o cargo em virtude de sentença judicial de primeira instância, dependendo da gravidade da infração cometida.
- c)** podem perder o cargo mediante processo administrativo com ou sem apresentação de defesa.
- d)** podem perder o cargo mediante procedimento de avaliação de desempenho, a critério da chefia imediata.
- e)** não podem perder o cargo.

QUESTÃO 74 (2016/FCC/TRT-20^a REGIÃO/SE/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVO)

Considere

- I – Ministro de Estado.
- II – Secretário Estadual.
- III – Vereador.
- IV – Prefeito.

De acordo com a Constituição Federal, serão remunerados, exclusivamente, por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecidas as normas constitucionais pertinentes, os cargos indicados em

- a)** II, III e IV, apenas.
- b)** I, II e III, apenas.
- c)** I, II, III e IV.
- d)** I, III e IV, apenas.
- e)** I e II, apenas.

QUESTÃO 75 (2016/FCC/TRT-20ª REGIÃO/SE/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA)

Feliciano é servidor público federal do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região. Nestas últimas eleições municipais, Feliciano foi eleito vereador da cidade X. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal, considerando que há compatibilidade de horário entre os dois cargos, Feliciano

- a)** não será afastado de seu cargo no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, mas deverá optar em receber apenas uma das duas remunerações.
- b)** será obrigatoriamente afastado de seu cargo no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região e receberá a remuneração do cargo de eleição.
- c)** será obrigatoriamente afastado do cargo no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região sendo-lhe, facultado optar pela sua remuneração.
- d)** não será afastado de seu cargo no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região e perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- e)** não será afastado de seu cargo no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, mas deverá obrigatoriamente receber a remuneração do cargo eletivo.

QUESTÃO 76 (2016/FCC/TRT-20ª REGIÃO/SE/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Considere as seguintes hipóteses:

- I – Empregado de sociedade controlada indiretamente pelo poder público.
- II – Empregado de sociedade controlada diretamente pelo poder público.
- III – Empregado de sociedade de economia mista.
- IV – Servidor público de autarquia municipal.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é vedada, em regra, a acumulação remunerada de cargos públicos. Esta proibição de acumular estende-se as hipóteses indicadas em

- a)** II e IV, apenas.
- b)** I, III e IV, apenas.
- c)** I, e II, apenas.
- d)** II, III e IV, apenas.
- e)** I, II, III e IV.

QUESTÃO 77 (2016/FCC/DPE-ES/DEFENSOR PÚBLICO) A Constituição Federal estatui, no tocante ao regime próprio de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo:

- a)** Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor, considerados os sessenta meses que precederam a passagem para a inatividade.
- b)** A pensão por morte corresponderá ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta e cinco por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.
- c)** O servidor titular de cargo efetivo que vier a ocupar cargo em comissão fica vinculado ao regime geral de previdência, durante o período de exercício do cargo comissionado.
- d)** Os regimes de previdência complementar instituídos pelos entes políticos para os titulares de cargo efetivo somente podem ser oferecidos na modalidade de contribuição definida.
- e)** Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, ressalvada a hipótese de promoção *post mortem*.

QUESTÃO 78 (2016/FCC/AL-MS/ASSISTENTE LEGISLATIVO) Nos termos da Constituição Federal, podem ser categorizados como servidores públicos

- a)** os titulares de cargo, emprego ou função junto à Administração direta e indireta do estado, desde que admitidos por concurso público ou processo de seleção.
- b)** os titulares de cargo, emprego ou função junto à Administração direta, autárquica e fundacional do Estado.
- c)** os empregados públicos contratados por pessoa jurídica de direito público ou privado integrante da Administração pública indireta do Estado, sejam elas exploradoras de serviço público ou de atividade econômica.
- d)** os titulares de cargo ou função junto à Administração direta, excluindo os empregados públicos e os titulares de função junto à Administração indireta.
- e)** todos os agentes em colaboração com a Administração pública, inclusive os contratados para prestação de serviços, desde que a contratação se dê por meio de procedimento licitatório.

QUESTÃO 79 (2016/FCC/SEGEPE-MA/PROCURADOR DO ESTADO) Considere que tramitam perante a Assembleia Legislativa de determinado Estado propostas de emenda constitucional estabelecendo que

- I – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como as aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de previdência oficial, não poderão exceder o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando este limite ao subsídio dos Deputados Estaduais.
- II – a remuneração dos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista não poderá exceder o subsídio mensal do Governador, ainda que essas entidades não recebam recursos do Estado para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- III – o Estado editará normas sobre o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, ao qual não se aplicam os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.
- IV – o Estado editará normas sobre o ingresso na Polícia Militar, podendo fixar limites de idade, direitos, deveres e prerrogativas independentemente das normas federais aplicáveis às Forças Armadas nessas matérias.

São compatíveis com a Constituição Federal APENAS as propostas de emenda

- a)** I, III e IV.
- b)** I e IV.
- c)** I e II.
- d)** II e IV.
- e)** II e III.

QUESTÃO 80 (2016/FCC/SEGEPE-MA/PROCURADOR DO ESTADO) As normas constitucionais que regulam o regime previdenciário dos servidores públicos titulares de cargo efetivo estabelecem que

- a)** o servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, devendo permanecer em atividade até completar as exigências para aposentadoria compulsória.

- b)** os servidores serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais, aos setenta anos de idade, ou com proventos integrais aos setenta e cinco anos de idade, na forma de lei complementar.
- c)** em caso de acúmulo regular de cargo efetivo e emprego público, haverá recolhimento de contribuição previdenciária tanto para o regime próprio quanto para o regime geral de previdência.
- d)** os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental, médio e superior.
- e)** todo servidor que ocupe cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, é vinculado ao regime geral de previdência social.

QUESTÃO 81 (2016/FCC/PREFEITURA DE TERESINA-PI/ANALISTA/ADMINISTRADOR) Sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis dos Municípios, de acordo com a Constituição Federal,

- a)** não são aplicáveis aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, da Constituição (direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais), como regra geral.
- b)** não poderá ser instituído conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes municipais.
- c)** a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório são de livre discricionariedade da administração devendo observar requisitos expressos na Constituição.
- d)** o sistema constitucional de remuneração exclusiva por subsídio fixado em parcela única não se aplica no âmbito municipal.
- e)** no âmbito municipal não poderá ser estabelecida relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.

QUESTÃO 82 (2016/FCC/PREFEITURA DE TERESINA-PI/AUDITOR-FISCAL) Considerando as regras constitucionais vigentes a respeito da aposentadoria de servidores públicos civis, e excluídos os regimes jurídicos transitórios aplicáveis à matéria, considere:

- I – Ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado de livre provimento e exoneração, bem como de emprego público, aplica-se o regime geral da previdência social.

- II – Considerando a autonomia dos entes federativos, cabe a cada um deles dispor sobre o regime jurídico de previdência oficial de seus servidores, não lhes sendo aplicáveis os requisitos e critérios estabelecidos para o regime geral da previdência social.
- III – Por força do princípio da igualdade, o aumento de remuneração concedido a servidores públicos ativos deve repercutir imediatamente no valor pago a título de aposentadoria para os servidores públicos inativos da mesma carreira, respeitado o limite máximo de remuneração aplicável à categoria.
- IV – Professora universitária da rede pública pode aposentar-se com proventos integrais caso tenha cumprido 50 anos de idade, 25 anos de contribuição, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos de exercício no cargo em que se dará a aposentadoria.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a)** II, III e IV.
- b)** I.
- c)** II e III.
- d)** I, II e III.
- e)** III e IV.

QUESTÃO 83 (2016/FCC/PREFEITURA DE TERESINA-PI/CONTADOR) Márcio, servidor público estável do Estado do Piauí, foi demitido. Com a demissão de Márcio, Paulo, também servidor público estável, foi nomeado para ocupar o cargo público de Márcio. Porém, Márcio ingressou com ação judicial em razão de sua demissão, pois a considerava ilegal e arbitrária. A sentença, transitada em julgado, julgou procedente a demanda, invalidando, dessa forma, a demissão de Márcio. Considerando a situação de Márcio e Paulo à luz da Constituição Federal,

- a)** Márcio poderá ser aproveitado em outro cargo desde que sua remuneração permaneça a mesma.
- b)** Paulo poderá ser posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- c)** Paulo poderá ser reconduzido ao cargo de origem desde que receba indenização.
- d)** Márcio poderá ser posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- e)** Paulo poderá ser aproveitado em outro cargo desde que receba indenização.

QUESTÃO 84 (2016/FCC/PREFEITURA DE TERESINA-PI/CONTADOR) Conforme estabelece

a Constituição Federal, a avaliação especial de desempenho é condição necessária para que

- a)** os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo ou emprego público adquiram estabilidade, sendo o primeiro após três anos de efetivo exercício e o segundo após dois anos de exercício, continuados ou não.
- b)** os titulares de cargo em comissão adquiram estabilidade, após cinco anos de exercício efetivo e ininterrupto.
- c)** os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, adquiram estabilidade, após três anos de efetivo exercício.
- d)** os servidores temporários, desde que concursados, adquiram estabilidade, após dez anos de efetivo exercício, que pode ser interrompido apenas e tão somente nas hipóteses de afastamento decorrentes de doença laboral.
- e)** os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público ou não, adquiram estabilidade, após dois anos de efetivo exercício.

QUESTÃO 85 (2016/FCC/TRT-1^a REGIÃO/RJ/JUIZ DO TRABALHO) A Constituição Federal

assegura, em seu art. 39, § 3º, entre outros, aos servidores ocupantes de cargos públicos os seguintes direitos também previstos em seu art. 7º:

- I – adicional para as atividades insalubres.
- II – irredutibilidade de salário.
- III – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- IV – licença-paternidade.

Está correto o que consta APENAS em

- a)** III e IV.
- b)** II e IV.
- c)** I, II e IV.
- d)** I, II e III.
- e)** I e III.

QUESTÃO 86 (2022/FGV/TJDFT/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA: SERVIÇO SOCIAL) João,

servidor público ocupante de cargo efetivo, no exercício das funções, opôs resistência injustificada ao andamento de documento e processo.

De acordo com o regime jurídico disciplinar da Lei n. 8.112/1990, que lhe é aplicável, observadas as cautelas procedimentais legais, em tese, João, que até então nunca havia praticado qualquer infração funcional, está sujeito à sanção de:

- a)** advertência, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- b)** suspensão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- c)** suspensão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de cinco anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- d)** demissão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- e)** demissão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de cinco anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

QUESTÃO 87 (2022/FGV/IBGE/AGENTE CENSITÁRIO MUNICIPAL) Assinale a afirmativa incorreta, de acordo com a Lei n. 8.112/1990, sobre as responsabilidades do servidor público.

- a)** O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- b)** A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
- c)** A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- d)** As sanções civis, penais e administrativas não poderão cumular-se, sendo dependentesumas das outras.
- e)** A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

QUESTÃO 88 (2022/FGV/IBGE/RECENSEADOR/1º SIMULADO) Josias, Analista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, utilizou, pelo período de seis meses, materiais de informática da Vara do Trabalho onde estava lotado, em serviços e atividades particulares, para ajudar sua irmã, que estava montando uma empresa. De acordo com o regime disciplinar estabelecido na

Lei n. 8.112/1990, após regular processo administrativo disciplinar, Josias está sujeito à pena de:

- a)** demissão, aplicada pelo Presidente do TRT.
- b)** suspensão até 180 dias, aplicada pelo Presidente do TRT.
- c)** suspensão até 90 dias, aplicada pelo Corregedor do TRT.
- d)** suspensão até 90 dias, aplicada pelo Presidente do TRT.
- e)** advertência, aplicada pelo Corregedor do TRT.

QUESTÃO 89 (2022/FGV/CGU/TÉCNICO FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE) João, técnico federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, respondeu a processo administrativo disciplinar (PAD) que, após regular tramitação, lhe ensejou a aplicação da pena de suspensão por noventa dias. Inconformado com a sanção que lhe foi imposta, João ajuizou ação judicial pleiteando a nulidade da pena disciplinar e a declaração de sua inocência na esfera administrativa, alegando exclusivamente que, pelos mesmos fatos, também respondeu a processo criminal que acabou de transitar em julgado, no bojo do qual foi absolvido por falta de provas.

Consoante dispõe a Lei n. 8.112/1990 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a pretensão de João deve ser julgada:

- a)** procedente, diante da vinculação da esfera administrativa à judicial criminal, havendo necessária repercussão da decisão absolutória penal sobre o processo administrativo disciplinar, qualquer que seja o fundamento da decisão judicial;
- b)** procedente, diante da vinculação da esfera administrativa à judicial criminal, havendo necessária repercussão da decisão absolutória penal por motivo de falta de prova sobre o processo administrativo disciplinar;
- c)** improcedente, diante da independência relativa das esferas penal e administrativa, havendo repercussão apenas em se tratando de absolvição no juízo penal por inexistência do fato ou negativa de autoria, que não é o caso;
- d)** procedente, diante da vinculação da esfera administrativa à judicial cível ou criminal, havendo necessária repercussão da decisão absolutória sobre o processo administrativo disciplinar, pelo respeito à coisa julgada e à segurança jurídica;

e) improcedente, diante da independência das instâncias penal, civil e administrativa, não havendo necessária vinculação da autoridade administrativa aos fundamentos da decisão judicial que, contudo, podem contribuir para a valoração da conduta do servidor investigado, a critério discricionário do presidente do PAD.

QUESTÃO 90 (2022/FGV/TJDFT/TÉCNICO JUDICIÁRIO) José, servidor público, praticou insubordinação grave em serviço. De acordo com o regime jurídico da Lei n. 8.112/1990 que lhe é aplicável, após regular processo administrativo disciplinar, José está sujeito à penalidade administrativa da:

- a) advertência, e a ação disciplinar prescreve em cento e oitenta dias;
- b) advertência, e a ação disciplinar prescreve em dois anos;
- c) suspensão por até trinta dias, e a ação disciplinar prescreve em dois anos;
- d) suspensão por até noventa dias, e a ação disciplinar prescreve em cinco anos;
- e) demissão, e a ação disciplinar prescreve em cinco anos.

QUESTÃO 91 (2022/FGV/SF/ANALISTA LEGISLATIVO) Antônio, servidor público ocupante do cargo de Analista Legislativo do Senado Federal, cometeu falta disciplinar e, após cumpridas as formalidades legais, lhe foi aplicada a sanção de suspensão por 30 (trinta) dias. No caso em tela, de acordo com a Lei n. 8.112/1990, a penalidade de suspensão

- a) será convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, diante da natureza e extensão da sanção, ficando Antônio obrigado a permanecer em serviço.
- b) poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, se assim desejar Antônio, que tem direito subjetivo à conversão.
- c) será convertida em multa, na base de 75% (setenta e cinco por cento) por dia de vencimento, diante da natureza e extensão da sanção, ficando Antônio obrigado a permanecer em serviço.
- d) poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, quando houver conveniência para o serviço, ficando Antônio obrigado a permanecer em serviço.
- e) poderá ser convertida em multa, na base de 75% (setenta e cinco por cento) por dia de vencimento, quando houver conveniência para o serviço, desde que Antônio concorde com a conversão.

QUESTÃO 92 (2022/FGV/IBGE/AGENTE CENSITÁRIO MUNICIPAL) Avalie se, de acordo com o Art. 127 da Lei n. 8.112/1990, são penalidades disciplinares aplicáveis ao servidor:

- I – advertência.
- II – suspensão.
- III – demissão.

Assinale a opção que indica todas as penalidades corretas.

- a)** I, apenas.
- b)** I e II, apenas.
- c)** I e III, apenas.
- d)** II e III, apenas.
- e)** I, II e III.

QUESTÃO 93 (2022/FGV/TJ MG/JUIZ DE DIRETOR SUBSTITUTO) Acerca do provimento de cargo efetivo, assinale a afirmativa correta.

- a)** A remoção de servidor público para cargo diverso, também efetivo, configura provimento do novo cargo.
- b)** A reestruturação de cargos, com extinção do cargo ocupado, acarreta o provimento automático do novo cargo, ainda que com atribuições diversas.
- c)** A permanência no cargo efetivo por nomeação pode acarretar a efetividade, por decurso do tempo.
- d)** Se dá por concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação do certame.

QUESTÃO 94 (2022/FGV/PC RJ/INVESTIGADOR POLICIAL) Joana é servidora pública e exerce função de confiança na Polícia Civil do Estado Alfa, sendo diretora do Departamento de Recursos Humanos.

Observadas as disposições sobre o tema previstas na Constituição da República de 1988, é correto afirmar que Joana é necessariamente servidora:

- a)** celetista;
- b)** não concursada;

- c)** contratada temporariamente;
- d)** ocupante de cargo efetivo;
- e)** ocupante de cargo em comissão.

QUESTÃO 95 (FGV/AUDITOR-FISCAL TRIBUTÁRIO/PREFEITURA DE PAULÍNIA-SP/2021) A

Ouvidoria do Município Alfa recebeu uma representação anônima dando conta de que Joana, ocupante do cargo efetivo de Auditor-fiscal Tributário do Município, estaria, no exercício da função, recebendo propina para favorecer determinado contribuinte. Para apurar indícios preliminares de veracidade do noticiado, o órgão competente municipal deu início à sindicância que, após os trâmites regulares, ensejou a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD) em face de Joana. Com intuito de anular judicialmente o PAD, Joana contratou advogado que lhe informou que, de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima é

- a)** permitida, desde que, no curso da apuração, haja identificação superveniente do noticiante, para sanar o vício inicial do anonimato do noticiante.
- b)** permitida, desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, diante do poder-dever de autotutela imposto à Administração.
- c)** vedada, diante da expressa proibição, no texto constitucional, do anonimato para dar início à aplicação do direito administrativo sancionador.
- d)** vedada, diante de expressa proibição no texto constitucional, sob pena de violação aos princípios constitucionais da impensoalidade e isonomia.
- e)** vedada, seja diante de expressa proibição no texto constitucional, seja para viabilizar a identificação de eventual autor do ilícito de denúncia caluniosa.

QUESTÃO 96 (FGV/COORDENADOR CENSITÁRIO/IBGE/2020) Mariana, ocupante do cargo de Coordenador Censitário Subárea do IBGE, que nunca sofreu qualquer sanção disciplinar, no exercício das funções, opôs resistência injustificada ao andamento de documento e processo. De acordo com a Lei n. 8.112/1990, observadas as formalidades legais, Mariana será sancionada com a penalidade disciplinar da:

- a)** repreensão, que será aplicada verbalmente;
- b)** advertência, que será aplicada por escrito;
- c)** censura, que será aplicada verbalmente;
- d)** demissão, que será aplicada mediante publicação no diário oficial;
- e)** suspensão, que será aplicada mediante publicação no diário oficial.

QUESTÃO 97 (FGV/COORDENADOR CENSITÁRIO/IBGE/2020). Renato, Agente Censitário Operacional do IBGE, no exercício de suas funções, valeu-se do cargo para lograr proveito pessoal, em detrimento da dignidade da função pública. Após regular processo administrativo disciplinar, Renato sofreu a pena disciplinar de demissão.

Consoante dispõe a Lei n. 8.112/1990, tal demissão do agora ex servidor o incompatibiliza para:

- a)** filiação partidária, pelo prazo de 3 (três) anos;
- b)** exercício de seus direitos políticos, pelo prazo de 2 (dois) anos;
- c)** contratar com a administração pública, pelo prazo de 1 (um) ano;
- d)** participar de gerência ou administração de sociedade privada, pelo prazo de 4 (quatro) anos;
- e)** nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

QUESTÃO 98 (INSTITUTO AOCP/PREFEITURA DE BETIM-MG/AUDITOR-FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS/2020) O retorno à atividade do servidor aposentado, no interesse da Administração ou quando cessar a invalidez temporária, é uma forma de provimento do cargo denominada:

- a)** nomeação.
- b)** promoção vertical.
- c)** recondução.
- d)** reversão.
- e)** readaptação.

QUESTÃO 99 (INSTITUTO AOCP/UFPB/ADMINISTRADOR DE EDIFÍCIOS/2019) Nos termos da Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa que apresenta uma forma de provimento de cargo público.

- a)** Supressão.
- b)** Aproveitamento.
- c)** Ascensão.
- d)** Transferência.
- e)** Deposição.

QUESTÃO 100 (INSTITUTO AOCP/UFRB/FARMACÊUTICO/2019) O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a)** Considerar-se-á revel o indiciado que, citado ou não, não apresentar defesa no prazo legal.
- b)** Os depoimentos serão prestados oralmente e reduzidos a termo, embora seja lícito às testemunhas trazê-los por escrito.
- c)** O julgamento acatará o relatório da comissão, mesmo quando contrário às provas dos autos.
- d)** O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

QUESTÃO 101 (INSTITUTO AOCP/UFRB/FARMACÊUTICO/2019) O regime disciplinar dos servidores públicos federais está prescrito na Lei Federal n. 8.112/1990. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a)** É dever do servidor cumprir as ordens superiores, mesmo quando manifestamente ilegais.
- b)** O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, mas a responsabilidade civil decorre tão somente de ato culposo.
- c)** A pena de demissão será aplicada nos casos de corrupção, inassiduidade habitual e recusa de fé a documentos públicos.
- d)** Ao servidor é proibido coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político.

QUESTÃO 102 (INSTITUTO AOCP/UFRB/FARMACÊUTICO/2019) Em se tratando dos direitos e vantagens do regime jurídico único dos servidores públicos federais, assinale a alternativa correta.

- a)** O vencimento do cargo efetivo, acrescido ou não das vantagens de caráter permanente, é redutível em razão da política fiscal do ente federado.
- b)** As indenizações pagas ao servidor não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
- c)** O transporte constitui um tipo de ajuda de custo ao servidor.
- d)** O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade poderá optar por um deles ou cumulá-los após solicitação à chefia departamental.

QUESTÃO 103 (INSTITUTO AOCP/UFRB / FARMACÊUTICO/2019) Sobre provimento e vacância no cargo público federal, conforme a legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

- a)** A reversão e a readaptação são formas de provimento de cargo público.
- b)** O concurso público para provimento de cargo terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por metade desse período.
- c)** A posse é pessoal e intransferível e não poderá ocorrer mediante procuração específica.
- d)** A posse em cargo público não dependerá de prévia inspeção médica oficial, uma vez que a aptidão física é requisito básico para preenchimento da vaga.

QUESTÃO 104 (INSTITUTO AOCP/UFRB/FARMACÊUTICO/2019) Acerca do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa correta de acordo com a legislação.

- a)** A idade mínima para investidura em cargo público é de 16 anos de idade completos antes do provimento.
- b)** A investidura do cargo público se fará com o anúncio público do resultado final do processo seletivo após a apreciação dos recursos dos candidatos.
- c)** A aptidão mental é exigível somente em cargos públicos que requeiram atividades braçais dos servidores.
- d)** A quitação com as obrigações militares e eleitorais é requisito básico para a investidura em cargo público federal.

QUESTÃO 105 (INSTITUTO AOCP/UFRB/TÉCNICO DE LABORATÓRIO/2019) Da mesma forma que toda ação possui uma reação, toda infração possui suas sanções, observando-se os princípios e a legislação adequada. Sendo assim, assinale a alternativa que apresenta uma penalidade disciplinar.

- a)** Aposentadoria compulsória.
- b)** Suspensão, sendo mantidos os vencimentos.
- c)** Advertência com a suspensão dos vencimentos.
- d)** Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

QUESTÃO 106 (INSTITUTO AOCP/UFRB/TÉCNICO DE LABORATÓRIO/2019) Embora os servidores do regime estatutário possuam estabilidade, para que esta seja efetiva, há a necessidade de cumprimento de alguns requisitos dentro de um período chamado de estágio probatório. Dentre esses requisitos, destacam-se, EXCETO:

- a)** assiduidade.
- b)** responsabilidade.
- c)** honra.
- d)** disciplina.

QUESTÃO 107 (INSTITUTO AOCP/IBGE/ANALISTA CENSITÁRIO/2019) Em suma, o Processo Administrativo Disciplinar é o instrumento de exercício do poder disciplinar, constituindo-se em uma conjugação ordenada de atos na busca da correta e justa aplicação do regime disciplinar para apuração e punição de infrações praticadas pelos servidores públicos no exercício de suas atribuições, ou que tenham relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. Concernente ao tema, assinale a alternativa correta de acordo com as disposições da Lei n. 8.112/1990.

- a)** Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, sem prejuízo da remuneração.
- b)** Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau.

- c)** O depoimento das testemunhas será prestado oralmente e reduzido a termo, sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.
- d)** Havendo dois ou mais indiciados, o prazo para apresentar defesa escrita será comum e de 15 (quinze) dias.
- e)** Na revisão do processo, a comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

QUESTÃO 108 (INSTITUTO AOCP/IBGE/ANALISTA CENSITÁRIO/2019) Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas, tendo em vista as disposições da Lei n. 8.112/1990.

I – Pedro, em virtude de seu casamento, poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, por 08 (oito) dias consecutivos.

II – Viviane, servidora efetiva do IBGE, foi investida no mandato de Prefeita Municipal. Em decorrência do exercício do mandato eletivo, ela deve ser afastada de seu cargo público no IBGE, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

III – José, servidor da Polícia Federal, está sendo acusado de aceitar pensão de estado estrangeiro. Caso este devidamente comprovada a conduta em regular processo administrativo disciplinar, José estará sujeito à pena de demissão, a ser aplicada pelo Presidente da República.

IV – Determinado servidor público de autarquia federal coagiu seu subordinado para que este se filiasse ao partido político Z. Nesse cenário, a respectiva ação disciplinar prescreverá em 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que o fato se tornou conhecido.

- a)** Apenas I e III.
- b)** Apenas II e IV.
- c)** Apenas I, II e IV.
- c)** Apenas II, III e IV
- d)** I, II, III e IV.

QUESTÃO 109 (INSTITUTO AOCP/IBGE/ANALISTA CENSITÁRIO/2019) No tocante à Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

- b)** A exoneração, a readaptação e a promoção são formas de vacância do cargo público.
- c)** O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de até 30 (trinta) dias para quitar o débito.
- d)** O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.
- e)** O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com perda total da remuneração.

QUESTÃO 110 (INSTITUTO AOCP/IBGE/ANALISTA CENSITÁRIO/2019) Na posição de Analista Censitário de Recursos Humanos do IBGE, avalie as seguintes circunstâncias:

- I – Diana foi recentemente aprovada, dentro do número de vagas previsto no edital do respectivo concurso público, para o cargo de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas.
- II – Marcos é servidor público federal efetivo lotado em Curitiba. Entretanto foi legalmente cedido a outro órgão público federal com lotação em Brasília.
- III – Júlio, servidor efetivo de autarquia federal, está sendo indenizado com a percepção de ajuda de custo, tendo em vista que, no interesse do serviço, passou a ter exercício em nova sede, com consequente mudança de domicílio em caráter permanente.
- IV – Irene, servidora efetiva do IBGE, após regular sindicância, foi penalizada com advertência em razão de ter se ausentado do serviço, durante o expediente, sem a prévia autorização de sua chefia imediata.

Considerando o exposto e a Lei n. 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

- a)** Diana disporá do prazo de até 15 (quinze) dias para tomar posse, contados da publicação de sua nomeação. Caso ela não possa comparecer, a posse poderá dar-se mediante procuração específica.
- b)** Diante da cessão, Marcos possuirá, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 20 (vinte) dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo.
- c)** Caso Júlio venha a falecer na nova sede, são assegurados à sua família ajuda de custo e transporte para o retorno à cidade de origem, no prazo de 02 (dois) anos, contados do óbito.

- d)** A penalidade imposta à Irene terá seu registro cancelado após o decurso de 03 (três) anos de efetivo exercício, caso ela não venha, nesse período, a praticar nova infração disciplinar.
- e)** Júlio ficará obrigado a restituir a ajuda de custo se, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

QUESTÃO 111 (INSTITUTO AOCP/IBGE/ANALISTA CENSITÁRIO/2019) Em detrimento de uma Reforma Administrativa, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Flávio, servidor público estável, teve seu cargo extinto por força de Lei e foi colocado em disponibilidade, passando a perceber remuneração proporcional ao seu tempo de serviço, assegurada até o seu adequado reingresso em outro cargo público. Um tempo depois, ele reingressou no serviço público em cargo, atribuição e vencimento compatíveis com seu cargo de origem. Nessa situação, no reingresso de Flávio, deverá ocorrer:

- a)** recondução.
- b)** aproveitamento.
- c)** reversão.
- d)** reintegração.
- e)** readaptação.

QUESTÃO 112 (INSTITUTO AOCP/UFRB/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2019) No que se refere ao Regime Disciplinar e ao Processo Administrativo Disciplinar dos servidores públicos, previstos na Lei 8.112/90, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () É dever do servidor atender com presteza às requisições para a defesa da Fazenda Pública.
- () O servidor não poderá, em qualquer hipótese, exercer mais de um cargo em comissão.
- () As sanções penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, não podendo, contudo, cumular-se as sanções civis e administrativas.
- () O cancelamento da penalidade aplicada ao servidor não surtirá efeitos retroativos.
- a)** F – F – F – V.
- b)** V – F – V – V.
- c)** V – F – F – V.
- d)** F – V – F – F.

QUESTÃO 113 (INSTITUTO AOCP/UFRB/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2019) O Regime Jurídico Único, regulado pela Lei 8.112/1990, dispõe em seu Título II sobre o provimento, a vacância, a redistribuição e a substituição dos cargos públicos. A respeito das disposições constantes no Título II da Lei 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

- a)** Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- b)** A investidura em cargo público ocorrerá mediante ato da autoridade competente de cada Poder.
- c)** O provimento dos cargos públicos dar-se-á com a posse.
- d)** Recondição é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e não poderá decorrer de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

QUESTÃO 114 (INSTITUTO AOCP/UFRB/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2019) A respeito dos direitos e vantagens dos servidores públicos previstos no Regime Jurídico Único, assinale a alternativa correta.

- a)** Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- b)** O servidor perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, com motivo justificado.
- c)** Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- d)** O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

QUESTÃO 115 (INSTITUTO AOCP/IBGE/ANALISTA CENSITÁRIO/2019) Alonso, servidor público federal efetivo, em virtude de exigências transitórias decorrentes das atribuições de seu cargo, necessitou se deslocar de Curitiba, sede de seu serviço, para Porto Alegre por 5 (cinco) dias. Contudo, diante do falecimento de seu neto, retornou a Curitiba antes do prazo previsto para o término de seu deslocamento. Nesse caso, considerando que foram observadas todas as formalidades legais, dispõe a Lei n. 8.112/90 que, caso o servidor retorne à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo de:

- a)** 05 (cinco) dias.
- b)** 10 (dez) dias.
- c)** 15 (quinze) dias.
- d)** 20 (vinte) dias.
- e)** 30 (trinta) dias.

QUESTÃO 116 (INSTITUTO AOCP/IBGE/ANALISTA CENSITÁRIO/2019) Considere que Joana, servidora pública federal efetiva, manteve sob sua chefia imediata, em função de confiança, seu companheiro José. Além disso, em um momento de descontração com colegas servidores, revelou que utilizava de recursos materiais da repartição em atividades particulares. Tendo em vista a situação hipotética narrada, bem como as disposições da Lei n. 8.112/90, as ações disciplinares referentes às condutas de Joana prescrevem em:

- a)** 180 (cento e oitenta dias) e 2 (dois) anos, respectivamente.
- b)** 180 (cento e oitenta dias) e 5 (cinco) anos, respectivamente.
- c)** 2 (dois) anos e 180 (cento e oitenta dias), respectivamente.
- d)** 5 (cinco) anos e 180 (cento e oitenta dias), respectivamente.
- e)** 5 (cinco) anos em ambos os casos.

QUESTÃO 117 (INSTITUTO AOCP/PC-ES/AUXILIAR PERÍCIA MÉDICO/LEGAL/2019) Quais das seguintes situações geram a vacância de cargo?

- a)** Promoção, exoneração e demissão.
- b)** Reversão, transferência e exoneração.
- c)** Exoneração, demissão e reversão.
- d)** Transferência, exoneração e falecimento.
- e)** Ascensão, aposentadoria e readaptação.

QUESTÃO 118 (2017/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) Em relação à acumulação de cargos, funções ou empregos na Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a)** Aos mesários e aos jurados aplicam-se as proibições de acumulação de cargos, funções ou empregos, sob pena de ser violado o princípio da eficiência do serviço público.

- b)** É vedada a cumulação do cargo de médico de Secretaria Municipal de Saúde com o cargo de perita criminal do quadro da Polícia Civil, com especialidade em medicina veterinária, ambos obtidos mediante concurso público.
- c)** Juízes e membros do Ministério Pùblico, quando em disponibilidade, podem acumular seus cargos com qualquer outra função pública, além de uma de magistério em instituição pública ou privada.
- d)** É permitida a cumulação de emprego em duas sociedades de economia mista ou em duas empresas públicas ou em uma sociedade de economia mista e em uma empresa pública, desde que haja compatibilidade de horários.

QUESTÃO 119 (2017/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS)

A respeito dos servidores públicos, assinale a afirmativa correta:

- a)** É garantido aos servidores públicos civis e militares o direito à associação sindical.
- b)** A adesão de servidor público em estagiário probatório à greve, por mais de 30 (trinta) dias, constitui falta grave ou fato desabonador da conduta no serviço público a ensejar a sua imediata exoneração, após regular processo administrativo.
- c)** O ato de exoneração do servidor é meramente declaratório, podendo ocorrer após o prazo de três anos fixados para o estágio probatório, desde que as avaliações de desempenho sejam realizadas dentro do prazo constitucional.
- d)** A obrigatoriedade da realização de concurso público prevista na Constituição da República não se aplica para o provimento de cargos nas autarquias e sociedade de economia mista destinada a explorar atividade econômica.

QUESTÃO 120 (2017/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS)

Quanto à criação, transformação e extinção de cargos públicos, é correto afirmar:

- a)** As funções de confiança são reservadas exclusivamente aos servidores ocupantes de cargo efetivo enquanto os cargos em comissão podem ser ocupados por pessoas que não pertencem aos quadros funcionais da Administração.
- b)** É constitucional a lei de iniciativa parlamentar que prevê a modificação da estrutura organizacional do quadro de cargos de apoio administrativo do Tribunal de Contas Estadual.
- c)** Lei municipal pode autorizar o Prefeito a, por meio de decreto, criar cargos em comissão.

d) Os empregos públicos da Administração Direta, autarquias, fundações de direito público, empresas públicas e sociedades de economia mista exigem a criação por meio de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

QUESTÃO 121 (2017/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) Com relação à acessibilidade aos cargos públicos, é correto afirmar que:

- a)** Os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de Presidente do Senado Federal, de Presidente da Câmara dos Deputados, da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas e de Ministro do Supremo Tribunal podem ser preenchidos por brasileiros natos e naturalizados.
- b)** A Administração Pública, no uso do poder discricionário, pode estabelecer em edital os limites mínimo e máximo de idade para a inscrição em concurso público para quaisquer cargos.
- c)** O preenchimento dos cargos de agentes comunitários de saúde e agentes de combates às endemias pressupõe a submissão a concurso público de provas e títulos.
- d)** É facultada às universidades, às instituições de pesquisa científica e tecnológica a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

QUESTÃO 122 (2017/CONSULPLAN/TRF-2^a REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) “Órgão de controle interno de legalidade da União Federal, com intuito de cessar o pagamento de vencimentos, remunerações e vantagens em desconformidade com a Constituição, decide fazer auditoria quanto à acumulação irregular de cargos, empregos e funções públicas.” Com relação ao caso, assinale a acumulação que NÃO está de acordo com a Constituição de 1988.

- a)** Oficial de Justiça Avaliador Federal e Vereador.
- b)** Procurador da República e Professor Universitário.
- c)** Deputado Federal e Professor de Universidade Federal.
- d)** Médico militar e Médico de Hospital Universitário Estadual.

QUESTÃO 123 (2017/CONSULPLAN/TRF-2^a REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) “Renata, servidora pública federal, com forte engajamento político, decide disputar as eleições para o cargo de Deputada Estadual. Com isso, requer à sua chefia imediata licença

de suas funções no órgão em que presta serviço para as atividades políticas necessárias.” Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a)** Renata terá direito à licença, sem remuneração, caso ocupe cargo de direção, chefia, assessoramento na Administração Pública federal.
- b)** Renata não terá direito à licença, devendo optar, se eleita, entre o cargo que exerce na Administração Pública Federal e o cargo de Deputada Estadual.
- c)** Renata não terá direito à licença, tendo em vista a possibilidade de acumulação do cargo na Administração Pública Federal e o cargo de Deputada Estadual.
- d)** Renata terá direito à licença sem remuneração durante o período entre a sua escolha em convenção partidária e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

QUESTÃO 124 (2017/CONSULPLAN/TRF-2^a REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/CONTABILIDADE)

“Jorge, servidor público federal, ingressou no serviço público em 2005, exercendo atividades sob condições especiais que prejudiquem sua saúde, consulta seu advogado sobre as condições de sua futura aposentadoria, sendo certo que já possui três períodos de licença-prêmio não gozadas.” Sobre a hipótese, analise as afirmativas a seguir.

- I – Os períodos de licença-prêmio não gozada podem ser contados em dobro para fins de soma de seu tempo de serviço.
- II – As condições especiais de trabalho não podem ser consideradas na aposentadoria de Jorge, uma vez que não editada lei complementar regulamentadora da aposentadoria especial, exigida pela Constituição.
- III – Para o cálculo dos proventos de aposentadoria de Jorge, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as suas remunerações utilizadas como base para as contribuições.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a)** I, II e III.
- b)** II, apenas.
- c)** III, apenas.
- d)** I e III, apenas.

QUESTÃO 125 (2017/CONSULPLAN/TRF-2^a REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/CONTABILIDADE)

Encerrado o estágio probatório de servidores públicos federais, estes possuem direito à permanência no cargo, adquirindo, assim, estabilidade. Assinale qual das alternativas a seguir NÃO autoriza a perda de cargo de servidores estáveis:

- a)** Procedimento de avaliação periódica de desempenho.
- b)** Decisão contrária em processo administrativo disciplinar.
- c)** Decisão judicial pendente de recurso em ação popular ou ação civil pública.
- d)** Redução de despesas, após a redução de pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e exoneração dos servidores não estáveis.

QUESTÃO 126 (2017/CONSULPLAN/TRF-2^a REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO) “Fernanda, servidora do Tribunal Regional Federal, se ausenta imotivadamente do serviço por quarenta dias consecutivos, no período de doze meses. Nesse sentido, foi aberta sindicância, a qual concluiu pela demissão da servidora do cargo, em decisão do Presidente do Tribunal Regional Federal.” Sobre a hipótese, assinale a alternativa correta com base na Lei n. 8.112/1990.

- a)** A demissão foi correta, uma vez que respeitada a tipicidade da conduta, o procedimento e a competência para a aplicação da sanção.
- b)** A demissão foi irregular, uma vez que a pena de demissão de servidor público federal somente pode ser tomada pelo Presidente da República.
- c)** A demissão foi irregular, uma vez que a pena de demissão de servidor público federal deve ser apurada em processo administrativo disciplinar e não em sindicância.
- d)** A demissão foi irregular, uma vez somente se configura abandono de cargo para fins de demissão quando há falta imotivada por sessenta dias consecutivos.

QUESTÃO 127 (2017/CONSULPLAN/TRF-2^a REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/ENFERMAGEM) “Bárbara, pensionista de Gustavo, servidor público federal aposentado em 1997 e falecido em 2005, requer a incorporação em sua pensão de Gratificação de Encargos Especiais – GEE, percebida pelo instituidor da pensão quando aposentado, bem como a revisão de sua pensão na mesma proporção e mesma data percebida pelos servidores ativos que ocupem o mesmo cargo de Gustavo.” Sobre a hipótese, assinale a alternativa correta.

- a)** Bárbara não tem direito à incorporação da GEE, nem à revisão de sua pensão como pretendido, uma vez que Gustavo faleceu em 2005, quando extinto o regime da integralidade e da paridade remuneratórias.
- b)** Bárbara tem direito à incorporação da GEE, bem como da revisão de sua pensão nos moldes pretendidos, tendo em vista que Gustavo se aposentou sob o regime da integralidade e da paridade remuneratórias.

- c) Bárbara tem direito à incorporação da GEE, porém, somente tem direito à revisão da pensão nos moldes pretendidos caso Gustavo tenha se aposentado com proventos integrais, isto é, com trinta e cinco anos de contribuição.
- d) Bárbara tem direito à revisão de sua pensão nos moldes pretendidos, tendo em vista que Gustavo se aposentou sob o regime da paridade remuneratória, não tendo, porém, direito à incorporação da GEE, que é verba paga em decorrência do exercício da função.

QUESTÃO 128 (2015/CONSULPLAN/TRE-MG/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO) São denominados agentes públicos todos aqueles que exercem uma função pública como prepostos do Estado e que em seu nome manifestam determinada vontade. Tais agentes atuam em diversas categorias, as quais são objeto de estudo dos doutrinadores no que tange à sua classificação. Acerca do tema, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O agente político é gênero, do qual os agentes públicos são espécie.
- () O membro de Mesa Receptora de votos quando das eleições é considerado um agente particular colaborador.
- () Os servidores, quando integrantes de pessoas governamentais de Direito Privado, não podem ser caracterizados como agentes públicos.
- () Os Chefes do Executivo, seus auxiliares e os membros do Poder Legislativo são classificados como pertencentes a um mesmo grupo, qual seja, o de agentes políticos.
- a) V, F, V, F.
- b) V, V, F, F.
- c) F, V, F, V.
- d) F, V, F, F.

QUESTÃO 129 (2015/CONSULPLAN/TRE-MG/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO) Ao longo do exercício do cargo poderá o servidor passar por determinadas circunstâncias que implicam em alterações em sua rotina laboral, trazendo como consequência situações de readaptação, de reintegração, de recondução, entre outros institutos legalmente reconhecidos. Sobre as definições de tais institutos, é correto afirmar que

- a) recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá da inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou da reintegração do anterior ocupante.

- b)** reintegração é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- c)** reversão é o retorno à atividade de servidor exonerado do serviço público, em decorrência de recurso administrativo, quando a autoridade decidir serem insubstinentes os motivos alegados para a exoneração.
- d)** readaptação é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

QUESTÃO 130 (2015/CONSULPLAN/TRE-MG/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO) Dentro as previsões constitucionais quanto ao exercício dos direitos está o direito de petição, o qual é também garantido aos servidores públicos nos exercício de suas funções. No que tange a tal direito, assinale a alternativa correta.

- a)** Em caso de indeferimento do recurso, cabe ainda pedido de reconsideração dirigido à autoridade hierarquicamente superior.
- b)** À própria autoridade que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, caberá recurso por aquele que exerce o direito de petição.
- c)** Exercido o direito de petição, em caso de indeferimento do pedido, caberá recurso dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver proferido a decisão.
- d)** Exercido o direito de petição, contra a decisão da autoridade que tiver expedido o ato ou proferido a decisão é cabível o pedido de reconsideração à autoridade hierarquicamente superior.

QUESTÃO 131 (2015/CONSULPLAN/TRE-MG/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO)

Como regra geral, o serviço público é desempenhado por aqueles que exercem cargos públicos ou função de confiança. No que se refere ao efetivo desempenho das atribuições dos cargos públicos ou da função de confiança, é correto afirmar que estas se darão no

- a)** prazo de 30 dias, a partir da publicação do ato de provimento.
- b)** prazo de 15 a 45 dias, contados a partir do ato de remoção, no caso do servidor removido para exercício em outro município.

- c)** prazo de 30 dias, contados a partir da data da posse do servidor público, ou a partir da data do ato de designação da função de confiança.
- d)** prazo de 15 dias, a partir da data da posse do servidor público, ou a partir da data de publicação do ato de designação da função de confiança.

QUESTÃO 132 (2015/CONSULPLAN/TRE-MG/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO) O servidor empossado em cargo efetivo, ao iniciar o exercício de suas atividades, se submeterá ao estágio probatório, cuja finalidade é a realização da avaliação de sua aptidão e capacidade de desempenho do cargo. A avaliação do servidor nas condições mencionadas considera fatores específicos, dentre os quais:

- a)** A disciplina e a assiduidade.
- b)** A produtividade e a imparcialidade.
- c)** A capacidade de criação e a disciplina.
- d)** A responsabilidade e a capacidade de criação.

QUESTÃO 133 (2015/CONSULPLAN/TRE-MG/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVO) Ao longo do exercício do cargo poderá o servidor passar por determinadas circunstâncias que impliquem em alterações em sua rotina laboral, trazendo como consequência situações de readaptação, de reintegração, de recondução, entre outros institutos legalmente reconhecidos. Sobre as definições de tais institutos, é correto afirmar que

- a)** recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá da inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou da reintegração do anterior ocupante.
- b)** reintegração é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- c)** reversão é o retorno à atividade de servidor exonerado do serviço público, em decorrência de recurso administrativo, quando a autoridade decidir serem insubstinentes os motivos alegados para a exoneração.
- d)** readaptação é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

QUESTÃO 134 (2015/CONSULPLAN/TRE-MG/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO) O serviço público prima pela legalidade. Assim, o desrespeito ao cumprimento das normas no exercício do serviço público implicará em algumas possíveis consequências. De acordo com o exposto, assinale a alternativa correta.

- a)** Realizada denúncia, será necessariamente aberta a sindicância que resultará sempre na instauração de um processo administrativo disciplinar, o qual deverá ser automaticamente instaurado.
- b)** A abertura de sindicância pode resultar na instauração de processo administrativo disciplinar, o qual será sempre obrigatório quando o ato ilícito praticado pelo servidor implicar em qualquer tipo de penalidade, inclusive advertência.
- c)** Realizada denúncia de irregularidade, ainda que o denunciante a faça por escrito, tendo a autenticidade confirmada e se identifique nos termos da lei, a apuração da mesma irá depender de decisão decorrente de ato discricionário da autoridade do serviço público.
- d)** A abertura de sindicância pode resultar na instauração de processo administrativo disciplinar, o qual será sempre obrigatório quando o ato ilícito praticado pelo servidor implicar na imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 dias de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão.

QUESTÃO 135 (2015/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) Em relação à remuneração dos servidores públicos, é correto afirmar, EXCETO:

- a)** Somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso.
- b)** É assegurada a revisão geral e anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- c)** No âmbito do Poder Legislativo dos Estados e Distrito Federal, aplica-se como limite o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais.
- d)** As parcelas de caráter indenizatório previstas em lei serão computadas no teto remuneratório.

QUESTÃO 136 (2015/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) Em caso de extinção de cargo público, assinale a alternativa correta:

- a)** O servidor estável deve ser aproveitado, de forma adequada, em outro cargo.
- b)** O servidor estável deve ser reintegrado, de forma adequada, em outro cargo.

- c)** Deve haver reversão do cargo do servidor estável.
- d)** O servidor estável deve ser reconduzido, de forma adequada, a outro cargo.

QUESTÃO 137 (IADES/CONAB/ADVOGADO/2014) Com relação à Administração Pública, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a)** A proibição de acumular cargos públicos estende- se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.
- b)** A proibição de acumular cargos públicos não se estende a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.
- c)** A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, sem ressalvas.
- d)** A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- e)** Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

QUESTÃO 138 (IADES/UFBA/ADMINISTRADOR/2014) A vacância do cargo público não decorre de

- a)** exoneração.
- b)** demissão.
- c)** falecimento.
- d)** readaptação.
- e)** ascensão.

QUESTÃO 139 (IADES/UFBA/ANALISTA/PEDAGOGIA/2014) No âmbito do processo administrativo disciplinar regulado pelo Regime Jurídico Único do Distrito Federal, Paulo alegou nulidade do procedimento contra ele em curso perante o Poder Judiciário, posto não ter sido citado para acompanhar o processo na ocasião da sua instauração administrativa. Considerando essa situação hipotética, de acordo com as disposições legais em relação ao tema, assinale a alternativa correta.

- a)** Paulo está correto na sua tese, uma vez que a lei de regência prevê expressamente a citação do servidor quando instaurado o procedimento, para que ele acompanhe o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, sendo que, à exceção do referido momento, bem como quando de sua indiciação, é a intimação o instituto para notificar-lhe dos demais atos processuais.
- b)** Paulo não está correto na sua tese, bastando a sua notificação na ocasião da instauração, visto que a sua citação deverá ocorrer somente na hipótese de a comissão processante, ao final da instrução da fase do inquérito, não deliberar por sua absolvição sumária.
- c)** Paulo está correto na sua tese, uma vez que a lei de regência prevê expressamente a citação do servidor quando instaurado o procedimento, para que ele acompanhe o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, devendo ser intimado de todos os demais atos, inclusive quando de sua eventual indiciação.
- d)** Paulo está correto na sua tese, uma vez que a lei de regência prevê expressamente a citação do servidor no momento da instauração do procedimento, para que ele constitua mandatário, sendo obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.
- e)** Paulo não está correto na sua tese, bastando a sua notificação na ocasião da instauração, visto que a sua citação deverá ocorrer somente no início da instrução.

QUESTÃO 140 (IADES/SEAP-DF/ANALISTA/ARQUIVOLOGIA/2014) No âmbito do processo administrativo disciplinar regulado pelo Regime Jurídico Único do Distrito Federal, Paulo alegou nulidade do procedimento contra ele em curso perante o Poder Judiciário, posto não ter sido citado para acompanhar o processo na ocasião da sua instauração administrativa. Considerando essa situação hipotética, de acordo com as disposições legais em relação ao tema, assinale a alternativa correta.

- a)** Paulo está correto na sua tese, uma vez que a lei de regência prevê expressamente a citação do servidor quando instaurado o procedimento, para que ele acompanhe o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, sendo que, à exceção do referido momento, bem como quando de sua indiciação, é a intimação o instituto para notificar-lhe dos demais atos processuais.
- b)** Paulo não está correto na sua tese, bastando a sua notificação na ocasião da instauração, visto que a sua citação deverá ocorrer somente na hipótese de a comissão processante, ao final da instrução da fase do inquérito, não deliberar por sua absolvição sumária.
- c)** Paulo está correto na sua tese, uma vez que a lei de regência prevê expressamente a citação do servidor quando instaurado o procedimento, para que ele acompanhe o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, devendo ser intimado de todos os demais atos, inclusive quando de sua eventual indiciação.
- d)** Paulo está correto na sua tese, uma vez que a lei de regência prevê expressamente a citação do servidor no momento da instauração do procedimento, para que ele constitua mandatário, sendo obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.
- e)** Paulo não está correto na sua tese, bastando a sua notificação na ocasião da instauração, visto que a sua citação deverá ocorrer somente no início da instrução.

QUESTÃO 141 (IADES/CAU-RJ/ANALISTA JURÍDICO/2014) A respeito dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- a)** Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, excluídas suas autarquias e fundações, não é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário.
- b)** São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- c)** A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; os requisitos para a investidura; as peculiaridades dos cargos.
- d)** O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal não será contado para efeito de aposentadoria do servidor público.

e) O servidor público é aposentado compulsoriamente, aos 75 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

QUESTÃO 142 (IADES/TRE-PA/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) O deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede (1) e o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) (2), correspondem, respectivamente, sem prejuízo dos demais requisitos legais, a quais institutos previstos na Lei n. 8.112/1990?

- a) (1) Redistribuição e (2) remoção.**
- b) (1) Transferência e (2) transposição.**
- c) (1) Remoção e (2) redistribuição.**
- d) (1) Transferência e (2) aproveitamento.**
- e) (1) Permuta e (2) transposição.**

QUESTÃO 143 (IADES/TRE-PA/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014) A Lei n. 8.112/1990 prevê que o substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou da função de direção ou chefia e os de natureza especial. Assinale a alternativa que indica todas as hipóteses expressamente previstas nessa lei para a referida substituição.

- a) Nos afastamentos, nos impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo.**
- b) Durante as férias, as licenças, as concessões e os afastamentos do titular.**
- c) Nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular**
- d) Nos afastamentos legais ou regulamentares do titular.**
- e) Nos afastamentos, nos impedimentos legais do titular e na vacância do cargo.**

QUESTÃO 144 (IADES/TRE-PA/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014) Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese que o Estatuto do Servidor Público Federal considera apenas para fins de aposentadoria e de disponibilidade.

- a)** O exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes dos estados, dos municípios ou do Distrito Federal.
- b)** A participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação stricto sensu no País, conforme dispuser o regulamento.
- c)** O tempo de serviço relativo a tiro de guerra.
- d)** A participação em competição desportiva nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no País ou no exterior, conforme disposto em lei específica.
- e)** O estudo no exterior, quando autorizado o afastamento, conforme dispuser o regulamento.

QUESTÃO 145 (IADES/TRE-PA/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014) Assinale a alternativa que indica a conduta que tem, no processo administrativo disciplinar instituído pela Lei n. 8.112/1990, a previsão expressa da aplicação originária da sanção de advertência.

- a)** Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- b)** Manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau civil.
- c)** Atuar como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau e de cônjuge ou companheiro.
- d)** Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
- e)** Cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias.

QUESTÃO 146 (IADES/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014) Considere hipoteticamente que Maria, servidora pública federal, foi citada no âmbito do processo administrativo disciplinar (PAD), regido pela Lei n. 8.112/1990. Com base nessa situação, assinale a alternativa que indica um procedimento que, no seu rito ordinário, é previsto após o referido momento processual.

- a)** Interrogatório de Maria.

- b)** Inquirição de testemunhas.
- c)** Publicação do ato que constituir a comissão processante.
- d)** Indiciação de Maria.
- e)** Apresentação de defesa escrita de Maria.

QUESTÃO 147 (IADES/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014) De acordo com a Lei n. 8.112/1990, no que se refere às disposições preliminares e ao provimento de cargos públicos, assinale a alternativa correta.

- a)** Não é possível o provimento de cargos públicos senão em decorrência de prévia aprovação e classificação em concurso público.
- b)** A referida lei veda o provimento de cargos públicos a estrangeiros, excepcionando tão somente no caso de professores de universidades e de instituições de pesquisa científica e tecnológica federais.
- c)** São requisitos para nomeação em cargo público a nacionalidade brasileira; o gozo de direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental, sem prejuízo de outros requisitos que possam ser justificados conforme as atribuições do cargo, mas desde que estabelecidos em lei.
- d)** Os ocupantes de cargos em comissão são considerados servidores públicos.
- e)** Ainda que previstas outras formas de provimento no seu texto originário, a referida lei foi alterada para que somente por meio da nomeação sejam providos os cargos públicos.

QUESTÃO 148 (IADES/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014)

João, servidor público federal, regido pela Lei n. 8.112/1990, pretende utilizar o seu direito de petição, criado pelo referido estatuto funcional. Com base nessas informações, assinale a alternativa que está de acordo com as disposições normativas dessa lei.

- a)** É por meio do requerimento que deverá ser iniciado o procedimento, que, em face da hierarquia funcional, sempre será dirigido à respectiva chefia imediata.

- b)** Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso que João apresentou em face da decisão que lhe foi desfavorável, os efeitos daquele provimento retroagirão à data do respectivo requerimento que deflagrou o seu exercício de direito de petição.
- c)** Ainda que prescrito o prazo para o exercício do direito de João, deve a Administração relevá-lo caso tenha constatado a prática de ato ilegal por agente público, uma vez que a autotutela administrativa exige a anulação dos atos ilegais.
- d)** Ainda que cabíveis pedido de reconsideração e recurso, somente esse último interrompe a prescrição.
- e)** A despeito de prescritível, o direito de requerer, uma vez configurada força maior, passa a ser prorrogável.

QUESTÃO 149 (IADES/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014)

Assinale a alternativa que apresenta todas as hipóteses expressamente elencadas na Lei n. 8.112/1990, em que há previsão de adoção do procedimento sumário no âmbito do processo administrativo disciplinar (PAD) por ela instituído.

- a)** Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas e abandono de cargo ou insiduidade habitual.
- b)** Quando deliberadas após a consideração da natureza e da gravidade da infração cometida, dos danos que dela provierem para o serviço público, das circunstâncias agravantes ou atenuantes e dos antecedentes funcionais.
- c)** Quando a conduta do servidor for punível com a penalidade de advertência ou suspensão de até 30 dias.
- d)** Acumulação ilegal de cargos públicos e abandono de cargo.
- e)** Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal.

QUESTÃO 150 (IADES/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014)

Considerando as hipóteses apresentadas envolvendo servidores públicos regidos pela Lei n. 8.112/1990, assinale a alternativa que corresponde a um direito ou a uma vantagem que possui fundamentação de acordo com o contido na referida lei.

- a)** José faltou ao serviço decorrente de força maior. Nesse caso, desde que chefia imediata aceite a justificativa apresentada, a ausência dele será automaticamente considerada de efetivo exercício.
- b)** Maria recebeu pagamento indevido da Administração. Nesse caso, a partir do mês imediatamente subsequente ao processamento da folha, deverão ser iniciados os descontos, em parcelas que não poderão ser inferiores ao correspondente a 10% da respectiva remuneração.
- c)** João, observados os demais preceitos legais, terá direito à metade do valor da diária por dia de afastamento se a União custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por aquelas diárias.
- d)** Isabel, servidora que tem o deslocamento da sede como atribuição, mas, como exigência permanente do cargo, não terá direito à indenização de transporte quando realizar despesas com o uso de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos.
- e)** Pedro foi nomeado para ocupar cargo em comissão que lhe enquadra nas hipóteses de percepção ao auxílio-moradia. Todavia, para ter tal direito, deverá, entre os demais requisitos legais, comprovar que, a partir da data da respectiva nomeação, nem ele nem sua companheira são proprietários de imóvel no município em que for exercer o cargo.

QUESTÃO 151 (IADES/TRE-PA/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014) Assinale a alternativa que apresenta a ordem cronológica das fases e subfases do procedimento sumário de apuração administrativo disciplinar, objeto do Estatuto dos Servidores Públicos Federais.

- a)** Instauração, inquérito sumário (citação, defesa e relatório) e julgamento.
- b)** Instauração, inquérito (instrução, defesa e relatório) e julgamento.
- c)** Atos preparatórios, probatória (oitiva de testemunhas, perícias, interrogatório, indiciação e defesa) e relatório final.
- d)** Instauração, instrução sumária (indiciação, defesa e relatório) e julgamento.
- e)** Preliminar, probatória (indiciação, defesa, oitiva de testemunhas, perícias, interrogatório e relatório) e julgamento.

QUESTÃO 152 (IADES/TRE-PA/TÉCNICO JUDICIÁRIO/OPERAÇÃO DE COMPUTADOR/2014)

A administração pública direta e indireta, na prática de seus atos, deve observância a uma série de princípios e normas. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.

- a)** Em regra, é vedada a cumulação de cargos públicos, ainda que o servidor tenha sido aprovado em mais de um concurso.
- b)** É vedada ao servidor público civil a associação a qualquer sindicato.
- c)** A imparcialidade não precisará, necessariamente, ser observada na prática de atos pela Administração pública indireta.
- d)** O servidor público da Administração direta, que vier a ocupar um cargo eletivo federal, poderá ocupar as duas funções simultaneamente.
- e)** O princípio da publicidade não precisará ser observado pela Administração direta.

QUESTÃO 153 (IADES/IPHAN/NÍVEL SUPERIOR/2014) Com relação ao Processo Administrativo Disciplinar (PAD) previsto na Lei n. 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

- a)** A revelia do indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal, será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.
- b)** Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas, procedendo-se, ato contínuo, à instauração do PAD.
- c)** No julgamento, reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d)** O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 dias, assegurando-se-lhe carga dos autos do processo ou extração de cópias, devendo, neste último caso, ser-lhe cobrado o custo da diligência.
- e)** Após o interrogatório do acusado, serão inquiridas as testemunhas, separadamente, as quais devem ser intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, e a segunda via, com o ciente do interessado, deve ser anexada aos autos.

QUESTÃO 154 (IADES/CAU-BR/ADVOGADO/2013) Os servidores públicos possuem normas bem definidas na Constituição Federal. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- a)** O servidor concursado adquire estabilidade após dois anos no exercício de cargo efetivo e aprovação em avaliação de desempenho.
- b)** No regime atual, a aposentadoria voluntária com proventos integrais ocorre para homens com 60 anos de idade e 35 de contribuição.
- c)** No regime atual, a aposentadoria voluntária com proventos proporcionais ocorre para mulheres com 55 anos de idade.
- d)** A investidura em cargos públicos depende sempre de aprovação em concurso público, sem exceção.
- e)** É vedada, em regra, a acumulação remunerada de cargos, empregos ou funções públicas, exceto quando havendo compatibilidade de locais, permite-se a acumulação de um cargo de médico e um de juiz.

QUESTÃO 155 (IADES/SUDAM/ESTATÍSTICO/2013) A Lei n. 8.112/1990 trata do Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União. No âmbito da responsabilidade administrativo-disciplinar dos servidores públicos, a sociedade brasileira cada vez mais exige a sua estrita aplicação, mas, por outro lado, deve a administração pública zelar para que o servidor não venha a sofrer conduta arbitrária. Com base nisso e considerando as prescrições vigentes na referida Lei, assinale a alternativa correta.

- a)** Serão cancelados, respectivamente, após o decurso de 2 (dois) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, os registros das penalidades de advertência e suspensão, no caso de o servidor não ter cometido, nesse período, nova infração disciplinar.
- b)** A sanção de advertência é considerada residual, em face das tipificações próprias das sanções de suspensão e de demissão.
- c)** A demissão com base na aplicação irregular de dinheiros públicos tem, no referido texto, previsão expressa vedando definitivamente o retorno do servidor ao serviço público federal.
- d)** O servidor poderá demonstrar sua boa-fé, em se tratando de acúmulo ilegal de cargos públicos, apresentando sua opção até o décimo dia de sua ciência em face da detecção da situação, e, no caso de sua omissão, será aberto procedimento sumário, momento a partir do qual não mais lhe será possível comprovar sua boa-fé.

e) O prazo de prescrição da ação disciplinar tem seu termo inicial com a prática da infração administrativa pelo servidor, podendo ser interrompida e suspensa nos casos taxativamente elencados na referida Lei.

QUESTÃO 156 (IADES/SUDAM/AGENTE ADMINISTRATIVO/2013) O Estatuto Funcional dos Servidores Públicos Federais, instituído pela Lei n. 8.112/1990, elenca, entre outras disposições, os direitos dos referidos agentes públicos. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses direitos em relação à sua redação atual.

- a)** A irredutibilidade da remuneração.
- b)** A perda da parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, às ausências e saídas antecipadas, somente quando iguais ou superiores a 60 (sessenta) minutos.
- c)** As indenizações ao erário em parcelas cujo valor não exceda 10% (dez por cento) de sua remuneração ou provento.
- d)** A impossibilidade de percepção de vencimentos menores que o salário mínimo nacional vigente.
- e)** A diária concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando a União custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

QUESTÃO 157 (IADES/SUDAM/AGENTE ADMINISTRATIVO/2013) A Lei n. 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Com relação às formas de provimento dos cargos públicos, assinale a alternativa correta.

- a)** A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
- b)** A reintegração é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubstinentes os motivos da aposentadoria ou no interesse da administração, de acordo com os casos previstos em lei.

- c)** A reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- d)** Recondução é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- e)** Readaptação é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo e de reintegração do anterior ocupante.

QUESTÃO 158 (VUNESP/CÂMARA DE TATUÍ-SP/PROCURADOR LEGISLATIVO/2019) A respeito do processo administrativo disciplinar, é correto afirmar que

- a)** o princípio da instrumentalidade das formas estabelece a possibilidade de aproveitamento dos atos processuais que tenham cumprido sua finalidade, ainda que presentes vícios de formalidade.
- b)** semelhantemente ao processo judicial, o processo administrativo rege-se pelo princípio da oficialidade, segundo o qual a instauração e a impulsão do processo ocorrem por ofício.
- c)** o processo disciplinar deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, se necessário, e a inobservância do prazo implica na nulidade do processo.
- d)** a instauração do processo não interrompe a prescrição da pena e não impedirá a exoneração a pedido ou a aposentadoria voluntária do servidor indiciado.
- e)** ao servidor acusado, é reservado o direito de acompanhar o procedimento pessoalmente ou por meio de procurador, que, necessariamente, deverá ser advogado.

QUESTÃO 159 (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ-SP/ADVOGADO/2019) No que concerne à instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, é correto afirmar que o Superior Tribunal de Justiça publicou a seguinte súmula:

- a)** Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.

- b)** É permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração, mesmo inexistindo sindicância ou investigação.
- c)** É vedada, nos termos da Constituição Federal, a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, sendo apenas autorizada a instauração de sindicância visando elucidar a origem da denúncia dos fatos motivadores.
- d)** Desde que devidamente motivada, e com amparo em Inquérito Administrativo, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face dos poderes discricionário e hierárquico.
- e)** É vedada, nos termos da Constituição Federal, a instauração de sindicância com base em denúncia anônima, sendo apenas admitido instaurar Inquérito Administrativo para apuração dos fatos motivadores.

QUESTÃO 160 (VUNESP/UFABC/ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO/2019) Assinale a alternativa que contempla uma conduta do servidor público que é proibida pela Lei n. 8.112/1990.

- a)** Participar de gerência ou administração de sociedade privada.
- b)** Retirar documento ou objeto da repartição, mesmo com prévia anuência da autoridade competente.
- c)** Atuar, como intermediário, junto a repartições públicas para tratar de benefícios previdenciários de seu cônjuge.
- d)** Exercer o comércio na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- e)** Acumular o exercício do seu cargo com a função de professor.

QUESTÃO 161 (VUNESP/PC-SP/ESCRIVÃO DE POLÍCIA/2018) Sobre os servidores públicos, a Constituição Federal estabelece que, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável

- a)** ficará à disposição do órgão público em que se encontra lotado, sem prejuízo dos vencimentos até que seja readaptado em outro cargo.
- b)** será exonerado, com direito à indenização proporcional ao tempo de serviço em um décimo para cada ano trabalhado.

- c)** será demitido do cargo, com direito à indenização pelo período de tempo que restar para obter a aposentadoria.
- d)** será alocado em cargo equivalente, na repartição mais próxima do seu domicílio, sem direito à indenização.
- e)** ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adeguaizado aproveitamento em outro cargo.

QUESTÃO 162 (VUNESP/FAPESP/PROCURADOR/2018) O servidor ocupante de cargo temporário do quadro da Administração Pública Direta do Estado de São Paulo vincula-se

- a)** ao regime jurídico único estatutário de pessoal e ao regime geral de previdência social.
- b)** ao regime jurídico único celetista de pessoal e ao regime próprio de previdência social.
- c)** ao regime jurídico de pessoal estabelecido na lei que autoriza a contratação temporária e ao regime geral de previdência social.
- d)** ao regime jurídico de pessoal estabelecido na lei que autoriza a contratação temporária e ao regime próprio de previdência social.
- e)** ao regime jurídico-disciplinar celetista e ao regime complementar de previdência social.

QUESTÃO 163 (VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/TÉCNICO LEGISLATIVO/2018) O lugar dentro da organização funcional da Administração Direta e de suas autarquias e fundações públicas que, ocupado por servidor público, tem funções específicas e remuneração fixadas em lei ou diploma a ela equivalente é denominado

- a)** função delegada.
- b)** emprego público.
- c)** função gratificada.
- d)** atividade comissionada.
- e)** cargo público.

QUESTÃO 164 (VUNESP/TJ-RS/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO/2018) De acordo com a Constituição Federal, a respeito dos agentes públicos, é correto afirmar que

- a)** é vedada a percepção acumulada de proventos de aposentadoria do regime próprio de previdência social ou militar com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

- b)** somente os empregados públicos previamente aprovados em concurso público podem adquirir estabilidade após o período de três anos de efetivo exercício.
- c)** os cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis a estrangeiros, exceto cargo de professor ou pesquisador junto a instituição de ensino.
- d)** é vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, exceto quando houver compatibilidade de horários, a de dois empregos em empresa pública, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, observado, em qualquer caso, o limite máximo de remuneração no setor público.
- e)** as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

QUESTÃO 165 (VUNESP/TJ-SP/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/PROVIMENTO/2018) De acordo com a Constituição Federal, a respeito da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa correta.

- a)** A investidura em cargo ou emprego público se dá exclusivamente por aprovação prévia em concursos públicos de provas ou de provas e títulos.
- b)** Para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, é garantida a vinculação e equi-paração dos cargos do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo para quaisquer espécies remuneratórias.
- c)** O prazo de validade do concurso público é de dois anos, podendo ser prorrogado, pelo mesmo período, por duas vezes.
- d)** A vedação de acumulação de cargo público, bem como suas exceções, estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta e indiretamente, pelo poder público.

QUESTÃO 166 (VUNESP/TJ-SP/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/PROVIMENTO/2018) Com relação aos agentes públicos, é correto afirmar:

- a)** os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas são agentes públicos.
- b)** todos os agentes públicos são regidos pelo regime estatutário.

- c)** as pessoas jurídicas podem ser agentes públicos.
- d)** a regência pela legislação trabalhista exclui a situação jurídica de agente público.

QUESTÃO 167 (VUNESP/TJ-SP/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/PROVIMENTO/2018) São agentes administrativos os

- a)** senadores, os deputados e os juízes.
- b)** servidores investidos em cargos, empregos e funções públicas e os servidores contratados por tempo determinado.
- c)** militares e os vereadores municipais.
- d)** servidores investidos em cargos, empregos e funções públicas, os ministros e os secretários de estado.

QUESTÃO 168 (VUNESP/IPRESB-SP/ANALISTA DE PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS/2017)

Considerando o que dispõe a Constituição Federal acerca dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- a)** O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por proventos fixados em parcela única.
- b)** Os servidores do regime próprio de previdência serão aposentados, compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- c)** Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão ser menores do que a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
- d)** O tempo de serviço federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de contribuição correspondente para efeito de disponibilidade.
- e)** A lei não poderá estabelecer forma de contagem de tempo de contribuição fictício, a não ser para efeitos de disponibilidade.

QUESTÃO 169 (VUNESP/IPRESB-SP/ANALISTA DE PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS/2017)

De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, assinale a alternativa que contempla

um exemplo que pode ser considerado como cargo em confiança de livre nomeação e exoneração.

- a)** Coordenadora de creche.
- b)** Procurador do Estado.
- c)** Assessor de Vereador.
- d)** Guarda Municipal.
- e)** Defensor Público.

QUESTÃO 170 (VUNESP/IPRESB-SP/ANALISTA DE PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS/2017)

É direito assegurado constitucionalmente aos servidores ocupantes de cargo público:

- a)** seguro-desemprego.
- b)** fundo de garantia do tempo de serviço.
- c)** salário-mínimo.
- d)** piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- e)** proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

QUESTÃO 171 (VUNESP/IPRESB-SP/AGENTE PREVIDENCIÁRIO/2017) O servidor que, a serviço,

afastar-se da sede, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e valor destinado a indenizar as parcelas de despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana. Esse valor é denominado:

- a)** compensação.
- b)** adiantamento.
- c)** indenização.
- d)** diária.
- e)** reembolso.

QUESTÃO 172 (VUNESP/CÂMARA DE SUMARÉ-SP/PROCURADOR JURÍDICO/2017) A respeito do processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa correta.

- a)** A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
- b)** O uso de prova decorrente de interceptação telefônica é vedado no processo administrativo disciplinar, mesmo que obtida licitamente no processo criminal.

- c)** A participação do servidor é indispensável na fase de investigação, ainda que desse procedimento não possa resultar a aplicação de punição.
- d)** Em respeito ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, o ato disciplinar pode ser analisado pelo Poder Judiciário, que deverá aplicar pena mais branda, quando cabível.
- e)** É vedado o agravamento de penalidade imposta a servidor público após o encerramento de processo disciplinar por decisão definitiva da autoridade competente, ainda que a Administração tenha aplicado pena mais branda em desconformidade com a lei.

QUESTÃO 173 (VUNESP/TJ-SP/JUIZ SUBSTITUTO/2017) Uma vez cumprida a avaliação a que se sujeita o servidor público em seu estágio probatório e verificando-se que não atendeu os seus deveres funcionais, deverá ele ser

- a)** demitido, após sua oitiva sobre os resultados da avaliação, fundamentando-se o ato, a caso persista a conclusão sobre o não cumprimento dos deveres funcionais.
- b)** exonerado, após sua oitiva sobre os resultados da avaliação, fundamentando-se o ato, a caso persista a conclusão sobre o não cumprimento dos deveres funcionais.
- c)** exonerado sem necessidade de fundamentação do ato administrativo, uma vez que não se trata de servidor estável.
- d)** demitido sem necessidade de fundamentação do ato administrativo, uma vez que não se trata de servidor estável.

QUESTÃO 174 (VUNESP/TJ-SP/JUIZ SUBSTITUTO/2017) O direito de greve reconhecido constitucionalmente aos servidores públicos implica que

- a)** do seu exercício, todavia, poderá resultar o desconto de metade dos dias paralisados, de maneira a compatibilizar o direito constitucional à greve com o princípio da continuidade do serviço público.
- b)** seu exercício imporá os descontos dos dias paralisados, não se admitindo a compensação, uma vez que adstrita a Administração Pública ao princípio da legalidade.
- c)** do seu exercício, todavia, poderá resultar o desconto dos dias paralisados a ser efetuado pela Administração Pública, com possibilidade de compensação na hipótese de acordo.
- d)** poderá ser exercido nos mesmos moldes dos trabalhadores da iniciativa privada, sem possibilidade de descontos dos dias paralisados.

QUESTÃO 175 (VUNESP/UFABC/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2016) Considerando o que dispõe a Lei n. 8.112/90 sobre a responsabilidade do servidor público, é correto afirmar que

- a)** o servidor responde civilmente pelos seus atos, mesmo que não cause prejuízos ao erário ou a terceiros.
- b)** quando causar danos a terceiros, o servidor responderá diretamente pelos prejuízos no lugar da Fazenda Pública.
- c)** as sanções civis, penais e administrativas, aplicáveis ao servidor, poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- d)** se o servidor for condenado civilmente por algum ato, ele também deverá responder criminalmente pelo mesmo ato.
- e)** a obrigação de reparar o dano causado pelo servidor, no caso de seu falecimento, não poderá ser transmitida aos seus herdeiros.

QUESTÃO 176 (VUNESP/UFABC/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2016) Assinale a alternativa que apresenta afirmação que está de acordo com a Lei n. 8.112/90.

- a)** Para os efeitos dessa lei, servidor é pessoa legalmente investida em emprego público.
- b)** Um dos requisitos para a investidura em cargo público é a idade mínima de dezesseis anos.
- c)** A reintegração e a reversão são formas de transferência de cargos públicos.
- d)** Não será aceita a posse em cargo público por meio de procuração.
- e)** A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

QUESTÃO 177 (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO PAULO-SP/ANALISTA FISCAL DE SERVIÇOS/2016) Considerando as diferentes espécies de processos administrativos, quando a Administração apura e pune as faltas cometidas pelos servidores públicos no exercício de sua função administrativa, ela o faz por meio

- a)** do processo administrativo disciplinar.
- b)** da sindicância administrativa.
- c)** da apuração preliminar administrativa.
- d)** do processo administrativo inquisitivo.
- e)** do processo jurídico-administrativo sancionador.

QUESTÃO 178 (VUNESP/TJ-SP/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/PROVIMENTO/2016) O servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional investido no mandato de Vereador

- a)** será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração.
- b)** acumulará as vantagens do cargo, emprego ou função e as remunerações do cargo eletivo, se houver compatibilidade de horários.
- c)** perderá o vínculo com a Administração Pública, obrigatoriamente.
- d)** perderá o vínculo com a Administração Pública, facultativamente.

QUESTÃO 179 (VUNESP/UNIFESP/TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO/2016) O deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança e sede, de acordo com a Lei n. 8.112/90, denomina-se

- a)** promoção.
- b)** reintegração.
- c)** remoção.
- d)** recondução.
- e)** aproveitamento.

QUESTÃO 180 (VUNESP/IPSMI/AGENTE PREVIDENCIÁRIO/2016) Prevê a Constituição Federal, como regra geral aplicável à Administração Pública, que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos. Todavia, o texto constitucional prevê, quando houver compatibilidade de horários e observado o teto remuneratório, dentre outras exceções, a possibilidade de cumulação de

- a)** dois cargos técnico-científicos, assim definidos por lei.
- b)** um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- c)** dois cargos privativos de bacharel em direito.
- d)** dois cargos ou empregos privativos de profissionais da educação, com profissões regulamentadas.
- e)** um cargo de professor e um cargo privativo de profissional da saúde.

QUESTÃO 181 (VUNESP/IPSMI/AGENTE PREVIDENCIÁRIO/2016) A denominação dada a mais simples unidade de poderes e deveres estatais a serem expressos por um agente público é

- a)** função.
- b)** emprego.
- c)** comissionamento.
- d)** cargo.
- e)** investidura.

QUESTÃO 182 (VUNESP/PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/ASSISTENTE LEGISLATIVO/2015)

É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de

- a)** três cargos de professor.
- b)** dois cargos de professor com outro cargo técnico ou científico.
- c)** dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- d)** dois cargos no Poder Executivo e outro em autarquia.
- e)** um cargo em fundação pública, um em autarquia e um na administração direta, desde que não semelhantes.

QUESTÃO 183 (VUNESP/PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/ASSISTENTE DE RECURSOS HUMANOS/2015)

(VUNESP/PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/ASSISTENTE DE RECURSOS HUMANOS/2015) Há diferenciação constitucional entre servidor público e empregado público. Porém, há um requisito fundamental que os iguala. Assinale a alternativa que contém esse requisito.

- a)** A estabilidade é rigorosamente igual para ambos.
- b)** Ambos devem ser submetidos a concurso público.
- c)** Do ponto de vista trabalhista, ambos são estatutários.
- d)** A CLT rege a relação trabalhista de ambos.
- e)** Não há necessidade de motivação para demissão para ambos.

QUESTÃO 184 (VUNESP/PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/ASSISTENTE DE RECURSOS HUMANOS/2015)

(VUNESP/PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/ASSISTENTE DE RECURSOS HUMANOS/2015) O servidor público estável só perderá o cargo

- a)** em virtude de sentença judicial, mesmo que não tenha transitado em julgado.
- b)** mediante processo de qualquer natureza.

- c)** mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho.
- d)** em virtude de necessidade de enxugamento da estrutura da área.
- e)** mediante razões de naturezas econômica e tecnológicas.

QUESTÃO 185 (VUNESP/PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/ASSISTENTE DE RECURSOS HUMANOS/2015)

Antônio Silveira dos Passos é servidor público e foi deslocado, no interesse da Administração, no âmbito do mesmo quadro, sem mudança de sede. O instrumento utilizado pelo órgão em que Antônio está lotado é:

- a)** remoção de ofício.
- b)** deslocamento.
- c)** remoção a pedido.
- d)** deslocamento a pedido.
- e)** remoção por promoção.

QUESTÃO 186 (VUNESP/PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/ASSISTENTE DE RECURSOS HUMANOS/2015)

A volta do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado por ele é chamada de

- a)** retorno.
- b)** recondução.
- c)** integração.
- d)** reintegração.
- e)** restituição.

QUESTÃO 187 (VUNESP/SAP-SP/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE CLASSE I/2015)

A Constituição Federal de 1988 prevê que os cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, destinam-se

- a)** exclusivamente às atividades de assessoramento.
- b)** aos titulares de cargos efetivos, que tenham cumprido o estágio probatório.
- c)** apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d)** aos serviços de menor complexidade, que não exijam nível superior.
- e)** aos serviços de maior complexidade, que exijam nível superior.

QUESTÃO 188 (2022/IBFC/IBGE/AGENTE CENSITÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFORMÁTICA/EDITAL N. 8) No que se refere à aplicação das penalidades disciplinares, conforme previsão na Lei n. 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

- a)** Serão aplicadas pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão
- b)** Deverão ser aplicadas pelo chefe da repartição, em qualquer hipótese
- c)** Não é possível que o Procurador-Geral da República aplique penalidade disciplinar, por falta de previsão legal
- d)** A penalidade de advertência apenas poderá ser aplicada pelos Presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais
- e)** A penalidade de suspensão de até 30 (trinta) dias apenas pode ser aplicada pelo Presidente da República

QUESTÃO 189 (2022/IBFC/IBGE/AGENTE CENSITÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFORMÁTICA/EDITAL N. 8) O abandono de cargo é uma das hipóteses de aplicação da pena de demissão ao servidor público, conforme dispõe a Lei n. 8.112/90. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a)** O abandono de cargo pode ser configurado pela ausência não intencional, quando ocorrer ausência justificada por mais de 45 (quarenta e cinco) dias
- b)** Abandono de cargo e inassiduidade habitual são sinônimos
- c)** O abandono de cargo restará configurado quando o servidor faltar ao serviço, sem causa justificada, por 30 (trinta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses
- d)** Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos
- e)** Para configurar abandono de cargo basta 15 (quinze) faltas no período de 12 (doze) meses

QUESTÃO 190 (2022/IBFC/IBGE/AGENTE CENSITÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFORMÁTICA/EDITAL N. 8) No que se refere à prescrição da ação disciplinar, nos termos das disposições da Lei n. 8.112/1990, assinale a alternativa correta:

- a)** O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato foi praticado
- b)** Os prazos de prescrição previstos na lei penal não se aplicam às infrações disciplinares capituladas também como crime
- c)** A ação disciplinar prescreverá em 30 (trinta) dias quanto à pena de advertência
- d)** Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que o ato foi praticado
- e)** A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente

QUESTÃO 191 (2022/IBFC/IBGE/AGENTE CENSITÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFORMÁTICA/EDITAL N. 8) A Lei n. 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e trata das penalidades disciplinares. Sobre o assunto, analise as afirmativas abaixo:

- I – Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.
- II – O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.
- III – Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 100% (cem por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Assinale a alternativa correta.

- a)** As afirmativas I, II e III estão corretas
- b)** Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- c)** Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- d)** Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- e)** Apenas a afirmativa III está correta

QUESTÃO 192 (2021/IBFC/IBGE/SUPERVISOR DE PESQUISAS) Acerca da prescrição da ação penal e as disposições da Lei n. 8.112/1990, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () I – A ação disciplinar prescreverá em 8 (oito) anos, quanto às infrações puníveis com demissão.
- () II – A ação disciplinar prescreverá em 180 (cento e oitenta) dias, quanto às infrações puníveis com advertência.
- () III – A ação disciplinar prescreverá em 2 (dois) anos, quando às infrações puníveis com suspensão.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a)** V, F, V
- b)** V, V, F
- c)** F, V, V
- d)** F, F, V
- e)** F, V, F

QUESTÃO 193 (2021/IBFC/IBGE/SUPERVISOR DE PESQUISAS) A Lei n. 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e traz em seu artigo 132 as hipóteses em que a pena de demissão será aplicada. Sobre as hipóteses de aplicação da demissão, assinale a alternativa incorreta.

- a)** Prática de crime contra a administração pública
- b)** Inassiduidade habitual
- c)** Improbidade administrativa
- d)** Acumulação legal de cargos, empregos ou funções públicas
- e)** Incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição

QUESTÃO 194 (2021/IBFC/IBGE/SUPERVISOR DE PESQUISAS) A Lei n. 8.112/1990 trata em seu artigo 127 das denominadas “penalidades disciplinares”. Acerca das disposições da supracitada lei, assinale a alternativa que apresente uma penalidade disciplinar.

- a)** Acordo de leniência
- b)** Suspensão
- c)** Exoneração
- d)** Pena restritiva de direitos
- e)** Pena privativa de liberdade

QUESTÃO 195 (2021/IBFC/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. Analise o texto abaixo e assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas. “A responsabilidade ____ abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.”

“A responsabilidade ____ decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.”

“A responsabilidade ____ do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.”

“As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo ____ entre si.”

- a)** penal / civil / administrativa / independentes
- b)** civil / administrativa / penal / independentes
- c)** penal / administrativa / civil / dependentes
- d)** penal / civil / administrativa / dependentes

GABARITO

- | | | |
|-------|-------|-------|
| 1. e | 28. a | 55. a |
| 2. b | 29. c | 56. a |
| 3. c | 30. c | 57. d |
| 4. E | 31. E | 58. d |
| 5. C | 32. E | 59. a |
| 6. c | 33. C | 60. b |
| 7. d | 34. E | 61. a |
| 8. C | 35. C | 62. a |
| 9. E | 36. E | 63. e |
| 10. C | 37. E | 64. c |
| 11. E | 38. E | 65. d |
| 12. E | 39. C | 66. d |
| 13. C | 40. C | 67. e |
| 14. E | 41. E | 68. b |
| 15. E | 42. C | 69. e |
| 16. E | 43. e | 70. d |
| 17. E | 44. E | 71. d |
| 18. E | 45. C | 72. a |
| 19. a | 46. E | 73. a |
| 20. C | 47. E | 74. c |
| 21. C | 48. E | 75. d |
| 22. C | 49. C | 76. e |
| 23. C | 50. C | 77. d |
| 24. E | 51. E | 78. b |
| 25. C | 52. E | 79. b |
| 26. E | 53. C | 80. c |
| 27. E | 54. C | 81. c |

82. b	111. b	140. c
83. b	112. c	141. c
84. c	113. a	142. c
85. a	114. d	143. a
86. a	115. a	144. c
87. d	116. b	145. a
88. a	117. a	146. e
89. c	118. b	147. d
90. e	119. c	148. e
91. d	120. a	149. a
92. e	121. d	150. c
93. d	122. c	151. d
94. d	123. d	152. a
95. b	124. c	153. a
96. b	125. c	154. b
97. e	126. c	155. c
98. d	127. a	156. e
99. b	128. c	157. a
100. d	129. a	158. a
101. d	130. c	159. a
102. b	131. d	160. a
103. a	132. a	161. e
104. d	133. a	162. c
105. d	134. d	163. e
106. c	135. d	164. e
107. e	136. a	165. d
108. e	137. a	166. a
109. c	138. e	167. b
110. d	139. c	168. b

169. c**170. c****171. d****172. e****173. b****174. c****175. c****176. e****177. a****178. b****179. c****180. b****181. d****182. c****183. b****184. c****185. a****186. b****187. c****188. a****189. d****190. e****191. b****192. c****193. d****194. b****195. a**

GABARITO COMENTADO

QUESTÃO 1 (2019/CESPE/TCE-RO/NÍVEL SUPERIOR/CONHECIMENTOS BÁSICOS) O estágio probatório é o período durante o qual se exige do servidor público investido em cargo efetivo

- a)** produtividade por até dois anos consecutivos.
- b)** assiduidade por até dois anos consecutivos.
- c)** quitação de suas obrigações eleitorais.
- d)** aprovação em curso de formação.
- e)** disciplina e capacidade de iniciativa.

Letra e.

A letra “e” é a alternativa correta, segundo os incisos II e III do art. 20, da Lei n. 8.112/90:

Art. 20. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:
I – assiduidade;
II – disciplina;
III – capacidade de iniciativa;
IV – produtividade;
V – responsabilidade.

QUESTÃO 2 (2019/CESPE/MPC-PA/ANALISTA MINISTERIAL/CONTROLE EXTERNO) Se um servidor em disponibilidade reingressa no serviço público, em cargo de natureza e padrão de vencimento correspondentes ao que ocupava, então, nesse caso, ocorre o que se denomina

- a)** redistribuição.
- b)** aproveitamento.
- c)** readaptação.
- d)** recondução.
- e)** remoção.

Letra b.

Trata-se do aproveitamento

Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

QUESTÃO 3 (2019/CESPE/CGE-CE/AUDITOR DE CONTROLE INTERNO) Com observância do contraditório e da ampla defesa e com a autorização judicial competente, é possível que a prova seja emprestada do processo penal para o processo administrativo disciplinar. Nesse sentido, o empréstimo de provas

- a)** restringe-se a processos em que figurem partes idênticas.
- b)** exige o trânsito em julgado do processo penal.
- c)** é cabível quando envolver prova produzida de interceptação telefônica.
- d)** restringe-se às provas testemunhais.
- e)** é vedado quando envolver o empréstimo de prova produzida em inquérito policial.

Letra c.

A letra "c" está correta, segundo o entendimento do STF, no RMS 28774/DF:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO MINISTRO DA FAZENDA. DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. NEGATIVA DE PROVIMENTO DO RECURSO. (...) 4. A jurisprudência desta Corte admite o uso de prova emprestada em processo administrativo disciplinar, em especial a utilização de interceptações telefônicas autorizadas judicialmente para investigação criminal. Precedentes. 5. Recurso ordinário a que se nega provimento (STF – RMS 28774/DF, Primeira Turma, rel. Min. Roberto Barroso, DJe. De 24.08.2016).

QUESTÃO 4 (ADAPTADA) Com referência à lei n. 8.112/90 julgue o item abaixo:

A recondução é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

Errado.

Trata-se do instituto da reintegração e não da recondução.

Art. 28. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 30 e 31.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

QUESTÃO 5

(2019/CESPE/PREFEITURA DE BOA VISTA-RR/PROCURADOR MUNICIPAL)

A respeito das garantias constitucionais relativas a processo administrativo disciplinar, julgue o item a seguir.

Conforme jurisprudência do STJ, a instauração de processo administrativo disciplinar com base unicamente em denúncia anônima é viável, desde que tenha sido realizado previamente procedimento investigatório.

Certo.

Súmula 611 STJ: Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à administração.

QUESTÃO 6

(2019/CESPE/SEFAZ-RS/AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL/BLOCO II)

O deslocamento de servidor público, por interesse da administração, para o exercício em uma nova sede, com mudança de domicílio permanente, configura

- a)** recondução, com direito a ajuda de custo para sua instalação.
- b)** readaptação, com direito a ajuda de custo para sua instalação.
- c)** remoção, com direito a ajuda de custo para sua instalação.
- d)** readaptação, sem direito a ajuda de custo para sua instalação.
- e)** remoção, sem direito a ajuda de custo para sua instalação.

Letra c.

A **remoção** é o deslocamento do **SERVIDOR**, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, podendo ser:

- De ofício pela Administração;
- A pedido, a critério da Administração;
- A pedido, **independentemente** do interesse da Administração:
 - **para acompanhar cônjuge ou companheiro**, também servidor público civil ou militar; de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do DF e Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;
 - **por motivo de saúde** do servidor, do cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;
 - em virtude de **processo seletivo** promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com as normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles sejam lotados.

QUESTÃO 7

(2019/CESPE/TJ-BA/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO). Se os servidores estatutários de uma autarquia ambiental deflagrarem greve e pararem de trabalhar,

a) a greve será, de pronto, ilegal, visto que ainda não foi editada lei que regulamente a greve no serviço público.

b) a greve poderá ser considerada legal se o Estado der causa à deflagração, assim como ocorreria no caso de servidores policiais civis.

c) a administração pública poderá agir discricionariamente para escolher se desconta da remuneração dos servidores os dias parados.

d) a greve poderá ser declarada legal, porém a administração pública deverá, em regra, descontar da remuneração dos servidores os dias parados.

e) a administração pública será obrigada, caso haja requerimento de sindicato ou associação, a promover uma compensação pelas horas não trabalhadas, evitando o desconto na remuneração dos servidores.

Letra d.

Segundo o entendimento o STF em sede de Repercussão Geral:

A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do

vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público. (RE n. 693.456, j. em 27/10/2016).

QUESTÃO 8 (2018/CESPE/STJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Com base no disposto na Lei n. 8.112/1990, julgue o item seguinte.

Apesar de as instâncias administrativa e penal serem independentes entre si, a eventual responsabilidade administrativa do servidor será afastada se, na esfera criminal, ele for beneficiado por absolvição que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Certo.

Dispõe a Lei n. 8.112/1990, art. 126: “A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria”. Se a absolvição ocorrer por qualquer outro motivo que não sejam esses, não vão ser gerados efeitos na via administrativa. Por exemplo, a absolvição na esfera penal por falta de provas não vincula a esfera administrativa.

QUESTÃO 9 (2018/CESPE/STJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Com base no disposto na Lei n. 8.112/1990, julgue o item seguinte.

O servidor em estágio probatório não poderá afastar-se para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, ainda que com a perda total da remuneração.

Errado.

De acordo com a Lei n. 8.112/1990, o servidor em estágio probatório pode afastar-se para servir em organismo internacional, contudo ficará sem remuneração e terá o estágio probatório suspenso. Vejamos:

Lei n. 8.112/1990

Art. 20, § 4º Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, bem assim afastamento para participar

de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.

Art. 96. O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com perda total da remuneração.

QUESTÃO 10 (2018/CESPE/STJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Com base no disposto na Lei n. 8.112/1990, julgue o item seguinte.

Será cassada a aposentadoria voluntária do servidor inativo que for condenado pela prática de ato de improbidade administrativa à época em que ainda estava na atividade.

Certo.

É exatamente o que dispõe o art. 132, Lei n. 8.112/1990: “será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão”. Todos nós sabemos que o cometimento de atos de improbidade administrativa pode gerar a pena de demissão, logo está correta a questão.

QUESTÃO 11 (2018/CESPE/STJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Com base no disposto na Lei n. 8.112/1990, julgue o item seguinte.

O auxílio-moradia poderá ser concedido a servidor público que resida com outra pessoa que receba o mesmo benefício.

Errado.

Dispõe a Lei n. 8.112/1990, art. 60-B, que o auxílio-moradia não pode ser concedido caso outra pessoa que resida com o servidor também receba. Vejamos:

Lei n. 8.112/1990

Art. 60-B. Conceder-se-á auxílio-moradia ao servidor se atendidos os seguintes requisitos:
IV – nenhuma outra pessoa que resida com o servidor receba auxílio-moradia.

QUESTÃO 12 (2018/CESPE/STJ/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Julgue o segu-

inte item de acordo com as disposições constitucionais e legais acerca dos agentes públicos.

A acumulação remunerada de cargos públicos é vedada, exceto quando houver compatibilidade de horários, caso em que será possível, por exemplo, acumular até três cargos de profissionais de saúde.

Errado.

É possível verificar dois erros nessa questão. O primeiro diz respeito à expressão “exceto quando houver compatibilidade de horários”, pois não basta a mera compatibilidade de horários para que se possa acumular cargos públicos. O outro erro reside na afirmação de que seria possível acumular até três cargos de profissionais da saúde. Vejamos:

CF/1988

Art. 37.

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de **dois** cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

QUESTÃO 13 (2018/CESPE/STJ/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Julgue o seguinte item de acordo com as disposições constitucionais e legais acerca dos agentes públicos. Em regra, o servidor público da administração autárquica que estiver no exercício de mandato eletivo ficará afastado do seu cargo, emprego ou função, disposição também aplicável ao servidor da administração pública fundacional.

Certo.

É exatamente o que nos diz o art. 38 da CF/1988 e o art. 94 da Lei n. 8.112/1990. Lembre-se apenas da exceção no que diz respeito ao cargo de vereador, o qual pode acumular a função pública e o mandato eletivo caso haja compatibilidade de horários.

Veja:

CF/1988

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)

I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

Lei n. 8.112/1990

Art. 94. Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

- I – tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo;
II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
III – investido no mandato de vereador:
a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

QUESTÃO 14 (2018/CESPE/STJ/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Julgue o seguinte item de acordo com as disposições constitucionais e legais acerca dos agentes públicos. A reversão constitui a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, e ocorre quando é invalidada a demissão do servidor por decisão judicial ou administrativa. Nesse caso, o servidor deve ser ressarcido de todas as vantagens que deixou de perceber durante o período demissório.

Errado.

A questão narra o instituto da reintegração. Na verdade, reversão é o retorno à atividade de um servidor aposentado. Veja:

Lei n. 8.112/1990

Art. 25. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

- I – por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubstinentes os motivos da aposentadoria; ou
II – no interesse da administração, desde que:
a) tenha solicitado a reversão;
b) a aposentadoria tenha sido voluntária;
c) estável quando na atividade;
d) a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação;
e) haja cargo vago.

QUESTÃO 15 (2018/CESPE/STJ/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) Julgue o seguinte item de acordo com as disposições constitucionais e legais acerca dos agentes públicos. A investidura em cargo, emprego ou função pública exige a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma prevista em lei.

Errado.

A questão acabou generalizando demais. Sabemos que, para exercer função pública, não se exige aprovação em concurso público. Conforme eu mencionei durante a aula, o art. 37, inciso

II, da CF, exige o concurso público somente para a investidura em cargo ou emprego. Nos casos de função, a exigência não existe, porque podem exercer os contratados temporariamente para atender às necessidades emergentes da Administração ou os ocupantes de funções de confiança, para as quais não se exige a realização do certame.

QUESTÃO 16 (2018/CESPE/ABIN/OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA/CONHECIMENTOS GERAIS)

No que se refere à administração pública e aos seus agentes, julgue o item a seguir.

O estágio probatório inicia-se na data da posse do agente público, findando-se com o término do prazo de três anos.

Errado.

O estágio probatório não se inicia na data da posse, inicia-se quando o agente entra em exercício. CUIDADO: o STF já decidiu e entendeu que o prazo do estágio probatório tem de ser igual ao prazo da estabilidade, ou seja, 3 anos. Na Lei n. 8.112/1990 ainda se fala que o prazo é de 24 meses, mas esse entendimento não prevalece e está superado.

QUESTÃO 17 (2018/CESPE/ABIN/AGENTE DE INTELIGÊNCIA)

Julgue o item que se segue, a respeito do regime jurídico dos servidores públicos, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Improbidade Administrativa e da garantia empregatícia de servidores efetivos e vitalícios. A despeito do caráter compulsório da aposentadoria aos setenta anos de idade, o detentor de cargo público vitalício poderá exercê-lo até os oitenta anos de idade.

Errado.

A aposentadoria compulsória será aos 75 anos de idade e não aos 80 anos. A Lei Complementar n. 152/2015 regulamentou e estendeu a aposentadoria compulsória para os 75 anos de idade.

Obs.: apesar de a aposentadoria ser aos 75 anos de idade, foi mantida a previsão na Lei n. 8.112/1990 de que não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

Vejamos:

CF/1988

Art. 40.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: II – compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.

QUESTÃO 18 (2018/CESPE/ABIN/AGENTE DE INTELIGÊNCIA) Julgue o item que se segue, a respeito do regime jurídico dos servidores públicos, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Improbidade Administrativa e da garantia empregatícia de servidores efetivos e vitalícios.

Situação hipotética: José, servidor nomeado para cargo efetivo, passou pelo estágio probatório com nota dez na avaliação de desempenho do cargo, adquirindo a estabilidade no serviço público.

Assertiva: Nessa situação, a despeito da excelência do seu desempenho, José poderá ser exonerado do serviço público seis meses após a conclusão do seu estágio probatório, caso apresente queda na produtividade por dois meses seguidos.

Errado.

De acordo com a Lei n. 8.112/1990, o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa. Ademais, a CF/1988 também menciona outras duas hipóteses: avaliação periódica de desempenho e corte de gastos. Vale lembrar que a exoneração não tem caráter punitivo, ao contrário da demissão. Veja:

CF/1988

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Lei n. 8.112/1990

Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

QUESTÃO 19

(2018/CESPE/SEFAZ-RS/AUDITOR DO ESTADO/BLOCO II) Conforme o STF, no que se refere às carreiras de segurança pública, o exercício do direito de greve é:

- a)** vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.
- b)** permitido aos servidores públicos civis e aos militares.
- c)** permitido apenas aos policiais civis, salvo em caso de estado de sítio e estado de defesa.
- d)** permitido apenas aos policiais civis que atuem diretamente na área de segurança pública.
- e)** vedado aos policiais civis, salvo se essa atividade for suprida por órgão da iniciativa privada.

Letra a.

Foi exatamente o que decidiu o STF. Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou entendimento no sentido de que é inconstitucional o exercício do direito de greve por parte de policiais civis e demais servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública. A decisão foi tomada, no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo ARE 654432/GO, rel. orig. Min. Edson Fachin, red. p/ o ac. Min. Alexandre de Moraes, julgamento em 05/04/2017.

QUESTÃO 20

(2018/CESPE/STM/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos e seu regime, julgue o item a seguir.

As funções de confiança, correspondentes a encargos de direção, chefia ou assessoramento, só podem ser exercidas por titulares de cargos efetivos.

Certo.

De acordo com a CF/1988, as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. Veja:

CF/1988

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

QUESTÃO 21 (2018/CESPE/STM/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A respeito do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos e seu regime, julgue o item a seguir.

Após ser empossado, o servidor que não entrar em exercício no prazo legal será exonerado.

Certo.

É de 15 dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse. O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício no prazo legal. Veja:

Lei n. 8.112/1990

Art. 15. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

§ 1º É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo, observado o disposto no art. 18.

QUESTÃO 22 (2018/CESPE/STM/CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR/CONHECIMENTOS BÁSICOS) Julgue o item a seguir, relativo ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, às carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União e à responsabilidade civil do Estado. No caso de acumulação ilegal de cargos públicos, o servidor será notificado para apresentar opção e, se ele permanecer omissa, será instaurado procedimento administrativo disciplinar sumário conduzido por comissão composta por dois servidores estáveis.

Certo.

Verificado que o servidor descumpre as normas para a acumulação lícita de cargos, empregos ou funções (arts. 118 a 120 da Lei n. 8.112/1990), deve ser notificado (por intermédio da chefia

imediata) pela autoridade que tiver conhecimento do fato para optar entre um deles, no prazo de 10 dias, a contar da ciência da notificação. A opção feita dentro do prazo equivale a pedido de exoneração do cargo preterido (art. 133, § 5º, Lei n. 8.112/1990), não podendo o servidor ser, nesse caso, punido, pois se presume a boa-fé na acumulação.

QUESTÃO 23 (2018/CESPE/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Acerca do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos, julgue o item a seguir. Em que pese ocuparem cargos eletivos, as pessoas físicas que compõem o Poder Legislativo são consideradas agentes públicos.

Certo.

Trata-se de um agente político, espécie de agente público. Veja o conceito trazido pela lei de improbidade administrativa:

Lei n. 8.429/1992

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

QUESTÃO 24 (2018/CESPE/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Acerca do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos, julgue o item a seguir. Os empregados das empresas públicas submetem-se ao regime celetista e, por isso, estão fora do rol de agentes públicos.

Errado.

Os empregados das empresas públicas são considerados agentes públicos, sim, mais especificamente dentro da categoria de agentes administrativos.

Lei n. 8.429/1992

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, EMPREGO ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

QUESTÃO 25 (2018/CESPE/STM/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA) Acerca das regras aplicáveis aos servidores públicos do Poder Judiciário, e considerando o que dispõe a Lei n. 8.112/1990 e a Lei n. 11.416/2006, julgue o item a seguir.

A legislação que dispõe sobre o regime estatutário prevê a possibilidade de o servidor público, em determinadas hipóteses, pedir remoção para outra localidade, independentemente do interesse da administração pública.

Certo.

A remoção de servidor público pode ocorrer com ou sem mudança de sede e, algumas vezes, pode se dar independentemente do interesse da administração. Exemplo: remoção do servidor para acompanhar cônjuge que, sendo empregado de empresa pública federal, tenha sido deslocado para outra localidade no interesse da administração. Veja:

Lei n. 8.112/1990

Art. 36. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:

I – de ofício, no interesse da Administração;

II – a pedido, a critério da Administração;

III – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração:

a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;

b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;

c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

QUESTÃO 26 (2018/CESPE/STM/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA) Acerca das regras aplicáveis aos servidores públicos do Poder Judiciário, e considerando o que dispõe a Lei n. 8.112/1990 e a Lei n. 11.416/2006, julgue o item a seguir.

Provimento é o ato emanado da pessoa física designada para ocupar um cargo público, por meio do qual ela inicia o exercício da função a que for nomeada.

Errado.

O provimento é um ato emanado pelo Poder Público ou por uma autoridade competente e não por uma pessoa física. Como eu disse durante a aula, trata-se do preenchimento de um cargo público, consubstanciado por meio de um ato administrativo de caráter funcional, pois o ato é que materializa ou formaliza o provimento. Assim, se um cargo estava desocupado e vem a ser ocupado, significa que ele foi provido.

QUESTÃO 27 (2018/CESPE/STM/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS) Acerca do acesso à informação, dos servidores públicos e do processo administrativo no âmbito federal, julgue o item que se segue.

Se sofrer um acidente que o leve à incapacidade física, o servidor público federal poderá ser readaptado em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com as suas limitações, ficando em disponibilidade até a vacância do cargo adequado.

Errado.

O servidor readaptação não fica em disponibilidade, ele exerce suas funções como excedente até que surja uma vaga. Veja:

Lei n. 8.112/1990

Art. 24. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

§ 1º Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

§ 2º A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições COMO EXCEDENTE, até a ocorrência de vaga.

QUESTÃO 28 (2018/CESPE/PC-MA/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL) Pela suposta prática de falta funcional, foi instaurado procedimento administrativo disciplinar contra Luiz, servidor público estadual. Luiz respondeu, relativamente aos mesmos fatos, a ação penal ajuizada pelo MP local. À luz da disciplina da responsabilização dos servidores públicos, é correto afirmar que, nessa situação hipotética,

- a)** eventual sentença absolutória criminal fundamentada no fato de a conduta do servidor público não constituir infração penal não impede a aplicação de penalidade em âmbito administrativo, com base na chamada falta residual.
- b)** em razão da independência entre as instâncias administrativa e penal, eventual sentença absolutória criminal não repercutirá na esfera administrativa.
- c)** eventual sentença absolutória criminal fundamentada na falta de provas implicará absolvição na esfera administrativa.
- d)** em razão da possível influência da sentença criminal na instância administrativa, o procedimento administrativo disciplinar deverá permanecer suspenso até o término da ação penal.
- e)** eventual sentença extintiva da punibilidade do crime, independentemente de seu fundamento, implicará no arquivamento do procedimento administrativo disciplinar.

Letra a.

a) Certa. De acordo com a Súmula n. 18 do STF: “pela falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público”. Ademais, dispõe a Lei n. 8.112/1990, art. 126, que “a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria”. Por se tratar de uma absolvição criminal em razão de a conduta não constituir crime, tal absolvição não terá efeitos na esfera administrativa.

b) Errada. O item foi muito genérico. Em se tratando de negativa do fato ou negativa de autoria, a sentença absolutória poderá, sim, repercutir na esfera administrativa.

c) Errada. Absolvição por falta de provas não repercutir na esfera administrativa. Somente negativa do fato ou negativa de autoria vinculam a esfera administrativa.

d) Errada. As esferas são independentes e eventuais procedimentos administrativos não necessariamente deverão permanecer suspensos até o fim da ação penal.

e) Errada. Como já foi dito, o procedimento administrativo é independente do criminal, só há vinculação nos casos de decisões absolutórias de negativa de existência de fato ou de autoria.

QUESTÃO 29 (2018/CESPE/PC-MA/ESCRIVÃO DE POLÍCIA) A revisão, de ofício, pela administração pública, de decisões sancionatórias aplicadas a servidor público por meio de regular processo administrativo é:

- a)** vedada, em razão da necessidade de provocação do servidor público.
- b)** permitida, ainda que tenha ocorrido a preclusão administrativa, em razão do princípio da autotutela.
- c)** permitida, em decorrência do princípio da oficialidade.
- d)** permitida apenas se as alegações da revisão coincidirem com as suscitadas pela parte no decorrer do processo.
- e)** vedada, em obediência ao princípio da economia processual.

Letra c.

É o que diz o art. 174 da Lei n. 8.112/1990: “O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.”

Segundo a Professora Maria Sylvia Di Pietro: “O princípio da oficialidade nos processos administrativos assegura a possibilidade de instauração do processo por iniciativa da Administração, independentemente de provocação pelo administrado e ainda a possibilidade de impulsivar o processo, adotando todas as medidas necessárias a sua adequada instrução.”

QUESTÃO 30 (2018/CESPE/PC-MA/PERITO CRIMINAL) Acerca da administração pública, julgue os itens a seguir, com base na CF.

- I – A vedação de acúmulo remunerado de cargos, empregos ou funções públicas não se estende às sociedades de economia mista.
- II – O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, podendo-se prorrogá-lo por igual período, enquanto houver cadastro de reserva.
- III – Havendo compatibilidade de horários, é permitida a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- IV – O servidor público da administração direta que for afastado para o exercício de mandato eletivo não terá esse tempo contado para o fim de promoção por merecimento.

Estão certos apenas os itens

- a)** I e III.
- b)** II e IV.

- c)** III e IV.
- d)** I, II e III.
- e)** I, II e IV.

Letra c.

I – Errado. Lei n. 8.112/1990, art. 118, § 1º: “A proibição de acumular cargos públicos estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.”

II – Errado. CF/1988, art. 37, inciso III: “o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período”. Não é enquanto houver cadastro reserva.

III – Certo.

CF/1988

Art. 37.

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

IV – Certo. CF/1988, art. 38, inciso IV: “em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento”.

QUESTÃO 31 (2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/CONHECIMENTOS BÁSICOS/CARGOS 1, 2, 3) No que se refere às características do poder de polícia e ao regime jurídico dos agentes administrativos, julgue o item que se segue.

A garantia constitucional de permanecer no cargo público após três anos de efetivo exercício denomina-se efetividade.

Errado.

A questão inverte o conceito de estabilidade com o conceito de efetividade. A garantia constitucional de permanecer no cargo público após três anos de efetivo exercício denomina-se

ESTABILIDADE. A efetividade é alcançada com a nomeação e posse, porém a estabilidade somente se adquire após três anos de efetivo exercício (art. 41, CF/1988).

QUESTÃO 32 (2021/CESPE/CEBRASPE/PC-DF/AGENTE DE POLÍCIA DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL) João, servidor público, aliciou um dos seus subordinados a se filiar ao sindicato da categoria a que ambos pertenciam. Em razão desse fato, instaurou-se processo administrativo contra João para apurar sua conduta funcional. Concluído o procedimento, o chefe da repartição, Antônio, aplicou a pena de advertência por escrito pelo ato praticado. Considerando a situação hipotética precedente, o disposto na Lei n. 8.112/1990, os requisitos do ato administrativo e os poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

A penalidade aplicada a João é incabível, uma vez que não há previsão legal expressa para a punição funcional pelo ato praticado.

Errado.

Há a previsão expressa da pena de advertência para essa penalidade:

Art. 117. Ao servidor é proibido:

VII – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

Art. 129. A **advertência** será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

QUESTÃO 33 (2021/CESPE/CEBRASPE/PC-DF/AGENTE DE POLÍCIA DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL) Com base na Lei n. 8.112/1990, julgue o item que se segue.

Será aposentado o servidor que, avaliado em inspeção médica para fins de readaptação, for julgado incapaz para o serviço público.

Certo.

É o que estabelece o art. 24, § 1º da Lei 8.112/90:

Art. 24. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

§ 1º Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

QUESTÃO 34 (2021/CESPE/CEBRASPE/PC-DF/AGENTE DE POLÍCIA DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL) Com base na Lei n. 8.112/1990, julgue o item que se segue.

A nomeação poderá se dar tanto em caráter efetivo quanto em comissão, dependendo, ambos os casos, de prévia habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos.

Errado.

A nomeação é a única forma de provimento originário e pode ocorrer para cargo de provimento efetivo ou em comissão (art. 9º da Lei n. 8.112/1990), devendo ser precedida de concurso público apenas na primeira hipótese (art. 10 da Lei n. 8.112/1990).

QUESTÃO 35 (2021/CESPE/CEBRASPE/PC-DF/AGENTE DE POLÍCIA DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL) Com base na Lei n. 8.112/1990, julgue o item que se segue.

As atribuições do cargo definidas em lei não garantem, por si só, a concessão e a continuidade do pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade.

Certo.

De acordo com o § 2º, do art. 68, da Lei 8.112/90, o direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

QUESTÃO 36 (2021/CESPE/CEBRASPE/DEPEN/AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL)

Jorge, chefe de repartição vinculada a órgão público federal, determinou, de forma expressa, que todos os servidores deveriam tratar os administrados com respeito e urbanidade e que não toleraria ofensa verbal. No entanto, Bruno, um de seus subordinados que exerce cargo em

comissão e não possui cargo efetivo, cometeu grave insubordinação em serviço ao insultar Fernanda, uma administrada que havia solicitado informações sobre o andamento de processo que tramitava no referido órgão. Jorge, na figura de autoridade pública competente, abriu processo administrativo disciplinar contra Bruno, que culminou na aplicação de pena de suspensão por 90 dias ao insubordinado.

Considerando essa situação hipotética e os dispositivos da Lei n. 8.112/1990 e da Lei n. 9.784/1999, bem como as disposições a respeito dos poderes administrativos e da responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro, julgue o item subsequente.

A Lei n. 8.112/1990 é inaplicável a Bruno, uma vez que ele exerce cargo em comissão e não possui cargo efetivo.

Errado.

A Lei n. 8.112/1990 institui o Regime Jurídico dos Servidores Públícos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais. Tais servidores podem ser tanto efetivos, como comissionados, pois nos dois casos são cargos públicos.

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

QUESTÃO 37 (2021/CESPE/CEBRASPE/DEPEN/AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL)

Na pretensão de celebrar contrato administrativo com empresa fornecedora de serviço de mão de obra, João, servidor público competente de determinado órgão público, elaborou edital de licitação prevendo em uma de suas cláusulas que a empresa contratada reserve percentual mínimo de sua mão de obra a pessoas oriundas do sistema prisional. Tomando conhecimento do fato, o chefe de João, autoridade máxima do órgão, sem apresentar justificativa, suspendeu o edital e determinou a contratação direta da empresa por dispensa de licitação. Contrariado com a atitude do seu superior hierárquico, João foi embora para casa no meio do expediente sem autorização do seu chefe, coisa que nunca antes fizera.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Por se ausentar do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, João está sujeito a pena de suspensão.

Errado.

Segundo o art. 117, I e 129 da Lei 8.112/90, será aplicada a pena de advertência nesse caso.

Art. 117. Ao servidor é proibido:

I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

Art. 129. A **advertência** será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

QUESTÃO 38 (2021/CESPE/CEBRASPE/DEPEN/ENFERMAGEM) A respeito da administração pública, dos servidores públicos da União e dos contratos e convênios celebrados pela União, julgue o item a seguir.

Considere que Guilherme, servidor estável em cargo por ele anteriormente ocupado, não tenha sido aprovado no estágio probatório do cargo público que ocupa atualmente. Nessa situação hipotética, Guilherme deverá ser reintegrado no cargo anteriormente ocupado.

Errado.

Nesse caso, Guilherme deverá ser reconduzido:

Art. 20, § 2º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, **reconduzido** ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

QUESTÃO 39 (2021/CESPE/CEBRASPE/DEPEN/ENFERMAGEM) Considerando o processo de apuração de falta funcional, julgue o item a seguir.

A denúncia anônima é meio legítimo à viabilização da instauração de processo administrativo disciplinar.

Certo.

Segundo a Súmula 611 do STJ:

JURISPRUDÊNCIA

Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à administração.

QUESTÃO 40 (2021/CESPE/CEBRASPE/POLÍCIA FEDERAL/AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL)

Determinado agente da Polícia Federal revelou um segredo sobre uma operação policial que seria realizada para deter uma quadrilha de traficantes. Ele havia se apropriado desse segredo em razão do seu cargo. Tendo a operação fracassado, a administração da Polícia recebeu uma denúncia sobre o ocorrido e abriu processo administrativo disciplinar contra o referido servidor. Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O servidor, em razão do seu ato, está sujeito à pena de demissão.

Certo.

De fato, nesse caso, será aplicada a pena de demissão, conforme estabelece o art. 132, IV da Lei 8.112/90:

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

IX – revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

QUESTÃO 41 (2021/CESPE/CEBRASPE/POLÍCIA FEDERAL/DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL)

Foi realizado concurso para o preenchimento de vagas para determinado cargo público, de natureza civil, da administração direta federal. Após a divulgação dos resultados, os aprovados foram nomeados. Considerando essa situação hipotética e o que dispõe a Lei n. 8.112/1990, julgue o item subsecutivo.

Os aprovados no referido concurso público serão investidos em cargos em comissão mediante posse e somente adquirirão estabilidade se, após três anos de efetivo exercício, forem aprovados no estágio probatório.

Errado.

A estabilidade é um instituto aplicado apenas aos cargos públicos de natureza efetiva:

CF/88, Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

QUESTÃO 42 (2021/CESPE/CEBRASPE/POLÍCIA FEDERAL/DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL)

Foi realizado concurso para o preenchimento de vagas para determinado cargo público, de natureza civil, da administração direta federal. Após a divulgação dos resultados, os aprovados foram nomeados. Considerando essa situação hipotética e o que dispõe a Lei n. 8.112/1990, julgue o item subsecutivo.

É correto afirmar que o cargo público em questão foi criado por lei.

Certo.

É o que estabelece o art. 3º, parágrafo único, da Lei 8.112/90:

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

QUESTÃO 43 (2021/CESPE/CEBRASPE/IBGE/AGENTE DE PESQUISAS POR TELEFONE) Conforme a Lei n. 8.112/1990, em caso de exercício irregular de suas atribuições, o servidor público poderá responder na(s) esfera(s)

- a)** administrativa, apenas.
- b)** penal, apenas.
- c)** administrativa e civil, apenas.
- d)** civil e penal, apenas.
- e)** administrativa, civil e penal.

Letra e.

Segundo o art. 121 da lei 8.112/90: “O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.”

QUESTÃO 44 (2021/CESPE/CEBRASPE/TC-DF/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO) A respeito de atos administrativos, dos princípios administrativos, do processo administrativo e dos poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

Segundo entendimento do STJ, o ato de instauração válido do processo administrativo disciplinar constitui o marco inicial da contagem do prazo prescricional.

Errado.

De acordo com a Súmula 635 do STJ, o prazo prescricional se inicial quando a autoridade toma conhecimento do fato:

JURISPRUDÊNCIA

Os prazos prescricionais previstos no art. 142 da Lei n. 8.112/1990 iniciam-se na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo toma conhecimento do fato, interrompem-se com o primeiro ato de instauração válido – sindicância de caráter punitivo ou processo disciplinar – e voltam a fluir por inteiro, após decorridos 140 dias desde a interrupção.

QUESTÃO 45 (CEBRASPE/IBAMA/TÉCNICO AMBIENTAL/2022) Determinado servidor público faltou ao serviço sem causa justificada, por período igual a sessenta dias, intercaladamente, durante doze meses.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item a seguir, com base na Lei n. 8.112/1990. A referida conduta pode acarretar ao servidor a penalidade de demissão.

Certo.

A infração cometida foi de inassiduidade habitual, para a qual a lei prevê a sanção de demissão.

QUESTÃO 46 (CEBRASPE/IBAMA/ANALISTA/LICENCIAMENTO AMBIENTAL/2022) Considerando a situação hipotética de que determinado servidor público, sem prévia autorização da chefia imediata, tenha-se ausentado do serviço durante o expediente, para comprar presentes para sua família, julgue o item a seguir, com base na Lei n. 8.112/1990.

Tal conduta poderá acarretar penalidade de demissão ao servidor.

Errado.

Conforme art. 117 da Lei n. 8.112/1990, a pena aplicada será a de advertência.

QUESTÃO 47 (CEBRASPE/IBAMA/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2022) No que diz respeito à administração pública, julgue o item a seguir.

A reintegração de servidor público cujo cargo foi extinto não é possível, mesmo que determinada judicialmente.

Errado.

A questão está errada, vejamos o que a citada lei dispõe sobre o tema:

Art. 28. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com resarcimento de todas as vantagens.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em **disponibilidade**, observado o disposto nos arts. 30 e 31.

QUESTÃO 48 (CEBRASPE/FUNPRESP-EXE/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR/ADMINISTRATIVA/2022) Julgue o item a seguir:

Um gerente da FUNPRESP instou um servidor a atualizar os próprios dados cadastrais para que incluísse o endereço de novo imóvel que ele havia comprado em outro estado. Esse servidor, considerando-se ofendido e coagido a fazer isso, argumentou que essa era uma atribuição estranha a seu cargo e citou a seguinte proibição da Lei n. 8.112/1990, para mostrar que o gerente estava errado: “cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa...”. Nessa situação, o servidor estava correto no entendimento da citada lei e pode recusar-se a informar ao órgão a compra do referido imóvel.

Errado.

Conforme artigo 117 da lei:

Art. 117. Ao servidor é proibido:

- I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- II – retirar, sem prévia anuênciia da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III – recusar fé a documentos públicos;
- IV – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- V – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
- VI – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- VII – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
- VIII – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
- IX – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- X – participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
- XI – atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
- XII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- XIII – aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;
- XIV – praticar usura sob qualquer de suas formas;
- XV – proceder de forma desidiosa;
- XVI – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
- XVII – cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
- XVIII – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;
- XIX – recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.**

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do *caput* deste artigo não se aplica nos seguintes casos:

- I – participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e
- II – gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 91 desta Lei, observada a legislação sobre conflito de interesses.

QUESTÃO 49 (CEBRASPE/FUNPRESP-EXE/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR/ADMINISTRATIVA/2022) Um servidor público efetivo que cometeu falta grave no órgão em que trabalhava e se aposentou antes da decisão administrativa final sobre seu processo poderá ter cassada a aposentadoria em caso de condenação com pena de demissão.

Certo.

Nos termos do art. 134 da Lei n. 8.112/90: “Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.”

QUESTÃO 50 (CEBRASPE/PGE-RJ/ANALISTA PROCESSUAL/2022) Em determinado mês, a administração pública depositou, em decorrência de erro operacional, o triplo do salário em favor de determinado servidor público.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O referido servidor público, mesmo estando de boa-fé, é obrigado a devolver os recursos excedentes.

Certo.

Vejamos o que a lei dispõe sobre o tema:

Art. 46. As reposições e indenizações ao erário, atualizadas até 30 de junho de 1994, serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado.

§ 2º Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela.

QUESTÃO 51 (CEBRASPE/FUNPRESP-EXE/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR/ADMINISTRATIVA/2022) Julgue o item a seguir:

Uma analista de previdência complementar, a fim de manifestar seu apreço por uma amiga recém-admitida na Funpresp, realiza reunião com a equipe para discursar sobre as qualidades da nova servidora e comentar como esta poderá contribuir para melhorar o clima organizacional da área. A reunião promovida pela analista tem respaldo na Lei n. 8.112/1990

e outras com a mesma finalidade podem ser incentivadas para o alcance de resultados organizacionais mais expressivos.

Errado.

Conforme artigo 117 da lei:

Art. 117. Ao servidor é proibido:

- I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- II – retirar, sem prévia anuênciia da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III – recusar fé a documentos públicos;
- IV – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- V – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.

QUESTÃO 52 (CEBRASPE/IBAMA/TÉCNICO AMBIENTAL/2022) Determinado servidor público faltou ao serviço sem causa justificada, por período igual a sessenta dias, intercaladamente, durante doze meses.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item a seguir, com base na Lei n. 8.112/1990. Tal situação configura abandono de cargo público.

Errado.

Conforme artigo 138, configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos. É a conduta do servidor que, intencionalmente, deixa de comparecer ao trabalho por mais de trinta dias consecutivos. Tem de haver: ausência por MAIS de 30 dias (elemento objetivo) + vontade de abandonar o cargo (*animus abandonandi*) (elemento subjetivo).

QUESTÃO 53 (CEBRASPE/PCDF/AGENTE DE POLÍCIA CIVIL/2022) Com base na Lei n. 8.112/1990, julgue o item a seguir.

Será aposentado o servidor que, avaliado em inspeção médica para fins de readaptação, for julgado incapaz para o serviço público.

Certo.

A questão está de acordo com o que está exposto na lei:

Art. 24. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

§ 1º Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

QUESTÃO 54 (CEBRASPE/DPF/DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL/2022) Considerando a situação hipotética de que determinado servidor público, sem prévia autorização da chefia imediata, tenha-se ausentado do serviço durante o expediente, para comprar presentes para sua família, julgue o item a seguir, com base na Lei n. 8.112/1990.

Trata-se de conduta expressamente proibida pela referida lei.

Certo.

A questão está em acordo com a lei:

Art. 117. Ao servidor é **proibido**:

I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

QUESTÃO 55 (2020/FCC/AL-AP/ASSISTENTE LEGISLATIVO) Ricardo Reis, servidor público, foi acusado, em processo disciplinar, de haver subtraído da repartição um aparelho de ar condicionado, falta que ensejaria sua demissão a bem do serviço público. Em processo criminal instaurado concomitantemente, o juiz absolveu Ricardo, concluindo que Bernardo Soares, pessoa totalmente estranha à repartição, era o verdadeiro responsável pelo furto. Constatou-se, todavia, que Ricardo Reis havia se ausentado da repartição sem acionar os alarmes antifurto, providência de sua exclusiva responsabilidade. Tal comportamento não gerou punição na esfera criminal, por se tratar de conduta criminalmente atípica.

Diante do relato hipotético, conclui-se que Ricardo Reis

a) será absolvido da conduta que lhe foi inicialmente imputada, mas ainda poderá ser punido pela conduta omissiva, pois, embora considerada criminalmente atípica, pode configurar falta disciplinar residual.

- b)** deve pedir a inclusão de Bernardo Soares no processo disciplinar, na qualidade de corréu, de maneira a diminuir sua responsabilidade no incidente.
- c)** não sofrerá punições em âmbito administrativo, visto que a decisão criminal é vinculante na esfera administrativa.
- d)** pode ser demitido pela subtração do equipamento, visto que as conclusões da decisão proferida na esfera criminal não vinculam a Administração.
- e)** será indenizado pela injusta submissão a processo disciplinar, o que é suficiente para configurar dano moral.

Letra a.

A letra “a” é o gabarito da questão, pois segundo o entendeu o STF: “Afastada a responsabilidade criminal de servidor por inexistência do fato ou negativa de sua autoria, também ficará afastada a responsabilidade administrativa, exceto se verificada falta disciplinar residual, não abrangida pela sentença penal absolutória.”

Também é o entendimento do STF conforme a Súmula n. 18: “Pela falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público.”

QUESTÃO 56 (2018/FCC/DPE-AM/ASSISTENTE TÉCNICO/ADMINISTRATIVA) Determinado indivíduo, ocupante de dois cargos de professor, um de ensino médio na rede pública estadual e outro, de ensino superior, em universidade pública do mesmo Estado, exerce-os concomitantemente e suas remunerações, somadas, resultam em valor inferior ao do subsídio mensal do Governador. Em breve, reunirá os requisitos necessários à obtenção de aposentadoria em ambos cargos. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal, a acumulação de cargos é

- a)** lícita, desde que haja compatibilidade de horários, sendo permitida, nesse caso, a percepção cumulativa dos respectivos proventos de aposentadoria.
- b)** lícita, desde que haja compatibilidade de horários, mas não lhe será dado perceber proventos de aposentadoria cumulativamente.
- c)** lícita, independentemente de haver compatibilidade de horários, mas não lhe será dado perceber proventos de aposentadoria cumulativamente.

- d)** lícita, independentemente de haver compatibilidade de horários, sendo permitida, nesse caso, a percepção cumulativa dos respectivos proventos de aposentadoria.
- e)** ilícita, razão pela qual não lhe será dado perceber proventos de aposentadoria cumulativamente.

Letra a.

A questão exige conhecimento relacionado à disciplina constitucional acerca da administração pública. Tendo em vista o caso hipotético apresentado e à luz da Constituição Federal, é correto afirmar que a acumulação de cargos, no caso específico, é lícita, desde que haja compatibilidade de horários, sendo permitida, nesse caso, a percepção cumulativa dos respectivos proventos de aposentadoria.

Com efeito, em relação à acumulação remunerada dos cargos públicos:

Art. 37, XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

Além disso, em relação à percepção simultânea de proventos de aposentadoria:

Art. 37, § 10 É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Por fim, cumpre ressaltar que, recentemente, o STF chancelou a possibilidade de percepção simultânea de proventos de aposentadoria, diante de cargos constitucionalmente acumuláveis, mesmo que o somatório ultrapasse o teto remuneratório. Vejamos:

Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público. (**STF. Plenário. RE 612975/MT e RE 602043/MT, Rel. Min. Marco Aurélio, julgados em 26 e 27/4/2017 – repercussão geral – Info 862**).

QUESTÃO 57 (2018/FCC/TRT-6^a REGIÃO/PE/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA) De acordo com a Lei n. 8.112/1990, a responsabilidade civil do servidor público

- a)** é objetiva e solidária com o ente público cujo quadro integra, admitidas, no entanto, as exclu-
dentes de responsabilidade.
- b)** dá-se de forma subjetiva, pessoal e integral, com a comprovação de dolo ou culpa do servi-
dor, não cabendo responsabilização do poder público.
- c)** dá-se de forma regressiva e não atinge eventual herança do servidor falecido, cabendo
necessariamente a prévia responsabilização do ente público em caráter primário.
- d)** demanda prova de culpa ou dolo, considerando que a responsabilidade civil dos servidores
dá-se sob a modalidade subjetiva.
- e)** restringe-se aos atos comissivos, considerando que se dá sob a modalidade subjetiva e,
portanto, exige prova de dolo ou culpa.

Letra d.

Na verdade, para solucionar a questão, bastaria ter conhecimento do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988, que estabelece que “as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, **assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa**”.

A responsabilidade do Estado e das pessoas jurídicas de direito público prestadoras de servi-
ços públicos é objetiva, regida, em regra, pela teoria do risco administrativo, bastando que o particular comprove o dano e o nexo de causalidade entre este e a conduta do agente causador
do dano.

Contudo, a administração, para poder responsabilizar o agente causador do dano, deverá com-
provar que este agiu com dolo ou, ao menos, culpa (teoria subjetiva), sob pena de ter de arcar
com o prejuízo de forma integral.

De qualquer forma, como a questão pede o conhecimento da Lei n. 8.112/1990, colaciono os
dispositivos respectivos:

Art. 121. O servidor responde **civil, penal e administrativamente** pelo exercício irregular de suas
atribuições.

Art. 122. A responsabilidade civil decorre de **ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que
resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros**.

§ 2º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, **em ação regressiva**.

§ 3º A obrigação de reparar o dano **estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida**.

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

QUESTÃO 58

(2018/FCC/ALESE/TÉCNICO LEGISLATIVO/ADMINISTRAÇÃO) Em conformidade com a disciplina constitucional atinente aos órgãos, entidades e servidores da Administração pública,

- a)** é vedado a todo servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- b)** o prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.
- c)** os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedada, em qualquer hipótese, a contratação de estrangeiros
- d)** é admitida a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com os casos estabelecidos em lei.
- e)** é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Letra d.

a) Errada. Nos termos do art. 37, VI, da Lei Maior, “é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical”.

b) Errada. Por força do art. 37, III, da CF/1988, “o prazo de validade do concurso público será de até 2 ANOS, prorrogável uma vez, por igual período”.

c) Errada. O art. 37, I, da CR/1988, estabelece que “os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, **assim como aos estrangeiros, na forma da lei**”.

d) Certa. Reproduz o disposto no art. 37, IX, da Constituição.

e) Errada. Nos termos do art. 37, XIII, da Constituição da República, “é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público”.

QUESTÃO 59 (2017/FCC/TRT-21ª REGIÃO/RN/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA)

Após a aprovação em concurso público, José, no dia 20 de outubro de 2010, foi admitido por empresa pública integrante da Administração indireta de determinado Estado, sob o regime celetista. No dia 21 de setembro de 2013, porém, José foi dispensado, mediante ato motivado da autoridade competente, recebendo as verbas rescisórias devidas. Tendo em vista o disposto na Constituição da República, assim como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o ato de dispensa de José é

- a)** válido, uma vez que, tendo sido admitido para ocupar emprego público em empresa pública, José não preenche, ao menos, um dos requisitos impostos pela Constituição da República para que o servidor possa fazer jus à estabilidade, já que não foi nomeado para cargo de provimento efetivo.
- b)** válido, uma vez que José ainda não havia adquirido estabilidade.
- c)** inválido, uma vez que José se encontrava em período de preestabilidade, de maneira que não poderia ter sido dispensado.
- d)** inválido, uma vez que, por ser detentor de estabilidade, José somente poderia ser dispensado em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- e)** inválido, uma vez que José não poderia ter sido dispensado sem a ocorrência de justa causa apurada através do devido processo administrativo disciplinar, na medida em que era detentor de estabilidade, por ter sido admitido após a aprovação em concurso público.

Letra a.

A estabilidade prevista no *caput* do art. 41 da CR/1988 somente é adquirida após três anos de efetivo exercício aos servidores ocupantes de cargos efetivos. Portanto, empregados públicos, por não serem ocupantes de cargos efetivos, mas, sim, de emprego público, **não gozam de estabilidade**.

Por outro lado, para o STF, embora não gozem de estabilidade, é obrigatória a motivação para a dispensa de empregados de empresas estatais e sociedades de economia mista, o que ocorreu no caso em análise. Nesse sentido:

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT. DEMISSÃO IMOTIVADA DE SEUS EMPREGADOS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO DA DISPENSA. RE PARCIALMENTE PROVADO.

I – Os empregados públicos não fazem jus à estabilidade prevista no art. 41 da CF, salvo aqueles admitidos em período anterior ao advento da EC n. 19/1998. Precedentes.

II – Em atenção, no entanto, aos princípios da impessoalidade e isonomia, que regem a admissão por concurso público, a dispensa do empregado de empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviços públicos deve ser motivada, assegurando-se, assim, que tais princípios, observados no momento daquela admissão, sejam também respeitados por ocasião da dispensa.

III – A motivação do ato de dispensa, assim, visa a resguardar o empregado de uma possível quebra do postulado da impessoalidade por parte do agente estatal investido do poder de demitir.

IV – Recurso extraordinário parcialmente provido para afastar a aplicação, ao caso, do art. 41 da CF, exigindo-se, entretanto, a motivação para legitimar a rescisão unilateral do contrato de trabalho. **(RE 589998, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 20/03/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-179 DIVULG 11-09-2013 PUBLIC 12-09-2013).**

QUESTÃO 60 (2017/FCC/TRT-21ª REGIÃO/RN/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA)

João foi contratado por tempo determinado, mediante processo seletivo simplificado, para atuar junto a órgão da Administração direta, integrante do Poder Executivo de certo Estado, a fim de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. À luz do disposto na Constituição, a remuneração de João

- a)** não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, embora possa ser superior ao do Governador do Estado respectivo.
- b)** não poderá exceder o subsídio mensal do Governador do Estado respectivo.
- c)** não estará sujeita ao limite aplicável aos servidores ocupantes de cargos efetivos, uma vez que foi contratado por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- d)** terá como limite o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado respectivo, limitado a noventa e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

e) não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, do Presidente da República, que funciona como limite para a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Letra b.

Nos termos do art. 37, XI, da Constituição Federal, a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos municípios, o subsídio do prefeito, e nos estados e no Distrito Federal, **o subsídio mensal do governador no âmbito do Poder Executivo**, o subsídio dos deputados estaduais e distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos procuradores e aos defensores públicos.

Destrinchando esse dispositivo, é possível verificar a existência de um teto geral e de alguns tetos específicos:

- **Teto geral:** nenhum servidor público, no Brasil, poderá ter remuneração que exceda o subsídio mensal, em espécie, dos **ministros do STF**;
- **Tetos específicos:** cada ente da Federação possui regras próprias sobre o teto:
 - **União:** há apenas o teto geral do subsídio de **ministro do STF**;
 - **Estados e DF:** há tetos especiais para cada poder:
 - o Poder Executivo: o subsídio mensal do governador;
 - o Poder Legislativo: o subsídio dos deputados estaduais ou distritais;
 - o Poder Judiciário, MP, procuradores e defensores públicos: o subsídio dos desembargadores dos respectivos TJs e TRFs;
 - **Municípios:** o teto é o subsídio do **prefeito**.

Assim, como o João foi contratado temporariamente pela administração direta de um estado, deverá sua remuneração observar o subteto do Poder Executivo.

- QUESTÃO 61** (2017/FCC/TST/ANALISTA JUDICIÁRIO/TAQUIGRAFIA) Ocupante de cargo público efetivo de médico estadual pretende prestar concurso para o cargo de médico promovido pela Prefeitura do Município em que reside. Na hipótese de ser aprovado no concurso em questão, à luz da Constituição Federal, o médico
- a)** poderá acumular os cargos, desde que haja compatibilidade de horários.
 - b)** poderá acumular os cargos, desde que renuncie à remuneração de um deles.
 - c)** estará impossibilitado de acumular os cargos, por pertencerem aos quadros de entes diferentes da Federação, de modo que deverá requerer exoneração do cargo atual, caso pretenda tomar posse no municipal.
 - d)** poderá acumular os cargos, apenas enquanto não adquirida a estabilidade no cargo municipal, ocasião em que deverá optar por um deles.
 - e)** estará impossibilitado de acumular os cargos, o que somente seria admitido se um fosse de professor, de modo que deverá requerer exoneração do cargo atual, caso pretenda tomar posse no municipal.

Letra a.

Por força do disposto no art. 37, XVI, da Lei Maior, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, **exceto quando houver compatibilidade de horários**, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a de dois cargos de professor;
- a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Note, portanto, que o caso hipotético apresentado na questão trata exatamente da terceira exceção alhures.

- QUESTÃO 62** (2017/FCC/TST/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Determinado Município editou lei prescrevendo que o servidor público municipal titular de cargo público efetivo gozará de férias anuais remuneradas, acrescidas do valor de um quinto sobre sua

remuneração normal. Considerando que até então o valor do adicional devido ao servidor público por ocasião das férias anuais era equivalente a um terço sobre sua remuneração normal, a referida lei é

- a) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que, dentre os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição ao servidor público nessa situação encontra-se o direito ao gozo de férias remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
- b) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que compete privativamente à União legislar sobre a matéria mediante edição de lei de âmbito nacional.
- c) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que se trata de matéria sujeita à edição de norma geral pela União, que poderá ser suplementada pelos Estados e Distrito Federal, mas não pelos Municípios.
- d) compatível com a Constituição Federal, uma vez que cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal estabelecer o regime jurídico do respectivo funcionalismo público, podendo cada qual dispor sobre o valor do adicional que será devido aos seus servidores públicos por ocasião das férias.
- e) compatível com a Constituição Federal, desde que a nova regra seja aplicada apenas aos servidores públicos que forem nomeados para o exercício de cargos públicos após a entrada em vigor da lei, sob pena de ser violado o princípio da irretroatividade das leis.

Letra a.

A Constituição da República assegura férias remuneradas com, no mínimo, **1/3** a mais do que o salário normal (é o mínimo). O detalhe aqui é que o(a) candidato(a) deveria ficar atento(a) à informação de que 1/5 é **menos** do que 1/3 e, portanto, a referida lei é inconstitucional, posto que viola o disposto do art. 39, § 3º, c/c art. 7º, XVIII, ambos da CF/1988.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, **um terço** a mais do que o salário normal;

Art. 39, § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, **XVII**, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

QUESTÃO 63 (2017/FCC/TST/JUIZ DO TRABALHO) Na esteira das Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal, é INCORRETO afirmar:

- a)** A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.
- b)** Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.
- c)** A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
- d)** É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- e)** Ofende o princípio da livre concorrência lei estadual que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

Letra e.

As letras “a”, “b”, “c” e “d” estão corretas, haja vista que correspondem à literalidade das Súmulas Vinculantes n. 53, 4, 23 e 43, respectivamente.

Por sua vez, a letra “e” é a única incorreta. Nos termos da Súmula Vinculante n. 49, ofende o princípio da livre iniciativa **lei municipal** que impeça a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

QUESTÃO 64 (2017/FCC/DPE-RS/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A Constituição Federal assegura aos trabalhadores em geral, mas não aos servidores públicos ocupantes de cargo público, o direito

- a)** à garantia do salário mínimo.
- b)** ao décimo terceiro salário.
- c)** à participação nos lucros ou resultados.

- d) ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.**
- e) ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.**

Letra c.

Nos termos do art. 39, § 3º, aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, **IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX**, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando à natureza do cargo o exigir.

Com efeito, os seguintes direitos previstos no art. 7º da CR/1988 são extensíveis aos servidores públicos:

- IV** – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
- VII** – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;
- VIII** – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- IX** – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
- XII** – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;
- XIII** – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;
- XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;**
- XVI** – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
- XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;**
- XVIII** – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
- XIX** – licença-paternidade, nos termos fixados em lei;
- XX** – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
- XXII** – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
- XXX** – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

Note, portanto, que o servidor estatutário não faz jus ao recebimento de participação nos lucros, salvo o empregado público de sociedade de economia mista e de empresa pública, pois estes são regidos pelo regramento comum aplicável aos empregados da iniciativa privada.

QUESTÃO 65 (2017/FCC/TRE-PR/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Governador de Estado pretende disciplinar os requisitos para o preenchimento de cargos públicos efetivos, cargos públicos em comissão e de funções públicas. Para concretizar sua intenção, o Governador

- a)** poderá editar decreto, independentemente de lei dispor sobre a matéria, uma vez que os requisitos para preenchimento de cargos e funções públicas é matéria de organização e funcionamento da Administração, passível de ser objeto de ato normativo editado pelo Chefe do Poder Executivo, podendo, alternativamente, encaminhar projeto de lei sobre o tema.
- b)** deverá editar decreto, independentemente de lei dispor sobre a matéria, uma vez que os requisitos para preenchimento de cargos e funções públicas é matéria de organização e funcionamento da Administração, devendo ser objeto de ato normativo editado pelo Chefe do Poder Executivo.
- c)** deverá apresentar projeto de lei sobre a matéria, salvo para dispor sobre os requisitos para o preenchimento dos cargos em comissão, que podem ser disciplinados por Decreto na medida em que se referem a cargos de livre provimento e exoneração.
- d)** deverá apresentar projeto de lei sobre a matéria, inclusive para dispor sobre os requisitos para o preenchimento dos cargos em comissão e funções públicas.
- e)** deverá apresentar projeto de lei sobre a matéria, salvo para dispor sobre os requisitos para o preenchimento de funções públicas, que podem ser disciplinados por Decreto na medida em que a matéria insere-se no âmbito da organização e funcionamento da Administração.

Letra d.

Nos termos do art. 37, I, da Constituição da República de 1988, os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que **preencham os requisitos estabelecidos em lei**, assim como aos estrangeiros, na forma **da lei**.

Em continuidade, o inciso V do mesmo artigo estabelece que **as funções de confiança**, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira **nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei**, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Além disso, o art. 61, § 1º, II, a, da Lei Maior, aplicável por simetria aos estados, Distrito Federal e municípios, determina que são de iniciativa privativa do **presidente da República as LEIS** que:

“II – disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração”.

Logo, os **requisitos para o preenchimento** dos cargos, dos empregos e das funções públicas devem ser previstos **em lei**, conforme os dispositivos acima. Um **decreto** do chefe do Poder Executivo ou outro ato **normativo** editado pelo chefe do Poder Executivo não podem tratar sobre a matéria citada acima.

QUESTÃO 66 (2017/FCC/TRE-PR/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) A Constituição Federal estabelece como condição para aquisição de estabilidade pelos servidores públicos:

- I – A nomeação para cargo público de provimento efetivo, em virtude de concurso público, ou para cargo público em comissão, de livre provimento e exoneração.
- II – A posse no cargo há três anos.
- III – A avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II, e III.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II, apenas.

Letra d.

I – Errado. A estabilidade prevista no art. 41 da CR/1988 é restrita aos cargos efetivos, não se aplicando aos cargos em comissão e aos empregos públicos. Nesse sentido, o art. 37, II, da Lei Maior, estabelece que “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, **ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração**”.

II – Errado. Nos termos do art. 41 da CR/1988, “são estáveis após **três anos** de efetivo **EXERCÍCIO** os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público”. Assim, no caso do servidor nomeado por concurso, a estabilidade se adquire depois de três anos, o período compreendido entre o início do exercício e a aquisição da estabilidade é denominado estágio probatório e tem por finalidade apurar se o servidor apresenta condições para o exercício do cargo, referente, à moralidade, assiduidade, disciplina e eficiência.

III – Certo. Tendo em vista que apenas reproduz o disposto no art. 41, § 4º, da Constituição Cidadã de 1988:

Art. 41, § 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é **obrigatória a avaliação especial de desempenho** por comissão instituída para essa finalidade.

QUESTÃO 67

(2017/FCC/FUNAPE/ANALISTA PREVIDENCIÁRIO) A Constituição Federal assegura aos ocupantes de cargos públicos alguns dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre os quais se encontra o direito

- a)** à jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- b)** ao reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
- c)** ao seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- d)** ao seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- e)** ao salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.

Letra e.

Como vimos em questões anteriores, por força do disposto no art. 39, § 3º, aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, **IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX**, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Com efeito, os seguintes direitos previstos no art. 7º da CR/1988 são extensíveis aos servidores públicos:

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

VII – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

- XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- XVI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
- XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
- XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
- XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei;
- XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
- XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
- XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

Para fins de fixação, temos que recordar que o servidor público, nos termos do disposto no texto constitucional, não tem direito a:

- FGTS;
- seguro-desemprego;
- aviso prévio;
- participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração;
- acordos coletivos;
- assistência gratuita em creches, até os cinco anos de idade;
- seguro contra acidente de trabalho;
- jornada de seis horas para trabalho realizado em turnos ininterruptos;
- proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual;
- adicional de insalubridade;
- irredutibilidade do salário;
- piso salarial.

Nada obstante, há de se ressaltar que essa listagem leva em consideração estritamente o texto constitucional, não havendo vedação, por exemplo, que a lei específica de determinada carreira preveja o recebimento de adicional de insalubridade, por exemplo. Contudo, se assim o prever, o fundamento será legal, isto é, infraconstitucional.

QUESTÃO 68 (2017/FCC/TRE-SP/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Ao disciplinar o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, a Constituição da República

a) estabelece a obrigatoriedade de os servidores se aposentarem, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 anos de idade, na forma de lei complementar.

- b)** admite a adoção de requisitos e critérios diferenciados para os casos de servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, devendo ser aplicadas, no que couber, as regras do regime geral sobre aposentadoria especial, até a edição de lei complementar específica.
- c)** veda a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência em questão, ainda que decorrentes do exercício de cargos passíveis de acumulação, como dois de professor ou dois privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- d)** prevê que a concessão do benefício de pensão por morte, regulamentado por lei complementar, será igual ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral, caso em atividade na data do óbito.
- e)** autoriza a instituição, por lei de iniciativa do Poder Legislativo da esfera correspondente, de regime de previdência complementar para os servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, podendo fixar, para valor das aposentadorias e pensões, nesse caso, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral.

Letra b.

a) Errada. Nos termos do art. 40, § 1º, da Constituição da República de 1988, “os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: [...] II – **compulsoriamente**, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos **70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade**, na forma de lei complementar”.

Em regra, a aposentadoria compulsória se dá ao 70 anos de idade, porém, uma lei complementar pode estender esse prazo até os 75 anos. Aliás, foi justamente isso que a Lei Complementar n. 152/2015 fez. Em regra, estendeu para todos os servidores públicos da União, estados, DF e municípios essa opção constitucional.

Vale ressaltar, por outro lado, que antes mesmo do advento da LC n. 152/2015, essa opção já foi estendida aos ministros do STF, dos tribunais superiores e do TCU, por força da própria Emenda Constitucional n. 88/2015, que acrescentou ao ADCT o art. 100.

b) Certa. Por força do art. 40, § 4º, da CR/1988, “é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, **ressalvados, nos termos definidos em LEI COMPLEMENTARES**, os casos de servidores: I – portadores de deficiência; II – que exerçam atividades de risco; III – cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física”. Interpretando essas exceções, o enunciado da Súmula Vinculante n. 33 informa que “aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica”.

c) Errada. Nos termos do art. 40, § 6º, da Lei Maior, “**ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição**”, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo”.

d) Errada. Conforme dispõe o art. 40, § 7º, da CR/1988, “**lei** disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual: [...] II – ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito”.

e) Errada. Nos termos do art. 40, § 15, da Constituição Cidadã, “o regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por **lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo**, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida”.

QUESTÃO 69 (2017/FCC/TRE-SP/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Aos integrantes das carreiras da Advocacia Pública e da Defensoria Pública aplica-se igualmente a regra constitucional segundo a qual

- a)** ingressam nas classes iniciais das carreiras mediante concurso público de provas e títulos, sendo vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- b)** exercem, nos termos da lei complementar que dispuser sobre a organização e o funcionamento da instituição que integram, as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo.

- c) gozam das garantias de inamovibilidade e vitaliciedade, adquiridas após três anos de efetivo exercício da função, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- d) estão proibidos de receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.
- e) farão jus a um abono de permanência, previsto para os servidores titulares de cargo efetivo, caso completem as exigências para aposentadoria voluntária com proventos integrais e optem por permanecer em atividade.

Letra e.

- a) **Errada.** A vedação constitucional só é aplicável aos defensores públicos (art. 134, § 1º, CR/1988), não incidindo, em regra, aos membros da Advocacia Pública.
- b) **Errada.** As atividades descritas no enunciado, expressamente previstas no art. 131 da CR/1988, são inerentes aos cargos da Advocacia Pública, e não à Defensoria Pública.
- c) **Errada.** Os defensores públicos e os advogados públicos, apesar de exercerem atividades relevantes dentro do quadro constitucional delineado, são considerados servidores públicos, não fazendo jus, portanto, à vitaliciedade, prevista apenas para membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. Além disso, a garantia da inamovibilidade somente é garantida aos defensores públicos (art. 134, § 1º, CF/1988), não sendo extensível aos advogados públicos.
- d) **Errada.** Essa proibição não é aplicável, expressamente, aos defensores públicos e advogados públicos, tanto é que, atualmente, o CPC prevê o recebimento de honorários advocatícios pelos advogados públicos.
- e) **Certa.** Tendo em vista que o art. 40, § 19, da Lei Maior, é aplicável a todos os servidores públicos ocupantes de cargos efetivos.

QUESTÃO 70 (2017/FCC/TRE-SP/TÉCNICO DE ENFERMAGEM) De acordo com as regras constitucionais, o servidor público civil

- a) deve ter a sua remuneração fixada por lei específica, podendo, no entanto, a remuneração ser majorada por ato infralegal, desde que haja recursos orçamentários disponíveis.
- b) vinculado ao Poder Executivo tem direito à equiparação remuneratória com funções equivalentes exercidas no âmbito do Poder Judiciário, desde que haja recursos orçamentários disponíveis.

- c) pode perceber, simultaneamente, proventos de aposentadoria decorrentes do exercício de cargo público federal, com remuneração pelo exercício de outro cargo ou emprego público, desde que estadual ou municipal.
- d) ficará no exercício de mandato de deputado federal, estadual ou distrital, afastado de seu cargo, emprego ou função.
- e) não poderá perceber parcelas indenizatórias previstas em lei, decorrentes de sua relação funcional com a Administração, se, somadas com sua remuneração, o valor superar o limite remuneratório fixado na Constituição.

Letra d.

a) **Errada.** Nos termos do art. 37, X, da CR/1988, “a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 **somente poderão ser fixados ou alterados por LEI ESPECÍFICA**, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”.

b) **Errada.** Por força do art. 37, XII, da Lei Maior, “os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário **não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo**”.

c) **Errada.** Nos termos do art. 37, XVI, da CR/1988, em regra, **é vedada** a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo, quando houver compatibilidade de horários:

- a de dois cargos de professor;
- a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos privativos de médico;
- a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

d) **Certa.** Nos termos do art. 38 da Constituição Cidadã, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

- **tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;**
- investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

- investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;
- em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
- para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

e) Errada. Por força do art. 37, XI, da CR/1988, as parcelas de cunho indenizatório não são computadas para efeito do teto constitucional.

QUESTÃO 71 (2017/FCC/TRE-SP/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO) A legislação previdenciária, ao dispor sobre a aposentadoria de servidores públicos civis titulares de cargos públicos efetivos, deve observar, dentre outras normas constitucionais, aquela segundo a qual

- a) aposentadoria por invalidez permanente dar-se-á com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.
- b) o servidor não poderá aposentar-se com idade inferior a sessenta e cinco anos, se homem, e sessenta anos, se mulher, salvo no caso de aposentadoria por invalidez.
- c) é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência oficial, ainda que sejam decorrentes de cargos públicos acumuláveis na forma da Constituição.
- d) o servidor deve ser compulsoriamente aposentado, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos setenta anos de idade, ou aos setenta e cinco anos de idade, na forma de lei complementar.
- e) os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, nos casos previstos em lei.

Letra d.

a) Errada. Nos termos do art. 40, § 1º, I, da CR/1988, a aposentadoria por invalidez dar-se-á com proventos proporcionais, **salvo** quando decorrer de acidente de trabalho, moléstia profissional ou doença grave, incurável ou contagiosa.

b) Errada. O homem poderá se aposentar com 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, ao passo que a mulher com 55 anos de idade e 30 anos de contribuição com proventos proporcionais, conforme estabelece o art. 40, § 1º, III, a, da CF/1988.

c) Errada. Nos termos do art. 40, § 6º, da Lei Maior, “**ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição**, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo”.

d) Certa. Nos termos do art. 40, § 1º, da Constituição da República de 1988, “os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: [...] II – **compulsoriamente**, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos **70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade**, na forma de lei complementar”.

Em regra, a aposentadoria compulsória se dá aos 70 anos de idade, porém, uma lei complementar pode estender esse prazo até os 75. Aliás, foi justamente isso que a Lei Complementar n. 152/2015 fez. Em regra, estendeu essa opção constitucional para todos os servidores públicos da União, estados, DF e municípios.

Vale ressaltar, por outro lado, que antes mesmo do advento da LC n. 152/2015, essa opção já foi estendida aos ministros do STF, dos tribunais superiores e do TCU, por força da própria Emenda Constitucional n. 88/2015, que acrescentou, ao ADCT, o art. 100.

e) Errada. Conforme dispõe o art. 40, § 2º, da CF/1988, “os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, **não poderão exceder** a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão”.

QUESTÃO 72 (2017/FCC/TRE-SP/ANALISTA JUDICIÁRIO/ASSISTÊNCIA SOCIAL) Considere as seguintes situações:

I – Deputado Estadual em exercício de segundo mandato que pretende candidatar-se à reeleição, em Estado cuja Governadora, em exercício de primeiro mandato e igualmente candidata à reeleição, é sua irmã.

II – Ocupante de cargo público efetivo na Administração direta federal que, investido no mandato de Vereador, pretende continuar no exercício do cargo, percebendo as vantagens

deste, sem prejuízo da remuneração do mandato eletivo, diante da compatibilidade de horários.

III – Ocupante de cargo de professor em Universidade pública estadual que, investido no mandato de Prefeito, pretende continuar no exercício do cargo, optando pela remuneração deste, diante da compatibilidade de horários.

IV – Vereador que tem sua naturalização cancelada, por sentença judicial transitada em julgado, durante o segundo ano de exercício do mandato.

O exercício de mandato eletivo será compatível com a disciplina da matéria na Constituição Federal de 1988 APENAS nas situações referidas em

- a)** I e II.
- b)** III e IV.
- c)** I, II e III.
- d)** II, III e IV.
- e)** I e IV.

Letra a.

I – Certo. Nos termos do art. 14, § 7º, da Constituição da República, “são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, **salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição**”. Vale lembrar que irmão é parente de 2º grau e, portanto, a candidatura a deputado estadual é compatível com a CF/1988, visto que este já possui o mandato e concorre à reeleição.

II – Certo. Nos termos do art. 38 da Lei Maior, “ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função; II – **investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração**; III – **investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de**

seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior". Note, portanto, que o professor de universidade pública estadual investido no mandato de prefeito deverá se afastar do seu cargo, sendo garantida a opção da remuneração. Já no caso do vereador, havendo compatibilidade de horários, o servidor perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo. Caso não haja compatibilidade, aplica-se o mesmo caso do prefeito.

IV – Errado. Nos termos do art. 15 da Lei Maior, "é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado". Assim, se o vereador teve seus direitos políticos perdidos, não poderá concorrer a cargos eletivos.

QUESTÃO 73 (2016/FCC/PGE-MT/TÉCNICO ADMINISTRATIVO) A estabilidade é um direito dos servidores públicos garantido na Constituição Federal. O objetivo é evitar que sejam demitidos sempre que um novo governante é eleito, protegê-los de represálias em casos que afetem interesses e garantir que a máquina do Estado funcione de maneira constante. Os servidores que já adquiriram estabilidade,

- a)** podem perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- b)** podem perder o cargo em virtude de sentença judicial de primeira instância, dependendo da gravidade da infração cometida.
- c)** podem perder o cargo mediante processo administrativo com ou sem apresentação de defesa.
- d)** podem perder o cargo mediante procedimento de avaliação de desempenho, a critério da chefia imediata.
- e)** não podem perder o cargo.

Letra a.

As hipóteses de perda de cargo por servidor estável estão estabelecidas no art. 41, § 1º, da CF/1988, quais sejam:

- por sentença judicial transitada em julgado;
- por processo administrativo em que lhe seja assegurado ampla defesa;
- mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada ampla defesa.

Além dessas hipóteses, há mais uma prevista no art. 169, § 4º, sendo a última alternativa a ser tomada para que haja o cumprimento dos limites da despesa com pessoal. Vejamos:

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites.

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no *caput*, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I – redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II – exoneração dos servidores **não estáveis**.

§ 4º **Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes** para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o **servidor estável** poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.

Com base nessas considerações, verificamos que a única assertiva correta é a disposta na letra “a”.

QUESTÃO 74 (2016/FCC/TRT-20ª REGIÃO/SE/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVO)

Considere

I – Ministro de Estado.

II – Secretário Estadual.

III – Vereador.

IV – Prefeito.

De acordo com a Constituição Federal, serão remunerados, exclusivamente, por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecidas as normas constitucionais pertinentes, os cargos indicados em

- a)** II, III e IV, apenas.
- b)** I, II e III, apenas.
- c)** I, II, III e IV.
- d)** I, III e IV, apenas.
- e)** I e II, apenas.

Letra c.

Nos termos do art. 39, § 4º, da Constituição da República, “o membro de Poder, **o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais** serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI”.

Nota-se, portanto, que todos os exemplos apresentados se inserem no aludido regramento constitucional.

QUESTÃO 75 (2016/FCC/TRT-20ª REGIÃO/SE/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA)

Feliciano é servidor público federal do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região. Nestas últimas eleições municipais, Feliciano foi eleito vereador da cidade X. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal, considerando que há compatibilidade de horário entre os dois cargos, Feliciano

- a)** não será afastado de seu cargo no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, mas deverá optar em receber apenas uma das duas remunerações.
- b)** será obrigatoriamente afastado de seu cargo no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região e receberá a remuneração do cargo de eleição.

- c) será obrigatoriamente afastado do cargo no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região sendo-lhe, facultado optar pela sua remuneração.
- d) não será afastado de seu cargo no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região e perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- e) não será afastado de seu cargo no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, mas deverá obrigatoriamente receber a remuneração do cargo eletivo.

Letra d.

Como vimos em questões anteriores, nos termos do art. 38, da Constituição Cidadã, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

- tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;
- investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- **investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;**
- em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
- para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

A hipótese disposta no inciso III é justamente a vivenciada por Feliciano e, portanto, a letra "d" é a única inteiramente correta.

QUESTÃO 76 (2016/FCC/TRT-20ª REGIÃO/SE/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Considere as seguintes hipóteses:

- I – Empregado de sociedade controlada indiretamente pelo poder público.
- II – Empregado de sociedade controlada diretamente pelo poder público.

III – Empregado de sociedade de economia mista.

IV – Servidor público de autarquia municipal.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é vedada, em regra, a acumulação remunerada de cargos públicos. Esta proibição de acumular estende-se as hipóteses indicadas em

- a) II e IV, apenas.**
- b) I, III e IV, apenas.**
- c) I, e II, apenas.**
- d) II, III e IV, apenas.**
- e) I, II, III e IV.**

Letra e.

Nos termos do art. 37, XVI, da CR/1988, em regra, **é vedada** a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo, quando houver compatibilidade de horários:

- a de dois cargos de professor;
- a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- a de dois cargos privativos de médico;
- a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

A aludida proibição, por força do art. 37, XVII, da Lei Maior, “estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, **direta ou indiretamente**, pelo poder público”.

Assim, percebe-se que todos os exemplos apresentados incidem na proibição constitucional.

QUESTÃO 77 (2016/FCC/DPE-ES/DEFENSOR PÚBLICO) A Constituição Federal estatui, no tocante ao regime próprio de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo:

- a) Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor, considerados os sessenta meses que precederam a passagem para a inatividade.**
- b) A pensão por morte corresponderá ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social,**

acrescido de setenta e cinco por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.

- c)** O servidor titular de cargo efetivo que vier a ocupar cargo em comissão fica vinculado ao regime geral de previdência, durante o período de exercício do cargo comissionado.
- d)** Os regimes de previdência complementar instituídos pelos entes políticos para os titulares de cargo efetivo somente podem ser oferecidos na modalidade de contribuição definida.
- e)** Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, ressalvada a hipótese de promoção post mortem.

Letra d.

a) Errada. Nos termos do art. 40, § 3º, da CR/1988, “para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei”.

b) Errada. Por força do art. art. 40, § 7º, da Constituição, “lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual: I – ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito”.

c) Errada. O servidor titular de cargo efetivo que vier a ocupar cargo em comissão continuará vinculado ao Regime Próprio de Previdência (RPPS = Lei n. 8.112/1990), durante o período de exercício do cargo comissionado. Por outro lado, se a pessoa ocupar exclusivamente cargo em comissão, a esta se aplicaria o RGPS, como segurado empregado, conforme estabelece o art. 40, § 13, da Constituição Federal.

d) Certa. Conforme dispõe o art. 40, § 15, da CR/1988, “o regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida”.

e) Errada. O art. 40, § 2º, da Lei Maior, estabelece que “os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo

servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão". Note, portanto, que não existe promoção *post mortem* no Regime Próprio de Previdência Social.

QUESTÃO 78 (2016/FCC/AL-MS/ASSISTENTE LEGISLATIVO) Nos termos da Constituição Federal, podem ser categorizados como servidores públicos

- a)** os titulares de cargo, emprego ou função junto à Administração direta e indireta do estado, desde que admitidos por concurso público ou processo de seleção.
- b)** os titulares de cargo, emprego ou função junto à Administração direta, autárquica e fundacional do Estado.
- c)** os empregados públicos contratados por pessoa jurídica de direito público ou privado integrante da Administração pública indireta do Estado, sejam elas exploradoras de serviço público ou de atividade econômica.
- d)** os titulares de cargo ou função junto à Administração direta, excluindo os empregados públicos e os titulares de função junto à Administração indireta.
- e)** todos os agentes em colaboração com a Administração pública, inclusive os contratados para prestação de serviços, desde que a contratação se dê por meio de procedimento licitatório.

Letra b.

De forma geral, servidor público é todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e nas entidades da administração pública.

- a) Errada.** Em regra, o provimento de cargos públicos ocorre por concurso público. Contudo, podemos citar como exceção os cargos em comissão, que são de livre exoneração e nomeação, conforme art. 37, II, da CF/1988.
- b) Certa.** Como vimos, são considerados servidores públicos os ocupantes de cargos públicos da administração direta e indireta (autarquia e fundação pública) de qualquer dos Poderes e dos três níveis administrativos (federal, estadual e municipal).

- c) Errada.** Os empregados públicos não se equiparam aos servidores públicos, tais empregados adotarão o regime jurídico celetista, conforme estabelecido no art. 173, § 1º, II, da CF/1988.
- d) Errada.** A assertiva peca ao excluir os titulares de função junto à administração indireta, haja vista que poderá haver um servidor público numa autarquia ou fundação pública, as quais fazem parte da administração indireta.
- e) Errada.** A expressão “agentes em colaboração com a administração pública” engloba as pessoas que ocupam um cargo público de forma temporária. É o caso, por exemplo, de um mesário, que ocupa um cargo público, sem remuneração, a partir de uma designação da Justiça Eleitoral.

QUESTÃO 79 (2016/FCC/SEGEPE-MA/PROCURADOR DO ESTADO) Considere que tramitam perante a Assembleia Legislativa de determinado Estado propostas de emenda constitucional estabelecendo que

- I – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como as aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de previdência oficial, não poderão exceder o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando este limite ao subsídio dos Deputados Estaduais.
- II – a remuneração dos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista não poderá exceder o subsídio mensal do Governador, ainda que essas entidades não recebam recursos do Estado para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- III – o Estado editará normas sobre o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, ao qual não se aplicam os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.
- IV – o Estado editará normas sobre o ingresso na Polícia Militar, podendo fixar limites de idade, direitos, deveres e prerrogativas independentemente das normas federais aplicáveis às Forças Armadas nessas matérias.

São compatíveis com a Constituição Federal APENAS as propostas de emenda

- a)** I, III e IV.
- b)** I e IV.
- c)** I e II.
- d)** II e IV.
- e)** II e III.

Letra b.

I – Certo. Uma vez que a hipotética proposta de emenda somente reproduz o disposto no art. 37, § 12, da CR/1988: “para os fins do disposto no inciso XI do *caput* deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores”.

II – Errado. Contraria o previsto no art. 37, § 9º, da Lei Maior: “o disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral”.

III – Errado. Também contraria o previsto no art. 40, § 12, da CR/1988: “além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social”.

IV – Certo. Reproduz o previsto no art. 42, § 1º, da CF/1988: “aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores”.

QUESTÃO 80 (2016/FCC/SEGEPE-MA/PROCURADOR DO ESTADO) As normas constitucionais que regulam o regime previdenciário dos servidores públicos titulares de cargo efetivo estabelecem que

- a) o servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, devendo permanecer em atividade até completar as exigências para aposentadoria compulsória.
- b) os servidores serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais, aos setenta anos de idade, ou com proventos integrais aos setenta e cinco anos de idade, na forma de lei complementar.
- c) em caso de acúmulo regular de cargo efetivo e emprego público, haverá recolhimento de contribuição previdenciária tanto para o regime próprio quanto para o regime geral de previdência.
- d) os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental, médio e superior.
- e) todo servidor que ocupe cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, é vinculado ao regime geral de previdência social.

Letra c.

a) **Errada.** De fato, o servidor que atende aos requisitos para aposentadoria voluntária poderá requerê-la. Entretanto, se optar por permanecer no serviço público, fará jus ao abono de permanência equivalente ao valor da contribuição previdenciária. Contudo, a assertiva peca ao afirmar que, optando pelo abono de permanência, o servidor deverá permanecer em serviço até a aposentadoria compulsória, quando, na verdade, poderá permanecer até a compulsória, podendo requerer a voluntária a qualquer momento, haja vista que o texto constitucional é omisso quanto a esse ponto (art. 40, § 19, CR/1988).

b) **Errada.** Como vimos, o art. 40, § 1º, II, da Lei Maior, estabelece que os servidores públicos serão aposentados compulsoriamente, **com proventos proporcionais ao tempo de contribuição**, aos 70 anos de idade, ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar. Note, portanto, que a aposentadoria, em regra, será com proventos proporcionais ao tempo de contribuição só se o servidor já preenchia os requisitos para aposentar com a integralidade na época em que completar a data final.

- c) Certa.** Tratando-se de quaisquer hipóteses excepcionais de acumulação remuneradas de cargos e empregos públicos (art. 37, XVI e XVII, CF/1988), será devida, consequentemente, a contribuição previdenciária correspondente ao cargo (Regime Próprio de Previdência Social – RPPS) e ao emprego público (Regime Geral de Previdência Social – RGPS).
- d) Errada.** A aposentadoria especial dos professores não contempla o magistério no ensino superior. Nesse sentido, o art. 40, § 5º, da CF/1988, dispõe: “os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, ‘a’, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio”.
- e) Errada.** Somente o servidor que ocupe **exclusivamente** cargo em comissão (ou outro cargo temporário) contribuirá para o Regime Geral de Previdência Social. Logo, o servidor efetivo que, concomitantemente, exerce cargo em comissão, continuará vinculado ao regime próprio (art. 40, § 13, CF/1988).

QUESTÃO 81 (2016/FCC/PREFEITURA DE TERESINA-PI/ANALISTA/ADMINISTRADOR) Sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis dos Municípios, de acordo com a Constituição Federal,

- a)** não são aplicáveis aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, da Constituição (direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais), como regra geral.
- b)** não poderá ser instituído conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes municipais.
- c)** a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório são de livre discricionariedade da administração devendo observar requisitos expressos na Constituição.
- d)** o sistema constitucional de remuneração exclusiva por subsídio fixado em parcela única não se aplica no âmbito municipal.
- e)** no âmbito municipal não poderá ser estabelecida relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.

Letra c.

a) Errada. Em verdade, em regra, o disposto no art. 7º da Constituição Federal de 1988 é aplicável aos servidores ocupantes de cargo público:

Art. 39, § 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no **art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX**, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

b) Errada. Nos termos do art. 39 da CR/1988, “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal**, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes”.

c) Certa. Dentro da liberdade que lhes é conferida, os municípios, de fato, possuem liberdade para fixar os padrões de vencimento e demais componentes do sistema remuneratório de seus servidores, desde que observados os requisitos expressos previstos na Constituição Federal. Nesse sentido:

Art. 39, § 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

- I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;
- II – os requisitos para a investidura;
- III – as peculiaridades dos cargos.

d) Errada. O sistema de subsídios é plenamente aplicável aos municípios:

Art. 39, § 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e **Municipais** serão remunerados exclusivamente por **subsídio fixado em parcela única**, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

e) Errada. Nos termos do art. 39, § 5º, da Lei Maior, “lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração** dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI”.

QUESTÃO 82 (2016/FCC/PREFEITURA DE TERESINA-PI/AUDITOR-FISCAL) Considerando as regras constitucionais vigentes a respeito da aposentadoria de servidores públicos civis, e excluídos os regimes jurídicos transitórios aplicáveis à matéria, considere:

- I – Ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado de livre provimento e exoneração, bem como de emprego público, aplica-se o regime geral da previdência social.

- II – Considerando a autonomia dos entes federativos, cabe a cada um deles dispor sobre o regime jurídico de previdência oficial de seus servidores, não lhes sendo aplicáveis os requisitos e critérios estabelecidos para o regime geral da previdência social.
- III – Por força do princípio da igualdade, o aumento de remuneração concedido a servidores públicos ativos deve repercutir imediatamente no valor pago a título de aposentadoria para os servidores públicos inativos da mesma carreira, respeitado o limite máximo de remuneração aplicável à categoria.
- IV – Professora universitária da rede pública pode aposentar-se com proventos integrais caso tenha cumprido 50 anos de idade, 25 anos de contribuição, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos de exercício no cargo em que se dará a aposentadoria.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a)** II, III e IV.
- b)** I.
- c)** II e III.
- d)** I, II e III.
- e)** III e IV.

Letra b.

I – Certo. O art. 40, § 13, da Constituição da República, estabelece que “ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social”.

II – Errado. Nos termos do art. 40, § 12, da CR/1988, “além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social”.

III – Errado. Diferentemente do que afirma a assertiva, não há mais paridade entre servidores ativos e inativos, sendo previsto apenas um reajuste, nos termos da lei, conforme dispõe o art. 40, § 8º, da CF/1988: “é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei”.

IV – Errado. Como vimos, a aposentadoria especial dos professores não contempla o magistério no ensino superior. Nesse sentido, o art. 40, § 5º, da CF/1988, dispõe: “os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, ‘a’, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio”.

QUESTÃO 83 (2016/FCC/PREFEITURA DE TERESINA-PI/CONTADOR) Márcio, servidor público estável do Estado do Piauí, foi demitido. Com a demissão de Márcio, Paulo, também servidor público estável, foi nomeado para ocupar o cargo público de Márcio. Porém, Márcio ingressou com ação judicial em razão de sua demissão, pois a considerava ilegal e arbitrária. A sentença, transitada em julgado, julgou procedente a demanda, invalidando, dessa forma, a demissão de Márcio. Considerando a situação de Márcio e Paulo à luz da Constituição Federal,

- a)** Márcio poderá ser aproveitado em outro cargo desde que sua remuneração permaneça a mesma.
- b)** Paulo poderá ser posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- c)** Paulo poderá ser reconduzido ao cargo de origem desde que receba indenização.
- d)** Márcio poderá ser posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- e)** Paulo poderá ser aproveitado em outro cargo desde que receba indenização.

Letra b.

Nos termos do art. 41, § 2º, da CR/1988, “invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, **sem direito a indenização, (OU) aproveitado em outro cargo OU posto em disponibilidade** com remuneração proporcional ao tempo de serviço”.

Na hipótese, como Márcio foi reintegrado, Paulo, que também era servidor estável, poderá ser (i) reconduzido ao cargo de origem, sem indenização; ou (ii) aproveitado em outro cargo; ou (iii) posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

QUESTÃO 84 (2016/FCC/PREFEITURA DE TERESINA-PI/CONTADOR) Conforme estabelece

a Constituição Federal, a avaliação especial de desempenho é condição necessária para que

- a)** os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo ou emprego público adquiram estabilidade, sendo o primeiro após três anos de efetivo exercício e o segundo após dois anos de exercício, continuados ou não.
- b)** os titulares de cargo em comissão adquiram estabilidade, após cinco anos de exercício efetivo e ininterrupto.
- c)** os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, adquiram estabilidade, após três anos de efetivo exercício.
- d)** os servidores temporários, desde que concursados, adquiram estabilidade, após dez anos de efetivo exercício, que pode ser interrompido apenas e tão somente nas hipóteses de afastamento decorrentes de doença laboral.
- e)** os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público ou não, adquiram estabilidade, após dois anos de efetivo exercício.

Letra c.

Nos termos do art. 41, *caput*, da Lei Maior, “são estáveis após **três anos** de efetivo exercício os servidores **nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público**”.

Note, portanto que a estabilidade é uma prerrogativa inerente apenas aos cargos de provimento efetivo. Não possuem estabilidade os empregados públicos, os servidores temporários e os ocupantes de cargo em comissão exclusivo. Além disso, cumpre ressaltar que os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público também não são detentores de estabilidade, mas, sim, de vitaliciedade que, em verdade, é uma prerrogativa ainda mais ampla e que é adquirida, em regra, após dois anos de efetivo exercício do cargo.

Insta salientar que, nos termos do art. 41, § 4º, da CR/1988, como condição para a **aquisição da estabilidade**, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Com base nessas considerações, verifica-se que a única assertiva correta é a letra “b”.

QUESTÃO 85 (2016/FCC/TRT-1ª REGIÃO/RJ/JUIZ DO TRABALHO) A Constituição Federal assegura, em seu art. 39, § 3º, entre outros, aos servidores ocupantes de cargos públicos os seguintes direitos também previstos em seu art. 7º:

- I – adicional para as atividades insalubres.

- II – irredutibilidade de salário.
- III – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- IV – licença-paternidade.

Está correto o que consta APENAS em

- a)** III e IV.
- b)** II e IV.
- c)** I, II e IV.
- d)** I, II e III.
- e)** I e III.

Letra a.

A Constituição Federal assegura, no art. 39, § 3º, entre outros, aos servidores ocupantes de cargos públicos, os seguintes direitos também previstos em seu art. 7º: repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; licença-paternidade (*incisos XV e XIX*).

Conforme art. 39, § 3º, “aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir”.

Segundo o art. 7º da CF/1988, “são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei”.

Para fins de fixação, temos que recordar que o servidor público, nos termos do disposto no texto constitucional, não tem direito a:

- FGTS;
- seguro-desemprego;
- aviso prévio;
- participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração;
- acordos coletivos;
- assistência gratuita em creches, até os cinco anos de idade;
- seguro contra acidente de trabalho;
- jornada de seis horas para trabalho realizado em turnos ininterruptos;
- proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual;
- adicional de insalubridade;

- irredutibilidade do salário;
- piso salarial.

Nada obstante, há de se ressaltar que essa listagem leva em consideração estritamente o texto constitucional, não havendo vedação, por exemplo, que a lei específica de determina carreira preveja o recebimento de adicional de insalubridade, por exemplo. Contudo, se assim o prever, o fundamento será legal, isto é, infraconstitucional.

QUESTÃO 86 (2022/FGV/TJDFT/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA: SERVIÇO SOCIAL) João, servidor público ocupante de cargo efetivo, no exercício das funções, opôs resistência injustificada ao andamento de documento e processo.

De acordo com o regime jurídico disciplinar da Lei n. 8.112/1990, que lhe é aplicável, observadas as cautelas procedimentais legais, em tese, João, que até então nunca havia praticado qualquer infração funcional, está sujeito à sanção de:

- a)** advertência, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- b)** suspensão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- c)** suspensão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de cinco anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- d)** demissão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- e)** demissão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de cinco anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Letra a.

A assertiva está de acordo com a referida lei, vejamos:

Art. 117. Ao servidor é proibido: (Vide Medida Provisória n. 2.225-45, de 4.9.2001)

(...)

IV – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

Art. 129. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Nesse sentido, deve ser observado o seguinte dispositivo legal:

Art. 131. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

QUESTÃO 87 (2022/FGV/IBGE/AGENTE CENSITÁRIO MUNICIPAL) Assinale a afirmativa incorrecta, de acordo com a Lei n. 8.112/1990, sobre as responsabilidades do servidor público.

- a)** O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- b)** A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
- c)** A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- d)** As sanções civis, penais e administrativas não poderão cumular-se, sendo dependentes umas das outras.
- e)** A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Letra d.

a) Certa. A questão está correta, conforme Art. 121. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

b) Certa. A assertiva também está correta, vejamos:

Art. 123. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

c) Certa. A questão está conforme o referida lei:

Art. 124. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

d) Certa. As sanções são independentes, vejamos o que a lei expõe:

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo **independentes** entre si.

d) Errada. A questão está em consonância com a citada lei: Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

QUESTÃO 88 (2022/FGV/IBGE/RECENSEADOR/1º SIMULADO) Josias, Analista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, utilizou, pelo período de seis meses, materiais de informática da Vara do Trabalho onde estava lotado, em serviços e atividades particulares, para ajudar sua irmã, que estava montando uma empresa. De acordo com o regime disciplinar estabelecido na Lei n. 8.112/1990, após regular processo administrativo disciplinar, Josias está sujeito à pena de:

- a)** demissão, aplicada pelo Presidente do TRT.
- b)** suspensão até 180 dias, aplicada pelo Presidente do TRT.
- c)** suspensão até 90 dias, aplicada pelo Corregedor do TRT.
- d)** suspensão até 90 dias, aplicada pelo Presidente do TRT.
- e)** advertência, aplicada pelo Corregedor do TRT.

Letra a.

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

XIII – transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Art. 117. Ao servidor é proibido:

XVI – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

QUESTÃO 89 (2022/FGV/CGU/TÉCNICO FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE) João, técnico federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, respondeu a processo administrativo disciplinar (PAD) que, após regular tramitação, lhe ensejou a aplicação da pena de suspensão por noventa dias. Inconformado com a sanção que lhe foi imposta, João ajuizou ação judicial pleiteando a nulidade da pena disciplinar e a declaração de sua inocência na esfera administrativa, alegando exclusivamente que, pelos mesmos fatos, também respondeu a processo criminal que acabou de transitar em julgado, no bojo do qual foi absolvido por falta de provas.

Consoante dispõe a Lei n. 8.112/1990 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a pretensão de João deve ser julgada:

- a)** procedente, diante da vinculação da esfera administrativa à judicial criminal, havendo necessária repercussão da decisão absolutória penal sobre o processo administrativo disciplinar, qualquer que seja o fundamento da decisão judicial;

- b)** procedente, diante da vinculação da esfera administrativa à judicial criminal, havendo necessária repercussão da decisão absolutória penal por motivo de falta de prova sobre o processo administrativo disciplinar;
- c)** improcedente, diante da independência relativa das esferas penal e administrativa, havendo repercussão apenas em se tratando de absolvição no juízo penal por inexistência do fato ou negativa de autoria, que não é o caso;
- d)** procedente, diante da vinculação da esfera administrativa à judicial cível ou criminal, havendo necessária repercussão da decisão absolutória sobre o processo administrativo disciplinar, pelo respeito à coisa julgada e à segurança jurídica;
- e)** improcedente, diante da independência das instâncias penal, civil e administrativa, não havendo necessária vinculação da autoridade administrativa aos fundamentos da decisão judicial que, contudo, podem contribuir para a valoração da conduta do servidor investigado, a critério discricionário do presidente do PAD.

Letra c.

- a) Errada.** Conforme visto anteriormente as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo **independentes** entre si;
- b) Errada.** Conforme mencionados as esperas são independentes.
- c) Certa.** Conforme disposto na Lei n. 8.112/1990:

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de **absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria**.

- d) Errada.** A pretensão deve ser julgada improcedente levando em consideração a independência entre as esferas.
- e) Errada.** Embora de fato a pretensão de João deva ser julgada improcedente, não é sob o argumento em questão, mas sim pelo fato de que tais esferas são independentes entre si, havendo repercussão tão somente na hipótese do dispositivo supracitado, ou seja, em caso de absolvição no juízo penal por inexistência do fato ou negativa de autoria.

QUESTÃO 90 (2022/FGV/TJDFT/TÉCNICO JUDICIÁRIO) José, servidor público, praticou insubordinação grave em serviço. De acordo com o regime jurídico da Lei n. 8.112/1990 que lhe é aplicável, após regular processo administrativo disciplinar, José está sujeito à penalidade administrativa da:

- a)** advertência, e a ação disciplinar prescreve em cento e oitenta dias;
- b)** advertência, e a ação disciplinar prescreve em dois anos;
- c)** suspensão por até trinta dias, e a ação disciplinar prescreve em dois anos;
- d)** suspensão por até noventa dias, e a ação disciplinar prescreve em cinco anos;
- e)** demissão, e a ação disciplinar prescreve em cinco anos.

Letra e.

A alternativa e dispõe o que é previsto na mencionada Lei:

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

VI – Insubordinação grave em serviço;

QUESTÃO 91 (2022/FGV/SF/ANALISTA LEGISLATIVO) Antônio, servidor público ocupante do cargo de Analista Legislativo do Senado Federal, cometeu falta disciplinar e, após cumpridas as formalidades legais, lhe foi aplicada a sanção de suspensão por 30 (trinta) dias.

No caso em tela, de acordo com a Lei n. 8.112/1990, a penalidade de suspensão

- a)** será convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, diante da natureza e extensão da sanção, ficando Antônio obrigado a permanecer em serviço.
- b)** poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, se assim desejar Antônio, que tem direito subjetivo à conversão.
- c)** será convertida em multa, na base de 75% (setenta e cinco por cento) por dia de vencimento, diante da natureza e extensão da sanção, ficando Antônio obrigado a permanecer em serviço.
- d)** poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, quando houver conveniência para o serviço, ficando Antônio obrigado a permanecer em serviço.
- e)** poderá ser convertida em multa, na base de 75% (setenta e cinco por cento) por dia de vencimento, quando houver conveniência para o serviço, desde que Antônio concorde com a conversão.

Letra d.

- a) Errada.** A penalidade não será obrigatoriamente convertida em multa, ela poderá, quando houver conveniência para o serviço.
- b) Errada.** A possibilidade de conversão não é facultativa para o servidor, mas sim, conforme dito anteriormente, quando houver conveniência para o serviço.
- c) Errada.** Além de não haver a obrigatoriedade na conversão da penalidade, a conversão poderá ser na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração.
- d) Certa.** A questão está correta:

Art. 130. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

(...)

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

- e) Errada.** A questão está errada, pois a conversão não depende da aceitação do servidor, bem como a base 50% (cinquenta por cento).

QUESTÃO 92 (2022/FGV/IBGE/AGENTE CENSITÁRIO MUNICIPAL) Avalie se, de acordo com o Art. 127 da Lei n. 8.112/1990, são penalidades disciplinares aplicáveis ao servidor:

- I – advertência.
II – suspensão.
III – demissão.

Assinale a opção que indica todas as penalidades corretas.

- a)** I, apenas.
b) I e II, apenas.
c) I e III, apenas.
d) II e III, apenas.
e) I, II e III.

Letra e.

A questão está correta, pois todas as alternativas apresentadas estão dispostas na lei:

Art. 127. São penalidades disciplinares:

- I – advertência;
- II – suspensão;
- III – demissão;
- IV – cassação de aposentadoria ou disponibilidade
- V – destituição de cargo em comissão;
- VI – destituição de função comissionada.

QUESTÃO 93 (2022/FGV/TJ MG/JUIZ DE DIRETOR SUBSTITUTO) Acerca do provimento de cargo efetivo, assinale a afirmativa correta.

- a)** A remoção de servidor público para cargo diverso, também efetivo, configura provimento do novo cargo.
- b)** A reestruturação de cargos, com extinção do cargo ocupado, acarreta o provimento automático do novo cargo, ainda que com atribuições diversas.
- c)** A permanência no cargo efetivo por nomeação pode acarretar a efetividade, por decurso do tempo.
- d)** Se dá por concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação do certame.

Letra d.

a) Errada. A remoção não configura provimento de novo cargo

Art. 36. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, **no âmbito do mesmo quadro**, com ou sem mudança de sede.

b) Errada. Conforme a Lei n. 8.112/1990, se, em razão de reorganização o cargo de servidor estável for declarado extinto ou desnecessário, o mesmo poderá ser redistribuído para cargo com funções equivalentes ou posto em disponibilidade até o aproveitamento (art. 37 da Lei n. 8.112/1990).o servidor será posto em disponibilidade para preencher determinado cargo.

c) Errada. A permanência acarreta a estabilidade no cargo público.

d) Certa. Conforme Art. 10, da citada Lei:

A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

QUESTÃO 94 (2022/FGV/PC RJ/INVESTIGADOR POLICIAL) Joana é servidora pública e exerce função de confiança na Polícia Civil do Estado Alfa, sendo diretora do Departamento de Recursos Humanos.

Observadas as disposições sobre o tema previstas na Constituição da República de 1988, é correto afirmar que Joana é necessariamente servidora:

- a) celetista;**
- b) não concursada;**
- c) contratada temporariamente;**
- d) ocupante de cargo efetivo;**
- e) ocupante de cargo em comissão.**

Letra d.

Está em acordo com o disposto na CF/1988, vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

V – as funções de **confiança**, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

QUESTÃO 95 (FGV/AUDITOR-FISCAL TRIBUTÁRIO/PREFEITURA DE PAULÍNIA-SP/2021) A Ouvidoria do Município Alfa recebeu uma representação anônima dando conta de que Joana, ocupante do cargo efetivo de Auditor-fiscal Tributário do Município, estaria, no exercício da função, recebendo propina para favorecer determinado contribuinte. Para apurar indícios preliminares de veracidade do noticiado, o órgão competente municipal deu início à sindicância que,

após os trâmites regulares, ensejou a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD) em face de Joana. Com intuito de anular judicialmente o PAD, Joana contratou advogado que lhe informou que, de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima é

- a)** permitida, desde que, no curso da apuração, haja identificação superveniente do noticiante, para sanar o vício inicial do anonimato do noticiante.
- b)** permitida, desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, diante do poder-dever de autotutela imposto à Administração.
- c)** vedada, diante da expressa proibição, no texto constitucional, do anonimato para dar início à aplicação do direito administrativo sancionador.
- d)** vedada, diante de expressa proibição no texto constitucional, sob pena de violação aos princípios constitucionais da impessoalidade e isonomia.
- e)** vedada, seja diante de expressa proibição no texto constitucional, seja para viabilizar a identificação de eventual autor do ilícito de denunciação caluniosa.

Letra b.

Trata-se do teor da Súmula 611 do STJ:

JURISPRUDÊNCIA

Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.

QUESTÃO 96 (FGV/COORDENADOR CENSITÁRIO/IBGE/2020) Mariana, ocupante do cargo de Coordenador Censitário Subárea do IBGE, que nunca sofreu qualquer sanção disciplinar, no exercício das funções, opôs resistência injustificada ao andamento de documento e processo. De acordo com a Lei n. 8.112/1990, observadas as formalidades legais, Mariana será sancionada com a penalidade disciplinar da:

- a)** repreensão, que será aplicada verbalmente;
- b)** advertência, que será aplicada por escrito;

- c)** censura, que será aplicada verbalmente;
- d)** demissão, que será aplicada mediante publicação no diário oficial;
- e)** suspensão, que será aplicada mediante publicação no diário oficial.

Letra b.

O art. 117, da Lei n. 8.112/1990, estabelece rol de vedações ao servidor. Dentre as proibições, encontra-se:

IV – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.

Desse modo, segundo o art. 129 da mesma Lei, será aplicada a pena de advertência por escrito:

Art. 129. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

QUESTÃO 97 (FGV/COORDENADOR CENSITÁRIO/IBGE/2020). Renato, Agente Censitário Operacional do IBGE, no exercício de suas funções, valeu-se do cargo para lograr proveito pessoal, em detrimento da dignidade da função pública. Após regular processo administrativo disciplinar, Renato sofreu a pena disciplinar de demissão.

Consoante dispõe a Lei n. 8.112/1990, tal demissão do agora ex servidor o incompatibiliza para:

- a)** filiação partidária, pelo prazo de 3 (três) anos;
- b)** exercício de seus direitos políticos, pelo prazo de 2 (dois) anos;
- c)** contratar com a administração pública, pelo prazo de 1 (um) ano;
- d)** participar de gerência ou administração de sociedade privada, pelo prazo de 4 (quatro) anos;
- e)** nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Letra e.

O art. 117, da Lei n. 8.112/1990, estabelece rol de vedações ao servidor. Dentre as proibições, encontra-se:

IX – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.

Desse modo, segundo o art. 132 e 137 da mesma Lei, será aplicada a pena de demissão, mais a incompatibilização do ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos:

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

XIII – transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

QUESTÃO 98 (INSTITUTO AOCP/PREFEITURA DE BETIM-MG/AUDITOR-FISCAL DE TRIBU-

TOS MUNICIPAIS/2020) O retorno à atividade do servidor aposentado, no interesse da Administração ou quando cessar a invalidez temporária, é uma forma de provimento do cargo denominada:

- a)** nomeação.
- b)** promoção vertical.
- c)** recondução.
- d)** reversão.
- e)** readaptação.

Letra d.

Um dos motivos da reversão é a situação em que servidor foi aposentado por invalidez, mas junta médica oficial declara insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Art. 25. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

I – por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou

II – no interesse da administração, desde que:

- a)** tenha solicitado a reversão;
- b)** a aposentadoria tenha sido voluntária;
- c)** estável quando na atividade;
- d)** a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação;
- e)** haja cargo vago.

QUESTÃO 99 (INSTITUTO AOCP/UFPB/ADMINISTRADOR DE EDIFÍCIOS/2019) Nos termos da Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa que apresenta uma forma de provimento de cargo público.

- a)** Supressão.
- b)** Aproveitamento.
- c)** Ascensão.
- d)** Transferência.
- e)** Deposição.

Letra b.

De acordo com o art. 8º da Lei n. 8.112/1990, o aproveitamento é uma das formas de provimento de cargo público.

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

- I – nomeação;
- II – promoção;
- III – **ascensão**;
- IV – transferência;
- V – readaptação;
- VI – reversão;
- VII – aproveitamento**;
- VIII – reintegração;
- IX – recondução.

QUESTÃO 100 (INSTITUTO AOCP/UFRB/FARMACÊUTICO/2019) O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a)** Considerar-se-á revel o indiciado que, citado ou não, não apresentar defesa no prazo legal.
- b)** Os depoimentos serão prestados oralmente e reduzidos a termo, embora seja lícito às testemunhas trazê-los por escrito.

c) O julgamento acatará o relatório da comissão, mesmo quando contrário às provas dos autos.

d) O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Letra d.

a) Errado. Apenas será revel quando regularmente citado não apresentar defesa.

Art. 164. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

b) Errado. É ilícito o testemunho por escrito.

Art. 158. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito

c) Errado. Existe uma exceção, que é quando contrário às provas do autos.

Art. 168. O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

d) Certo. É o que estabelece o art. 153 da Lei n. 8.112/1990:

Art. 153. O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

QUESTÃO 101 (INSTITUTO AOCP/UFRB/FARMACÊUTICO/2019) O regime disciplinar dos servidores públicos federais está prescrito na Lei Federal n. 8.112/1990. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

a) É dever do servidor cumprir as ordens superiores, mesmo quando manifestamente ilegais.

b) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, mas a responsabilidade civil decorre tão somente de ato culposo.

c) A pena de demissão será aplicada nos casos de corrupção, inassiduidade habitual e recusa de fé a documentos públicos.

d) Ao servidor é proibido coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político.

Letra d.**a) Errada.** O servidor não deverá cumprir ordens ilegais.**Art. 116.** São deveres do servidor:

IV – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

b) Errada. O ato pode ser doloso ou culposo.**Art. 122.** A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.**c) Errada.** A recusa de fé a documentos públicos não está no rol de atos puníveis com demissão.**Art. 132.** A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I – crime contra a administração pública;

II – abandono de cargo;

III – inassiduidade habitual;

IV – improbidade administrativa;

V – incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI – insubordinação grave em serviço;

VII – ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII – aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX – revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI – corrupção;

XII – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII – transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

d) Certa. É o que se depreende do art. 117, VII, da Lei n. 8.112/1990.**Art. 117.** Ao servidor é proibido

VII – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

QUESTÃO 102 (INSTITUTO AOCP/UFRB/FARMACÊUTICO/2019) Em se tratando dos direitos e vantagens do regime jurídico único dos servidores públicos federais, assinale a alternativa correta.

- a)** O vencimento do cargo efetivo, acrescido ou não das vantagens de caráter permanente, é irredutível em razão da política fiscal do ente federado.
- b)** As indenizações pagas ao servidor não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
- c)** O transporte constitui um tipo de ajuda de custo ao servidor.
- d)** O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade poderá optar por um deles ou cumulá-los após solicitação à chefia departamental.

Letra b.

- a) Errada.** O vencimento acrescido das vantagens de caráter permanente é irredutível.

Art. 41. § 3º O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

- b) Certa.** Essa é a redação do art. 49, § 1º, da Lei n. 8.112/1990.

Art. 49. § 1º As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

- c) Errada.** O transporte é um tipo de indenização.

Art. 51. Constituem indenizações ao servidor:
III – transporte.

- d) Errada.** O servidor não poderá acumular esses dois adicionais.

Art. 68. § 1º O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

QUESTÃO 103 (INSTITUTO AOCP/UFRB / FARMACÊUTICO/2019) Sobre provimento e vacância no cargo público federal, conforme a legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

- a)** A reversão e a readaptação são formas de provimento de cargo público.
- b)** O concurso público para provimento de cargo terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por metade desse período.
- c)** A posse é pessoal e intransferível e não poderá ocorrer mediante procuração específica.
- d)** A posse em cargo público não dependerá de prévia inspeção médica oficial, uma vez que a aptidão física é requisito básico para preenchimento da vaga.

Letra a.**a) Certa.** De fato, esses dois institutos são formas de provimento.**Art. 8º** São formas de provimento de cargo público:

- V – readaptação;
- VI – reversão;

b) Errada. O prazo poderá ser prorrogado pelo mesmo período.**Art. 12.** O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.**c) Errada.** A posse pode ser feita mediante procuração específica.**Art. 13.** § 3º A posse poderá dar-se mediante procuração específica.**d) Errada.** A posse depende de inspeção médica oficial.**Art. 14.** A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

QUESTÃO 104 (INSTITUTO AOCP/UFRB/FARMACÊUTICO/2019) Acerca do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa correta de acordo com a legislação.

- a)** A idade mínima para investidura em cargo público é de 16 anos de idade completos antes do provimento.
- b)** A investidura do cargo público se fará com o anúncio público do resultado final do processo seletivo após a apreciação dos recursos dos candidatos.
- c)** A aptidão mental é exigível somente em cargos públicos que requeiram atividades braçais dos servidores.
- d)** A quitação com as obrigações militares e eleitorais é requisito básico para a investidura em cargo público federal.

Letra d.**a) Errada.** A idade mínima é de 18 anos.**Art. 5º** São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- V – a idade mínima de dezoito anos;

b) Errada. A investidura do cargo ocorre no momento da posse.

Art. 7º A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

c) Errada. A aptidão física e mental é sempre exigida, para todos os cargos.

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

VI – aptidão física e mental.

d) Certa. Esse é um dos requisitos exigidos, segundo o art. 5º, III da Lei n. 8.112/1990:

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

III – a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

QUESTÃO 105 (INSTITUTO AOCP/UFRB/TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ 2019) Da mesma forma que toda ação possui uma reação, toda infração possui suas sanções, observando-se os princípios e a legislação adequada. Sendo assim, assinale a alternativa que apresenta uma penalidade disciplinar.

- a)** Aposentadoria compulsória.
- b)** Suspensão, sendo mantidos os vencimentos.
- c)** Advertência com a suspensão dos vencimentos.
- d)** Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Letra d.

Conforme o art. 127 da Lei n. 8.112/1990, a cassação de aposentadoria é uma das sanções disciplinares.

Art. 127. São penalidades disciplinares:

- I – advertência;
- II – suspensão;
- III – demissão;
- IV – cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- V – destituição de cargo em comissão;
- VI – destituição de função comissionada.

QUESTÃO 106 (INSTITUTO AOCP/UFRB/TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ 2019) Embora os servidores do regime estatutário possuam estabilidade, para que esta seja efetiva, há a necessidade de cumprimento de alguns requisitos dentro de um período chamado de estágio probatório. Dentre esses requisitos, destacam-se, EXCETO:

- a)** assiduidade.
- b)** responsabilidade.
- c)** honra.
- d)** disciplina.

Letra c.

O único requisito que não faz parte do cumprimento do estágio probatório é a honra.

Art. 20. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:
I – assiduidade;
II – disciplina;
III – capacidade de iniciativa;
IV – produtividade;
V – responsabilidade.

QUESTÃO 107 (INSTITUTO AOCP/IBGE/ANALISTA CENSITÁRIO/2019) Em suma, o Processo Administrativo Disciplinar é o instrumento de exercício do poder disciplinar, constituindo-se em uma conjugação ordenada de atos na busca da correta e justa aplicação do regime disciplinar para apuração e punição de infrações praticadas pelos servidores públicos no exercício de suas atribuições, ou que tenham relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. Concernente ao tema, assinale a alternativa correta de acordo com as disposições da Lei n. 8.112/1990.

- a)** Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, sem prejuízo da remuneração.
- b)** Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau.

- c)** O depoimento das testemunhas será prestado oralmente e reduzido a termo, sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.
- d)** Havendo dois ou mais indiciados, o prazo para apresentar defesa escrita será comum e de 15 (quinze) dias.
- e)** Na revisão do processo, a comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Letra e.

- a) Errada.** O afastamento do cargo é pelo prazo de 60 dias.

Art. 147. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

- b) Errada.** Não poderá participar da comissão parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 149. § 2º Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

- c) Errada.** O testemunho não pode ser escrito.

Art. 158. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

- d) Errada.** O prazo comum será de 15 dias.

Art. 161. § 2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

- e) Certa.** É o que dispõe a redação do art.179 da Lei n. 8.112/1990.

Art. 179. A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

QUESTÃO 108 (INSTITUTO AOCP/IBGE/ANALISTA CENSITÁRIO/2019) Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas, tendo em vista as disposições da Lei n. 8.112/1990.

I – Pedro, em virtude de seu casamento, poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, por 08 (oito) dias consecutivos.

II – Viviane, servidora efetiva do IBGE, foi investida no mandato de Prefeita Municipal. Em decorrência do exercício do mandato eletivo, ela deve ser afastada de seu cargo público no IBGE, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

III – José, servidor da Polícia Federal, está sendo acusado de aceitar pensão de estado estrangeiro. Caso este devidamente comprovada a conduta em regular processo administrativo disciplinar, José estará sujeito à pena de demissão, a ser aplicada pelo Presidente da República.

IV – Determinado servidor público de autarquia federal coagiu seu subordinado para que este se filiasse ao partido político Z. Nesse cenário, a respectiva ação disciplinar prescreverá em 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que o fato se tornou conhecido.

- a)** Apenas I e III.
- b)** Apenas II e IV.
- c)** Apenas I, II e IV.
- c)** Apenas II, III e IV
- d)** I, II, III e IV.

Letra e.

I – Certo. De acordo com o art. 97, III, “a” da Lei n. 8.112/1990:

Art. 97. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

III – por 8 (oito) dias consecutivos em razão de:

a) casamento;

II – Certo. Segundo o que dispõe o art. 97, II, da Lei n. 8.112/1990:

Art. 94. Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – Certo. De acordo com os arts. 132, 117, XIII, e 141, I, da Lei n. 8.112/1990:

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

XIII – transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117

Art. 117. Ao servidor é proibido:

XIII – aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

Art. 141. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I – pelo Presidente da República, pelos Presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais e pelo Procurador-Geral da República, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão, ou entidade;

IV – Certo. Conforme o art. 142, III, da Lei n. 8.112/1990:

Art. 142. A ação disciplinar prescreverá:

III – em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

QUESTÃO 109 (INSTITUTO AOCP/IBGE/ANALISTA CENSITÁRIO/2019) No tocante à Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa INCORRETA.

- a)** Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- b)** A exoneração, a readaptação e a promoção são formas de vacância do cargo público.
- c)** O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de até 30 (trinta) dias para quitar o débito.
- d)** O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.
- e)** O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com perda total da remuneração.

Letra c.

a) Certa. Esse é o correto conceito de readaptação.

Art. 24. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

b) Certa. De fato, essas são formas de vacância em cargo público.

Art. 33. A vacância do cargo público decorrerá de:

I – exoneração;

- II – demissão;
- III – promoção;
- IV – ascensão;
- V – transferência;
- VI – readaptação;
- VII – aposentadoria;
- VIII – posse em outro cargo inacumulável;
- IX – falecimento.

c) Errada. O prazo para quitar o débito é de 60 dias.

Art. 47. O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

d) Certa. Segundo dispõe o art. 108 da Lei n. 8.112/1990:

Art. 108. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

e) Certa. É o que se depreende do art. 96 da Lei n. 8.112/1990:

Art. 96. O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com perda total da remuneração.

QUESTÃO 110 (INSTITUTO AOCP/IBGE/ANALISTA CENSITÁRIO/2019) Na posição de Analista

Censitário de Recursos Humanos do IBGE, avalie as seguintes circunstâncias:

I – Diana foi recentemente aprovada, dentro do número de vagas previsto no edital do respectivo concurso público, para o cargo de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas.

II – Marcos é servidor público federal efetivo lotado em Curitiba. Entretanto foi legalmente cedido a outro órgão público federal com lotação em Brasília.

III – Júlio, servidor efetivo de autarquia federal, está sendo indenizado com a percepção de ajuda de custo, tendo em vista que, no interesse do serviço, passou a ter exercício em nova sede, com consequente mudança de domicílio em caráter permanente.

IV – Irene, servidora efetiva do IBGE, após regular sindicância, foi penalizada com advertência em razão de ter se ausentado do serviço, durante o expediente, sem a prévia autorização de sua chefia imediata.

Considerando o exposto e a Lei n. 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

a) Diana disporá do prazo de até 15 (quinze) dias para tomar posse, contados da publicação de sua nomeação. Caso ela não possa comparecer, a posse poderá dar-se mediante procuração específica.

- b)** Diante da cessão, Marcos possuirá, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 20 (vinte) dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo.
- c)** Caso Júlio venha a falecer na nova sede, são assegurados à sua família ajuda de custo e transporte para o retorno à cidade de origem, no prazo de 02 (dois) anos, contados do óbito.
- d)** A penalidade imposta à Irene terá seu registro cancelado após o decurso de 03 (três) anos de efetivo exercício, caso ela não venha, nesse período, a praticar nova infração disciplinar.
- e)** Júlio ficará obrigado a restituir a ajuda de custo se, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Letra d.

- a) Errada.** O prazo para tomar posse é de 30 dias.

Art. 13. § 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.

- b) Errada.** O prazo será de no mínimo, dez e, no máximo, trinta dias.

Art. 18. O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, dez e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.

- c) Errada.** O prazo é de 1 ano.

Art. 53. § 2º À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de 1 ano, contado do óbito.

- d) Certa.** A penalidade de advertência, de fato, terá seu registro cancelado após o decurso de 3 anos de efetivo exercício.

Art. 131. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

- e) Errada.** O prazo será de 30 dias nesse caso.

Art. 57. O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de 30 (trinta) dias.

QUESTÃO 111 (INSTITUTO AOCP/IBGE/ANALISTA CENSITÁRIO/2019) Em detrimento de uma Reforma Administrativa, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Flávio, servidor público estável, teve seu cargo extinto por força de Lei e foi colocado em disponibilidade, passando a perceber remuneração proporcional ao seu tempo de serviço, assegurada até o seu adequado reingresso em outro cargo público. Um tempo depois, ele reingressou no serviço público em cargo, atribuição e vencimento compatíveis com seu cargo de origem. Nessa situação, no reingresso de Flávio, deverá ocorrer:

- a)** recondução.
- b)** aproveitamento.
- c)** reversão.
- d)** reintegração.
- e)** readaptação.

Letra b.

O reingresso de Flávio se dará mediante aproveitamento.

Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

QUESTÃO 112 (Q1222348/INSTITUTO AOCP/UFRB/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2019)

No que se refere ao Regime Disciplinar e ao Processo Administrativo Disciplinar dos servidores públicos, previstos na Lei 8.112/90, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () É dever do servidor atender com presteza às requisições para a defesa da Fazenda Pública.
 - () O servidor não poderá, em qualquer hipótese, exercer mais de um cargo em comissão.
 - () As sanções penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, não podendo, contudo, cumular-se as sanções civis e administrativas.
 - () O cancelamento da penalidade aplicada ao servidor não surtirá efeitos retroativos.
- a)** F – F – F – V.
b) V – F – V – V.

- c)** V – F – F – V.
- d)** F – V – F – F.

Letra c.

I – Certo. De acordo com a redação do art. 116, V, “c”, da Lei n. 8.112/1990:

Art. 116. São deveres do servidor:
V – atender com presteza:
c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública.

II – Errado. No caso do art. 9º, parágrafo único o servidor poderá exercer mais de um cargo em comissão.

Art. 119. O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 9º, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 9º Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

III – Errado. As sanções podem cumular-se.

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

IV – Certo. Segundo o que dispõe o art. 131, parágrafo único da Lei n. 8.112/1990:

Art. 131. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

QUESTÃO 113 (INSTITUTO AOCP/UFRB/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2019) O Regime Jurídico Único, regulado pela Lei 8.112/1990, dispõe em seu Título II sobre o provimento, a vacância, a redistribuição e a substituição dos cargos públicos. A respeito das disposições constantes no Título II da Lei 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

- a)** Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- b)** A investidura em cargo público ocorrerá mediante ato da autoridade competente de cada Poder.
- c)** O provimento dos cargos públicos dar-se-á com a posse.
- d)** Recondição é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e não poderá decorrer de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

Letra a.

a) Certa. Segundo o art. 36 da Lei n. 8.112/1990, esse é o conceito de remoção.

Art. 36. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

b) Errada. O provimento de cargo que se dá mediante ato da autoridade competente de cada Poder.

Art. 6º O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.

c) Errada. A investidura que se dá com a posse.

Art. 7º A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

d) Errada. A inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo é uma das hipóteses da recondução.

Art. 29. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:
I – inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;
II – reintegração do anterior ocupante.

QUESTÃO 114 (INSTITUTO AOCP/UFRB/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2019) A respeito dos direitos e vantagens dos servidores públicos previstos no Regime Jurídico Único, assinale a alternativa correta.

a) Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

b) O servidor perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, com motivo justificado.

c) Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

d) O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

Letra d.

a) Errada. De acordo com o art.40 da Lei n. 8.112/1990, esse é o conceito de vencimento.

Art. 40. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

b) Errada. Para perder a remuneração, o servidor deve faltar sem motivo justificado.

Art. 44. O servidor perderá:

I – a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado;

c) Errada. Segundo o art. 41 da Lei n. 8.112/1990, esse é o conceito de remuneração.

Art. 41. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

d) Certa. É o que estabelece o art. 41, § 3º, da Lei n. 8.112/1990.

Art. 41. § 3º O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

QUESTÃO 115 (INSTITUTO AOCP/IBGE/ANALISTA CENSITÁRIO/2019) Alonso, servidor público federal efetivo, em virtude de exigências transitórias decorrentes das atribuições de seu cargo, necessitou se deslocar de Curitiba, sede de seu serviço, para Porto Alegre por 5 (cinco) dias. Contudo, diante do falecimento de seu neto, retornou a Curitiba antes do prazo previsto para o término de seu deslocamento. Nesse caso, considerando que foram observadas todas as formalidades legais, dispõe a Lei n. 8.112/90 que, caso o servidor retorne à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo de:

- a)** 05 (cinco) dias.
- b)** 10 (dez) dias.
- c)** 15 (quinze) dias.
- d)** 20 (vinte) dias.
- e)** 30 (trinta) dias.

Letra a.

A restituição das diárias deverá ser feita no prazo de 5 dias, conforme estabelece o art. 59 da Lei n. 8.112/1990:

Art. 59. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 dias.

QUESTÃO 116 (INSTITUTO AOCP/IBGE/ANALISTA CENSITÁRIO/2019) Considere que Joana, servidora pública federal efetiva, manteve sob sua chefia imediata, em função de confiança, seu companheiro José. Além disso, em um momento de descontração com colegas servidores, revelou que utilizava de recursos materiais da repartição em atividades particulares. Tendo em vista a situação hipotética narrada, bem como as disposições da Lei n. 8.112/90, as ações disciplinares referentes às condutas de Joana prescrevem em:

- a)** 180 (cento e oitenta dias) e 2 (dois) anos, respectivamente.
- b)** 180 (cento e oitenta dias) e 5 (cinco) anos, respectivamente.
- c)** 2 (dois) anos e 180 (cento e oitenta dias), respectivamente.
- d)** 5 (cinco) anos e 180 (cento e oitenta dias), respectivamente.
- e)** 5 (cinco) anos em ambos os casos.

Letra b.

Quanto à primeira conduta de Joana será aplicada a pena de advertência, sendo que o prazo para a prescrição da ação será de 180 dias. Por outro lado, com relação à segunda conduta, será aplicada a pena de demissão, que por sua vez possui o prazo de 5 anos para a prescrição da ação disciplinar.

Lei n. 8.112/1990**Art. 117.** Ao servidor é proibido:

VIII – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; - **ADVERTÊNCIA**

XVI – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares; - **DEMISSÃO**

Art. 129. A **advertência** será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 132. A **demissão** será aplicada nos seguintes casos:

XIII – transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Art. 142. A ação disciplinar prescreverá:

I – em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II – em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III – em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

QUESTÃO 117 (INSTITUTO AOCP/PC-ES/AUXILIAR PERÍCIA MÉDICO - LEGAL/2019) Quais das seguintes situações geram a vacância de cargo?

- a)** Promoção, exoneração e demissão.
- b)** Reversão, transferência e exoneração.
- c)** Exoneração, demissão e reversão.
- d)** Transferência, exoneração e falecimento.
- e)** Ascensão, aposentadoria e readaptação.

Letra a.

De acordo com o art. 33 da Lei n. 8.112/1990, as formas de vacância de cargo público são as seguintes:

Art. 33. A vacância do cargo público decorrerá de:

- I – **exoneração**;
- II – **demissão**;
- III – **promoção**;
- IV – **ascensão**;
- V – **transferência**;
- VI – **readaptação**;
- VII – **aposentadoria**;
- VIII – posse em outro cargo inacumulável;
- IX – **falecimento**.

QUESTÃO 118 (2017/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGIS-

TROS) Em relação à acumulação de cargos, funções ou empregos na Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a)** Aos mesários e aos jurados aplicam-se as proibições de acumulação de cargos, funções ou empregos, sob pena de ser violado o princípio da eficiência do serviço público.
- b)** É vedada a cumulação do cargo de médico de Secretaria Municipal de Saúde com o cargo de perita criminal do quadro da Polícia Civil, com especialidade em medicina veterinária, ambos obtidos mediante concurso público.
- c)** Juízes e membros do Ministério Público, quando em disponibilidade, podem acumular seus cargos com qualquer outra função pública, além de uma de magistério em instituição pública ou privada.

- d)** É permitida a cumulação de emprego em duas sociedades de economia mista ou em duas empresas públicas ou em uma sociedade de economia mista e em uma empresa pública, desde que haja compatibilidade de horários.

Letra b.

Conforme art. 37, XVI, "c" da CF, é permitido a acumulação remunerada quando houver compatibilidade de horários a dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas.

- a) Errada.** Segundo a doutrina, mesários e jurados são agentes honoríficos que são pessoas convocadas para prestar, transitoriamente, determinados serviços ao Estado, em razão da sua condição cívica, mas sem vínculo empregatício ou estatutário e sem remuneração.
- c) Errada.** Conforme art. 37, XVI, "b" da CF, é permitido a acumulação remunerada quando houver compatibilidade de horários a de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- d) Errada.** Conforme art. 37, XVII da CF é proibido acumulação remunerada de empregos e funções públicos nas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

QUESTÃO 119 (2017/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) A respeito dos servidores públicos, assinale a afirmativa correta:

- a)** É garantido aos servidores públicos civis e militares o direito à associação sindical.
- b)** A adesão de servidor público em estagiário probatório à greve, por mais de 30 (trinta) dias, constitui falta grave ou fato desabonador da conduta no serviço público a ensejar a sua imediata exoneração, após regular processo administrativo.
- c)** O ato de exoneração do servidor é meramente declaratório, podendo ocorrer após o prazo de três anos fixados para o estágio probatório, desde que as avaliações de desempenho sejam realizadas dentro do prazo constitucional.
- d)** A obrigatoriedade da realização de concurso público prevista na Constituição da República não se aplica para o provimento de cargos nas autarquias e sociedade de economia mista destinada a explorar atividade econômica.

Letra c.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que o ato de exoneração do servidor é meramente declaratório, podendo ocorrer após o prazo de 3 anos fixados para o estágio probatório, desde que as avaliações de desempenho sejam efetuadas dentro do prazo constitucional (Ag. Reg. RE 805491/SP).

- a) Errada.** Conforme art. 142, § 3º, IV da CF, IV - ao militar são proibidas a sindicalização e a greve;
- b) Errada.** Não há previsão na atual legislação de proibição do exercício do direito de greve pelo servidor público em estágio probatório.
- d) Errada.** Conforme previsão do art. 37, II da CF, a administração pública indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.

QUESTÃO 120 (2017/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) Quanto à criação, transformação e extinção de cargos públicos, é correto afirmar:

- a)** As funções de confiança são reservadas exclusivamente aos servidores ocupantes de cargo efetivo enquanto os cargos em comissão podem ser ocupados por pessoas que não pertencem aos quadros funcionais da Administração.
- b)** É constitucional a lei de iniciativa parlamentar que prevê a modificação da estrutura organizacional do quadro de cargos de apoio administrativo do Tribunal de Contas Estadual.
- c)** Lei municipal pode autorizar o Prefeito a, por meio de decreto, criar cargos em comissão.
- d)** Os empregos públicos da Administração Direta, autarquias, fundações de direito público, empresas públicas e sociedades de economia mista exigem a criação por meio de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Letra a.

Art. 37, V, da CF, dispõe que as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de

carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

b) Errada. Segundo Jurisprudência do STF, as Cortes de Contas do país gozam das prerrogativas da autonomia e do autogoverno, o que inclui, essencialmente, a iniciativa reservada para instaurar processo legislativo que pretenda alterar sua organização e seu funcionamento, como resulta da interpretação lógico-sistêmica dos artigos 73, 75 e 96, II, "d", CRFB/88 (MCA-DI 4643/RJ).

c) Errada. Conforme art. 61, § 1º, II, "a" da CF, são de iniciativa do Chefe do Poder Executivo leis sobre a criação de cargos.

d) Errada. Conforme art. 61, § 1º, II, "a" da CF, são de iniciativa do Chefe do Poder Executivo leis sobre a criação de empregos públicos na autarquia.

QUESTÃO 121 (2017/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) Com relação à acessibilidade aos cargos públicos, é correto afirmar que:

a) Os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de Presidente do Senado Federal, de Presidente da Câmara dos Deputados, da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas e de Ministro do Supremo Tribunal podem ser preenchidos por brasileiros natos e naturalizados.

b) A Administração Pública, no uso do poder discricionário, pode estabelecer em edital os limites mínimo e máximo de idade para a inscrição em concurso público para quaisquer cargos.

c) O preenchimento dos cargos de agentes comunitários de saúde e agentes de combates às endemias pressupõe a submissão a concurso público de provas e títulos.

d) É facultada às universidades, às instituições de pesquisa científica e tecnológica a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

Letra d.

Conforme art. 5º, § 3º da Lei 8.112/1990.

a) Errada. Conforme art. 12, § 3º da CF, são cargos privativos de brasileiros natos.

b) Errada. Segundo a súmula 683, do STF, "o limite de idade para inscrição em concurso público só se legitima em face do artigo 7º, inciso XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido".

c) Errada. Conforme art. 9º, da Lei 11.350/2006, a contratação de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atendam aos princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência.

QUESTÃO 122 (2017/CONSULPLAN/TRF-2ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) “Órgão de controle interno de legalidade da União Federal, com intuito de cessar o pagamento de vencimentos, remunerações e vantagens em desconformidade com a Constituição, decide fazer auditoria quanto à acumulação irregular de cargos, empregos e funções públicas.” Com relação ao caso, assinale a acumulação que NÃO está de acordo com a Constituição de 1988.

- a)** Oficial de Justiça Avaliador Federal e Vereador.
- b)** Procurador da República e Professor Universitário.
- c)** Deputado Federal e Professor de Universidade Federal.
- d)** Médico militar e Médico de Hospital Universitário Estadual.

Letra c.

Conforme art. 38, I, da CF, o servidor público no exercício de mandato eletivo federal ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

- a) Certa.** Conforme art. 38, III, da CF.
 - b) Certa.** Conforme art. 37, XVI, “b”, da CF.
 - d) Certa.** Conforme art. 37, XVI, “c”, da CF.
-

QUESTÃO 123 (2017/CONSULPLAN/TRF-2ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) “Renata, servidora pública federal, com forte engajamento político, decide disputar as eleições para o cargo de Deputada Estadual. Com isso, requer à sua chefia imediata licença de suas funções no órgão em que presta serviço para as atividades políticas necessárias.” Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a)** Renata terá direito à licença, sem remuneração, caso ocupe cargo de direção, chefia, assessoramento na Administração Pública federal.

- b)** Renata não terá direito à licença, devendo optar, se eleita, entre o cargo que exerce na Administração Pública Federal e o cargo de Deputada Estadual.
- c)** Renata não terá direito à licença, tendo em vista a possibilidade de acumulação do cargo na Administração Pública Federal e o cargo de Deputada Estadual.
- d)** Renata terá direito à licença sem remuneração durante o período entre a sua escolha em convenção partidária e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

Letra d.

Conforme art. 86 da Lei 8.112/1990, o servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

- a) Errada.** Segundo o art. 86, § 2º da Lei n. 8.112/1990, terá direito a remuneração a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral até o décimo dia seguinte ao do pleito.
- b) Errada.** Tem direito à licença por atividade política conforme art. 86 da Lei 8.112/1990, e, se eleita, ficará afastada do seu cargo conforme art. 38, I, da CF.
- c) Errada.** Conforme art. 38, I, da CF, o servidor público no exercício de mandato eletivo estadual ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

QUESTÃO 124 (2017/CONSULPLAN/TRF-2ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/CONTABILIDADE)

“Jorge, servidor público federal, ingressou no serviço público em 2005, exercendo atividades sob condições especiais que prejudiquem sua saúde, consulta seu advogado sobre as condições de sua futura aposentadoria, sendo certo que já possui três períodos de licença-prêmio não gozadas.” Sobre a hipótese, analise as afirmativas a seguir.

- I – Os períodos de licença-prêmio não gozada podem ser contados em dobro para fins de soma de seu tempo de serviço.
- II – As condições especiais de trabalho não podem ser consideradas na aposentadoria de Jorge, uma vez que não editada lei complementar regulamentadora da aposentadoria especial, exigida pela Constituição.

III – Para o cálculo dos proventos de aposentadoria de Jorge, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as suas remunerações utilizadas como base para as contribuições.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a)** I, II e III.
- b)** II, apenas.
- c)** III, apenas.
- d)** I – e III, apenas.

Letra c.

I – Errado. Conforme art. 40, § 10, da CF, a lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício

II – Errado. Conforme Súmula Vinculante n. 33, aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica.

III – Certo. Conforme art. 41, § 3º da Lei 8.112/1990.

QUESTÃO 125 (2017/CONSULPLAN/TRF-2ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/CONTABILIDA-

DE) Encerrado o estágio probatório de servidores públicos federais, estes possuem direito à permanência no cargo, adquirindo, assim, estabilidade. Assinale qual das alternativas a seguir NÃO autoriza a perda de cargo de servidores estáveis:

- a)** Procedimento de avaliação periódica de desempenho.
- b)** Decisão contrária em processo administrativo disciplinar.
- c)** Decisão judicial pendente de recurso em ação popular ou ação civil pública.
- d)** Redução de despesas, após a redução de pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e exoneração dos servidores não estáveis.

Letra c.

Conforme art. 41, § 1º, I da CF, o servidor estável perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

- a) Certa.** Conforme art. 41, § 1º, III da CF.
- b) Certa.** Conforme art. 41, § 1º, II da CF, o servidor estável perderá o cargo em virtude de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- d) Certa.** Conforme art. 169, §§ 3º e 4º da CF.

QUESTÃO 126 (2017/CONSULPLAN/TRF-2ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO) “Fernanda, servidora do Tribunal Regional Federal, se ausenta imotivadamente do serviço por quarenta dias consecutivos, no período de doze meses. Nesse sentido, foi aberta sindicância, a qual concluiu pela demissão da servidora do cargo, em decisão do Presidente do Tribunal Regional Federal.” Sobre a hipótese, assinale a alternativa correta com base na Lei n. 8.112/1990.

- a)** A demissão foi correta, uma vez que respeitada a tipicidade da conduta, o procedimento e a competência para a aplicação da sanção.
- b)** A demissão foi irregular, uma vez que a pena de demissão de servidor público federal somente pode ser tomada pelo Presidente da República.
- c)** A demissão foi irregular, uma vez que a pena de demissão de servidor público federal deve ser apurada em processo administrativo disciplinar e não em sindicância.
- d)** A demissão foi irregular, uma vez somente se configura abandono de cargo para fins de demissão quando há falta imotivada por sessenta dias consecutivos.

Letra c.

Conforme art. 146 da Lei 8.112/1990, quando o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de demissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

- a) Errada.** Conforme art. 146 da Lei 8.112/1990, quando o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de demissão será obrigatória a instauração de processo disciplinar.
- b) Errada.** Conforme art. 141, I da Lei 8.112/1990, a pena de demissão pode ser aplicada por Presidente de Tribunal Federal.
- d) Errada.** Conforme art. 138 da Lei 8.112/1990, configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

QUESTÃO 127 (2017/CONSULPLAN/TRF-2^a REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO/ENFERMAGEM)

“Bárbara, pensionista de Gustavo, servidor público federal aposentado em 1997 e falecido em 2005, requer a incorporação em sua pensão de Gratificação de Encargos Especiais – GEE, percebida pelo instituidor da pensão quando aposentado, bem como a revisão de sua pensão na mesma proporção e mesma data percebida pelos servidores ativos que ocupem o mesmo cargo de Gustavo.” Sobre a hipótese, assinale a alternativa correta.

- a)** Bárbara não tem direito à incorporação da GEE, nem à revisão de sua pensão como pretendido, uma vez que Gustavo faleceu em 2005, quando extinto o regime da integralidade e da paridade remuneratórias.
- b)** Bárbara tem direito à incorporação da GEE, bem como da revisão de sua pensão nos moldes pretendidos, tendo em vista que Gustavo se aposentou sob o regime da integralidade e da paridade remuneratórias.
- c)** Bárbara tem direito à incorporação da GEE, porém, somente tem direito à revisão da pensão nos moldes pretendidos caso Gustavo tenha se aposentado com proventos integrais, isto é, com trinta e cinco anos de contribuição.
- d)** Bárbara tem direito à revisão de sua pensão nos moldes pretendidos, tendo em vista que Gustavo se aposentou sob o regime da paridade remuneratória, não tendo, porém, direito à incorporação da GEE, que é verba paga em decorrência do exercício da função.

Letra a.

Conforme art. 40, § 7º, I, da CF, o benefício de pensão por morte será igual ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.

- b) Errada.** Não tem direito à incorporação da GEE conforme art. 40, §7º da CF. Além disso, o § 8º do citado artigo assegura o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.
- c) Errada.** Não tem direito à incorporação da GEE conforme art. 40, §7º da CF. Além disso, o § 8º do citado artigo assegura o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

d) Errada. Não tem direito à incorporação da GEE conforme art. 40, §7º da CF. Além disso, o § 8º do citado artigo assegura o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

QUESTÃO 128 (2015/CONSULPLAN/TRE-MG/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO) São denominados agentes públicos todos aqueles que exercem uma função pública como prepostos do Estado e que em seu nome manifestam determinada vontade. Tais agentes atuam em diversas categorias, as quais são objeto de estudo dos doutrinadores no que tange à sua classificação. Acerca do tema, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O agente político é gênero, do qual os agentes públicos são espécie.
- () O membro de Mesa Receptora de votos quando das eleições é considerado um agente particular colaborador.
- () Os servidores, quando integrantes de pessoas governamentais de Direito Privado, não podem ser caracterizados como agentes públicos.
- () Os Chefes do Executivo, seus auxiliares e os membros do Poder Legislativo são classificados como pertencentes a um mesmo grupo, qual seja, o de agentes políticos.

- a)** V, F, V, F.
- b)** V, V, F, F.
- c)** F, V, F, V.
- d)** F, V, F, F.

Letra c.

I – Errado. Agente político é espécie, do qual os agentes públicos são espécie.

II – Certo. Item certo, conforme entendimento do autor Celso Antônio Bandeira de Mello.

III – Errado. As pessoas governamentais de Direito Privado são os empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações de Direito Privado instituídas pelo Poder Público sendo considerados agentes públicos.

IV – Certo. Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, “Agentes políticos são os titulares dos cargos estruturais à organização política do Estado, isto é, são os ocupantes dos cargos que compõem o arcabouço constitucional do Estado”

QUESTÃO 129 (2015/CONSULPLAN/TRE-MG/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO) Ao longo do exercício do cargo poderá o servidor passar por determinadas circunstâncias que impliquem em alterações em sua rotina laboral, trazendo como consequência situações de readaptação, de reintegração, de recondução, entre outros institutos legalmente reconhecidos. Sobre as definições de tais institutos, é correto afirmar que

- a)** recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá da inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou da reintegração do anterior ocupante.
- b)** reintegração é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- c)** reversão é o retorno à atividade de servidor exonerado do serviço público, em decorrência de recurso administrativo, quando a autoridade decidir serem insubstinentes os motivos alegados para a exoneração.
- d)** readaptação é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

Letra a.

Conforme art. 29 da Lei 8.112/1990.

- b) Errada.** A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- c) Errada.** Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado.
- d) Errada.** Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

QUESTÃO 130 (2015/CONSULPLAN/TRE-MG/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO) Dentro as previsões constitucionais quanto ao exercício dos direitos está o direito de petição, o qual é também garantido aos servidores públicos nos exercício de suas funções. No que tange a tal direito, assinale a alternativa correta.

- a)** Em caso de indeferimento do recurso, cabe ainda pedido de reconsideração dirigido à autoridade hierarquicamente superior.
- b)** À própria autoridade que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, caberá recurso por aquele que exerce o direito de petição.
- c)** Exercido o direito de petição, em caso de indeferimento do pedido, caberá recurso dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver proferido a decisão.
- d)** Exercido o direito de petição, contra a decisão da autoridade que tiver expedido o ato ou proferido a decisão é cabível o pedido de reconsideração à autoridade hierarquicamente superior.

Letra c.

Conforme art. 107, § 1º da Lei 8.112/1990.

- a) Errada.** Em caso de indeferimento do pedido de reconsideração, é cabível recurso dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, conforme art. 107, I, § 1º da Lei 8.112/1990.
- b) Errada.** Conforme art. 107, § 1º da Lei 8.112/1990, o recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.
- d) Errada.** Conforme art. 106 da Lei 8.112/1990, cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

QUESTÃO 131 (2015/CONSULPLAN/TRE-MG/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO)

Como regra geral, o serviço público é desempenhado por aqueles que exercem cargos públicos ou função de confiança. No que se refere ao efetivo desempenho das atribuições dos cargos públicos ou da função de confiança, é correto afirmar que estas se darão no

- a)** prazo de 30 dias, a partir da publicação do ato de provimento.
- b)** prazo de 15 a 45 dias, contados a partir do ato de remoção, no caso do servidor removido para exercício em outro município.
- c)** prazo de 30 dias, contados a partir da data da posse do servidor público, ou a partir da data do ato de designação da função de confiança.

- d)** prazo de 15 dias, a partir da data da posse do servidor público, ou a partir da data de publicação do ato de designação da função de confiança.

Letra d.

Conforme art. 15, § 1º, da Lei 8.112/1990, é de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse. Ademais, o § 4º do citado artigo dispõe que o início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação.

a) Errada. Conforme art. 15, § 1º da Lei 8.112/1990, é de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

b) Errada. Conforme art. 18 da Lei 8.112/1990, o servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, dez e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.

c) Errada. Conforme art. 15, § 1º da Lei 8.112/1990, é de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse. Ademais, o § 4º do citado artigo dispõe que o início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação.

QUESTÃO 132 (2015/CONSULPLAN/TRE-MG/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO) O servidor empossado em cargo efetivo, ao iniciar o exercício de suas atividades, se submeterá ao estágio probatório, cuja finalidade é a realização da avaliação de sua aptidão e capacidade de desempenho do cargo. A avaliação do servidor nas condições mencionadas considera fatores específicos, dentre os quais:

- a)** A disciplina e a assiduidade.
- b)** A produtividade e a imparcialidade.
- c)** A capacidade de criação e a disciplina.
- d)** A responsabilidade e a capacidade de criação.

Letra a.

Conforme art. 20, I e II da Lei 8.112/1990.

QUESTÃO 133 (2015/CONSULPLAN/TRE-MG/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVO) Ao longo do exercício do cargo poderá o servidor passar por determinadas circunstâncias que impliquem em alterações em sua rotina laboral, trazendo como consequência situações de readaptação, de reintegração, de recondução, entre outros institutos legalmente reconhecidos. Sobre as definições de tais institutos, é correto afirmar que

- a)** recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá da inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou da reintegração do anterior ocupante.
- b)** reintegração é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- c)** reversão é o retorno à atividade de servidor exonerado do serviço público, em decorrência de recurso administrativo, quando a autoridade decidir serem insubstinentes os motivos alegados para a exoneração.
- d)** readaptação é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

Letra a.

Conforme art. 29 da Lei 8.112/1990.

- b) Errada.** A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
 - c) Errada.** Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado.
 - d) Errada.** Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
-

QUESTÃO 134 (2015/CONSULPLAN/TRE-MG/TÉCNICO JUDICIÁRIO/PROGRAMAÇÃO) O serviço público prima pela legalidade. Assim, o desrespeito ao cumprimento das normas no exercício do serviço público implicará em algumas possíveis consequências. De acordo com o exposto, assinale a alternativa correta.

- a)** Realizada denúncia, será necessariamente aberta a sindicância que resultará sempre na instauração de um processo administrativo disciplinar, o qual deverá ser automaticamente instaurado.
- b)** A abertura de sindicância pode resultar na instauração de processo administrativo disciplinar, o qual será sempre obrigatório quando o ato ilícito praticado pelo servidor implicar em qualquer tipo de penalidade, inclusive advertência.
- c)** Realizada denúncia de irregularidade, ainda que o denunciante a faça por escrito, tendo a autenticidade confirmada e se identifique nos termos da lei, a apuração da mesma irá depender de decisão decorrente de ato discricionário da autoridade do serviço público.
- d)** A abertura de sindicância pode resultar na instauração de processo administrativo disciplinar, o qual será sempre obrigatório quando o ato ilícito praticado pelo servidor implicar na imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 dias de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão.

Letra d.

Conforme art. 146 da Lei 8.112/1990.

- a) Errada.** Conforme art. 144, parágrafo único da Lei 8.112/1990, quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.
- b) Errada.** Conforme art. 146 da Lei 8.112/1990, sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.
- c) Errada.** Conforme art. 143 da Lei 8.112/1990, a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

QUESTÃO 135 (2015/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) Em relação à remuneração dos servidores públicos, é correto afirmar, EXCETO:

- a)** Somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso.
- b)** É assegurada a revisão geral e anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- c)** No âmbito do Poder Legislativo dos Estados e Distrito Federal, aplica-se como limite o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais.
- d)** As parcelas de caráter indenizatório previstas em lei serão computadas no teto remuneratório.

Letra d.

Conforme art. 37, § 11 da CF, as parcelas de caráter indenizatório prevista em lei não serão computados no teto remuneratório.

- a) Certa.** Conforme art. 37, X da CF.
- b) Certa.** Conforme art. 37, X da CF.
- c) Certa.** Conforme art. 37, XI da CF.

QUESTÃO 136 (2015/CONSULPLAN/TJ-MG/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) Em caso de extinção de cargo público, assinale a alternativa correta:

- a)** O servidor estável deve ser aproveitado, de forma adequada, em outro cargo.
- b)** O servidor estável deve ser reintegrado, de forma adequada, em outro cargo.
- c)** Deve haver reversão do cargo do servidor estável.
- d)** O servidor estável deve ser reconduzido, de forma adequada, a outro cargo.

Letra a.

Conforme art. 30 da Lei 8.112/1990.

b) Errada. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

- c) Errada.** Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado.
- d) Errada.** Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e de- correrá da inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou da reintegração do an- terior ocupante.

QUESTÃO 137 (IADES/CONAB/ADVOGADO/2014) Com relação à Administração Pública, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a)** A proibição de acumular cargos públicos estende- se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.
- b)** A proibição de acumular cargos públicos não se estende a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.
- c)** A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso pú- blico de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, sem ressalvas.
- d)** A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Ad- ministração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- e)** Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superio- res aos pagos pelo Poder Executivo.

Letra a.

- a) Certa.** Art. 37, XVII da CF/1988.

b) Errada. Conforme disposição do art. 37, XVII da CF/1988:

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

c) Errada. Conforme disposição do art. 37, II da CF/1988,

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

d) Errada. Conforme disposição do art. 37, XI da CF/1988,

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

e) Errada. Conforme disposição do art. 37, XII da CF/1988,

XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

QUESTÃO 138 (IADES/UFBA/ADMINISTRADOR/2014) A vacância do cargo público não decorre de

- a) exoneração.**
- b) demissão.**
- c) falecimento.**
- d) readaptação.**
- e) ascensão.**

Letra e.

Conforme o art. 33 da Lei n. 8.112/1990,

Art. 33. A vacância decorrerá de:

- I – exoneração;
- II – demissão;
- III – promoção;
- VI – readaptação;
- VII – aposentadoria;
- VIII – posse em outro cargo inacumulável;
- IX – falecimento.

QUESTÃO 139 (IADES/UFBA/ANALISTA/PEDAGOGIA/2014) No âmbito do processo administrativo disciplinar regulado pelo Regime Jurídico Único do Distrito Federal, Paulo alegou nulidade do procedimento contra ele em curso perante o Poder Judiciário, posto não ter sido citado para acompanhar o processo na ocasião da sua instauração administrativa. Considerando essa situação hipotética, de acordo com as disposições legais em relação ao tema, assinale a alternativa correta.

- a)** Paulo está correto na sua tese, uma vez que a lei de regência prevê expressamente a citação do servidor quando instaurado o procedimento, para que ele acompanhe o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, sendo que, à exceção do referido momento, bem como quando de sua indiciação, é a intimação o instituto para notificar-lhe dos demais atos processuais.
- b)** Paulo não está correto na sua tese, bastando a sua notificação na ocasião da instauração, visto que a sua citação deverá ocorrer somente na hipótese de a comissão processante, ao final da instrução da fase do inquérito, não deliberar por sua absolvição sumária.
- c)** Paulo está correto na sua tese, uma vez que a lei de regência prevê expressamente a citação do servidor quando instaurado o procedimento, para que ele acompanhe o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, devendo ser intimado de todos os demais atos, inclusive quando de sua eventual indiciação.
- d)** Paulo está correto na sua tese, uma vez que a lei de regência prevê expressamente a citação do servidor no momento da instauração do procedimento, para que ele constitua mandatário, sendo obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.
- e)** Paulo não está correto na sua tese, bastando a sua notificação na ocasião da instauração, visto que a sua citação deverá ocorrer somente no início da instrução.

Letra c.

- a) Errada.** Conforme o art. 225 da Lei Complementar n. 840/2011 o servidor acusado deve ser citado sobre a instauração do processo disciplinar contra sua pessoa e intimado ou notificado dos demais atos processuais.

b) Errada. Conforme o art. 225 da Lei Complementar n. 840/2011 o servidor acusado deve ser citado sobre a instauração do processo disciplinar contra sua pessoa e intimado ou notificado dos demais atos processuais.

c) Certa. Conforme o art. 238 da Lei Complementar n. 840/2011, Instaurado o processo disciplinar, o servidor acusado deve ser citado para, se quiser, acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador. Ademais, o art. 225 determina que o servidor acusado deve ser citado sobre a instauração do processo disciplinar contra sua pessoa e intimado ou notificado dos demais atos processuais.

d) Errada. A presença de advogado não é obrigatória no processo administrativo disciplinar, conforme se verifica no art. 219, § 5º da Lei Complementar n. 840/2011, que prevê não ser causa de nulidade do ato processual a ausência do procurador no interrogatório do servidor acusado.

e) Errada. Conforme o art. 225 da Lei Complementar n. 840/2011, o servidor acusado deve ser citado sobre a instauração do processo disciplinar contra sua pessoa e intimado ou notificado dos demais atos processuais.

QUESTÃO 140 (IADES/SEAP-DF/ANALISTA/ARQUIVOLOGIA/2014) No âmbito do processo administrativo disciplinar regulado pelo Regime Jurídico Único do Distrito Federal, Paulo alegou nulidade do procedimento contra ele em curso perante o Poder Judiciário, posto não ter sido citado para acompanhar o processo na ocasião da sua instauração administrativa. Considerando essa situação hipotética, de acordo com as disposições legais em relação ao tema, assinale a alternativa correta.

a) Paulo está correto na sua tese, uma vez que a lei de regência prevê expressamente a citação do servidor quando instaurado o procedimento, para que ele acompanhe o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, sendo que, à exceção do referido momento, bem como quando de sua indiciação, é a intimação o instituto para notificar-lhe dos demais atos processuais.

b) Paulo no está correto na sua tese, bastando a sua notificação na ocasião da instauração, visto que a sua citação deverá ocorrer somente na hipótese de a comissão processante, ao final da instrução da fase do inquérito, não deliberar por sua absolvição sumária.

- c) Paulo está correto na sua tese, uma vez que a lei de regência prevê expressamente a citação do servidor quando instaurado o procedimento, para que ele acompanhe o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, devendo ser intimado de todos os demais atos, inclusive quando de sua eventual indiciação.
- d) Paulo está correto na sua tese, uma vez que a lei de regência prevê expressamente a citação do servidor no momento da instauração do procedimento, para que ele constitua mandatário, sendo obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.
- e) Paulo não está correto na sua tese, bastando a sua notificação na ocasião da instauração, visto que a sua citação deverá ocorrer somente no início da instrução.

Letra c.

- a) Errada.** Conforme o art. 225 da Lei Complementar n. 840/2011 o servidor acusado deve ser citado sobre a instauração do processo disciplinar contra sua pessoa e intimado ou notificado dos demais atos processuais.
- b) Errada.** Conforme o art. 225 da Lei Complementar n. 840/2011 o servidor acusado deve ser citado sobre a instauração do processo disciplinar contra sua pessoa e intimado ou notificado dos demais atos processuais.
- c) Certa.** Conforme o art. 238 da Lei Complementar n. 840/2011, Instaurado o processo disciplinar, o servidor acusado deve ser citado para, se quiser, acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador. Ademais, o art. 225 determina que o servidor acusado deve ser citado sobre a instauração do processo disciplinar contra sua pessoa e intimado ou notificado dos demais atos processuais.
- d) Errada.** A presença de advogado não é obrigatória no processo administrativo disciplinar, conforme se verifica no art. 219, § 5º da Lei Complementar n. 840/2011, que prevê não ser causa de nulidade do ato processual a ausência do procurador no interrogatório do servidor acusado.
- e) Errada.** Conforme o art. 225 da Lei Complementar n. 840/2011, o servidor acusado deve ser citado sobre a instauração do processo disciplinar contra sua pessoa e intimado ou notificado dos demais atos processuais.

QUESTÃO 141 (IADES/CAU-RJ/ANALISTA JURÍDICO/2014) A respeito dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- a)** Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, excluídas suas autarquias e fundações, não é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário.
- b)** São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- c)** A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; os requisitos para a investidura; as peculiaridades dos cargos.
- d)** O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal não será contado para efeito de aposentadoria do servidor público.
- e)** O servidor público é aposentado compulsoriamente, aos 75 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Letra c.

a) Errada. Conforme o art. 40 da CF/1988,

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas [...]

b) Errada. Conforme disposição do art. 41 da CF/1988,

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

c) Certa. Conforme disposição do art. 39, § 1º, I, II e III da CF/1988.

d) Errada. Conforme disposição do art. 40, § 9º da CF/1988,

Art. 40, § 9º O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

e) Errada. Disposição do art. 40, § 1º, II da CF/1988:

Art. 40, § 1º, II – O servidor público é aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.

QUESTÃO 142 (IADES/TRE-PA/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) O deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede (1) e o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) (2), correspondem, respectivamente, sem prejuízo dos demais requisitos legais, a quais institutos previstos na Lei n. 8.112/1990?

- a)** (1) Redistribuição e (2) remoção.
- b)** (1) Transferência e (2) transposição.
- c)** (1) Remoção e (2) redistribuição.
- d)** (1) Transferência e (2) aproveitamento.
- e)** (1) Permuta e (2) transposição.

Letra c.

Conforme disposição do art. 36 da Lei n. 8.112/1990, a remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede. A redistribuição está prevista no art. 37 da citada lei e consiste no deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC.

QUESTÃO 143 (IADES/TRE-PA/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014) A Lei n. 8.112/1990 prevê que o substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou da função de direção ou chefia e os de natureza especial. Assinale a alternativa que indica todas as hipóteses expressamente previstas nessa lei para a referida substituição.

- a)** Nos afastamentos, nos impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo.
- b)** Durante as férias, as licenças, as concessões e os afastamentos do titular.
- c)** Nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular
- d)** Nos afastamentos legais ou regulamentares do titular.
- e)** Nos afastamentos, nos impedimentos legais do titular e na vacância do cargo.

Letra a.

Conforme o art. 38, § 1º da Lei n. 8.112/1990,

Art. 38, § 1º O substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou função de direção ou chefia e os de Natureza Especial, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, hipóteses em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.

QUESTÃO 144 (IADES/TRE-PA/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014) Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese que o Estatuto do Servidor Público Federal considera apenas para fins de aposentadoria e de disponibilidade.

- a)** O exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes dos estados, dos municípios ou do Distrito Federal.
- b)** A participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação stricto sensu no País, conforme dispuser o regulamento.
- c)** O tempo de serviço relativo a tiro de guerra.
- d)** A participação em competição desportiva nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no País ou no exterior, conforme disposto em lei específica.
- e)** O estudo no exterior, quando autorizado o afastamento, conforme dispuser o regulamento.

Letra c.

a) Errada. Conforme o art. 102, II da Lei n. 8.112/1990, o exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes dos estados, dos municípios ou do DF é considerado como efetivo exercício.

- b) Errada.** Conforme o art. 102, IV da Lei n. 8.112/1990, a participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país é considerado como efetivo exercício.
- c) Certa.** Conforme o art. 103, VI da Lei n. 8.112/1990, o tempo de serviço relativo a tiro de guerra contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade.
- d) Errada.** Conforme o art. 102, X da Lei n. 8.112/1990, a participação em competição desportiva nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional é considerado como efetivo exercício.
- e) Errada.** Conforme o art. 102, VII da Lei n. 8.112/1990, o estudo no exterior é considerado como efetivo exercício.

QUESTÃO 145 (IADES/TRE-PA/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014) Assinale a alternativa que indica a conduta que tem, no processo administrativo disciplinar instituído pela Lei n. 8.112/1990, a previsão expressa da aplicação originária da sanção de advertência.

- a) Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.**
- b) Manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau civil.**
- c) Atuar como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau e de cônjuge ou companheiro.**
- d) Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.**
- e) Cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias.**

Letra a.

- a) Certa.** Conforme o art. 129 c/c art. 117, II da Lei n. 8.112/1990.
- b) Errada.** Parente até o segundo grau civil, conforme o art. 117, VIII da Lei n. 8.112/1990.
- c) Errada.** Aplica-se pena de demissão, conforme o art. 132, XIII c/c art. 117, XI da Lei n. 8.112/1990.

d) Errada. Aplica-se pena de demissão, conforme o art. 132, XIII c/c art. 117, XVI da Lei n. 8.112/1990.

e) Errada. Aplica-se pena de suspensão, conforme o art. 130 da Lei n. 8.112/1990.

QUESTÃO 146 (IADES/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014) Considere hipoteticamente que Maria, servidora pública federal, foi citada no âmbito do processo administrativo disciplinar (PAD), regido pela Lei n. 8.112/1990. Com base nessa situação, assinale a alternativa que indica um procedimento que, no seu rito ordinário, é previsto após o referido momento processual.

- a)** Interrogatório de Maria.
- b)** Inquirição de testemunhas.
- c)** Publicação do ato que constituir a comissão processante.
- d)** Indiciação de Maria.
- e)** Apresentação de defesa escrita de Maria.

Letra e.

Conforme previsão do art. 161, § 1º da Lei n. 8.112/1990.

QUESTÃO 147 (IADES/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014) De acordo com a Lei n. 8.112/1990, no que se refere às disposições preliminares e ao provimento de cargos públicos, assinale a alternativa correta.

- a)** Não é possível o provimento de cargos públicos senão em decorrência de prévia aprovação e classificação em concurso público.
- b)** A referida lei veda o provimento de cargos públicos a estrangeiros, excepcionando tão somente no caso de professores de universidades e de instituições de pesquisa científica e tecnológica federais.
- c)** São requisitos para nomeação em cargo público a nacionalidade brasileira; o gozo de direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido

para o exercício do cargo; a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental, sem prejuízo de outros requisitos que possam ser justificados conforme as atribuições do cargo, mas desde que estabelecidos em lei.

- d)** Os ocupantes de cargos em comissão são considerados servidores públicos.
- e)** Ainda que previstas outras formas de provimento no seu texto originário, a referida lei foi alterada para que somente por meio da nomeação sejam providos os cargos públicos.

Letra d.

- a) Errada.** É possível o provimento de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração independentemente de prévia aprovação em concurso público.
- b) Errada.** O art. 5º, § 3º da Lei n. 8.112/1990 autoriza que as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais possam prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos da lei.
- c) Errada.** São requisitos básicos para investidura em cargo público, conforme o art. 5º da Lei n. 8.112/1990.
- d) Certa.** Cargos em comissão também são considerados cargos públicos, logo são servidores públicos.
- e) Errada.** Conforme o art. 8º da Lei n. 8.112/1990, são formas de provimento de cargo público: nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e a recondução.

QUESTÃO 148 (IADES/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014)

João, servidor público federal, regido pela Lei n. 8.112/1990, pretende utilizar o seu direito de petição, criado pelo referido estatuto funcional. Com base nessas informações, assinale a alternativa que está de acordo com as disposições normativas dessa lei.

- a)** É por meio do requerimento que deverá ser iniciado o procedimento, que, em face da hierarquia funcional, sempre será dirigido à respectiva chefia imediata.
- b)** Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso que João apresentou em face da decisão que lhe foi desfavorável, os efeitos daquele provimento retroagirão à data do respectivo requerimento que deflagrou o seu exercício de direito de petição.

- c) Ainda que prescrito o prazo para o exercício do direito de João, deve a Administração relevá-lo caso tenha constatado a prática de ato ilegal por agente público, uma vez que a autotutela administrativa exige a anulação dos atos ilegais.
- d) Ainda que cabíveis pedido de reconsideração e recurso, somente esse último interrompe a prescrição.
- e) A despeito de prescritível, o direito de requerer, uma vez configurada força maior, passa a ser prorrogável.

Letra e.

- a) **Errada.** Conforme o art. 105 da Lei n. 8.112/1990,

Art. 105. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

- b) **Errada.** Conforme o art. 109, parágrafo único da Lei 8.112/1990,

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

- c) **Errada.** Conforme o art. 112 da Lei n. 8.112/1990,

Art. 112. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

- d) **Errada.** Conforme o art. 111 da Lei n. 8.112/1990,

Art. 111. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

- e) **Certa.** Conforme o art. 115, da Lei n. 8.112/1990, são fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos no Capítulo Do Direito de Petição, salvo motivo de força maior.

QUESTÃO 149 (IADES/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014)

Assinale a alternativa que apresenta todas as hipóteses expressamente elencadas na Lei n. 8.112/1990, em que há previsão de adoção do procedimento sumário no âmbito do processo administrativo disciplinar (PAD) por ela instituído.

- a) Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas e abandono de cargo ou insiduidade habitual.
- b) Quando deliberadas após a consideração da natureza e da gravidade da infração cometida, dos danos que dela provierem para o serviço público, das circunstâncias agravantes ou atenuantes e dos antecedentes funcionais.

- c) Quando a conduta do servidor for punível com a penalidade de advertência ou suspensão de até 30 dias.
- d) Acumulação ilegal de cargos públicos e abandono de cargo.
- e) Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal.

Letra c.

Conforme disposição do art. 133 c/c art. 140 da Lei n. 8.112/1990, será adotado o procedimento sumário na apuração de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas e abandono de cargo ou inassiduidade habitual.

QUESTÃO 150 (IADES/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014)

Considerando as hipóteses apresentadas envolvendo servidores públicos regidos pela Lei n. 8.112/1990, assinale a alternativa que corresponde a um direito ou a uma vantagem que possui fundamentação de acordo com o contido na referida lei.

- a) José faltou ao serviço decorrente de força maior. Nesse caso, desde que chefia imediata aceite a justificativa apresentada, a ausência dele será automaticamente considerada de efetivo exercício.
- b) Maria recebeu pagamento indevido da Administração. Nesse caso, a partir do mês imediatamente subsequente ao processamento da folha, deverão ser iniciados os descontos, em parcelas que não poderão ser inferiores ao correspondente a 10% da respectiva remuneração.
- c) João, observados os demais preceitos legais, terá direito à metade do valor da diária por dia de afastamento se a União custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por aquelas diárias.
- d) Isabel, servidora que tem o deslocamento da sede como atribuição, mas, como exigência permanente do cargo, não terá direito à indenização de transporte quando realizar despesas com o uso de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos.
- e) Pedro foi nomeado para ocupar cargo em comissão que lhe enquadra nas hipóteses de percepção ao auxílio-moradia. Todavia, para ter tal direito, deverá, entre os demais requisitos legais, comprovar que, a partir da data da respectiva nomeação, nem ele nem sua companheira são proprietários de imóvel no município em que for exercer o cargo.

Letra c.**a) Errada.** Segundo o art. 44, parágrafo único da Lei n. 8.112/1990,

Parágrafo único. As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

b) Errada. Segundo o art. 46, § 2º da Lei n. 8.112/1990,

§ 2º Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela.

c) Certa. Conforme o art. 58, § 1º da Lei n. 8.112/1990,

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando a União custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

d) Errada. Conforme o art. 60 da Lei n. 8.112/1990,

Art. 60. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

e) Errada. Conforme o art. 60-B, III da Lei n. 8.112/1990,

Art. 60-B, III – O servidor ou seu cônjuge ou companheiro não seja ou tenha sido proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel no Município aonde for exercer o cargo, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação de construção, nos doze meses que antecederem a sua nomeação.

QUESTÃO 151 (IADES/TRE-PA/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA/2014) Assinale a alternativa que apresenta a ordem cronológica das fases e subfases do procedimento sumário de apuração administrativo disciplinar, objeto do Estatuto dos Servidores Públicos Federais.

- a)** Instauração, inquérito sumário (citação, defesa e relatório) e julgamento.
- b)** Instauração, inquérito (instrução, defesa e relatório) e julgamento.
- c)** Atos preparatórios, probatória (oitiva de testemunhas, perícias, interrogatório, indicação e defesa) e relatório final.
- d)** Instauração, instrução sumária (indicação, defesa e relatório) e julgamento.
- e)** Preliminar, probatória (indicação, defesa, oitiva de testemunhas, perícias, interrogatório e relatório) e julgamento.

Letra d.

Conforme disposição do art. 133, I, II e III da Lei n. 8.112/1990, o processo administrativo disciplinar pelo procedimento sumário se desenvolverá nas seguintes fases: instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; instrução sumária, que compreende indicação, defesa e relatório; e julgamento.

QUESTÃO 152 (IADES/TRE-PA/TÉCNICO JUDICIÁRIO/OPERAÇÃO DE COMPUTADOR/2014)

A administração pública direta e indireta, na prática de seus atos, deve observância a uma série de princípios e normas. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.

- a)** Em regra, é vedada a cumulação de cargos públicos, ainda que o servidor tenha sido aprovado em mais de um concurso.
- b)** É vedada ao servidor público civil a associação a qualquer sindicato.
- c)** A impessoalidade não precisará, necessariamente, ser observada na prática de atos pela Administração pública indireta.
- d)** O servidor público da Administração direta, que vier a ocupar um cargo eletivo federal, poderá ocupar as duas funções simultaneamente.
- e)** O princípio da publicidade não precisará ser observado pela Administração direta.

Letra a.

a) Certa. Conforme o art. 118 da Lei n. 8.112/1990, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, ressalvados os casos previstos na Constituição, que permite, havendo compatibilidade de horários, acumulação de dois cargos de professor; a de um cargo de professor com outro de técnico ou científico; e a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

b) Errada. Conforme o art. 240 da Lei n. 8.112/1990, ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical.

c) Errada. Conforme o art. 37 da Constituição Federal, a Administração pública indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá ao princípio da impessoalidade.

d) Errada. Conforme o art. 94, I da Lei n. 8.112/1990, o servidor investido em mandato eletivo federal ficará afastado do cargo.

e) Errada. Conforme o art. 37 da Constituição Federal, a Administração pública direta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá ao princípio da publicidade.

QUESTÃO 153 (IADES/IPHAN/NÍVEL SUPERIOR/2014) Com relação ao Processo Administrativo Disciplinar (PAD) previsto na Lei n. 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

a) A revelia do indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal, será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

b) Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas, procedendo-se, ato contínuo, à instauração do PAD.

c) No julgamento, reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d) O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 dias, assegurando-se-lhe carga dos autos do processo ou extração de cópias, devendo, neste último caso, ser-lhe cobrado o custo da diligência.

e) Após o interrogatório do acusado, serão inquiridas as testemunhas, separadamente, as quais devem ser intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, e a segunda via, com o ciente do interessado, deve ser anexada aos autos.

Letra a.

a) Certa. Conforme disposição do art. 164, § 1º da Lei n. 8.112/1990.

b) Errada. A tipificação da infração disciplinar está inserida na fase do inquérito administrativo que compõe o PAD, conforme o art. 151, II c/c art. 161 da Lei n. 8.112/1990.

c) Errada. Conforme o art. 165, § 2º da Lei n. 8.112/1990, na fase do inquérito administrativo, reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

- d) Errada.** Conforme o art. 161, § 1º, da Lei 8.112/1990, o indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.
- e) Errada.** Conforme o art. 159 da Lei n. 8.112/1990, concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

QUESTÃO 154 (IADES/CAU-BR/ADVOGADO/2013) Os servidores públicos possuem normas bem definidas na Constituição Federal. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- a)** O servidor concursado adquire estabilidade após dois anos no exercício de cargo efetivo e aprovação em avaliação de desempenho.
- b)** No regime atual, a aposentadoria voluntária com proventos integrais ocorre para homens com 60 anos de idade e 35 de contribuição.
- c)** No regime atual, a aposentadoria voluntária com proventos proporcionais ocorre para mulheres com 55 anos de idade.
- d)** A investidura em cargos públicos depende sempre de aprovação em concurso público, sem exceção.
- e)** É vedada, em regra, a acumulação remunerada de cargos, empregos ou funções públicas, exceto quando havendo compatibilidade de locais, permite-se a acumulação de um cargo de médico e um de juiz.

Letra b.

a) Errada. Conforme o art. 41 da Constituição Federal, são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Ademais, o § 4º do citado artigo, determina a obrigatoriedade de avaliação especial de desempenho para aquisição da estabilidade.

b) Certa. Conforme o art. 40, § 1º, III, "a" da Constituição Federal.

c) Errada. Conforme o art. 40, § 1º, III, "b" da Constituição Federal, a aposentadoria voluntária com proventos proporcionais ocorre para mulheres com 60 anos de idade.

d) Errada. Conforme o art. 37, II da Constituição Federal, as nomeações para cargo em comissão declarado em lei são de livre nomeação.

e) Errada. Conforme o art. 37, XVI da Constituição Federal é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, ressalvados os casos que permite, havendo compatibilidade de horários, acumulação de dois cargos de professor; a de um cargo de professor com outro de técnico ou científico; e a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

QUESTÃO 155 (IADES/SUDAM/ESTATÍSTICO/2013) A Lei n. 8.112/1990 trata do Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União. No âmbito da responsabilidade administrativo-disciplinar dos servidores públicos, a sociedade brasileira cada vez mais exige a sua estrita aplicação, mas, por outro lado, deve a administração pública zelar para que o servidor não venha a sofrer conduta arbitrária. Com base nisso e considerando as prescrições vigentes na referida Lei, assinale a alternativa correta.

- a)** Serão cancelados, respectivamente, após o decurso de 2 (dois) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, os registros das penalidades de advertência e suspensão, no caso de o servidor não ter cometido, nesse período, nova infração disciplinar.
- b)** A sanção de advertência é considerada residual, em face das tipificações próprias das sanções de suspensão e de demissão.
- c)** A demissão com base na aplicação irregular de dinheiros públicos tem, no referido texto, previsão expressa vedando definitivamente o retorno do servidor ao serviço público federal.
- d)** O servidor poderá demonstrar sua boa-fé, em se tratando de acúmulo ilegal de cargos públicos, apresentando sua opção até o décimo dia de sua ciência em face da detecção da situação, e, no caso de sua omissão, será aberto procedimento sumário, momento a partir do qual não mais lhe será possível comprovar sua boa-fé.
- e)** O prazo de prescrição da ação disciplinar tem seu termo inicial com a prática da infração administrativa pelo servidor, podendo ser interrompida e suspensa nos casos taxativamente elencados na referida Lei.

Letra c.

a) Errada. Conforme o art. 131 da Lei n. 8.112/1990, as penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo

exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

b) Errada. A sanção de suspensão é considerada residual, conforme o art. 130 da Lei n. 8.112/1990.

c) Certa. Conforme o art. 137, parágrafo único da Lei 8.112/1990, não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, VIII (aplicação irregular de dinheiros públicos).

d) Errada. Conforme o art. 133 da Lei n. 8.112/1990, detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, sendo que a opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo.

e) Errada. Conforme o art. 142, § 1º da Lei n. 8.112/1990, o prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

QUESTÃO 156 (IADES/SUDAM/AGENTE ADMINISTRATIVO/2013) O Estatuto Funcional dos Servidores Públicos Federais, instituído pela Lei n. 8.112/1990, elenca, entre outras disposições, os direitos dos referidos agentes públicos. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses direitos em relação à sua redação atual.

- a)** A irredutibilidade da remuneração.
- b)** A perda da parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, às ausências e saídas antecipadas, somente quando iguais ou superiores a 60 (sessenta) minutos.
- c)** As indenizações ao erário em parcelas cujo valor não exceda 10% (dez por cento) de sua remuneração ou provento.
- d)** A impossibilidade de percepção de vencimentos menores que o salário mínimo nacional vigente.

- e)** A diária concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando a União custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Letra e.

- a) Errada.** Conforme o art. 40, § 3º da Lei n. 8.112/1990,

Art. 40, § 3º O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

- b) Errada.** Conforme o art. 44, II da Lei n. 8.112/1990,

Art. 44, II – O servidor perderá a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências justificadas, ressalvadas as concessões de que trata o art. 97, e saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário, até o mês subsequente ao da ocorrência, a ser estabelecida pela chefia imediata.

- c) Errada.** Nas indenizações ao erário o valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a dez por cento da remuneração, provento ou pensão.

- d) Errada.** O art. 41, § 5º da Lei n. 8.112/1990 estabelece a impossibilidade de percepção de remuneração inferior ao salário mínimo.

- e) Certa.** Conforme o art. 58, § 1º da Lei n. 8.112/1990.

QUESTÃO 157 (IADES/SUDAM/AGENTE ADMINISTRATIVO/2013) A Lei n. 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Com relação às formas de provimento dos cargos públicos, assinale a alternativa correta.

- a)** A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

- b)** A reintegração é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubstinentes os motivos da aposentadoria ou no interesse da administração, de acordo com os casos previstos em lei.

- c)** A reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

- d)** Recondução é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- e)** Readaptação é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo e de reintegração do anterior ocupante.

Letra a.

- a) Certa.** Conforme o art. 10 da Lei n. 8.112/1990.
- b) Errada.** A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- c) Errada.** Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado.
- d) Errada.** Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante.
- e) Errada.** Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

QUESTÃO 158 (VUNESP/CÂMARA DE TATUÍ-SP/PROCURADOR LEGISLATIVO/2019) A respeito do processo administrativo disciplinar, é correto afirmar que

- a)** o princípio da instrumentalidade das formas estabelece a possibilidade de aproveitamento dos atos processuais que tenham cumprido sua finalidade, ainda que presentes vícios de formalidade.
- b)** semelhantemente ao processo judicial, o processo administrativo rege-se pelo princípio da oficialidade, segundo o qual a instauração e a impulsão do processo ocorrem por ofício.
- c)** o processo disciplinar deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, se necessário, e a inobservância do prazo implica na nulidade do processo.

- d)** a instauração do processo não interrompe a prescrição da pena e não impedirá a exoneração a pedido ou a aposentadoria voluntária do servidor indiciado.
- e)** ao servidor acusado, é reservado o direito de acompanhar o procedimento pessoalmente ou por meio de procurador, que, necessariamente, deverá ser advogado.

Letra a

a) Certa. O princípio da instrumentalidade das formas é aquele que diz que o ato administrativo deve cumprir uma finalidade. Se ainda houver vício no ato, mas atingiu a finalidade, o ato será válido.

b) Errada. O processo administrativo pode iniciar de ofício ou por requerimento. É o que dispõe a Lei 9.784/99:

Art. 5º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

c) Errada. O julgamento fora do prazo não implica nulidade do processo (art. 169, § 1º), mas pode causar a prescrição intercorrente, pois, a partir do término do prazo previsto em lei, volta a correr o prazo prescricional.

Art. 169, § 1º O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

d) Errada. A instauração do PAD também interrompe a prescrição da pena.

Art. 142, § 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

Art. 170. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

e) Errada.

Art. 113. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

QUESTÃO 159 (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ-SP/ADVOGADO/2019). No que concerne à instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, é correto afirmar que o Superior Tribunal de Justiça publicou a seguinte súmula:

a) Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.

- b)** É permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração, mesmo inexistindo sindicância ou investigação.
- c)** É vedada, nos termos da Constituição Federal, a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, sendo apenas autorizada a instauração de sindicância visando elucidar a origem da denúncia dos fatos motivadores.
- d)** Desde que devidamente motivada, e com amparo em Inquérito Administrativo, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face dos poderes discricionário e hierárquico.
- e)** É vedada, nos termos da Constituição Federal, a instauração de sindicância com base em denúncia anônima, sendo apenas admitido instaurar Inquérito Administrativo para apuração dos fatos motivadores.

Letra a

É o que estabelece a Súmula 611, STJ: Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à administração.

QUESTÃO 160 (VUNESP/UFABC/ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO/2019). Assinale a alternativa que contempla uma conduta do servidor público que é proibida pela Lei n. 8.112/1990.

- a)** Participar de gerência ou administração de sociedade privada.
- b)** Retirar documento ou objeto da repartição, mesmo com prévia anuência da autoridade competente.
- c)** Atuar, como intermediário, junto a repartições públicas para tratar de benefícios previdenciários de seu cônjuge.
- d)** Exercer o comércio na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- e)** Acumular o exercício do seu cargo com a função de professor.

Letra a

É uma vedação que está expressa no art. 177 da Lei 8.112:

Art. 117. Ao servidor é proibido:

X – participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

QUESTÃO 161 (VUNESP/PC-SP/ESCRIVÃO DE POLÍCIA/2018) Sobre os servidores públicos, a Constituição Federal estabelece que, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável

- a)** ficará à disposição do órgão público em que se encontra lotado, sem prejuízo dos vencimentos até que seja readaptado em outro cargo.
- b)** será exonerado, com direito à indenização proporcional ao tempo de serviço em um décimo para cada ano trabalhado.
- c)** será demitido do cargo, com direito à indenização pelo período de tempo que restar para obter a aposentadoria.
- d)** será alocado em cargo equivalente, na repartição mais próxima do seu domicílio, sem direito à indenização.
- e)** ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Letra e.

De acordo com a CF/1988, art. 41, § 3º, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo, portanto, alternativa "e". A Lei n. 8.112/1990, art. 37, § 3º, prevê da mesma forma e dispõe que nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos arts. 30 e 31.

QUESTÃO 162 (VUNESP/FAPESP/PROCURADOR/2018) O servidor ocupante de cargo temporário do quadro da Administração Pública Direta do Estado de São Paulo vincula-se

- a)** ao regime jurídico único estatutário de pessoal e ao regime geral de previdência social.
- b)** ao regime jurídico único celetista de pessoal e ao regime próprio de previdência social.

- c)** ao regime jurídico de pessoal estabelecido na lei que autoriza a contratação temporária e ao regime geral de previdência social.
- d)** ao regime jurídico de pessoal estabelecido na lei que autoriza a contratação temporária e ao regime próprio de previdência social.
- e)** ao regime jurídico-disciplinar celetista e ao regime complementar de previdência social.

Letra c.

De acordo com a CF/1988, art. 40, § 13, ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social.

QUESTÃO 163 (VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/TÉCNICO LEGISLATIVO/2018) O lugar dentro da organização funcional da Administração Direta e de suas autarquias e fundações públicas que, ocupado por servidor público, tem funções específicas e remuneração fixadas em lei ou diploma a ela equivalente é denominado

- a)** função delegada.
- b)** emprego público.
- c)** função gratificada.
- d)** atividade comissionada.
- e)** cargo público.

Letra e.

De acordo com o autor Hely Lopes Meirelles, “cargo público é o lugar instituído na organização do serviço público, com denominação própria, atribuições específicas e estipêndio correspondente, para ser provido e exercido por um titular, na forma estabelecida em lei”.

QUESTÃO 164 (VUNESP/TJ-RS/JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO/2018) De acordo com a Constituição Federal, a respeito dos agentes públicos, é correto afirmar que

- a)** é vedada a percepção acumulada de proventos de aposentadoria do regime próprio de previdência social ou militar com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- b)** somente os empregados públicos previamente aprovados em concurso público podem adquirir estabilidade após o período de três anos de efetivo exercício.

- c)** os cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis a estrangeiros, exceto cargo de professor ou pesquisador junto a instituição de ensino.
- d)** é vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, exceto quando houver compatibilidade de horários, a de dois empregos em empresa pública, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, observado, em qualquer caso, o limite máximo de remuneração no setor público.
- e)** as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Letra e.

- a) Errada.** De acordo com a CF/1988, art. 37, § 10, é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- b) Errada.** De acordo com a CF/1988, art. 41, são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. A CF/1988 não fala em estabilidade para os empregados públicos.
- c) Errada.** De acordo com a CF/1988, art. 37, I, os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- d) Errada.** De acordo com a CF/1988, art. 37, XVI, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a de dois cargos de professor; a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- e) Certa.** De acordo com a CF/1988, art. 37, V, as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

QUESTÃO 165 (VUNESP/TJ-SP/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/PROVIMENTO/2018) De acordo com a Constituição Federal, a respeito da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa correta.

- a)** A investidura em cargo ou emprego público se dá exclusivamente por aprovação prévia em concursos públicos de provas ou de provas e títulos.
- b)** Para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, é garantida a vinculação e equiparação dos cargos do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo para quaisquer espécies remuneratórias.
- c)** O prazo de validade do concurso público é de dois anos, podendo ser prorrogado, pelo mesmo período, por duas vezes.
- d)** A vedação de acumulação de cargo público, bem como suas exceções, estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta e indiretamente, pelo poder público.

Letra d.

a) Errada. De acordo com a CF/1988, art. 37, II, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. A investidura em cargo ou emprego público não se dá exclusivamente por aprovação prévia em concursos públicos de provas ou de provas e títulos.

b) Errada. De acordo com a CF/1988, art. 37, XIII, é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

c) Errada. De acordo com a CF/1988, art. 37, III, o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

d) Certa. De acordo com a CF/1988, art. 37, XVII, a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

QUESTÃO 166 (VUNESP/TJ-SP/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/PROVIMENTO/2018) Com relação aos agentes públicos, é correto afirmar:

- a)** os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas são agentes públicos.
- b)** todos os agentes públicos são regidos pelo regime estatutário.
- c)** as pessoas jurídicas podem ser agentes públicos.
- d)** a regência pela legislação trabalhista exclui a situação jurídica de agente público.

Letra a.

- a) Certa.** De acordo com o autor Hely Lopes Meirelles, os agentes públicos são todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal.
- b) Errada.** Os agentes públicos também podem ser regidos por um regime de emprego, por meio de contratação de empregados, sob o regime da CLT, para prestarem serviços, mediante regime de emprego público; e por regime de cargo temporário, bem como aqueles que não possuem nenhum vínculo de natureza administrativa ou política com o ente estatal (mesário, jurado, agentes das concessionárias e permissionárias de serviços públicos e os titulares das serventias de cartório).
- c) Errada.** Os agentes públicos são todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal.
- d) Errada.** Os agentes públicos podem ser regidos por um regime de emprego, por meio de contratação de empregados, sob o regime da CLT, para prestarem serviços, mediante regime de emprego público e isso não exclui a situação jurídica de agente público.

QUESTÃO 167 (VUNESP/TJ-SP/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/PROVIMENTO/2018) São agentes administrativos os

- a)** senadores, os deputados e os juízes.
- b)** servidores investidos em cargos, empregos e funções públicas e os servidores contratados por tempo determinado.
- c)** militares e os vereadores municipais.
- d)** servidores investidos em cargos, empregos e funções públicas, os ministros e os secretários de estado.

Letra b.

De acordo com Hely Lopes Meirelles, agentes administrativos são os servidores públicos, com maior ou menor grau de hierarquia, encargos e responsabilidades profissionais dentro do órgão ou da entidade a que servem. Trata-se, portanto, de servidores públicos concursados, servidores exercentes de cargo em comissão, servidores temporários.

QUESTÃO 168 (VUNESP/IPRESB-SP/ANALISTA DE PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS/2017)

Considerando o que dispõe a Constituição Federal acerca dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- a)** O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por proventos fixados em parcela única.
- b)** Os servidores do regime próprio de previdência serão aposentados, compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- c)** Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão ser menores do que a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
- d)** O tempo de serviço federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de contribuição correspondente para efeito de disponibilidade.
- e)** A lei não poderá estabelecer forma de contagem de tempo de contribuição fictício, a não ser para efeitos de disponibilidade.

Letra b.

a) Errada. Consoante a CF/1988, art. 39, § 4º, o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os secretários estaduais e municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.

b) Certa. De acordo com a CF/1988, art. 40, § 1º, II, os servidores abrangidos pelo regime de previdência serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 anos de idade, ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar.

c) Errada. De acordo com a CF/1988, art. 40, § 2º, os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no

cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

d) Errada. De acordo com a CF/1988, art. 40, § 9º, o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

e) Errada. De acordo com a CF/1988, art. 40, § 10, a lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício, sem exceções.

QUESTÃO 169 (VUNESP/IPRESB-SP/ANALISTA DE PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS/2017)

De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, assinale a alternativa que contempla um exemplo que pode ser considerado como cargo em confiança de livre nomeação e exoneração.

- a)** Coordenadora de creche.
- b)** Procurador do Estado.
- c)** Assessor de Vereador.
- d)** Guarda Municipal.
- e)** Defensor Público.

Letra c.

O cargo de assessor de vereador é considerado cargo em confiança de livre nomeação e exoneração. Os demais cargos são cargos públicos.

QUESTÃO 170 (VUNESP/IPRESB-SP/ANALISTA DE PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS/2017)

É direito assegurado constitucionalmente aos servidores ocupantes de cargo público:

- a)** seguro-desemprego.
- b)** fundo de garantia do tempo de serviço.
- c)** salário-mínimo.
- d)** piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- e)** proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

Letra c.

De acordo com a CF/1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente

unificado. A CF/1988, no art. 39, § 3º, dispõe que se aplica aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV (salário mínimo), VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

QUESTÃO 171 (VUNESP/IPRESB-SP/AGENTE PREVIDENCIÁRIO/2017) O servidor que, a serviço, afastar-se da sede, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e valor destinado a indenizar as parcelas de despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana. Esse valor é denominado:

- a)** compensação.
- b)** adiantamento.
- c)** indenização.
- d)** diária.
- e)** reembolso.

Letra d.

A Lei 8.112/1990, no art. 58, dispõe que a servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento.

QUESTÃO 172 (VUNESP/CÂMARA DE SUMARÉ-SP/PROCURADOR JURÍDICO/2017) A respeito do processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa correta.

- a)** A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
- b)** O uso de prova decorrente de interceptação telefônica é vedado no processo administrativo disciplinar, mesmo que obtida licitamente no processo criminal.
- c)** A participação do servidor é indispensável na fase de investigação, ainda que desse procedimento não possa resultar a aplicação de punição.
- d)** Em respeito ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, o ato disciplinar pode ser analisado pelo Poder Judiciário, que deverá aplicar pena mais branda, quando cabível.
- e)** É vedado o agravamento de penalidade imposta a servidor público após o encerramento de processo disciplinar por decisão definitiva da autoridade competente, ainda que a Administração tenha aplicado pena mais branda em desconformidade com a lei.

Letra e.

- a) Errada.** Súmula Vinculante n. 5 do STF: “a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição”.
- b) Errada.** A jurisprudência do STJ pacificou-se no sentido de considerar possível se utilizar, no processo administrativo disciplinar, interceptação telefônica emprestada de procedimento penal, desde que devidamente autorizada pelo juízo criminal (STJ MS 16.146/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/05/2013, DJe 29/08/2013).
- c) Errada.** A participação do servidor é dispensável na fase de investigação e não obrigatória.
- d) Errada.** A jurisprudência do STJ firmou-se na linha de que o controle jurisdicional dos processos administrativos se restringe à regularidade do procedimento, à luz dos princípios do contraditório e da ampla defesa, sem exame do mérito do ato administrativo (REsp n. 1185981 MS)
- e) Certa.** De fato, servidor já punido não pode ser novamente julgado para agravar sua pena. A decisão administrativa que põe fim ao processo administrativo, à semelhança do que ocorre no âmbito jurisdicional, possui a característica de ser definitiva. Logo, o servidor público já punido administrativamente não pode ser julgado novamente para que sua pena seja agravada mesmo que fique constatado que houve vícios no processo e que deveria receber uma punição mais severa. Assim, a anulação parcial do processo administrativo disciplinar para adequar a penalidade aplicada ao servidor, consoante pareceres do órgão correspondente, ensejando aplicação de sanção mais grave ofende o devido processo legal e a proibição da *reformatio in pejus* (STJ. 3ª Seção. MS 10.950-DF, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 23/5/2012. e STJ. 1ª Seção. MS 11.749/DF, Rei. Min. Benedito Gonçalves. julgado em 11/06/2014.)

QUESTÃO 173 (VUNESP/TJ-SP/JUIZ SUBSTITUTO/2017) Uma vez cumprida a avaliação a que se sujeita o servidor público em seu estágio probatório e verificando-se que não atendeu os seus deveres funcionais, deverá ele ser

- a)** demitido, após sua oitiva sobre os resultados da avaliação, fundamentando-se o ato, a caso persista a conclusão sobre o não cumprimento dos deveres funcionais.
- b)** exonerado, após sua oitiva sobre os resultados da avaliação, fundamentando-se o ato, a caso persista a conclusão sobre o não cumprimento dos deveres funcionais.

- c)** exonerado sem necessidade de fundamentação do ato administrativo, uma vez que não se trata de servidor estável.
- d)** demitido sem necessidade de fundamentação do ato administrativo, uma vez que não se trata de servidor estável.

Letra b.

Com base na Lei n. 8.112/1990, caso se verifique que o servidor não atendeu aos seus deveres funcionais, será exonerado, devendo haver fundamentação do ato, por não ser servidor estável. Portanto, a não estabilidade não o impede de ser exonerado, mas também não o priva de exercer a ampla defesa. Ademais, o funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade (Súmula n. 21, STF).

QUESTÃO 174 (VUNESP/TJ-SP/JUIZ SUBSTITUTO/2017) O direito de greve reconhecido constitucionalmente aos servidores públicos implica que

- a)** do seu exercício, todavia, poderá resultar o desconto de metade dos dias paralisados, de maneira a compatibilizar o direito constitucional à greve com o princípio da continuidade do serviço público.
- b)** seu exercício imporá os descontos dos dias paralisados, não se admitindo a compensação, uma vez que adstrita a Administração Pública ao princípio da legalidade.
- c)** do seu exercício, todavia, poderá resultar o desconto dos dias paralisados a ser efetuado pela Administração Pública, com possibilidade de compensação na hipótese de acordo.
- d)** poderá ser exercido nos mesmos moldes dos trabalhadores da iniciativa privada, sem possibilidade de descontos dos dias paralisados.

Letra c.

De acordo com o Informativo n. 845 do STF: “a Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre. É permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público”.

QUESTÃO 175 (VUNESP/UFABC/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2016) Considerando o que dispõe a Lei n. 8.112/90 sobre a responsabilidade do servidor público, é correto afirmar que

- a)** o servidor responde civilmente pelos seus atos, mesmo que não cause prejuízos ao erário ou a terceiros.
- b)** quando causar danos a terceiros, o servidor responderá diretamente pelos prejuízos no lugar da Fazenda Pública.
- c)** as sanções civis, penais e administrativas, aplicáveis ao servidor, poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- d)** se o servidor for condenado civilmente por algum ato, ele também deverá responder criminalmente pelo mesmo ato.
- e)** a obrigação de reparar o dano causado pelo servidor, no caso de seu falecimento, não poderá ser transmitida aos seus herdeiros.

Letra c.

- a) Errada.** De acordo com a Lei n. 8.112/1990, art. 121, o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições e desde que cause prejuízos ao erário ou a terceiros.
- b) Errada.** Quando causar danos a terceiros, o Estado responderá diretamente pelos prejuízos no lugar do agente, contudo, o servidor responderá perante a Fazenda Pública, em ação regressiva (art. 121, § 2º, Lei n. 8.112/1990).
- c) Certa.** De acordo com a Lei n. 8.112/1990, art. 125, as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- d) Errada.** Na verdade, a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- e) Errada.** De acordo com a Lei n. 8.429/1992, art. 8º, o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da lei até o limite do valor da herança.

QUESTÃO 176 (VUNESP/UFABC/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2016) Assinale a alternativa que apresenta afirmação que está de acordo com a Lei n. 8.112/90.

- a)** Para os efeitos dessa lei, servidor é pessoa legalmente investida em emprego público.

- b)** Um dos requisitos para a investidura em cargo público é a idade mínima de dezesseis anos.
- c)** A reintegração e a reversão são formas de transferência de cargos públicos.
- d)** Não será aceita a posse em cargo público por meio de procuração.
- e)** A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Letra e.

- a) Errada.** De acordo com a Lei n. 8.112/1990, art. 2º, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.
- b) Errada.** De acordo com a Lei n. 8.112/1990, art. 5º, são requisitos básicos para investidura em cargo público a idade mínima de 18 anos.
- c) Errada.** A reintegração e a reversão são formas de provimento de cargo público (art. 8º, VI e VIII, Lei n. 8.112/1990).
- d) Errada.** De acordo com a Lei n. 8.112/1990, art. 13, § 3º, a posse poderá dar-se mediante procuração específica.
- e) Certa.** De acordo com a Lei n. 8.112/1990, art. 34, a exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

QUESTÃO 177 (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO PAULO-SP/ANALISTA FISCAL DE SERVIÇOS/2016) Considerando as diferentes espécies de processos administrativos, quando a Administração apura e pune as faltas cometidas pelos servidores públicos no exercício de sua função administrativa, ela o faz por meio

- a)** do processo administrativo disciplinar.
- b)** da sindicância administrativa.
- c)** da apuração preliminar administrativa.
- d)** do processo administrativo inquisitivo.
- e)** do processo jurídico-administrativo sancionador.

Letra a.

De acordo com a Lei n. 8.112/1990, art. 148, o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições,

ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. A resposta poderia ser a letra “b”, sindicância, mas como a questão mencionou processo, a melhor opção é a letra “a”.

QUESTÃO 178 (VUNESP/TJ-SP/TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS/PROVIMENTO/2016) O servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional investido no mandato de Vereador

- a)** será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração.
- b)** acumulará as vantagens do cargo, emprego ou função e as remunerações do cargo eletivo, se houver compatibilidade de horários.
- c)** perderá o vínculo com a Administração Pública, obrigatoriamente.
- d)** perderá o vínculo com a Administração Pública, facultativamente.

Letra b.

O art. 38, III, da CF/1988, determina que o servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional que for investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

QUESTÃO 179 (VUNESP/UNIFESP/TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO/2016) O deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança e sede, de acordo com a Lei n. 8.112/90, denomina-se

- a)** promoção.
- b)** reintegração.
- c)** remoção.
- d)** recondução.
- e)** aproveitamento.

Letra c.

A remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede. Lembre-se de que a remoção é o deslocamento do servidor, já a redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo (art. 36, Lei n. 8.112/1990).

QUESTÃO 180 (VUNESP/IPSMI/AGENTE PREVIDENCIÁRIO/2016) Prevê a Constituição Federal, como regra geral aplicável à Administração Pública, que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos. Todavia, o texto constitucional prevê, quando houver compatibilidade de horários e observado o teto remuneratório, dentre outras exceções, a possibilidade de cumulação de

- a)** dois cargos técnico-científicos, assim definidos por lei.
- b)** um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- c)** dois cargos privativos de bacharel em direito.
- d)** dois cargos ou empregos privativos de profissionais da educação, com profissões regulamentadas.
- e)** um cargo de professor e um cargo privativo de profissional da saúde.

Letra b.

É o que dispõe a CF/1988, no art. 37, XVI, alínea b. Veja:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

QUESTÃO 181 (VUNESP/IPSMI/AGENTE PREVIDENCIÁRIO/2016) A denominação dada a mais simples unidade de poderes e deveres estatais a serem expressos por um agente público é

- a)** função.
- b)** emprego.
- c)** comissionamento.
- d)** cargo.
- e)** investidura.

Letra d.

O conceito de cargo público está previsto na Lei n. 8.112/1990, art. 3º: “cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor”. De acordo com Celso Antônio Bandeira de Mello: “cargo é a denominação dada a mais simples unidade de poderes e deveres estatais a serem expressos por um agente”, conceito adotado pela banca.

QUESTÃO 182 (VUNESP/PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/ASSISTENTE LEGISLATIVO/2015)

É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de

- a) três cargos de professor.**
- b) dois cargos de professor com outro cargo técnico ou científico.**
- c) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.**
- d) dois cargos no Poder Executivo e outro em autarquia.**
- e) um cargo em fundação pública, um em autarquia e um na administração direta, desde que não semelhantes.**

Letra c.

É o que dispõe a CF/1988, no art. 37, XVI, alínea c. Veja:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

QUESTÃO 183 (VUNESP/PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/ASSISTENTE DE RECURSOS HUMANOS/2015) Há diferenciação constitucional entre servidor público e empregado público. Porém, há um requisito fundamental que os iguala. Assinale a alternativa que contém esse requisito.

- a)** A estabilidade é rigorosamente igual para ambos.
- b)** Ambos devem ser submetidos a concurso público.
- c)** Do ponto de vista trabalhista, ambos são estatutários.
- d)** A CLT rege a relação trabalhista de ambos.
- e)** Não há necessidade de motivação para demissão para ambos.

Letra b.

De acordo com a CF/1988, art. 37, II, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

QUESTÃO 184 (VUNESP/PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/ASSISTENTE DE RECURSOS HUMANOS/2015) O servidor público estável só perderá o cargo

- a)** em virtude de sentença judicial, mesmo que não tenha transitado em julgado.
- b)** mediante processo de qualquer natureza.
- c)** mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho.
- d)** em virtude de necessidade de enxugamento da estrutura da área.
- e)** mediante razões de naturezas econômica e tecnológicas.

Letra c.

De acordo com a CF/1988, art. 41, § 1º, o servidor público estável só perderá o cargo: em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

QUESTÃO 185 (VUNESP/PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/ASSISTENTE DE RECURSOS HUMANOS/2015) Antônio Silveira dos Passos é servidor público e foi deslocado, no interesse da Administração, no âmbito do mesmo quadro, sem mudança de sede. O instrumento utilizado pelo órgão em que Antônio está lotado é:

- a)** remoção de ofício.
- b)** deslocamento.

- c)** remoção a pedido.
- d)** deslocamento a pedido.
- e)** remoção por promoção.

Letra a.

De acordo com a Lei n. 8.112/1990, art. 36, a remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede. Dispõe em seu parágrafo único que por modalidades de remoção de ofício entende-se as que forem feitas no interesse da Administração. A questão afirma que Antônio foi deslocado no interesse da Administração, logo, foi de ofício.

QUESTÃO 186 (VUNESP/PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/ASSISTENTE DE RECURSOS HUMANOS/2015)

A volta do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado por ele é chamada de

- a)** retorno.
- b)** recondução.
- c)** integração.
- d)** reintegração.
- e)** restituição.

Letra b.

De acordo com a Lei n. 8.112/1990, art. 29, recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante.

QUESTÃO 187 (VUNESP/SAP-SP/AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DE CLASSE

I/2015) A Constituição Federal de 1988 prevê que os cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, destinam-se

- a)** exclusivamente às atividades de assessoramento.
- b)** aos titulares de cargos efetivos, que tenham cumprido o estágio probatório.
- c)** apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

- d)** aos serviços de menor complexidade, que não exijam nível superior.
- e)** aos serviços de maior complexidade, que exijam nível superior.

Letra c.

De acordo com a CF/1988, art. 37, V, as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

QUESTÃO 188 (2022/IBFC/IBGE/AGENTE CENSITÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFORMÁTICA/EDITAL N. 8) No que se refere à aplicação das penalidades disciplinares, conforme previsão na Lei n. 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

- a)** Serão aplicadas pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão
- b)** Deverão ser aplicadas pelo chefe da repartição, em qualquer hipótese
- c)** Não é possível que o Procurador-Geral da República aplique penalidade disciplinar, por falta de previsão legal
- d)** A penalidade de advertência apenas poderá ser aplicada pelos Presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais
- e)** A penalidade de suspensão de até 30 (trinta) dias apenas pode ser aplicada pelo Presidente da República

Letra a.

a) Certa. Segundo o art. 141 da Lei 8.112/90:

Art. 141. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

IV – pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão.

b) Errada. Não em qualquer hipótese, apenas nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias:

Art. 141. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

III – pelo chefe da repartição e outras autoridades na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias;

c) Errada. O Procurador-Geral da República poderá aplicar a sanção na hipótese do inciso I do art. 141 da Lei 8.112/90::

Art. 141. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I – pelo Presidente da República, pelos Presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais e pelo Procurador-Geral da República, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão, ou entidade;

d) Errada. A penalidade de advertência poderá ser aplicada pelo chefe da repartição e outras autoridades na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias.

e) Errada. A penalidade de suspensão poderá ser aplicada pelo chefe da repartição e outras autoridades na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias.

QUESTÃO 189 (2022/IBFC/IBGE/AGENTE CENSITÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFORMÁTICA/EDITAL N. 8) O abandono de cargo é uma das hipóteses de aplicação da pena de demissão ao servidor público, conforme dispõe a Lei n. 8.112/90. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a)** O abandono de cargo pode ser configurado pela ausência não intencional, quando ocorrer ausência justificada por mais de 45 (quarenta e cinco) dias
- b)** Abandono de cargo e inassiduidade habitual são sinônimos
- c)** O abandono de cargo restará configurado quando o servidor faltar ao serviço, sem causa justificada, por 30 (trinta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses
- d)** Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos
- e)** Para configurar abandono de cargo basta 15 (quinze) faltas no período de 12 (doze) meses

Letra d.

De acordo com o art. 138 da Lei 8.112/1990, configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço **por mais de trinta dias consecutivos**.

QUESTÃO 190 (2022/IBFC/IBGE/AGENTE CENSITÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFORMÁTICA/EDITAL N. 8) No que se refere à prescrição da ação disciplinar, nos termos das disposições da Lei n. 8.112/1990, assinale a alternativa correta:

- a)** O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato foi praticado
- b)** Os prazos de prescrição previstos na lei penal não se aplicam às infrações disciplinares capituladas também como crime
- c)** A ação disciplinar prescreverá em 30 (trinta) dias quanto à pena de advertência
- d)** Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que o ato foi praticado
- e)** A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente

Letra e.

- a) Errada.** Segundo o art. 142, § 1º:

O prazo de prescrição começa a correr da data em que **o fato se tornou conhecido**.

- b) Errada.** Segundo o art. 142, § 2º:

Os prazos de prescrição previstos na lei penal **aplicam-se** às infrações disciplinares capituladas também como crime.

- c) Errada.** Segundo o art. 142, III:

A ação disciplinar prescreverá em **180 (cento e oitenta)** dias, quanto à advertência.

- d) Errada.** Segundo o art. 142, § 4º:

Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que **cessar a interrupção**.

e) Certa. Conforme o art. 142, § 3º:

A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

QUESTÃO 191 (2022/IBFC/IBGE/AGENTE CENSITÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFORMÁTICA/EDITAL N. 8)

A Lei n. 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e trata das penalidades disciplinares. Sobre o assunto, analise as afirmativas abaixo:

I – Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

II – O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

III – Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 100% (cem por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Assinale a alternativa correta.

- a)** As afirmativas I, II e III estão corretas
- b)** Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- c)** Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- d)** Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- e)** Apenas a afirmativa III está correta

Letra b.

I – Certa. De acordo com o Art. 128 da Lei n. 8.112/1990:

Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

II – Certa. Conforme o Art. 128, parágrafo único, da Lei n. 8.112/1990:

O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

III – Errada. Segundo o que estabelece o art. 130, § 2º da Lei n. 8.112/1990:

Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, **na base de 50% (cinquenta por cento)** por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

QUESTÃO 192 (2021/IBFC/IBGE/SUPERVISOR DE PESQUISAS) Acerca da prescrição da ação penal e as disposições da Lei n. 8.112/1990, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () I – A ação disciplinar prescreverá em 8 (oito) anos, quanto às infrações puníveis com demissão.
- () II – A ação disciplinar prescreverá em 180 (cento e oitenta) dias, quanto às infrações puníveis com advertência.
- () III – A ação disciplinar prescreverá em 2 (dois) anos, quando às infrações puníveis com suspensão.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, F, V
- b) V, V, F
- c) F, V, V
- d) F, F, V
- e) F, V, F

Letra c.

I – Falso.

Art. 142. A ação disciplinar prescreverá:

I – em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com **demissão**, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II – Verdadeiro.

Art. 142. A ação disciplinar prescreverá:

III – em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

III – Verdadeiro.

Art. 142. A ação disciplinar prescreverá:
II – em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

QUESTÃO 193 (2021/IBFC/IBGE/SUPERVISOR DE PESQUISAS) A Lei n. 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e traz em seu artigo 132 as hipóteses em que a pena de demissão será aplicada. Sobre as hipóteses de aplicação da demissão, assinale a alternativa incorreta.

- a)** Prática de crime contra a administração pública
- b)** Inassiduidade habitual
- c)** Improbidade administrativa
- d)** Acumulação legal de cargos, empregos ou funções públicas
- e)** Incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição

Letra d.

a) Certa.

Art. 132. A **demissão** será aplicada nos seguintes casos:
I – crime contra a administração pública;

b) Certa.

Art. 132. A **demissão** será aplicada nos seguintes casos:
III – inassiduidade habitual

c) Certa.

Art. 132. A **demissão** será aplicada nos seguintes casos:
IV – improbidade administrativa;

d) Errada. A alternativa falou em acumulação legal, porém é a hipótese de acumulação ilegal que tem pena de demissão.

Art. 132. A **demissão** será aplicada nos seguintes casos:
XII – acumulação **ilegal** de cargos, empregos ou funções públicas;

e) Certa.

Art. 132. A **demissão** será aplicada nos seguintes casos:
V – incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

QUESTÃO 194 (2021/IBFC/IBGE/SUPERVISOR DE PESQUISAS) A Lei n. 8.112/1990 trata em seu artigo 127 das denominadas “penalidades disciplinares”. Acerca das disposições da supracitada lei, assinale a alternativa que apresente uma penalidade disciplinar.

- a)** Acordo de leniência
- b)** Suspensão
- c)** Exoneração
- d)** Pena restritiva de direitos
- e)** Pena privativa de liberdade

Letra b.

Dentre as alternativas, a única que apresenta uma penalidade disciplinar é a letra “b” (suspensão), segundo o art. 127 da lei 8.112/90:

Art. 127. São penalidades disciplinares:

- I – advertência;
- II – suspensão;**
- III – demissão;
- IV – cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- V – destituição de cargo em comissão;
- VI – destituição de função comissionada.

QUESTÃO 195 (2021/IBFC/TRE-PA/ANALISTA JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. Analise o texto abaixo e assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas. “A responsabilidade _____ abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.”

“A responsabilidade _____ decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.”

“A responsabilidade _____ do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.”

“As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo _____ entre si.”

- a)** penal / civil / administrativa / independentes
- b)** civil / administrativa / penal / independentes

- c)** penal / administrativa / civil / dependentes
- d)** penal / civil / administrativa / dependentes

Letra a.

As lacunas devem ser preenchidas conforme a literalidade do texto dos artigos 122, 123, 125 e 126 da Lei 8.112/90:

Art. 122. A responsabilidade **civil** decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

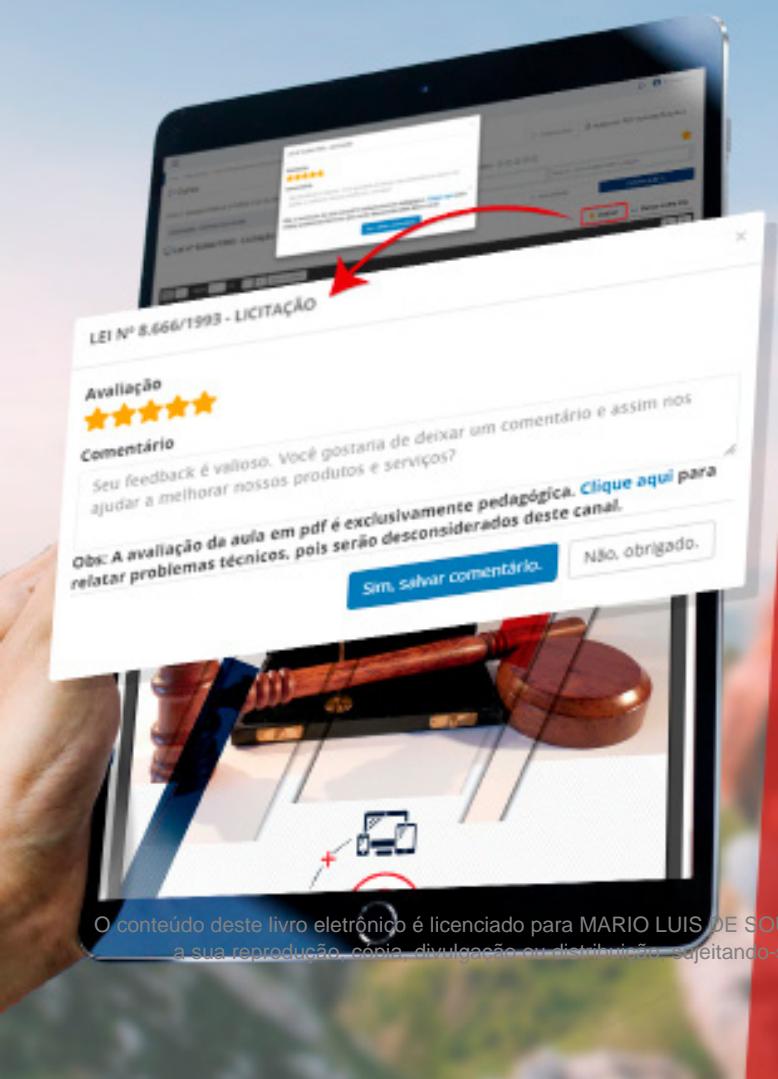
Art. 123. A responsabilidade **penal** abrange os crimes e contravenções imputadas ao nessa qualidade.

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo **independentes** entre si.

Art. 126. A responsabilidade **administrativa** do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Gustavo Scatolino

Atualmente é procurador da Fazenda Nacional. Bacharel em Direito e pós-graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo. Ex-assessor de ministro do STJ. Aprovado em vários concursos públicos, dentre eles, analista judiciário do STJ, exercendo essa função durante cinco anos, e procurador do Estado do Espírito Santo.



NÃO SE ESQUEÇA DE AVALIAR ESTA AULA!

SUA OPINIÃO É MUITO IMPORTANTE
PARA MELHORARMOS AINDA MAIS
NOSSOS MATERIAIS.

ESPERAMOS QUE TENHA GOSTADO
DESTA AULA!

PARA AVALIAR, BASTA CLICAR EM LER
A AULA E, DEPOIS, EM AVALIAR AULA.

AVALIAR 